

27



REVISTA DA ASBRAP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA

2020

A
A S B R A P
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES
DE HISTÓRIA E GENEALOGIA
tem por finalidade:

- * Promover o intercâmbio entre pesquisadores de História, Genealogia e demais ciências afins, de todo o território nacional, bem como integrá-los com os arquivos de fonte primária existentes no país.
 - * Promover, em âmbito nacional, cadastramento de arquivos civis, militares, eclesiásticos, diplomáticos, universitários, particulares e outros, bem como o estudo e a divulgação de sua documentação.
 - * Coordenar e divulgar projetos de pesquisa em todo o território nacional, podendo firmar convênios e promover publicações de pesquisas.
 - * Promover cursos e palestras de História, Genealogia e ciências correlatas.
 - * Despertar o interesse das autoridades e do público em geral, para a importância dos arquivos.
 - * Apresentar propostas de melhorias no atendimento aos pesquisadores e na preservação de documentos.
 - * Colaborar com entidades e com órgãos públicos em todas as iniciativas que a ASBRAP julgar por bem.
 - * Credenciar pesquisadores junto às entidades e aos arquivos públicos e privados, nacionais e estrangeiros.
 - * Envidar esforços junto às autoridades competentes com vistas ao reconhecimento e regulamentação da profissão de pesquisador em História e Genealogia.
-

Participam desta revista:

Adolfo Carlos Resende de Queiroz
Alessandra Choairy Coelho Myrrha
Antônio Seixas
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
Décio Ferraz da Silva Junior
Fabio De Gennaro Castro
Francisco Montanha Rebello
Gilberto de Abreu Sodrê Carvalho
Luiz Gustavo de Sillos
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
Paulo Paranhos
Renato de Lucca
Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery

REVISTA DA ASBRAP

27

REVISTA DA ASBRAP N.º 27

REVISTA DA ASBRAP Nº 27



2020

RESPONSABILIDADE

Os conceitos e informações contidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais sobre os artigos ora publicados foram cedidos, por seus autores, gratuitamente, para a presente edição e disponibilização na internet (*site* da ASBRAP).

PROPRIEDADE

ASBRAP

Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Caixa postal 6921

30190-970 – Belo Horizonte, MG - BRASIL

Visitem o nosso *site* na Internet: **www.asbrap.org.br**

E-mail da Presidência: **presidencia@asbrap.org.br**

E-mail da Secretaria: **secretaria@asbrap.org.br**

E-mail da Tesouraria: **tesouraria@asbrap.org.br**

E-mail de Contato: **contato@asbrap.org.br**

SUMÁRIO DA REVISTA DA ASBRAP Nº 27

APRESENTAÇÃO DA REVISTA	11
HOMENAGEM PÓSTUMA A MARCELO MEIRA AMARAL BOGACIOVAS.....	12
<i>Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho</i>	
HONRA COMO ELEMENTO CIVILIZATÓRIO	17
<i>Gilberto de Abreu Sodré Carvalho</i>	
SOBRE OS ANDRADES DE TAUBATÉ E DO VALE DO PARAÍBA	45
<i>Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery</i>	
AMÉLIA MARIANA DE PAULA - CUIABANA DE ORIGEM PERNAMBUCANA RADICADA EM CAMPINAS.....	79
<i>Fabio De Gennaro Castro</i>	
APONTAMENTOS SOBRE OS MARTINS DA SILVA, DE SÃO CAETANO DA MOEDA, MINAS GERAIS	113
<i>Maria Celina Exner Godoy Isoldi e Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho</i>	
TRANSCRIÇÕES DE ASSENTOS MATRIMONIAIS DE FILHAS DOS INCONFIDENTES CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA	121
<i>Maria Celina Exner Godoy Isoldi</i>	
CAETANO DE SOUZA REZENDE E SEUS FILHOS - OS ALVES DE REZENDE - PIONEIROS NA FARINHA PODRE (TRIÂNGULO MINEIRO)	123
<i>Adolfo Carlos Resende de Queiroz</i>	
A IMIGRAÇÃO CROATA ATRAVÉS DA FAMÍLIA FUSEK MARKO	151
<i>Renato de Lucca</i>	
A FAMÍLIA LAUCAS - LAUCHES - LAUGGES - DO TIROL AO BRASIL, PASSANDO PELA ITÁLIA	201
<i>Alessandra Choairy Coelho Myrrha</i>	
CORREÇÕES E ACRÉSCIMOS AO TÍTULO BICUDOS DA GENEALOGIA PAULISTANA - 1ª PARTE - O CASAL JOÃO MENDES DE PAIVA E SUA MULHER FRANCISCA DE BRITO	223
<i>Luiz Gustavo de Sillos</i>	
CORREÇÕES E ACRÉSCIMOS AO TÍTULO BICUDOS DA GENEALOGIA PAULISTANA - 2.ª PARTE - JOÃO BICUDO DO ESPÍRITO SANTO, UM LEGÍTIMO BICUDO.....	233
<i>Luiz Gustavo de Sillos</i>	
RELATÓRIOS DA ORDEM MONÁSTICA DE S. BENTO NO BRASIL	249
<i>Decio Ferraz da Silva Junior</i>	
REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE MAGE (SÉCULOS XVII-XIX)	273
<i>Antônio Seixas</i>	

EUCLYDES DA CUNHA EM CAMPANHA	287
<i>Paulo Paranhos</i>	
O PERCURSO MILITAR DE FRANCISCO LUIZ REBELLO	291
<i>Francisco Montanha Rebello</i>	
HISTÓRICO DE DIRETORIAS	345

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

O presente volume da tradicional revista da ASBRAP é especialmente dedicado à memória de nosso confrade Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, que foi o principal fundador da nossa associação e, por nove vezes, exerceu a sua presidência, além de participar de todas as demais diretorias.

É certo que, ao longo de todos esses anos, muitos colaboraram para que a ASBRAP se consolidasse como respeitável entidade que congrega pesquisadores e interessados por genealogia e história.

Contudo, é inegável que Marcelo Bogaciovas teve especial empenho e dedicação à ASBRAP, muitas vezes abdicando de seus afazeres pessoais para organizar e promover palestras, simpósios e congressos, sempre muito prestigiados.

Marcelo Bogaciovas também participou da organização e edição dos números anteriores da revista da ASBRAP, sendo vinte publicados fisicamente e seis apenas em formato digital, todos disponíveis em nosso sítio na internet. Com toda razão, ele muito se orgulhava de nossas revistas, dada a qualidade dos trabalhos nelas apresentados.

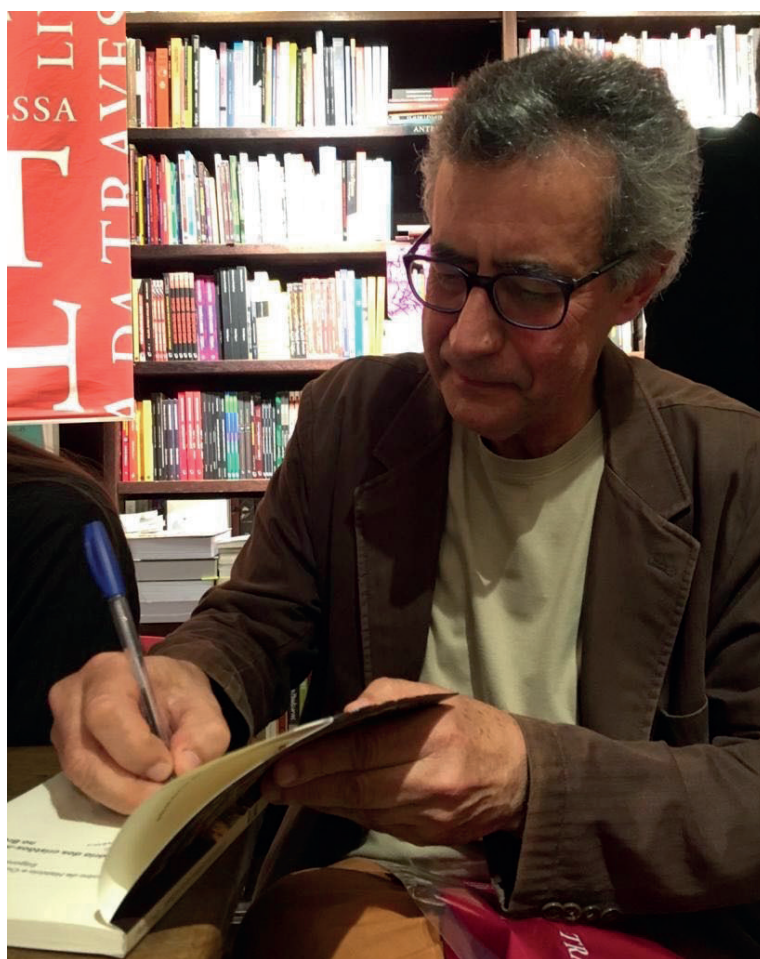
Dando sequência a este trabalho, apresentamos o 27º volume da coleção de revistas da ASBRAP, que contou com a preciosa colaboração de treze autores associados, com artigos de temas variados: um de cunho sociológico, um biográfico, dois documentais, dois históricos e oito genealógicos, que tratam de famílias mineiras, paulistas, pernambucanas, croatas e ítalo-austríacas.

Seguramente os artigos da nova revista servirão para uma prazerosa leitura, notadamente neste período de isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus.

A Diretoria

HOMENAGEM PÓSTUMA A MARCELO MEIRA AMARAL BOGACIOVAS

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho



Na manhã de 7 de maio de 2020, na Cidade de São Paulo, faleceu o historiador Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, principal fundador da ASBRAP e um dos maiores genealogistas brasileiros contemporâneos. Paulistano, nascido aos 25 de agosto de 1952, era filho de Petras Bogaciovas, de origem russa, e de Guiomar Amaral Mello, paulista “de quatrocentos anos”.

Marcelo Bogaciovas começou a se interessar por genealogia aos 14 anos de idade, tornando-se um dos mais competentes pesquisadores brasileiros nessa área, principalmente em documentos dos séculos XVI a XVIII.

Há muitos anos, Marcelo Bogaciovas vinha expandindo suas pesquisas nos arquivos ibéricos, pois frequentava a Torre do Tombo, em Lisboa, desde a década de 80 do século passado, época em que já buscava informações nos processos do Santo Ofício.

Além de excelente paleógrafo, era bastante metódico e meticuloso nas suas pesquisas e nos trabalhos publicados, características talvez decorrentes de sua formação em engenharia química. Devido a sua grande paixão por história e genealogia, aos 46 anos de idade, resolveu ingressar no curso de História da USP, onde se graduou em 2002.

No ano de 2006, obteve grau de mestre em História Social pela mesma universidade, com a dissertação *Tribulação do povo de Israel na São Paulo Colonial*, sob a orientação da Dra. Anita Novinsky.

A partir dessa dissertação de mestrado, Marcelo Bogaciovas aprofundou suas pesquisas, retornando várias vezes a Portugal e Espanha, além de diligenciar em arquivos brasileiros, o que resultou na publicação, em 2015, do livro *Cristãos-novos em São Paulo (séculos XVI-XIX) assimilação e nobilitação*, com prefácio da Dra. Mary Del Priore.

Em 2016, Marcelo Bogaciovas trouxe à lume a segunda edição do livro *O Padre José de Campos Lara S. J. no ambiente em que viveu (1733-1820)*, de autoria do Padre Fernando Pedreira de Castro S.J., acrescentando comentários e notas históricas e genealógicas de sua própria lavra.

Teve dezenas de trabalhos publicados em revistas especializadas em história e genealogia, tanto no Brasil quanto em Portugal, sendo o primeiro deles apresentado quando Marcelo tinha 16 anos, na Revista Genealógica Latina, v. 20, do Instituto Genealógico Brasileiro, incentivado pelo Coronel Salvador de Moya: *Árvore de costados da família Meira Amaral*. A maior parte dos demais artigos foi publicada na Revista da ASBRAP, dentre os quais destacamos:

- *Discussão sobre a origem da família Campos*, publicado na edição comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1991);

- *A família Rocha Pimentel*, publicado na edição comemorativa do Cinquentenário

do Instituto Genealógico Brasileiro (1991);

- *Origem da família Medella no Brasil*, publicado na edição comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1991);

- *A família Amaral Gurgel (revisão crítica e contribuições genealógicas)*, publicado na edição comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1991);

- *Os irmãos Mello de Itu*, publicado na edição comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1991);

- *Os Góes da Bahia*, em coautoria com José Ernesto de Menezes e Souza de Fontes, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 1 (1994);

- *O casal Gaspar Vaz da Cunha – Feliciano Bicudo Garcia*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 1 (1994);

- *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos*, publicado no Boletim da Associação de Arquivistas Brasileiros, vol. 3 (1994);

- *As Ordenanças da Capitania de São Paulo à época da sua restauração*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 2 (1995);

- *Primeiras gerações de Pereiras Themudos em São Paulo*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 2 (1995);

- *Árvore de costado do Presidente Nereu Ramos*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 2 (1995);

- *Nos bastidores da fundação do Mosteiro da Luz*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 3 (1996);

- *Origem da família Cunha de Abreu de São Paulo*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 3 (1996);

- *Dr. João do Amaral Mello*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, vol. 5 (1997)

- *Antigos proprietários rurais de Lages*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 6 (1999);

- *Uma tradição secular: Estevãos e Lourenços Cardosos de Negreiros*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 7 (2000);

- *Antigos Sesmeiros de Piracicaba*, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Piracicaba, vol. 7 (2000)

- *Último Capitão Mor de Piracicaba*. Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Piracicaba, vol. 7 (2000)

- *A Intentona Monarquista de 1902*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 9 (2002);

- *A família Pontes: da Ilha Terceira para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo*, publicado na Revista da ASBRAP n.º. 10 (2004);

- *Alguns Troncos Paulistas de Origem Terceirense*, publicado na Revista da

- ASBRAP nº. 10 (2004);
- *Albernazes e Homens da Costa*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 11 (2005);
 - *A gente paulista e sua genealogia*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 12 (2006);
 - *Monizes e Gusmões da Capitania de São Vicente*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 14 (2008);
 - *A origem de Filipe de Campos, tronco paulista*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 14 (2008);
 - *Francisco César de Miranda: identificação de um tronco paulistano*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 14 (2008);
 - *Coutadas, alentejanos da Vila de Portel*, publicado na Revista DisLivro Histórica, vol. 1 (2008);
 - *Correção da filiação do Sargento Mor João Falcão de Sousa*, em coautoria com Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, publicado na Revista da ASBRAP nº. 15 (2009);
 - *Franceses em São Paulo: Séculos XVI-XVIII*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 15 (2009);
 - *Descendência de Domingos João, o Tá, de Aveiro*. Publicado na Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica, vol. 5 (2010);
 - *Genealogia de Francisco Gonçalves de Oliveira Viana*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 17 (2011);
 - *Primeiras gerações dos Pimentas de Carvalho no Brasil*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 18 (2012);
 - *Genealogia de Sebastião Monteiro de Carvalho*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 19 (2012);
 - *A Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itupucu*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 20 (2013);
 - *A origem da família Quadros de São Paulo*, publicado na Revista da ASBRAP nº. 20 (2013);
 - *Cantos e Rochas, de Guimarães, São Gens e Santana do Parnaíba*, em coautoria com Rui Jerônimo Lopes Mendes de Faria, publicado na Revista digital da ASBRAP nº. 21 (2015);
 - *Família Barreto, de Cabeço de Vide, Portugal*, publicado na Revista digital da ASBRAP nº. 22 (2016);
 - *A Origem de Catarina d’Horta, tronco dos Hortas de São Paulo*, publicado na Revista digital da ASBRAP nº. 22 (2016);
 - *Família Mendes de Almeida, e seus afins no Brasil*, publicado na Revista digital da ASBRAP nº. 22 (2016);
 - *A família Medela de São Paulo (novas informações)*, publicado na Revista digital da ASBRAP nº. 22 (2016);

- *Cristãos-novos em São Paulo*, no livro coletivo História dos Cristãos-novos no Brasil, publicado pelo Centro de História e Cultura Judaica (2017).
- *A origem de Agostinho Machado Fagundes, tronco Paulista*, em coautoria com H. V. Castro Coelho, publicado na Revista digital da ASBRAP n.º. 25 (2018);
- *Origem da família Galvão de França*, em coautoria com H. V. Castro Coelho, publicado na Revista digital da ASBRAP n.º. 25 (2018);
- *Genealogia da escritora Gilda Hilst*, publicado na Revista digital da ASBRAP n.º. 25 (2018);
- *Os Barões de Piracicamirim*, publicado na Revista digital da ASBRAP n.º. 26 (2019);
- *Agostinho Machado Fagundes, tronco de famílias paulistas e mineiras*, em coautoria com H. V. Castro Coelho, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, suplemento ao vol. 44 (2019);
- *Um ramo cristão-novo na ascendência dos Viscondes de Barbacena*, que será publicado em livro coletivo do grupo genealógico *Academia dos Simples.*, de Portugal.

Nós devemos ao Marcelo Meira Amaral Bogaciovas a existência da ASBRAP, fundada em 1993, por um grupo de *amigos*, capitaneados por ele, que foi seu primeiro presidente, função que exerceu mais oito vezes (1993-1995, 1995-1997, 1999-2001, 2001-2003, 2005-2007, 2007-2009, 2012-2013, 2014-2015 e 2018-2019), além de integrar todas as demais diretorias.

Ao longo desses 27 anos, ele sempre se empenhou em manter a ASBRAP ativa, sem qualquer interesse pessoal, que não o de divulgar temas relacionados à história e à genealogia. Foram inúmeras palestras, simpósios e congressos, além de 26 volumes de nossa prestigiada revista, que sempre contaram com a participação do Marcelo Bogaciovas na organização. Tudo isso, sem perder de vista os cuidados com sua família e as responsabilidades de seu trabalho como agente vistor da Prefeitura Municipal de São Paulo, cargo público que exercia desde 2003.

Marcelo Bogaciovas também foi associado do antigo *Instituto Genealógico Brasileiro*, sediado em São Paulo; associado titular do *Colégio Brasileiro de Genealogia*, no Rio de Janeiro; além de membro e diretor do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, tendo, inclusive, representado essa instituição junto ao Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Também pertenceu às três maiores instituições do gênero em Portugal: *Instituto Português de Heráldica*, *Associação Portuguesa de Genealogia e Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*.

A indiscutível importância do legado deixado pelo historiador e genealogista Marcelo Meira Amaral Bogaciovas certamente deixa a sua marca em toda uma geração de pesquisadores. Que ele descanse em paz!

HONRA COMO ELEMENTO CIVILIZATÓRIO

Em homenagem a Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (1952-2020)

Gilberto de Abreu Sodr e Carvalho

Resumo: *Junto às estruturas formais, redes informais de honra (estruturas informais) entre os membros de cada comunidade humana têm existido desde os primeiros principados, reinos e impérios. O impulso da honra substitui parcialmente o impulso de sobrevivência o qual vinha sendo observado nos bandos e tribos. Argumentamos que a honra   o nexo motivacional desenhado para o cordato acatamento do poder e influência em organizações sociais.*

Abstract: *Together with the formal structures, informal honor-based networks (informal structures) among members of each human community have existed from the times of early principalities, kingdoms and empires. The impulse of honor partially substitutes for the impulse of survival that is seen in remote bands and tribes. We argue that honor is the motivational nexus designed for the soft acceptance of power and influence in social organizations.*

SUMÁRIO

Dignidade humana
Estruturas formais e informais veiculam honra
Estruturas que convivem
Honras íntima, social e por atribuição
Honra e genealogia
Honras régias postas para venda e compra
Sinalização da honra
Sobre a desonra social
Ofensa à honra de outrem
Contemporaneidade
Conclusão

Dignidade humana

Axioma é uma premissa considerada absolutamente verdadeira. Serve como um dogma para basear argumentações. O Estado Democrático de Direito contemporâneo assume o axioma de a dignidade humana ser titularizada por todos e cada um dos seres humanos.

Todos os humanos temos origem e natureza idênticas, o que serve de base para o compartilhamento homogêneo da mesma dignidade. Somos, formalmente, iguais em dignidade na comunidade nacional brasileira, independentemente de nossa cor, idade, aparência física, estudo, condição econômica, religião, nacionalidade, nível da acuidade intelectual, origem familiar. Do mesmo modo, nossa dignidade humana nos atribui, à generalidade dos brasileiros, os direitos à vida, ao voto, à saúde, à educação, à autoria, à livre expressão, à livre associação, à imagem, à intimidade, à livre iniciativa, ao próprio corpo, e ainda à honra, em sentido estrito, ou seja, quando não for enquadrável em um dos outros direitos.

Essa assumida igualdade dos membros da comunidade nacional e internacional - tanto na total proibição de discriminação como na titularidade de um repertório de direitos - é um dever-ser civilizatório do Estado ocidental contemporâneo. Tem o mesmo berço da premissa de que todo poder emana do povo.

A Constituição Brasileira apresenta um quadro de não-discriminação e outro de direitos acionáveis por todos indiscriminadamente. Será na realidade concreta dos conflitos judicializados que se imporão, ou não, conforme os fatos, essas proposições; observe-se que são humanos tanto o autor como o réu em uma ação judicial; é humano, por extensão, o Estado, na representação da sociedade.

O fato é que as diferenças entre os interesses manifestados pelas pessoas surgem no convívio e nas suas disputas judiciais. Nessas últimas, nas questões complexas, não há como fazer valer igualmente as dignidades plenas de uma parte e outra, independentemente dos fatos. Isso levaria a impasses insolúveis.

As normas constitucionais são norteadoras. Não estabelecem um modelo mecanicista, sem conflitos, a ser reproduzido por todas as comunidades e na nacional. A dizer: um modelo em que funcionemos como um todo articulado em favor da excelência moral efetiva de todas as relações sociais. Seria uma utopia totalitária supostamente “do bem”. É algo inimaginável no mundo real, em vista da inafastabilidade de ponderarem-se, para aplicação no plano das relações sociais postas em juízo, quando declarações constitucionais se opuserem, uma a outra, nos seus comandos de dever-ser.

A noção de dignidade humana não serve para entendermos as diferenças entre os seres humanos dentro do espaço social correspondente a uma comunidade.

Estruturas formais e informais veiculam honra

Para a teorização desenvolvida neste ensaio, a dimensão honra traz à luz a estrutura informal de honra dentro de cada comunidade, em articulação com a estrutura formal da honra. Essa surge junto à estrutura formal. Por certo, só se percebe o informal quando em contraste com o formal. A dimensão honra ou a honra como fenômeno psicossocial e cultural, serve como nexos motivacional para a viabilização de poder/influência a transformarem-se em acatamento. A honra, nesse sentido, parte do detentor de poder ou de influência e é reconhecida como suporte bastante de autoridade por aquele que acata.

A estrutura informal não tem objetivos explícitos; é um emaranhado de conexões pelas quais fluem influência e acatamento interpessoais. Impacta a estrutura formal com a qual convive na mesma comunidade, e é impactada pela estrutura formal, que, essa sim, tem objetivos explícitos ou, ao menos, identificáveis. A rede correspondente à estrutura formal é uma rede de dever-ser, que prescreve que uns devam obedecer a outros. As duas estruturas, ou redes, estão em interação permanente.

A honra é observável, em uma e outra estrutura, como um contexto psicológico entre quem formula o que fazer e quem acata, como acata ou não acata. A honra opera em lugar da força bruta, ou da ameaça imediata do seu uso. Seja na formatação das conexões de poder e acatamento, nas estruturas formais. Seja no desenho das conexões de influência e acatamento, nas estruturas informais. As comunidades humanas não são programadas como as colmeias e os formigueiros. Temos a necessidade de nos ajustarmos, um ao outro, mediante interações ou comunicações sociais. Alguém aceita o poder ou a influência de outrem em vista de concluir que o poder ou influência são legitimamente merecedores de acatamento. As regras legais, regras organizacionais e o controle social explícito não teriam força bastante para garantir a fluidez do processo de poder/influência para o acatamento. O nexos motivacional da honra ajusta, corrige, reforça, transforma, afasta ou limita o previsto no dever-ser, ou na regulação. O cumprimento do previsto se dá conforme o filtro psicossocial do “fazer sentido”, conforme a dimensão teórica “*sensemaking*” encontrada nas pesquisas do psicólogo social norte-americano Karl E. Weick.

O nexos motivacional da honra é um segundo nível de relacionamento social para o processo de poder/influência até o acatamento. Nele, faz-se a leitura dupla, ou interativa, do que faz sentido ser feito em uma ótica contextual ampla. O que fazer, quando e de que modo, ou não fazer variam nesse quadro de complexidade.

Honra é um nexos motivacional na comunicação entre o detentor de honra

e o aceitante da autoridade vinda da honra. A honra manifesta sua utilidade social quando alguém aceita o poder ou a influência vindos de outro. A honra é sempre social. A honra íntima apenas se presume que exista.

As comunidades são sistemas de condutas interimbricadas de pessoas: de uma para a outra, e de volta; são sistemas em incessante *processo de se organizar*, conforme aproveitamos da argumentação do psicólogo social Karl Weick. A instabilidade do persistente “organizar” é da sua natureza. A efetivação das interimbricações possíveis acontece após prévia apreciação dos indivíduos implicados. Isso é feito mediante dupla checagem da significação. No nosso caso: (i) a honra apresentada deve ser ao mesmo tempo percebida pelo destinatário, e (ii) a honra como percebida é ratificada pelo emissor. A mensagem é assim passada e recebida; torna-se ação ou conduta

Especialmente em situações inesperadas, as duplas checagens (de e para cada indivíduo implicado, em idas e vindas) acontecem na busca do significado do que está a ocorrer. Pode-se mesmo improvisar-se um arremedo de ação na tentativa de obter-se clareza sobre o que efetivamente fazer. Tudo pode ocorrer em um segundo ou fração, como sabemos de experiência própria no nosso cotidiano.

A apreciação intersubjetiva (de uns aos outros) é atividade permanente das pessoas em comunidade. Buscam-se posicionamentos e projetos de interimbricação a acatar, ou não; procura-se sempre o “fazer sentido” a cada tempo.

Na estrutura formal, a carga de honra atribuída institucionalmente ao indivíduo coincide com o seu posicionamento, o da pessoa, quanto a poder formal. A estrutura formal corresponde ao seu mesmo sistema de honra. Não poderia deixar de ser assim, na medida em que as estruturas formais são organizações artificiais. Como tal, artificiais, não surgem da interação social natural, mas sim são projetadas como relações sociais especificamente modeladas para dados propósitos e produzir os resultados institucionalmente desejados.

Na estrutura informal, prevalece a avaliação que os indivíduos fazem, uns dos outros, quanto à autoridade para influenciar e de quem acatar a influência. Aí está a estrutura informal como uma rede de influência e acatamento. Tal honra corresponde a autoridade, maior ou menor, efetiva ou latente, para influenciar as condutas, em um processo de relações sociais livres, sem engessamentos e regras modeladoras. Alguma modelagem, se assim se quiser, também desenha a estrutura informal, se considerarmos a força da história social, das tradições, do carisma, das expectativas de proveito, dos preconceitos, das admirações, das aparências físicas, das afeições, das genealogias, das lealdades pessoais, das fidelidades familiares, das visões de mundo, do prestígio, da utilidade social, da liderança, do poder econômico, da posição na estrutura formal, da profissão.

A honra está presente desde quando os seres humanos se organizam em comunidades mais complexas. Isso, a nosso ver, deve ter ocorrido, evolucionariamente, em seguida aos grupos chamados bandos e às tribos. Ou seja, no tempo dos primeiros principados, reinos e impérios. Supomos que os bandos e tribos eram bastante simples para irem além de regras de convívio com base na ordenação do impulso de sobrevivência entre as pessoas dentro do grupo e da necessidade da sobrevivência coletiva frente a outros grupamentos humanos.

O impulso da honra parece ser a forma evolutiva ou civilizatória do impulso de sobrevivência. A sobrevivência e os acordos quanto a como sobreviver em grupo parecem estar por trás das estruturas formais de poder, com o que se organizam comunidades complexas. Isso decorre da busca de garantir o comércio e a satisfação da fome de grandes populações. Tais estruturas formais correspondem ao estabelecimento de linhas de competência, poderes delegados, nobilitação dos guerreiros, coletores de impostos, conselheiros etc. A honra e a sobrevivência se imbricam na medida em que o poder estrito senso convive com a influência como indutores de acatamento.

As estruturas informais caracterizam-se por serem construídas dentro do mesmo espaço social das estruturas formais, ou seja, com as mesmas pessoas. Por certo, as primeiras avaliações da honra alheia e da própria do indivíduo tiveram por base, é de se supor, as posições sociais dos indivíduos nas estruturas formais. Em seguida, no mesmo espaço social, os dois tipos de estrutura divergem, por tempos, e convergem outras vezes com alguma coincidência de posicionamentos.

Por que usar a honra como medida, em lugar de prestígio, virtude, carisma, reputação, poder simbólico, qualidade social, distinção e o mais do tipo?

Porque: Primeiro, o termo honra é sinônimo possível para todas essas palavras. Segundo, o termo honra tem aplicações numerosas e muito ricas em nuances desde o começo de nossa língua. Terceiro, tem inserção cultural desde os primórdios da Roma Antiga, e antes com seu equivalente na Grécia. Quarto, possibilita uma gradação: alguém pode ter mais ou menos carga de honra em relação a outras dentro da comunidade. Quinto, é adaptável para uso no estudo de comunidades pequenas, como a família, o partido político, congregação religiosa, clube recreativo etc. E ainda comunidades criminosas, como a máfia, associações público-privadas para corrupção, nessas também a honra de cada um é definida pelos seus atos e a conduta desleal é punida exemplarmente.

A estrutura formal da comunidade se identifica com o dever-ser do exercício do poder e acatamento entre as pessoas em uma comunidade, com ou sem personalidade jurídica. Coincide com o dever-ser presumível da cooperação orientada para os propósitos comunitários. A estrutura formal existe em alguma medida mesmo em comunidades difusas, sem personalidade jurídica e sem organograma. Trata-se, nesse caso, de como esse tipo de comunidade parece ser uma vez observada superficialmente ou à distância por um observador externo.

A estrutura informal da comunidade é algo escondido, fora do alcance do observador externo superficial. Tal estrutura informal só é descritível mediante o levantamento empírico do que chamamos rede informal de honra. O resultado será um sociograma com setas de direcionamento de quem reconhece mais honra em quem, e reconhece menos honra em quem. A estrutura informal é uma construção que mostraria a dinâmica, no tempo, do referido sociograma.

As duas redes de posicionamento social divergem entre si. A estrutura informal impacta a estrutura formal da comunidade quanto à efetividade de seus objetivos e resultados. A rede informal mostrará pequenas redes de oposição escamoteada à estrutura formal; mapeará grupos informais em que a linha de autoridade é diferente daquelas explicitadas na comunidade abrangente; mostrará a presença de pessoas em mais de um grupo informal; identificará a expansão dos grupos informais para fora da comunidade com a participação de estranhos, vindos da família, da associação profissional, do clube, da congregação religiosa etc.

Pergunta-se: É possível que as duas redes de posicionamento social se repitam, sem divergências? Estrutura formal e estrutura informal poderiam convergir inteiramente? Teoricamente é possível. Esse é o sonho dos consultores em Gestão; é questão versada na Teoria das Organizações. Em isso ocorrendo, o cumprimento dos propósitos e objetivos declarados da comunidade seria pleno, sem perdas evitáveis de tempo e recursos.

Não existem estudos empíricos descritivos do que aqui chamamos estruturas informais. O nosso fundamento foram as teorias transversais sobre redes sociais e em especial os estudos sociológicos e de Gestão sobre “Capital Social”. No presente artigo, assumimos a existência de um “capital honório”, sendo honório o adjetivo possível vindo do nome próprio masculino, Honório, a significar “homem de honra”. Ou seja, um maior potencial de influência e maior expectativa de acatamento por parte das pessoas com mais relevante carga de honra na avaliação social em dada comunidade. Tal “capital honório” é mensurável pela qualidade e quantidade, maior ou menor, de conexões em rede que tenha uma pessoa estudada com outras pessoas dentro de dada comunidade.

Também nos serviram como base, trabalhos de Gestão, com seus interesses específicos, sobre estruturas informais *vis-à-vis* estruturas formais. O que nos

importa, no entanto, é a descrição da carga de honra de cada indivíduo na comunidade onde esteja. Os limites da comunidade serão os da estrutura formal; nesse espaço social se estudará quem é quem em honra intersubjetiva. Por evidente, a coincidência de honra social e posição formal no plano do dever-ser reforça, em muito, a qualidade e eficácia do poder do indivíduo analisado.

Sobrevivência e honra se imbricam. Na Roma Antiga, sobrevivência relaciona-se com a antiga deusa *Virtus*, e honra com o deus *Honos*; entidades vistas como uma dupla para efeito da devoção dos seus crentes. Honra vem do latim *honor*; *honoris*, sendo *Honos* o deus romano da honra, parceiro de *Virtus*, a deusa da virilidade ou da bravura na guerra; O culto duplo de *Honos* e *Virtus* tem registro há mais de 250 anos antes de Jesus.

Estruturas informais de honra parecem existir desde as primeiras comunidades políticas de muitos milhares e mesmo milhões de pessoas. Isso ocorreu, provavelmente, há cerca de 5 mil anos, ao tempo da formação do Egito Antigo. Nessa ocasião, surgiram o príncipe ou rei, os seus leais, os guerreiros com sua qualidade de nobreza, os sacerdotes, os agentes régios na administração e na tributação, os combatentes a pé, os comerciantes, os pecuaristas e agricultores, os artesãos, os servos e os escravos.

A atribuição ou reconhecimento de funções na comunidade régia ou imperial leva à hierarquização social (estrutura formal) e, no que aqui nos importa, a uma rede informal de honra (estrutura informal). É provável que a estrutura informal estivesse na origem de rebeldias, golpes e guerras em busca de uma nova estrutura formal.

Antes dessa fase histórica o que acontecia, presumivelmente, era o impulso da sobrevivência. Tanto aquele regulado interpessoalmente dentro de cada comunidade, como aquele ocorrente nos conflitos armados entre bandos de coletores e caçadores e entre tribos. A força física é empreendida com coragem quando a questão é simples, como o é a posse do território necessário para a vida comunitária; os covardes tendem a fugir para longe na floresta. A experimentação da honra social ocorre quando dos aplausos com que os mais valorosos são recebidos ao voltar dos embates. A comunidade passa a vê-los como admiráveis. Essa mesma admiração incorpora-se à mente do guerreiro valoroso como um autorreconhecimento do próprio valor. Começa, desse modo, a dimensão honra social como algo que ocorre de forma variável e tímida entre os membros de uma comunidade primitiva e adentra a era dos principados, reinos e impérios. Tendo-se a referência central nos guerreiros, os demais, como o príncipe (ou rei ou imperador), os

seus conselheiros, sacerdotes e os outros vão sendo posicionados em uma rede informal de honra. Tal rede muitas vezes não corresponde à estrutura formal da comunidade política. Como exemplo: o general vitorioso pode ter mais honra que o príncipe; ou o sacerdote-chefe igualar-se ao príncipe. Ou ainda o comerciante riquíssimo, com laços em terras distantes e mercadorias de lá, pode ser visto como tão honorável quanto os grandes guerreiros.

É curioso que a nova era da honra é acompanhada da malícia, espionagem, mentiras, torturas, dissimulações, engodos e tudo o mais que não é honrado. Por certo, a avaliação da honra se restringe a cada comunidade guerreira, e não no que for feito “honradamente” contra a comunidade inimiga, seja o que for.

Na pesquisa para este ensaio, fizemos o cruzamento das aplicações que têm o substantivo abstrato honra e seus derivados.

Derivam do substantivo honra: honrar, honorar, honroso, honório, honarina, honraria, honorável, desonra, honorífico, honorário, honorabilidade, honrado, honradez, honorifica, honorificado, desonrado, honramento, honrador têm na nossa língua e suas irmãs ocidentais. Bem como, se têm as expressões: ter honra, palavra de honra, fazer as honras, corte de honra, sistema de honra, dano à honra, questão de honra, honra a Deus, celebração em honra, conceder honras, honra subjetiva, honra íntima, honra objetiva, honra social, honra nacional, legítima defesa da honra, honra mafiosa, honras de gala, direito personalíssimo à honra, honra familiar, honra ao mérito, campo da honra, *fons honorum*, *doctor honoris causa*, *honos alit artes*, honra da pátria, honrar os pais, honrar a pátria, honrar os ancestrais, honras fúnebres, guarda de honra, lavar a honra, dama de honra, beber em honra, presidente de honra, legião de honra, honras da casa, honorários profissionais, honras militares, honras de gala, ordens honoríficas, gol de honra

As comunidades, sejam ou não também pessoas jurídicas, seguem o que ocorre aos indivíduos, quanto a avaliação de honra. A família tem honra; pode se tornar coesa e vingativa por conta de uma ofensa à sua honra comunitária. As nações do mesmo modo, os grupos étnicos, raciais e de comportamento sexual também.

Quando a honra ofendida é a comunitária, ela se fortalece. Passa a haver um movimento de exposição afirmativa da honra íntima e social que se quer fazer aceita na sua comunidade abrangente, normalmente a comunidade nacional. É o caso do “orgulho gay”, do “feminismo”, do “orgulho negro”, do “legado indígena”, do “supremacismo branco” e do “nacionalismo religioso”.

Estruturas que convivem

A mesma pessoa está em inúmeras comunidades, como na família, na vizinhança da aldeia ou no condomínio, na empresa, na ONG, nas associações profissionais, em todas as hipóteses de organização social, mesmo nas efêmeras como as maiorias e minorias em assembleias de todo o tipo.

Um pai chefe de família está no topo da estrutura formal da sua casa. No entanto, não é incomum que a mãe seja a chefe, na estrutura informal, ou que a condição seja compartilhada. Abaixo, ficam os filhos e filhas, netas e netos, com posições variadas, tendendo para os mais velhos terem mais pontuação formalmente. Todavia, na estrutura informal, o bebê pode ser o mais honrado, ou o filho mais novo mais bem-sucedido. Um bebê masculino primogênito de uma casa real do Antigo Regime, seria muito bem-posto tanto na estrutura formal como na informal da comunidade casa real.

Os indivíduos encontrados em uma família têm posição em outras comunidades, inclusive em outras famílias e famílias extensas. E ainda na empresa ou nas comunidades de trabalho em geral. Lá, eles vão ter uma outra avaliação.

Fatores informais podem ensejar maior honra para quem tenha menos poder formal. Influenciam para uma pontuação mais alta, as posições externas de honra da pessoa em outras comunidades, como o sindicato de empregados, a associação profissional o meio acadêmico, o grupo de amigos, a congregação religiosa, o partido político.

O Congresso Nacional é menos uma comunidade e mais uma arena ou palco de disputas. Nesse quadro, existem muitas comunidades lá reunidas, como as bancadas partidárias, a mesa diretora, as bancadas temáticas, a bancada da maioria, a da minoria, as comissões temáticas e especiais. Em cada uma dessas comunidades existe uma estrutura formal e uma informal, o que faz com que a posição de um parlamentar, em uma, reforce ou não sua avaliação em outra. O posicionamento formal de um parlamentar em uma comunidade pode ser reforçado ou reduzido pelo fato de sua posição em outra comunidade, seja na estrutura formal ou informal dessa última.

Nas Forças Armadas, durante a paz, as comunidades de militares ativos, - com seus generais, oficiais superiores, oficiais inferiores e sargentos – se imbricam com um grande número de outras comunidades influentes. Tais comunidades adjacentes, em que os oficiais e sargentos têm presença, são as suas famílias próximas e extensas, as associações de classe, clubes militares, associações de ex-alunos de instituições militares de ensino, associações de mulheres de militares etc. Observe-se a condição de alguém como membro dessas outras comunidades faz com que sua avaliação informal, na sua comunidade dos militares ativos, seja diversa,

em alguma monta, da que é estabelecida pela hierarquia militar, a estrutura formal.

As Forças Armadas existem para a guerra. Na guerra, os generais, oficiais, sargentos e soldados são avaliados por sua honra no comando e em combate. Essa é medida pelo comprimento mínimo, razoável e máximo do compromisso do indivíduo militar com os objetivos comunitários de vitória, conforme o dever-ser da estrutura formal. A covardia e deserção são desonra plena. A estrutura informal da mesma unidade militar poderá apresentar outros heróis e outros covardes.

A guerra é a situação em que a honra em favor da comunidade militar combatente (modernamente: o pelotão, o batalhão, o regimento ou o exército) é exigida. A valorização do simples impulso da sobrevivência poderia levar à covardia e à deserção dos guerreiros, o que os governos não querem. Nos combates posteriores ao tempo remoto dos bandos e tribos, o impulso de sobrevivência é substituído pelo prestígio pleno da honra. As guerras entre nações tendem a ter motivos e justificativas complexas, de um lado e do outro; o simples impulso de sobrevivência não funcionaria.

A vizinhança, a aldeia, ou a rua ou condomínio onde se reside é por certo uma comunidade. Nela também se tem uma estrutura informal ainda que difusa. Os indicadores de honra são variados. As pessoas se perguntam: De que comunidade outra ou outras pertence o observado e qual sua posição nelas? Que sinalização de estamento socioeconômico mostra a sua casa ou apartamento onde reside? A que comunidade profissional pertence e sua posição lá?

Nas comunidades urbanas, regionais e nacional brasileira, a descrição de uma estrutura formal é difícil (poder político?) e a informal é muitíssimo mais. Ocorre uma quantidade enorme de dados vindos de variadas origens comunitárias. A apreciação crítica visual de quem seja quem é o meio que prevalece. Importam os preconceitos do analista quanto ao analisado.

A avaliação tende a ser preconceituosa na medida em que é normalmente superficial. Faz-se, ao que parece, um apanhado de quem possa ser a pessoa em um repertório de possibilidades e combinações. Os preconceitos referidos são critérios de avaliação já instalados na mente comunitária. A avaliação social (urbana, regional e nacional) mais favorável de alguém quanto à sua honra não significa aprovação prazerosa dos outros; pode haver e há muita desconformidade entre o desejo de como deveria ser para o gosto dos avaliadores e como é de fato até para eles mesmos. A avaliação que efetivamente é feita tem base, em boa parte, na tradição como essa vinha sendo intergeracionalmente. Influenciam assim, no julgamento popular da honra alheia, as sinalizações de poder anacrônicas, as discriminações antigas e os sentimentos preconceituosos vindos da educação, exemplos e valores familiares do avaliador.

As pessoas valorizam mais sua presença em uma comunidade que em outras? Sim, isso parece ocorrer. Muitas vezes, as pessoas se sentem mais comprometidas com

a sua família ou grupo de amigos que com qualquer outra comunidade; ou mais leais com um partido político, comunidade religiosa ou cultural; ou mais obedientes aos interesses de seu grupo, ainda que ilícitos, como as máfias; ou mais preocupados com a sua comunidade étnica ou cultural que com o resto; ou ainda mais ligados à empresa ou associação onde sejam diretores, sócios ou membros comuns.

Esse fenômeno compromete o cumprimento de propósitos e da coesão de cada comunidade na sua estrutura formal, uma vez que há nelas outras afeições e ealdades, explicáveis pela análise da sua estrutura informal.

Honras íntima, social e por atribuição

Honra íntima

A honra íntima não tem caráter social. Serve, especialmente no Direito, para indicar o que deve ser protegido na pessoa contra abusos dos outros. Não se admitem a força, a humilhação e a subjugação em todas suas possibilidades de injustiça.

Existe um tema que se aproxima da discussão da honra íntima. É o da ação do indivíduo ao contatar as diversas comunidades com as quais vai interagir. Vamos a esse assunto.

A percepção da honra no plano individual surge quando o filhote humano toma noção de como existir com autonomia e procura entender a sua cultura imediata, interações, comunidade próxima e as hierarquias que logo percebe, e por fim as estruturas informais das comunidades onde tem inserção. Tais comunidades são, de início: a família próxima, a família extensa, a turma da escola, a vizinhança.

O indivíduo aprendiz tem a si como centro ou ponto de observação, aprendizagem e ação. A honra social é experimentada tanto ativamente, quando agimos lícita e favoravelmente a nós e aos outros ou à comunidade onde estamos e somos bem recebidos, como reativamente quando acatamos o mesmo tipo de ação vindas dos outros. Descobrimos o que é certo e errado nas interações; e o que dá certo e o que dá errado.

A honra é denotada pelo prazer ou conforto que experimentamos quando nos fazemos úteis aos outros ou à comunidade por uma contribuição nossa. Na idade adulta, observa-se o gosto da honra aflora no sorriso do cirurgião que tem sucesso em um procedimento difícil e a família agradece a ele. Surge no grito do soldado que enfrenta a fuzilaria inimiga e é condecorado depois disso. Na fisionomia doce da enfermeira que limpa o doente e esse lhe sorri e lhe diz obrigado. Na resposta atenta que o professor dá à pergunta do aluno genuinamente interessado.

Honra social

Na avaliação da honra social de alguém, observa-se o posicionamento do indivíduo na estrutura formal da comunidade que se estude, bem como sua posição na estrutura informal da mesma comunidade.

O estudo do posicionamento da pessoa na estrutura formal será muito mais simples. A análise mais atenta irá ao exame dos planos de carreira do indivíduo observado, sua estabilidade no posto ou cargo, a previsibilidade de demissão ou de promoção etc. Esses dados são importantes porque, com certeza, serão também de algum conhecimento pelas pessoas em geral da comunidade e farão variar a carga de honra de cada um.

O levantamento e a análise da estrutura informal serão difíceis, especialmente quanto às razões das escolhas no reconhecimento de honra em alguém. As pessoas usam subjetivamente de dados vindos de muitas fontes: história social, tradições, carisma, expectativas de proveito, preconceitos, admiração, aparência física, afeição, genealogia, lealdade pessoal, fidelidades familiares, visão de mundo, prestígio, utilidade social, liderança, poder econômico, posição na estrutura formal, profissão etc. Esses elementos são apresentados comparativamente pelos participantes de uma comunidade na avaliação uns dos outros.

Seria o poder econômico de pessoas naturais e jurídicas gerador de honra social para essas pessoas?

Sim. O poder econômico, na cultura capitalista contemporânea, não se desenha como apenas poder de fato. Na cultura capitalista, - com seus valores estruturantes, princípios e ordem jurídica compatível com o regime de produção – o poder econômico gera avaliações positivas de honra social.

Há avaliações comparativas entre os dirigentes e empresas de um mesmo ramo, bem como a dos consumidores quanto aos concorrentes de um mercado, no que é chamado, em Direito Concorrencial, de “mercado relevante” de um tipo de produto ou serviço.

Existem indicativos de maior honra de certas empresa e grupos econômicos. Assume-se que as empresas cumpridoras das normas - antitruste, das disposições de defesa do consumidor, de responsabilidade social, e das obrigações ambientais, tributárias e trabalhistas – sejam reconhecidas como tendo maior honra social. O momento contemporâneo do capitalismo é de restrição legal dos abusos que, antes, podiam caracterizar os produtores de bens e serviços. Hoje, fala-se na “função social da empresa”.

Honra por atribuição

Honra por atribuição é, de regra, um apêndice de honra social já reconhecida. A honra por atribuição explicita uma avaliação social já existente ou ocorre em sincronia com a mesma avaliação.

Observamos dois tipos de honra por atribuição: (i) o ocorrente nas comunidades políticas e nas privadas, junto com a investidura de poder formal em certas pessoas; e (ii) o ocorrente a partir das outorgas, por monarcas, governos e entidades privadas, de prêmios e galardões.

O primeiro tipo vamos chamar de *honra por atribuição de poder* e o segundo de *honra por atribuição de prêmio ou recompensa*.

Honra por atribuição de poder

A honra por atribuição de poder é a honra atribuída ao honorável por uma comunidade em processo de estruturação formal. Pode desdobrar-se em dois tipos:

- Hipótese: Uma comunidade primitiva desorganizada necessita de coordenação para a obtenção de recursos e de defesa nos seus conflitos externos. Solução: Cabe a constituição inaugural de chefes tribais, homens fortes, reis, dinastias e ainda da constituição original de lideranças religiosas. Também se pode aplicar às comunidades criminosas, na definição de quem devam ser seus chefes.

A dinâmica social neste tipo de atribuição de honra é a da fricção entre forças, de um lado, e o acatamento da força vencedora pelas demais forças e pela comunidade como um todo. A honra por atribuição - aos que se tornam chefes tribais, homens fortes, reis e dinastias, e chefes de organizações criminosas - é feita em retrospecto pelo grosso da comunidade passivamente ou, ao menos, conformadamente. Sem esse referendo da comunidade, o simples arranjo de forças não se firmaria no tempo.

No caso das lideranças religiosas (papa, rabino-chefe, pastor-chefe etc.), observa-se que sua constituição inaugural é feita mediante o apoio e a aceitação dos crentes que simultaneamente acatam a autoridade do líder.

- Hipótese: As comunidades avançadas, como as democracias, não devem constituir dirigentes mediante lutas e guerras.

Solução: O voto torna-se a forma de passar honra por atribuição de po-

der. O mesmo ocorre com os sócios ou associados eleitores em uma sociedade empresarial ou em uma sociedade civil, inclusive em certas comunidades religiosas.

Muitas vezes não há o voto universal dos componentes da comunidade. O voto é segregado a um corpo de eleitores que opera com independência. Esse é o caso do “colégio de cardeais” na Igreja Católica, dos acionistas com direito a voto nas sociedades anônimas etc.

Honra por atribuição de prêmio ou recompensa

A honra por atribuição de prêmio ou recompensa é a que é passada a alguém por um gerador de honra formal, como um monarca, um governo, ou uma entidade privada reconhecida como atribuidora desse tipo de honra, como a Comissão do Prêmio Nobel ou a do Oscar, entre outras muitas, como as escolas, que até há pouco tinham seus “quadros de honra”, a que os melhores alunos eram guindados.

São exemplos desse tipo de honra por atribuição: a outorga de títulos nobiliárquicos, brasões, medalhas, terras, tenências, pensões em dinheiro; sentenças de reconhecimento de nobreza; diplomação como oficial de força armada; investidura em ordem militar cavaleiresca e em ordem especificamente honorífica; prêmios por mérito científico ou artístico, ingresso em academias de ciência ou de letras.

Na Idade Média, chama-se de “honra” a própria terra atribuída a alguém pelo rei, onde o beneficiado construiria, ou já construía, seu castelo ou solar e poderia exercer alguma jurisdição. A expressão “*fons honorum*” reconhece nos monarcas o poder de outorgar honra, sendo tal poder expandido, na contemporaneidade, aos governos e mesmo entidades privadas. A ideia é de que os monarcas detinham o poder de gerar honra como uma decorrência da teoria do poder divino dos reis. A origem de toda honra estaria em Deus. Trata-se da imposição à comunidade do ato da atribuição de honra a alguém, sendo isso seguido de protocolos de tratamento e cortesia que comunicavam a nova condição do agraciado.

A honra social, de regra, lastreia, ou deveria lastrear, a honra por atribuição de prêmio ou recompensa. O que for honra por atribuição, sem ter honra social prévia, tenderá a ser discutível, ou mesmo ser tida como ilegítima. De outro lado, a honra social prévia é realimentada poderosamente pela honra por atribuição. A honra por atribuição é, fundamentalmente, um reconhecimento formal. Daí o porquê dos descartados, mas merecedores desse reconhecimento, se sentirem magoados.

A honra por atribuição de prêmio ou recompensa tem, ao que parece, dois tipos de efeito. Primeiro: se feita em favor de alguém com merecimento, aumenta em alguma medida a sua carga de honra social tanto nas estruturas informais como nas formais. Segundo: se feita em favor de alguém não-merecedor, tenderá a não

ter consequência nas estruturas informais onde a pessoa esteja; só terá efeito, nas estruturas formais onde o observado tiver presença, se simultaneamente corresponder a uma elevação no posicionamento da pessoa.

O tipo secundário de honra por atribuição de prêmio ou recompensa é aquele em que é a comunidade ou um indivíduo que direcionam um ato de honrar. “Honrar alguém” significa reconhecer explicitamente ou atribuir honra a alguém. Neste sentido, “honrar pai e mãe” corresponde a o filho ou a filha comportarem-se socialmente para manter a importância dos antepassados, bem como para aumentá-la por seus atos. Curiosamente, os atos de filhos ou filhas podem engrandecer os pais para além do seu merecimento objetivo, em uma reedição romanceada do passado. “Honrar a Pátria” e “... a família” têm semelhança com o “honrar pai e mãe”.

Outros exemplos desse sentido de honra atribuída estão na expressão “*fazerem-se as honras*”, com o que se presta àquele, reconhecido como tendo dada honra social e por atribuição, o tratamento pertinente: solenidades, salvas de tiros, discursos de saudação, guarda de honra, desfiles cívicos e militares etc. Tais procedimentos são, por vezes, constantes em leis e regimentos, o que lhes dá caráter formal, como a etiqueta oficial a ser seguida.

As regras de boas maneiras, que surgem no ocidente na França do Antigo Regime, são orientadas para o respeito à honra do outro. “Boas maneiras” chamam-se também etiqueta, ou seja, (étiquette, em Francês) pequena ética. Por elas, as pessoas se reconheciam nas suas diferentes honras sociais e por atribuição. Só na situação de convívio na comunidade de uma corte, como ensina Norbert Elias, os senhores e senhoras do campo se tornam gentis. Quando todos antes viviam em suas terras, sem interação com outros senhores e senhoras, o desleixo era a regra, não havia com quem trocar boas maneiras ou medir-se em importância.

Honra e genealogia

No livro *Homo Genealogicus – gênese e evolução do ser humano socialmente importante*, 2017, tratamos detidamente do tema que se segue.

A honra pode se tornar um bem autônomo. A dizer: uma “coisa” que pode ser transmitida de pessoa para pessoa intergeracionalmente, ou seja, genealogicamente. A honra, nesse sentido, pode ser o legado de um rei, um nobre, um

indivíduo importante ou interessante a algum título. Também pode remeter a antepassados briosos e honestos, ou revolucionários e rebeldes, e mesmo escravizados históricos. Tudo depende da história que se conte, como por exemplo a rebeldia justa e corajosa do ancestral contra uma comunidade opressora.

Na avaliação da honra social de uma pessoa, até hoje na contemporaneidade, as comunidades impressionam-se com as referências a antepassados e a ligações de parentesco, inclusive na forma de mera origem étnica. A pessoa avaliada em sua carga de honra social é observada também por sua genealogia. Isso já foi muito relevante no passado, mas ainda hoje tem peso para muitos.

No passado, desde a Baixa Idade Média até o século 19, ou mesmo o 20, ser filho ou filha de alguém importante levava a esse filho ou filha a ser também necessariamente honrado, independentemente de sua conduta e qualidades. Esse é o sentido da honra como um bem que se transfere.

Até o século 18, ao menos, ser nobre, ou socialmente distinto dos outros, por posicionamento social superior, era inafastável para todos os candidatos a novos títulos, cargos e posições importantes. Pode-se dizer que o rei e as estruturas régias só confiavam nos nobres. Nobreza e poder se confundiam.

A memória social desses fatos remotos faz com que, ainda hoje, a genealogia pessoal importe nas avaliações de honra social de alguém em uma comunidade. Hoje, em cada comunidade existe um tipo de reconhecimento de honra genealógica, conforme a história e os propósitos daquela mesma comunidade.

Os genealogistas desempenharam papel relevante na construção de uma “genealogia da honra”. Esse fenômeno existiu e existe em todas as comunidades nacionais, de todos os tempos, mesmo nas repúblicas e democracias. Por tal razão, as pessoas fizeram - e fazem hoje - todo o possível para realçar o merecimento intergeracional da uma melhor avaliação social hoje. Certas condutas e maneirismos servem de apoio a uma edição que alguém faça de si; como: estilo de vida à cata do que seja visto como elevado; gesticulação com contenção e redução das expressões do rosto; marcha com passos firmes sem olhar para trás; aparência grave e, assim, preocupada com assuntos importantes; vestuário e acessórios que sinalizem qualidade social.

Honras régias postas para venda e compra

Foi comum, com ênfase no século 18 português, a negociação de tudo o que se possa imaginar de bens simbólicos e mesmo de expectativas de direito a esses bens. A honra por atribuição de prêmio ou recompensa era comprável, bem como o direito a ela. Esse fenômeno, típico da França, também se deu em Portu-

gal. Aquilo que seria apenas concedido quando justo, a um indivíduo já detentor de honra social significativa, passa a ser comprável a dinheiro ou outro meio de troca mundana. Vamos chamar a isso de *honras régias*, em lugar de nos referirmos especificamente a mercês, favores, títulos, comendas, pensões indicativas de serviços prestados, privilégios etc.

Registre-se que o mercado das honras régias era uma disfuncionalidade do Antigo Regime, ocorrida em especial a contar da instalação da dinastia de Bragança, em 1640, talvez dure até 1820, quando cessam em geral os padrões típicos do chamado Absolutismo. Observe-se que a disfuncionalidade está em todo e qualquer excesso. No entanto, tal caráter negativo só é observável por escrevermos do mirante de observação do século 21. É provável que, no tempo de então, ela não fosse perceptível. As coisas eram porque eram assim mesmo.

Nas honras régias, o elemento central é o de ser o rei, ou um agente em seu nome, a fonte geradora e atestadora de honras por atribuição de prêmios ou recompensas. A existência de honras por atribuição desse tipo se dá a partir da simples e suficiente vontade régia. São convenções que podem ser ampliadas, desdobradas, disciplinadas ou reduzidas por outras convenções, como seu instituidor, o rei, o quiser.

Aconteceu, em Portugal, um verdadeiro mercado de concessões de natureza econômica, como o comércio exclusivo disso ou daquilo e cobrança de tributos, como exemplos. Junto a essas outorgas de natureza econômica, também podiam ser objeto de outorga honras, como títulos nobiliárquicos e investiduras diversas.

Tudo o que fosse obtido pelo outorgado como honra, à semelhança das concessões régias no campo econômico, era considerado um bem autônomo. E como bem, apresentava comercialidade de origem, ainda que isso não fosse explícito. Podia ser vendido, comprado, repassado por testamento, doado e o mais, como que um ativo de “capital honório”. Assim, os bens desse tipo (econômicos e de honra) estavam em mercado, particularmente na última fase do Antigo Regime em Portugal, entre 1640 a 1820. Tanto os bens como as condições prévias para alcançá-los, ou seja, as expectativas de direito a eles.

O rei era o representante de Deus em um dado reino terreno; sua autoridade era divina, ou pela vontade de Deus. O rei era a fonte terrena de todas as honras (*fons honorum*), o mesmo que gerador primeiro de todas as honras. Tal como Deus o podia, o rei poderia criar “do nada”. O rei poderia “negociar” aquilo que fora capaz de convencionar e assim fazer existir. A rigor, na doutrina dos juristas monárquicos, o rei não barganhava, mas sim fazia valer sua augusta soberania para realizar o que lhe fosse do interesse ou para cumprir com o seu papel de retribuir aos que lhe tivessem prestado serviços ou sido fiéis.

Assim, as outorgas nascem como uma paga ou graça onerosa decorrente de coincidente prestação de ações de lealdade ou de sacrifício e de doação (dinhei-

ro ou bens) em favor do rei por parte de um súdito. Ou seja, já em um primeiro momento, existe o caráter de retribuição para o que o súdito tivesse feito de positivo ao rei. As honras por atribuição tinham, isto posto, também comercialidade, em um mercado secundário. A ideia de retribuição inclui a de que a honra por atribuição passe a ser objeto de novas trocas.

Podem existir assim honras régias postas em mercado, sujeitas a serem transferidas por operações de venda e compra. O que vai importar, apenas, é que o rei, como *fons honorum*, ou um órgão de governação, por ele, aprove as transferências, de um indivíduo para o outro, como o faria um contemporâneo cartório de notas. A venda e compra, no entanto, não incluía a superação da provanças; essas se mantinham necessárias, mas só se faziam rigorosas no caso de “limpeza de sangue”, ao menos até 1773, quando a prova de “limpeza de sangue” foi abolida. Observe-se que, no período de provanças, novamente, podiam ocorrer negociações para a compra de dispensas.

A venda e compra de honras régias não foi uma atividade escancarada ou do conhecimento aberto a todos. Não havia uma dinâmica de “consumismo”, como diríamos hoje, no século 21. Ao contrário, manteve-se discreta, ao menos até meados do século 18, de molde a não prejudicar ou desfavorecer o próprio valor dos bens negociados e de maneira a não reduzir os preços pela banalização.

Houve o uso constante da doação paralela de dinheiro, ou a prática de transações engenhosas, tudo para não se fazer clara a venda e compra da honra régia, tanto na ocasião da primeira outorga como nas transações secundárias. O resultado era de que os bens chegavam “lavados”, como hoje se diria, aos seus novos titulares, honras limpas da condição de objeto de comércio.

Entre os bens passíveis de venda e compra, estavam os anos de serviço ao rei, ou esforços semelhantes que podiam ser usados para requerimentos das honras régias desejadas. Atente-se que esses registros de esforço, lealdade e perdas sofridas no patrimônio e no corpo, como amputações ou cegueira, remetiam à necessidade de seu reconhecimento pelo rei, na forma de alguma retribuição sinalizadora daquela condição de honra social já existente. O súdito que detinha esse tipo de registro em sua vida podia vendê-lo para um interessado que disso precisasse para credenciar-se a uma honra. Quando fosse o caso, cabia ao detentor de um hábito na Ordem de Cristo renunciar a ele e, ao mesmo tempo, o seu comprador surgia como beneficiário do crédito, sem que se ligasse diretamente uma coisa à outra.

Outra forma de passar adiante uma honra por atribuição era a da nomeação de um beneficiário substituto, o qual devesse receber o bem em lugar do beneficiário final. Documentos que servissem de suporte para o pedido eram também passados por testamento a uma filha que os pudesse usar em favor de seu futuro esposo, mediante transferência como dote. Na verdade, com ou sem disfarces e

“lavagens”, quase tudo no mundo das honras régias era passível de negociação e de transferência, desde que se soubesse o caminho junto ao rei e na governação.

A governação portuguesa procurou regradar o mercado quando esse se agigantou. Determinou que as transferências dos bens do tipo que ora estudamos fossem feitas com pertinência quanto a parentesco e alguma razão justa.

Na contemporaneidade, não se tem mais a venda e compra de honras régias. Entretanto, coisa semelhante ocorre quando se usa de todos os meios para a obtenção, sem merecimento evidente, de prêmios literários, prêmios em artes, cadeiras em academias profissionais etc

Esse tipo de honra parece ter efeitos semelhantes aos das honras por atribuição de prêmios ou recompensa. Em suma, se for compatível com a honra social prévia do observado, terá algum efeito positivo, é de se presumir.

Sinalização da honra

Desde os tempos das primeiras grandes comunidades políticas, os humanos passaram a cobrir-se e adornar-se de maneira com que pudessem mostrar quem eram em relações aos outros. Cada comunidade, ao que parece, passou a desenvolver, em idas e vindas, uma semiótica descritiva da honra social e da honra por atribuição das pessoas. Entre as comunidades, estão incluídas as comunidades nacionais. Informa-se pela aparência, vestuário, adornos e objetos portados, e mais os trejeitos do andar, falar e gesticular.

Em cada comunidade étnica, com o curso do tempo, certos objetos, vestes e adornos passaram a estabelecer a confirmação de quem é quem no plano da honra social e da honra por atribuição. Junto a isso, as pessoas se sentem com mais daquela honra social a que correspondem os seus pertences. Em seguida, além do que vai ao corpo ou é portado à mão, as tendas e casas estabelecem distinção entre as pessoas e famílias da comunidade. Depois surgem os chefes que se fazem reis, os feiticeiros que viram sacerdotes e os guerreiros tornam-se formalmente nobres, ou seja, toda uma camada de gente com mais honra que as outras. Com bem menos ou nenhuma honra social e honra por atribuição, eram os agricultores, pastores, artesãos, mercadores, servos e escravos.

Esse quadro primário desenvolve-se muito nitidamente nos impérios mesopotâmicos, no Egito Antigo e em Roma. A simbologia torna-se exuberante com o apoio dos achados da metalurgia, artesanato e ourivesaria. No Antigo Regime europeu, com centro na França, o rigor das diferenças de honra social e por atribuição entre as pessoas é transformado em um código iconográfico. Todos poderiam conhecer a posição ou honra social e por atribuição de alguém pela observação do tecido

usado em roupas, os botões, as insígnias militares, as medalhas, anéis de sinete, as meias e calçados, os chapéus, o uso ou não de espada, o uso ou não de cavalo e de coches, a posse ou não de brasão, o tipo de residência, a existência ou não de escolta uniformizada etc. Nos tempos napoleônicos, com expansão por toda a Europa, as distinções sinalizadoras de honra social relativa continuaram firmemente.

As vestes, adornos e objetos, e tudo mais, ligados a uma dada detenção de honra sinalizam um monarca ou um alto dignitário ou nobre, e ainda qualquer detentor de autoridade. Isso ocorre de tal modo que a pessoa física será mais respeitada como autoridade quando ornada pela aura proporcionada pelos símbolos da posição. A honra que vai com a autoridade depende de ser apresentada ostensivamente. Muitas vezes, a autoridade, em especial a régia, é apresentada na forma de suas armas heráldicas, em papeis, selagens e prédios como a estender a presença do rei para além do seu corpo físico.

A condição de rei, a realeza (*“kinghood”*, em inglês, quando a literatura acadêmica foca esse tema), se bifurca na passagem do feudalismo para o estado absolutista. Separam-se a condição corpórea do monarca e a sua condição de rei, a sua realeza. Separam-se o rei como um ser humano com seus defeitos e fragilidades conhecidas por seus íntimos e servidores diretos, e o rei em sua realeza e glória, ou seja, como autoridade régia isenta de crítica. O rei é mais rei quando se veste majestosamente, se adorna com os símbolos da tradição régia, e porta seu cetro, no ambiente da sala do trono ou em desfiles na rua, em audiências e na celebração de missas, quando se confunde com o altar, visto na sua câmara lateral com a família.

Aproveitando-se a questão do rei acima descrita, observe-se que a autoridade de alguém investido de poder será menos efetiva se um general estiver de calção e camiseta na tenda de comando em uma batalha; um ministro de tribunal de bermuda em uma sessão de julgamento; um papa de batina curta com grafismos coloridos na condução de uma missa. Ao se falar de papas e reis, lembramos que é comum os reis britânicos adotarem um novo nome depois de coroados; e de os papas assumirem novos nomes ao serem eleitos pelo colégio de cardeais.

Hoje, o mesmo continua a haver no mundo ocidental. Ocorre, no entanto, de os sinais se confundirem na medida em que ninguém é impedido de usar as prévias indicações semióticas dos outros. Observe-se que, no século 17 francês, havia proibição do porte de espada e o uso de cavalo por um plebeu. Contemporaneamente, todos, homens e mulheres, têm acesso à mesma moda em curso, a qual é democratizada pela abundância de imitações. Inclusive certas modas vêm de origem popular, como os “jeans”, em um movimento improvável até o século 19.

Nos dias atuais, até mesmo as indicações de pertencimento étnico, como turbantes, quipás, véus, túnicas, barretes, burcas têm sido usadas por gente

fora da comunidade étnica, com as críticas revoltadas dos membros da comunidade de origem do símbolo.

Ainda que os sinais possam perder a clareza na contemporaneidade, eles têm algum papel, apenas eles mudaram. Hoje, o que indica honra social são os “jeans” de grifes de alto luxo, aviões, automóveis, as residências, as viagens ao Exterior, a presença de guarda-costas e de segurança à distância. Por certo, esses sinais podem induzir a erro, em um caso ou outro, mas de regra indicarão alguém com maior honra social. O que parece certo é que os seres humanos na medida do seu possível tentarão mostrar-se detentores de mais honra que os outros. Os sinais poderão ser imitados, mas não imunes a uma leitura semiótica atenta.

Existe ainda um outro ponto em relação à ostentação ou sinalização de honra. Trata-se dos maneirismos de corpo e de mãos, do andar confiante e o olhar observador, e o padrão da linguagem da elite, que pode ser apimentada por palavras pontuais e ditos populares, tidos como de bom gosto pitoresco.

Sobre a desonra social

A desonra é, de regra, desonra social. No plano profundo do psiquismo individual, cada um de nós tende a se explicar aos seus próprios olhos. Trata-se da proteção da nossa autoidentidade e do nosso mínimo amor próprio. A desonra social se dá em público e para os olhos do público de cada comunidade.

A desonra social é a perda por alguém de sua anterior honra social e/ou honra por atribuição, com possíveis repercussões sobre o psiquismo na forma de vergonha. Sua família, grupo social, entidade, a sociedade em geral, ou a governação, conforme o caso, retiram a honra social antes reconhecida no indivíduo e também as possíveis honras por atribuição. A comunidade tem a expectativa de que o desonrado mostre vergonha, ou seja, manifeste em si, em público, a dor da perda da reputação. Nem sempre isso ocorre.

O desmascaramento, a “perda do rosto”, é o que se espera socialmente do desonrado. No entanto, é rara a confissão sincera da vergonha eventualmente sentida. Quando a vergonha profunda ocorre, é possível o suicídio do envergonhado. De regra, a não-vergonha se dá mesmo frente à cassação justa de mandato eletivo, expulsão merecida da comunidade, condenação judicial com muita prova, excomunhão religiosa por heresia patente, banimento por crime grave, perda da patente militar ou do título por traição, cassação do direito de exercer uma profissão regulamentada por culpa grave.

A perda da honra social relaciona-se com a violação de normas legais ou de costumes ou de controle social. Neste quadro, depende do contexto do tempo

histórico-cultural e do seu pertinente ordenamento jurídico. Os valores e costumes mudam no espaço e no tempo.

Hoje, muitos jovens não casam e assim não formam as antigas famílias típicas dos meados do velho século 20; com isso as regras de comportamento impositivas a cada sexo tendem a sumir. As antigas hipóteses de desonra social tendem a reduzir-se com a atual pós-modernidade em que há conflito de visões de mundo e do certo/errado, e de tipificação da desonra social.

A desonra social se espalha seguindo o mesmo desenho do reconhecimento da honra social. Desonram-se os pais, os filhos, os irmãos e os netos; do mesmo jeito que a honra social e a honra por atribuição se espriam na família e intergeracionalmente. Do mesmo modo como a honra social e a por atribuição tendem a favorecer os liames de amizade e lealdade, a desonra social provoca o rompimento das amizades e libera dos compromissos de lealdade.

Ofensa à honra de outrem

A ação de revidar logo em seguida a uma ofensa é imemorial. Já a vingança é algo complexo, acontece no futuro. Pondera-se e planeja-se, no plano da consciência, quando seria a melhor ocasião para dar o troco e como fazê-lo. A execução é cuidadosa.

Os humanos são instados, pela tradição, a vingar-se. A rancor é guardado como um crédito de revide futuro, de um jeito em que as chances de defesa sejam reduzidas ao máximo.

O perdão judaico e cristão não é outra coisa que fugir-se das consequências socialmente desagregadoras das espirais de ações danosas e reações de volta, com personagens e seus descendentes em redemoinhos de créditos e débitos entrecruzados de restauração da honra. O perdão é substituto da vingança, e nessa qualidade de substituto faz as vezes de reação honorável. O perdão será mais demonstrador de honra se for alternativa a uma vingança impune que o ofendido tiver à mão. Pode ocorrer de o perdão, se for generosamente maior que a ofensa inicial, estabelecer-se uma expectativa de retribuição por parte do ofensor sobreperdoado.

Nessa lógica, a indenização em dinheiro por dano à honra é também um revide; muitas vezes contundente, porque vai direto ao bolso.

Até mesmo o ser humano escravizado, excluído de qualquer avaliação no plano da importância, se sente e se sabe detentor de honra mínima. Mesmo que

uma pessoa escravizada seja submetida à pressão da comunidade opressora para coisificar-se, tende a se manter capaz de retrucar ou de vingar-se. Daí a prática de se humilharem, por todos os meios, os escravizados e os trabalhadores braçais em direção a extinguir-se sua honra na raiz.

No Direito contemporâneo há os temas: direitos da personalidade, direitos humanos, direitos personalíssimos, direitos difusos e coletivos. Existem os direitos à vida, à integridade física, à livre expressão, à imagem, à honra (no sentido estrito), e mais uma infinidade de aspirações legítimas dos seres humanos. Foi assim no século 20. A regra era de se explicitar na lei ou doutrina jurídica o que fosse objeto de proteção.

Nas últimas décadas, tem-se firmado, no ocidente e no Brasil, a ideia de que é empobrecedor listar tudo o que seria expectativa justa de um ser humano hipotético. Melhor é entender que o axioma da dignidade humana ou da honra em sentido lato seria potencialmente abrangente para incluir o que – mediante argumentação – possa ser percebido, em situações concretas, como merecedor de proteção jurídica da comunidade nacional como estrutura formal. Trata-se de avaliar, nas situações concretas, se ocorre no caso clara hipótese de incidência de norma específica ou se há conflito de interesses em que se discuta a proteção, ou não, da honra, em vista dos fatos.

No campo do Direito, verifica-se ainda que a comprovação do dano à honra íntima, que os juristas chamam de “honra subjetiva”, não precisará ser feita, uma vez que se supõe este tipo de dano como ocorrido pela presunção da ocorrência dele em vista dos fatos (*damnum in res ipsa*). Não se mede o sofrimento, empiricamente, mas se supõe que o ato causador presume, em si, o efeito danoso. O *bullying* é possivelmente a primeira experiência de dano à honra que o ser humano enquanto criança menor sofre por ação de uma criança maior ou de um adulto.

Os danos causados injustamente por alguém à honra íntima (dignidade humana), à honra social e/ou à honra por atribuição de outrem devem ser reparados pelo ofensor em favor do ofendido. Ocorre injustiça sempre que se observe uma hipótese típica de calúnia, injúria ou difamação inclusive nos campos da homofobia, racismo, xenofobia e misoginia.

No âmbito do Direito brasileiro e ocidental em geral, admite-se que uma pessoa jurídica possa ter sua honra social ofendida, ou ainda das comunidades e grupos sociais. Exclui-se normalmente a possibilidade de dano à honra íntima da pessoa jurídica, uma vez que essa não existe como se dá com as pessoas físicas. No entanto, para as comunidades étnicas ou de categorias identificáveis é possível demonstrar-se a ofensa à honra íntima, como dignidade humana.

As reparações por danos à honra são feitas normalmente em dinheiro. Também em dinheiro são indenizadas as repercussões físicas, econômicas e fina -

ceiras que sejam causadas pelos mesmos atos que causaram o dano à honra.

Na contemporaneidade, para efeito das condenações judiciais por violação da honra, íntima, social e social por atribuição, é preciso que o poder judiciário avalie se outro ou outros interesses constitucionalmente protegidos por valores jurídicos estejam em jogo. A honra de alguém poderá ser violada por uma causa justa, ou seja, alguém tenha interesse que, na apreciação dos fatos e das circunstâncias, mostre-se mais relevante socialmente, ou seja, comunitariamente. São exemplos: a livre expressão, a opinião jornalística, a saúde pública, a segurança pública, a probidade administrativa, a desapropriação por interesse social, liberdade artística e literária, a proteção do patrimônio público, a investigação judiciária etc.

Os interesses protegidos não se apresentam definidos de antemão. Existem na riqueza dos fatos sociais. Do mesmo modo, os valores constitucionais protetores desses interesses não formam uma lista fechada. A argumentação pode levar a extração de um valor que estava na Constituição, mas que não se percebia antes.

O que resolve os impasses é a *ponderação de interesses*.

Uma conduta ofensiva à honra de alguém pode ser conforme o exercício de um interesse sustentado em outro valor, ou mesmo por interesse fundado na honra de outrem. Há, assim, a possibilidade de conflito de interesses, e daí a necessidade de ponderação. Esta serve para se identificar qual ou quais os interesses que devem prevalecer no confronto, e eventualmente haver uma cobertura parcial de um e de outro.

Na ponderação de interesses, o magistrado busca compreender os interesses em conflito e proporcionar a solução mais justa, isto é, a que atenda melhor à comunidade logo ou no médio e no longo prazo.

Contemporaneidade

Desde sempre, nós nos interavaliemos e construímos, em conjunto, uma leitura congruente de quem seja quem em uma comunidade.

Hoje, a contar da instalação das democracias de massa, os eleitores iletrados, de pouca renda e desconfiada dos poderosos e honrados do passado preferem os seus assemelhados e supostos protetores. Tudo se tornou confuso na análise das presentes estruturas informais na comunidade nacional brasileira. Evidentemente, as estruturas formais tendem a isolar-se ou a forçar alguma preeminência em busca de cumprirem os seus propósitos.

A confusão atual é indicativa da procura de novos padrões. Esses novos

padrões parecem estar sendo desenvolvidos nas comunidades contidas dentro da comunidade nacional brasileira. Podemos fazer algumas perguntas: Para que profissões estão sendo encaminhados os filhos e filhas das famílias? O que está sendo oferecido pela comunidade de empresas inovadoras, de tecnologia e de inteligência artificial que possivelmente extinguirão profissões atuais e ensejarão outras, e levarão ao descarte de quantos? Que soluções serão dadas pelo Congresso para a questão da grande desigualdade social brasileira e qual os efeitos disso no correr do tempo? Que tipo e qualidade de educação será universalizada pelo Governo? E mais: Como se desenvolverá a emergência dos pretos e pardos? Em que medida uma possível mudança, por plebiscito ou referendo, para um regime parlamentarista reduzirá o personalismo e populismo do modelo presidencialista em favor de uma possível maior impessoalidade e menor populismo, e mais racionalidade?

Essas questões e outras são postas sob o impacto de teorias e fatos como a pós-pandemia, pós-modernidade, "desbussolamento" dos jovens, capital intelectual em lugar econômico-financeiro, falência do liberalismo e do comunismo, pensamento complexo e não mais cartesiano, inteligência artificial e robotização, transgeneridade, casamentos de gente do mesmo sexo, técnicas de genealogia genética, redes, falência do patriarcalismo, sucesso do feminismo, pós-verdade, globalização, "relações líquidas", concentração do tempo/espaço, conflito de isões de mundo.

Conclusão

A honra nasce em seguida ao impulso da sobrevivência, nos tempos remotos da humanidade. É provável que a honra social tenha antecedido a percepção de uma presumível honra íntima do indivíduo humano. A honra pode ser vista como um nexu motivacional que aproxima comunicacionalmente o poder/influência e o seu acatamento. A honra opera em lugar da força bruta para constranger as pessoas; também funciona em lugar de nossas comunidades se tornarem colmeias ou formigueiros altamente programados. O axioma jus-filosófic da dignidade humana não foi útil para nosso estudo, no entanto, sugere que prezamos seminalmente a ideia de honra.

Honra, em cada etnia, cultura e língua, teve e tem um nome diferente, por certo, todavia trata-se de um só impulso humano. Acontece, assume-se, na primeira autopercepção identitária que tivemos como viventes conscientemente comprometidos com nossa individualidade, frente a comunidade familiar e a próxima. O mundo que então observamos – e o observaremos por toda a vida – é pleno da presença de estruturas formais e informais de honra. As duas formas ocorrem nas comunidades onde estejamos. Precisamos conhecer minimamente, para nosso governo, as duas dinâmicas e as articulações e coincidências entre

elas. Naturalmente, desde a infância nos inteiramos da existência da complexidade do nosso ambiente social, ainda que nele interagimos com maior ou menor habilidade e sucesso pessoal.

Nas estruturas formal e informal de uma mesma comunidade, existem caminhos diferentes de saber-se quem é quem. Na estrutura formal prevalece a distribuição da honra feita pelas regras de hierarquização e reportes interpessoais. Na estrutura informal, a avaliação de quem é quem quanto à honra é resultante da interação intersubjetiva. Dessa, surge uma rede social, a qual serve para a canalização dos processos de influência/acatamento quando houver interesses a afirmar na comunidade. Por via de tal canalização, fluem ações em reforço, contra ou em articulação co-modeladora do desenvolvido nos canais formais. O peso das estruturas informais pode transformar, no tempo, ou mesmo alterar, abruptamente, a estrutura formal em parte ou no todo. De seu lado, a estrutura formal busca, com maior ou menor sucesso, inibir a dinâmica das estruturas informais.

Na argumentação deste artigo, a honra nasce da sobrevivência, ou seja, o impulso da sobrevivência, comum a todos os organismos vivos, transmuta-se no só humano impulso da honra. Isso ocorre quando evoluímos para grandes comunidades como os primeiros principados, reinos e impérios. Na hipótese que defendemos, as estruturas formais surgem da necessidade e de nos organizarmos para sobrevivermos em grande número. Uma vez existente a estrutura formal, emerge na mesma comunidade a estrutura informal que reforça ou contraria o processo de decidir e de fazer estabelecido pela estrutura formal. A dimensão honra acontece nas duas estruturas. No entanto, as pessoas da comunidade podem ter posicionamento diverso nos dois sistemas. Os nexos motivacionais da comunicação para poder/acatamento e para influência/acatamento são diferentes.

O reconhecimento social da honra de alguém é variável entre os membros da comunidade que se estude; no entanto, é apurável mediante pesquisa que se venha a fazer e resulte em um sociograma com setas orientadas, ou gráfico outro na tela de computador.

As comunidades, vistas como entidades sociais, com ou sem personalidade jurídica, têm honra social dentro das suas comunidades abrangentes, como a nacional e a internacional.

No plano do detalhamento, a honra social comum é seguida pela honra por atribuição, tanto na instituição dos dirigentes das organizações políticas e societárias, como no reconhecimento formal e solene - por um monarca, governo, empresa, ou entidade não-governamental - de uma prévia ou emergente honra social. Pode-se ainda atribuir honra a alguém como uma forma de homenagem, como nos discursos de saudação, nas paradas militares, nos jantares de gala em tributo a alguém, na dedicatória de um trabalho como o presente a uma pessoa honorável.

A honra social e a honra por atribuição têm uma dinâmica expansiva em direção aos pais, filhos, irmãos e netos; tende a ser intergeracional. A desonra social repete, de regra, a mesma dinâmica.

Os pontos centrais da nossa construção teórica são resumidamente os seguintes:

- A humanidade, ao civilizar-se, se organiza em comunidades estáveis assentadas na agricultura, na pecuária e no comércio. As comunidades são organizações sociais, de variabilíssimos graus de coesão. Surgem com os primeiros principados, reinos e impérios.
- Honra é um elemento civilizatório vigoroso na medida em que fez e faz possível que as organizações sociais, a que chamamos comunidades, funcionem sem o uso da violência ou da ameaça imediata do sofrimento. Essa é uma visão nova da dimensão honra.
- A dimensão honra é umnexo motivacional na comunicação entre o detentor de honra e o aceitante da autoridade vinda da honra. A honra manifesta sua utilidade social quando alguém aceita o poder ou a influência vindos de outro, respectivamente na estrutura formal e na estrutura informal.
- A estrutura formal opera na lógica do dever-ser do poder. A estrutura formal é acompanhada da estrutura informal que questiona a formal.
- As estruturas formais não existam antes, no tempo dos bandos e tribos primitivas. Então, havia relativa desorganização, apenas superável pela força bruta na orientação do que devia ser feito. Era o impulso da sobrevivência, de um lado e do outro, sendo usado como nexomotivacional para o poder obter o acatamento.
- As comunidades, independentemente do seu tamanho e complexidade, têm cada uma a sua estrutura formal e a sua estrutura informal.
- Para efeito de estudo empírico, deve-se tomar uma dada comunidade e dela examinar-se, primeiro, sua estrutura formal, ou seja, o dever-ser da honra como poder formal e a realidade da sua prática mediante a verificação do seu acatamento.

- Depois da análise referida logo acima, cabe o levantamento da realidade da estrutura informal, com relação às mesmas pessoas contidas na comunidade. Esse processo se dá por via da avaliação comunitária da honra relativa de cada pessoa em nexos motivacionais de honra passável e acatável em relação a outras pessoas da comunidade.

As enormes e rapidíssimas transformações nas ciências, na tecnologia e as mudanças decorrentes do pós-pandemia estão levando a uma civilização transformada, com novas comunidades e assim novas estruturas formais e informais.

Honra é um tema a ser desenvolvido para muito além do que foi feito acima, mediante pesquisas empíricas e mesmo novas teorias que se oponham ao que propomos. O presente estudo é de caráter declaradamente exploratório. Foi uma verificação da consistência lógica do nosso pensamento sobre assuntos que se interconectam. Ao escrevermos sobre um dado ponto, verificamos a validade interativa do ali argumentado com os outros pontos já analisados e fichados.

Não fizemos constar referências bibliográficas porque a intenção foi abrir o tema honra com complexidade, ou seja, com plena transversalidade; sem segmentações conforme os registros da literatura. A maior sustentação para o que teorizamos é a análise comparativa das aplicações da palavra honra e derivadas, e mais das expressões em que o termo honra é componente. O ponto fulcral do que desenvolvemos é a honra comonexo motivacional na comunicação dentro das comunidades.

De início, tivemos por base dois livros que escrevemos: *Homo genealogicus – gênese e evolução do ser humano socialmente importante* e *O poder na sociedade brasileira*, ambos de 2017.

SOBRE OS *ANDRADES* DE TAUBATÉ E DO VALE DO PARAÍBA: UM CAMINHO FEITO DE DADOS, ILAÇÕES, SUPOSIÇÕES E INSPIRAÇÃO¹

Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery

Resumo: *Este artigo cuida de criar hipóteses e dar dados e pistas para a origem do sobrenome Antunes de Andrade, que se forma no Vale do Paraíba-SP, no meado do Século XVII.*

Abstract: *This paper aims to raise hypotheses and hint at some possibilities as to the origin of the name Antunes de Andrade, which emerged in Vale do Paraíba -SP-Brazil, in the mid XVII's Century.*

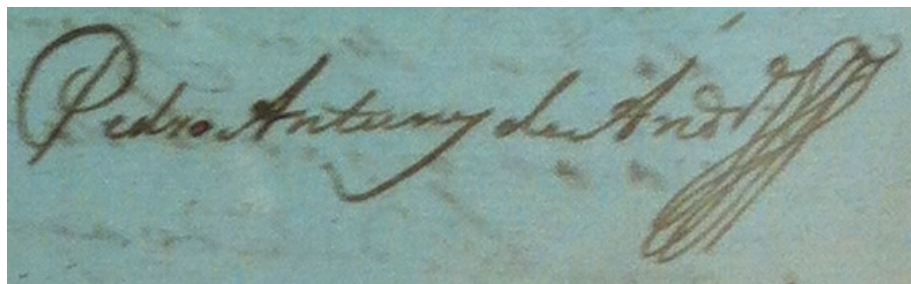
I. Razão da pesquisa. **II.** Pedro Antunes de Andrade: Antunes, nome que remonta a Juliana Antunes Cardoso. **III.** E o nome *Andrade* de Ana Francisca, adotado por Pedro Antunes de *Andrade*? De onde vem? **IV.** Como iniciamos a nossa investigação? **V.** Que pessoas dessa família trazem em seu nome algo em comum quanto a certa devoção franciscana? **VI.** Onde o sobrenome *Andrade* aparece com frequência em Taubaté? **VII.** A sequência das descobertas: Bernardina Corrêa de Freitas, seus três maridos e seus filhos “*Andrades*”. **VIII.** Bernardina Corrêa de Freitas e Salvador Moreira Cordeiro, os pais de Ana Francisca de Andrade. **X.** Um certo *Andrade*, do grupo de Jaques Félix, uns *Andrades*, da Freguesia do Facão e uns *Andrades*, do Rio de Janeiro.

I. Razão da pesquisa.

Há muitos anos venho pesquisando a origem de um sobrenome, que aparece no meado dos anos 1.700, que identifica uma família paulista radicada, preponderantemente, nas encostas da Serra do Mar, nos municípios de Taubaté, São Luiz do Paraitinga, Paraibuna, Natividade da Serra e Redenção da Serra, no Estado de São Paulo, intitulada *Antunes de Andrade*.

O primeiro personagem que descobrimos, adotando esse sobrenome, *Antunes de Andrade*, é um Capitão das Ordenanças de São Luiz do Paraitinga, denominado *Pedro Antunes de Andrade*, meu pentavô, nascido em Taubaté, por volta de 1765, e casado em São Luiz do Paraitinga, filho de João Barbosa do Prado e de Ana Francisca de Andrade, ambos de Taubaté-SP.

¹Estudo feito em homenagem à memória de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas



Em São Luiz do Paraitinga-SP, iniciado por esse meu pentavô, Pedro Antunes de Andrade (n.p.v. 1765), tal sobrenome seguiu na família, num tetravô, Francisco Antunes de Andrade (n. 08-ABR-1793); em uma trisavó, Maria Antunes de Andrade (n.p.v.1829); para o filho desta, Bento Antunes de Andrade (1858 - 1938); para meu avô Juvenal Antunes de Andrade (1895 - 1968); para meu pai José Borriello Antunes de Andrade (11-FEV-1924 – 4-JUN-2017) e para uma irmã dele, Benedicta Antunes de Andrade (16-MAR-1929), sendo de ocorrência relativamente frequente na região do Médio Vale do Paraíba, alto da Serra do Mar, e aparecendo, depois, também, em troncos das famílias que – por essas paragens – adotaram o nome Barbosa do Prado, como apelido de família, bem como *Barbosa*, *Antunes do Prado*, *Sousa*, *Faustino de Sousa*, *Sousa e Silva*, *Faustino da Silva* e *Cordeiro da Silva*, *Andrade*, ou somente *Antunes*, nomes que estão, ou podem estar, ligados aos mesmos troncos familiares dos *Antunes de Andrade*, naquela região.

Uma parte dos Costa Medeiros; dos Gouvêa e Silva; dos Farias Sodré; dos Peixoto da Silva; dos Lopes e dos Lopes Figueira – entre outros – de São Luiz, Taubaté e Cunha estão também ligados aos Antunes de Andrade. Os sobrenomes *Antunes da Veiga*, *Antunes de Miranda*, *Antunes de Macedo*, *Antunes de Andrade*, *Antunes do Prado*, *Barbosa do Prado*, *Barbosa da Silva*, *Silva Barbosa*, *Cabral do Prado*, no Vale do Paraíba, (São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Natividade da Serra, Redenção da Serra, Cunha, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Paraibuna, Jambeiro), podem ter conexão com ancestrais e descendentes de João Barbosa do Prado e de Ana Francisca de Andrade.

Sem que tivéssemos podido consultar os primeiros livros paroquiais de São Francisco das Chagas de Taubaté-SP, que estão desaparecidos alguns e avariados outros, seguimos a pesquisa em torno desse personagem com os elementos de que pudemos nos valer.

Pedro Antunes de Andrade, era filho de João Barbosa do Prado e de Ana Francisca de Andrade, todos de Taubaté-SP. Deve ter nascido por volta de 1765, em Taubaté, pois não consta do rol de filhos do casal João Barbosa do Prado e de Ana Francisca de Andrade, no recenseamento de 1765, dessa Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté.

Casou-se com Maria Antonia da Silva (L. 1 a, Cas., fls. 36), em São Luiz, em 24-JUL-1788. Os padrinhos do casamento de Pedro e Maria Antonia foram

Salvador Tavares da Silva² e Antonio da Cunha Viana³.

No censo de 1801, Pedro e Maria Antonia têm os seguintes filhos nascidos na *Vila de São Luís*: José (11 anos), Antonio (9 anos), Francisco (7 anos), Maria (5 anos) e Gertrudes (1 ano).

Temos os seguintes dados sobre sua descendência:

- a) *Francisco Antunes de Andrade* (SLP, Bat. L. 3, p. 4 – 29-MAIO-1793), nascido em São Luiz, aos 08-ABR-1793. Seus padrinhos são Maria, irmã de Pedro Antunes de Andrade, juntamente com Balthazar José da Silva Reis;⁴
- b) *Manuel Antunes de Andrade* (SLP, Bat. em 13-SET-1795). Foram seus padrinhos de batismo José Lobato de Moura e Silva,⁵ solteiro, e Maria, filha de Fernando da Silva Figueira.⁶ Manoel casou-se com Maria Gertrudes da Conceição. A moça é filha de Joaquim Alves da Silva⁷ com Luíza Pires de Jesus (Cas – Bairro Alto, L. 1, 54 vº);
- c) *Maria* (SLP, Bat. 1 a, p. 54vº, 28-OUT-1799);
- d) *Madalena* (SLP, Bat. 1 a, 08-MAIO-1804, p. 133vº);
- e) *Ana Antunes de Andrade* que se casa em São Luiz com Luiz da Costa Medeiros;
- f) *Gertrudes Antunes de Andrade*, que se casou em 29-NOV-1816 (SLP, Cas – L. 3, p. 144);
- g) *João Antunes do Prado*, que se torna militar das Ordenanças.

Pedro e Maria Antonia foram povoadores da primeira hora da Vila de São Luiz. Ele foi eleito Procurador do Conselho, em 1805, e por várias outras vezes exerceu o mesmo cargo.⁸ Foi Capitão das Ordenanças e era agricultor de fumo e

2 É filho de Manoel Tavares da Silva e de Joana Rodrigues e se casa com uma irmã de Pedro, Rita Barbosa do Prado.

3 Antonio da Cunha Viana era casado com Ana Ferreira de Alvarenga, que eram pais de Luiza Ferreira de Alvarenga, luizense, que se casa na Vila de São Luiz, em 16.2.1790, com Claro Francisco Marques, filho de Nicolao Rodrigues da Costa e de Francisca Leme de Oliveira.

4 Pensamos que deva ser descendente de José de Castilho Moreira (irmão da mãe de Bernardina de Corrêa de Freitas (ver abaixo) e Isabel de Castilho, nesta árvore), que se casou com Maria da Silva Reis.

5 Este é o patriarca português da Família Lobato, - Arcebispado de Lamego, de Taubaté, de quem descende o escritor Monteiro Lobato.

6 SAESP, Provisão Geral dos Resíduos, Proc. 12374, C05501, 1809. Fernando da Silva Figueira era filho do ancestral da Família Lopes Figueira, do Facão, Manoel Lopes Figueira. Fernando vem a ser tetravô (4º avô), por duas vezes, de Ana Delfina de Gouvêa, que se casou com Bento Antunes de Andrade, bisneto de Pedro.

7 Joaquim Alves da Silva viria a ser o segundo marido de Gertrudes Faustino de Sousa, avó paterna de Bento Antunes de Andrade, bisneto de Pedro.

8 Conforme Ata do Conselho da Vila de São Luiz do Paraitinga, de 18.03.1805 (Docu-

produtor de toucinho (primordialmente para a praça do Rio de Janeiro), residente no Bairro do Rio Abaixo, termo da Vila de São Luiz.

No fim do Século XVIII, e começo do Século XIX, seus filhos e netos aparecem no caminho do Bairro Alto, em direção à Natividade da Serra e Paraibuna, pelo Alto da Serra do Mar, com sítios de mantimentos e com fazendas nessa região.

Em 1809, figura como testemunha, no testamento de Fernando da Silva Figueira.⁹

Ele é o patriarca da família que – na Região do Médio Vale do Paraíba – adotou o apelido de família *Antunes de Andrade*.¹⁰ Foi recenseado em São Luiz do Paraitinga, em 1828, e são esses os dados que dali constam: com 63 anos (fato que indica que nasceu por volta de 1765), nascido em Taubaté, de cor branca, casado com Maria Antonia, de cor branca, com 60 anos (ela foi batizada, em Guaratinguetá, em 29-SET-1767). Estavam com os filhos (possivelmente, solteiros): Manoel, com 22 anos, Madalena, com 23 anos, Delfina, com 15 anos. Na ocasião se faziam acompanhar de 13 pessoas, então denominadas escravos. Ainda não encontramos seu assento de óbito.

Maria Antonia, a mulher e Pedro, nasceu em Guaratinguetá e ali foi batizada, em 29-SET-1767, pelo Pe. Francisco de Sales Lisboa, tendo sido seus padrinhos (Tenente) Domingos Rodrigues Sanches, casado, e Ana Maria, solteira. Do assento, que pode ser visto no site *Family Search*,¹¹ Bat. em Guaratinguetá, Livros 1759-1770, imagem *FS 171*, consta o nome de seus pais Mateus Gonçalves e Maria Henriques.

Ela aparece com um ano, em 1768, quando seus pais são recenseados em Guaratinguetá. Casou-se com Pedro Antunes de Andrade (SLP, L. 1 a, Cas., fls. 36), em São Luiz, em 24-JUL-1788. Maria Antonia faleceu na Vila de São Luiz, com testamento, em 05-AGO-1830, que não encontramos, constando do assento de óbito que faleceu com 60 anos (SLP, L. 3., Ób., fls. 5/6). Tinha, na verdade, 63 anos.

mento inserto em compêndio do acervo do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, denominado *Vereança, Manuscritos*, São Luiz do Paraitinga, XII, A 2.2, na caixa 11, Código 9019, fls. 68 vº)

9 SAESP, Provimento Geral dos Resíduos, Proc. 12374, C05501, 1809.

10 Apesar dessa troca de nomes, em São Luiz do Paraitinga, outros filhos de *João Barbosa do Prado* mantiveram o apelido original do pai e essa família, Barbosa do Prado, tem presença na região do Vale do Paraíba.

11 Consulta em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-266-13192-69244-88?c=2177299&wc=M5K7-3TL:372351701,371871902,372643101>. Acesso em 30.8.2015.

Com as sobreditas testemunhas
 Domingos Ferraz
 Signat de Joam Antonio da Costa
 Pedro Antunes de Andrade
 Maria Antonia da Silva
 No vinte e quatro dia do mes de Junho de mil settecentos e setenta e cinco annos no dize da Matriz da villa de Sam Joao
 quatro horas da tarde, foy a denuncia com a forma de
 estillo com a provita de licenca do Theorenho Vigario
 da casa desta Comarca Feliz Jose de Oliveira, com mi
 nha presenca, e as testemunhas Antonio da Cunha
 Vianna, e Salvador Soares da Silva, e o escrivão
 nesta villa, sem se deprehender impedimento algum
 se me botam em tale dadyria por modo e mudo
 dando say consentimento e pellaos do pdrão
 Pedro Antunes de Andrade filho legitimo de Joam
 Barbosa do Prado, e de sua mulher Anna Francisca
 de Andrade natural e baptizado em Saubã, com
 sua Antonia da Silva filha legitima de Mathias
 Cabuy de Al, e de sua mulher Maria Mendiguy e de
 natural e baptizada em Guadalupe, e com os mo
 estigues nesta vreguetia, e rogo foy a denuncia
 assi na forma do Ritual de que foy este assento q
 assigny com as sobreditas testemunhas.
 Antonio da Cunha Vianna

II. Pedro Antunes de Andrade: Antunes, nome que remonta a Juliana Antunes Cardoso.

Pedro, ao adotar o nome “Antunes de Andrade” não destoou de prática comum do Brasil colonial, no que toca à formação dos nomes. Sobre isso, escreve Carlos da Silveira:

“O sistema português antigo não deixava de ser assaz curioso e até útil, no tocante a nomes para os rebentos de um casal. Os filhos assinavam de maneira

a manter uma certa tradição na família e tradição às vezes remota. Assim, pois, é o comum, em cada lar, até data bem próxima, haver filhos de nomes inteiramente diferentes. Bartolomeu Pais de Abreu, por exemplo, notável paulista, é irmão inteiro de Pedro Dias Raposo, Estevão Raposo Bocarro, João Leite da Silva Ortiz, Diogo de Escobar Ortiz, Bento Pais da Silva, Inez de Oliveira Cotrim, Verônica Dias Leite, Isabel Pais da Silva, Catarina de Oliveira Cotrim, Antonia Requeixo de Peralta, Leonor Correia de Abreu (S. L., Genealogia paulistana, II, 469)”.¹²

Percebemos essa intenção de Pedro, na composição do nome *Antunes de Andrade*, e, atentos à advertência acima, já identificamos o tronco primeiro dos Antunes.

Ana *Antunes* da Veiga era a mãe de João Barbosa do Prado, mulher de Salvador Barbosa do Prado e avó paterna de Pedro. É dela que vem o nome *Antunes* adotado por Pedro Antunes de Andrade.

Pedro Taques (*Nobiliarchia* 2, 35, 4-2) e Silva Leme (SL 3, 236, 4.2), com relação à mulher de Salvador Barbosa do Prado (avô paterno de Pedro), dão-lhe o nome de “*Estácia da Veiga*”, dizendo-a filha do Cap. Antonio Corrêa da Veiga e de Maria de Miranda.

Em verdade, *Ana Antunes da Veiga* é o verdadeiro nome da mulher de Salvador (segundo está claramente posto no inventário deste e de duas filhas do casal (Salvador Barbosa do Prado e Ana Antunes da Veiga), Marta, que se casou com João Garcia Cordeiro, e Catarina, que se casou com Francisco Telles Barreto, em Taubaté, inventários esses arquivados no AHMFG.

Ana Antunes da Veiga era neta de Estácia da Veiga, esta mãe de seu pai, Antonio Corrêa da Veiga, casado com Marta do Nascimento Portes. Segundo o inventário de Salvador Barbosa do Prado, conservado em excelente estado no AHMFG, em Taubaté, a mulher de Salvador Barbosa do Prado se chamava *Ana Antunes da Veiga*, irmã do Capitão Geraldo Pinheiro da Veiga, que veio a ser o tutor de seus filhos menores, conforme consta claramente do termo de tutoria que está nos autos do referido inventário. Irmã de Geraldo Pinheiro da Veiga, era Ana, portanto, filha do Capitão-Mor Antonio Correa da Veiga e de Martha do Nascimento Portes (ou Marta de Miranda e Portes).

O equívoco de Silva Leme inspirou outro igual na posterior anotação de capa dos autos do processo de inventário de Salvador Barbosa do Prado, arquivado em Taubaté – onde consta o nome da viúva como “*Estácia da Veiga*”.

Porém, dentro do inventário está clara a nomeação “*Ana Antunes da Veiga*”, como viúva do inventariado.

Salvador Barbosa do Prado casou-se com Ana em 1714 e veio a falecer no Caminho de Goiáses, em 1738, onde também estava – ao tempo da morte de Salvador – seu filho primogênito, João (este, pai de Pedro, de quem ora cuidamos).

O nome *Antunes*, adotado por Pedro Antunes de Andrade vem, portanto, dessa sua avó paterna, Ana Antunes da Veiga, e remonta a Juliana Antunes Cardo-

¹²Carlos da Silveira, Subsídios, VII.

so, mulher de João Portes d’El Rey, mãe do Bandeirante Tomé Portes d’El Rey e à “fulana” Antunes, dos Pretos. É o mesmo *Antunes* que o pesquisador Victor de Azevedo, em seu excelente *Manuel Prêto “O Herói de Guairá”*, supõe que tenha vindo da mulher de Antonio Prêto (fulana *Antunes*), pai de Manuel e de José – este na árvore de costado de Pedro Antunes de Andrade –, que a história ainda não pôde identifica, por avaria dos documentos.¹³

III. E o nome *Andrade* de Ana Francisca, adotado por Pedro Antunes de Andrade? De onde vem?

Quanto ao nome “Andrade”, uma pesquisa mais completa dos *Andrades*, de Taubaté, se perde num cipoal de hipóteses, diante da falta dos primeiros livros paroquiais de São Francisco das Chagas de Taubaté, que impede a precisão da afirmação de descendência e ascendência genealógica desses *Andrades*.

Todas as vezes que tentamos seguir as pistas desse nome, em Taubaté, nos perdemos em outros troncos maiores, que se puseram como obstáculo à elucidação de sua origem.

O fato é que Pedro Antunes de Andrade formou seu nome utilizando-se do *Antunes* de sua avó paterna (o seu pai, João Barbosa do Prado era filho de Salvador Barbosa do Prado e de Ana *Antunes* da Veiga¹⁴) e do *Andrade* de sua mãe, Ana Francisca de *Andrade*, de Taubaté.

A mãe de Pedro Antunes de Andrade, chamou-se Ana Francisca de Andrade, mulher de João Barbosa do Prado: quem teriam sido os pais de Ana Francisca de Andrade?

Na pesquisa que empreendemos, o primeiro impulso que tivemos foi o de averiguar o núcleo familiar mais próximo de São Luiz, onde surge o nome *Andrade*, por diversas gerações, inclusive com incidência maior entre os nomes de mulheres da família, como ocorre com Inês de *Andrade* e Silva, mulher de João Borges dos Santos, com descendência em Cunha (cidade vizinha de São Luiz), pelo casamento do filho desse casal, José Borges dos Santos com Maria Miguel da Silveira, filha de Leopoldo da Silveira e Sousa e Helena da Silva Rosa, e neta do famoso paulista Carlos Pedroso da Silveira.¹⁵

13 Victor de Azevedo, *Manuel Prêto “O Herói de Guairá”*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Coleção Paulística, v. XXII, p. 13.

14 Como se disse, Silva Leme (SL 3, 236, 4.2) refere-se a essa senhora como Estácia da Veiga, mas Estácia da Veiga era avó de Ana Antunes da Veiga, conforme consta do inventário de Salvador Barbosa do Prado, em Taubaté, em 1738.

15 Aliás, em muitas ocasiões, familiares e civis, essa família está conectada com os Antunes de Andrade, assinando testamentos como testemunhas e se relacionando em clima familiar e de confiança: para se ter ideia dessa afirmação, a mulher de Francisco Antunes de Andrade (filho de Pedro e Maria Antonia), chamada Isabel Peixoto da Silva, é neta de Antonio Álvares Cabral, que fez, aos 80 anos, seu testamento (óbito em São Luiz e inventário processado em Pindamonhangaba – 1807), na casa de José Borges

A pesquisa não progrediu com sucesso, nesse caminho, porque não conseguimos fazer a conexão desse grupo familiar com outros *Andrades* de Taubaté, embora ainda tenhamos razões para supor que essa conexão existe. Isto porque esses *Andrades* de Cunha, parece que vêm do Rio de Janeiro, conectados com os *Pontes*, os *Faria* e os *Albernazes*, que estão na árvore de Ana Francisca de Andrade, como se verá.

O passo seguinte foi o de pesquisar uma outra família em Taubaté, onde o nome Andrade aparece por diversas vezes, (que inicialmente pensamos tivesse raízes num ramo dos Moreira de Castilho), conectado, também, ao grupo familiar de João Barbosa do Prado, que viria a se tornar marido de Ana Francisca de Andrade, nome esse (*Andrade*) também, curiosa e preponderantemente, transmitido por linhas femininas.

IV. Como iniciamos a nossa investigação?

Quatro fatos (não necessariamente apreendidos de forma científica, mas por curiosa instigação) nos impressionaram inicial e sequencialmente para os pontos de partida dessa empreitada:

- a) ter descoberto um núcleo familiar em Taubaté/Pindamonhangaba, onde o nome *Andrade* se repetiu por diversas gerações no século XVII, XVIII e XIX, de forma salteada, sem que tenha sido possível encontrar-lhe o tronco comum, mas com identificação de uma curiosidade na escolha dos pre-nomes dessa família: uma devoção religiosa que nos pareceu francamente ligada a São Bernardino de Sena;
- b) ter compreendido melhor as origens da família taubateana/pindense de Salvador Moreira Cordeiro (filho de Domingos Cordeiro Gil e de Andressa de Castilho), primeiro marido de Bernardina Corrêa de Freitas (filha do Mestre de Campo Sebastião Ferreira Albernás ou Sebastião Ferreira de Freitas e de Isabel de Castilho Moreira ou de Isabel Ferreira de Castilho).
- c) ter percebido que o núcleo familiar de Salvador Moreira Cordeiro e de Bernardina Corrêa de Freitas tinha conexões familiares com João Barbosa do Prado, segundo marido que se tornou de Ana Francisca de Andrade, pais de Pedro Antunes de Andrade;
- d) ter reexaminado, com mais elementos, o inventário de um certo participante do grupo de Jaques Félix, de Taubaté,

dos Santos, que deveria morar no entroncamento de Pindamonhangaba e São Luiz, espaço que hoje pertence provavelmente ao município de Lagoinha-SP.

Manoel *Corrêa de Andrade*, morto no sertão (conforme afirmou sua mulher em seu inventário: “o mataram no sertão”), em 1673, e inventariado em Taubaté, por sua mulher Mariana Rodrigues, esta que nós supomos possa ser descendente de João Ramalho, por seu pai, Francisco Rodrigues Ramalho (também inventariado em Taubaté - 1672) e por sua mulher Ana Maria Nogueira (SL 1– 32-5-1).

V. Que pessoas dessa família trazem em seu nome algo em comum quanto a certa devoção franciscana?

Em Taubaté, nesse período do começo do Século XVIII (1.710-1.720), pudemos observar que muitas pessoas adotaram prenomes francamente ligados à devoção italiana de Santa Catarina e de São Bernardino de Sena.

Inicialmente, pensamos que se tratasse da devoção natural franciscana, decorrente do Santo Padroeiro de Taubaté, São Francisco das Chagas, mas o fato é que havia uma peculiaridade nessa escolha. Normalmente, os nomes apareciam como que relacionados a famílias que tinham algo do litoral sul do Rio de Janeiro e com alguma influência açoriana

Isto já nos havia despertado curiosidade, porque em algumas passagens da árvore dos ascendentes de Pedro Antunes de Andrade vimos isto acontecer. Muito frequentemente, em Taubaté, nessa época apareceram pessoas com nomes franciscanos: Ana Francisca, Francisco, Antonio, Antonia de Senne, Catarina de Senne, Ana de Senne, Bernardino, Bernarda, Bernardina, Bernardo de Senne.

A invocação de nomes indicadores de devoção de São Bernardino de Sena, chamou-nos a atenção, então, para o endereçamento da pesquisa que empreendemos, a partir de uma curiosa circunstância relacionada à uma certa taubateana de nome **Bernardina** Corrêa de Freitas (da família taubateana Corrêa-Freitas). Essa senhora, que portava o nome de batismo “Bernardina” foi casada por três vezes e teve filhos e netos – de todos os seus três casamentos – com o sobrenome **Andrade**: imediatamente conectamos esses fatos ao Santo padroeiro do Convento de São Bernardino de Angra dos Reis. Teria essa família um ancestral em Angra dos Reis (Mangaratiba, Ilha Grande)? Ou a devoção, também franciscana, limitava-se ao Santo Padroeiro de Taubaté, Francisco das Chagas? Teriam todas essas pessoas com os nomes ligados à devoção de Bernardino de Sena também uma conexão com os Andrades e os Corrêas de Taubaté? Seriam descendentes de Manoel Correia de Andrade, o bandeirante do grupo de Jaques Félix, assassinado no Sertão em 1673?

Não supusemos que pudesse haver uma tradição italiana a impulsionar devoções religiosas no século XVII, em Taubaté, mas – fato que nos pareceu muito mais provável –, que havia uma linha de descendência taubateana que encontrava raízes no litoral sul da Capitania do Rio de Janeiro e chegava à Taubaté, de São Francisco das Chagas, por Mangaratiba, Angra dos Reis – Ilha Grande – Parati

– Cunha – Paraitinga – São Luiz do Paraitinga.

São Bernardino de Senna, ou de Siena, italiano, foi um santo e místico católico, franciscano, teólogo, escritor, nascido em Grosseto, na Itália, em 8-SET-1380 e falecido em Aquila, em 20-MAIO-1444. Pregador de multidões, viveu em Siena, e a ele se atribui grande renovação da fé cristã e reforma da Ordem Franciscana, bem como a criação de um método de concentração espiritual de invocação do *Nome* revelado. Era propagador da devoção ao *Santíssimo Nome de Jesus* e à Eucaristia.

A devoção nesse santo católico já estava estabelecida no Brasil, e na região próxima de Taubaté, por volta do Século XVII, por influência dos Franciscanos. Em região relativamente próxima de Taubaté, em 1652, em Angra dos Reis – RJ, os franciscanos criaram um convento no morro de Santo Antonio, denominado *Convento de São Bernardino de Sena*.

Nossa pesquisa passou a considerar essa pista, como uma curiosidade relevante para conectar grupos de pessoas e para detectar espaços do movimento humano delas, pelas vizinhanças de Taubaté.

VI. Onde o sobrenome *Andrade* aparece com frequência em Taubaté?

O sobrenome *Andrade* aparece em diversas gerações taubateanas, a partir do meado do Século XVII, até a atualidade, inicialmente conectado aos nomes das famílias Freitas, Corrêa (ou Correia), depois Faria, Albernás, Pontes (ou Fontes), Cardoso, Fragoso e, talvez, Alvarenga, Ferreira de Melo, Correia de Freitas (ou Correia de Andrade?).

Em Cunha-SP, a antiga Freguesia do Facão, cidade contígua a São Luiz do Paraitinga, o nome *Andrade* aparece ligado aos Borges e aos Silveiras.

Pareceu-nos nome que se apresenta em Taubaté pelo caminho do litoral norte de São Paulo (Bertioga e São Sebastião), ou – mais provavelmente – pelo litoral sul do Rio de Janeiro (Parati, Ilha Grande, Angra dos Reis e Mangaratiba), por volta do meado do Século XVII.

Em Taubaté, embora o sobrenome *Andrade* apareça com frequência na imensa família dos Moreiras Castilhos, o fato é que sua incidência já acontece, pareceu-nos, nos Freitas, antes de eles se ligarem aos Moreiras Castilhos. Na descendência de Sebastião de Freitas e Maria Fragoso, repetindo-se na descendência de Sebastião de Freitas Cardoso e de sua mulher Isabel de Faria Albernaz.

Assim, na descendência de Sebastião de Freitas e Maria Fragoso, o *An-drade* aparece – antes do cruzamento com os Moreira Castilhos –, ao menos, em quatro filhos do casal

- a) **Jerônimo Ferreira de Freitas** (ou Ferreira de Melo ou Freitas de **Andrade**) e Margarida Cardoso Teixeira: este casal tem um filho **Ruy de Freitas Andrade** e outro **Antonio de Freitas Andrade** (inventariado em Taubaté, em 1792, 2º. ofício – no inventário o nome do pai está Jerônimo de **Freitas Andrade**,

e não Jerônimo Ferreira de Freitas), casado com Maria da Silva Leme; Esta conexão pode indicar que o desconhecido/a “...*Corrêa de Freitas*” da descendência do Cel. Sebastião de Freitas possa ser “...*Correia de Andrade*”.¹⁶

b) **Cosme Ferreira de Melo** e sua segunda mulher Maria Garcia têm um filho **José Teixeira de Andrade**

c) **Marina Fragoso** e Lourenço da Veiga, têm um bisneto **Francisco José de Andrade** – nascido em Taubaté em 1746

d) **Isabel Fragoso**, casada com José de Castilho Moreira, têm um filho chamado Antonio Pio Ferreira, que se casa com Maria Pedroso e esse casal tem um filho chamado **Caetano Álvares de Andrade**;

Na descendência de **Sebastião Ferreira de Freitas, ou Sebastião Ferreira Albernás** (filho de Salvador de Freitas Cardoso e de Isabel Faria Albernás, n.p. de Sebastião de Freitas e Maria Fragoso; n. m. de Baltazar Lopes Fragoso e Mariana Cardoso) e **Isabel Ferreira de Castilho** (ou Isabel de Castilho Moreira, filha de Isabel Fragoso e de José de Castilho Moreira), o **Andrade** aparece constantemente nos descendentes de todos os **três casamentos de sua filha Bernardina Corrêa de Freitas**.

VII. A sequência das descobertas: **Bernardina Corrêa de Freitas, seus três maridos e seus filhos “*Andrades*”.**

Bernardina Corrêa de Freitas (ou Bernardina Corrêa Albernaz)¹⁷ era filha de Sebastião de Freitas Ferreira (ou Salvador Ferreira Albernaz) e de Isabel de Castilho Moreira e foi batizada em 2-JUN-1712¹⁸, da Família Guiomar de Alvarenga. Era neta de Sebastião de Freitas Cardoso (de São Sebastião) e de Isabel de Faria Albernaz. Casou-se três vezes.

De todos os seus três casamentos advieram-lhe filhos e netos com o sobrenome **Andrade**:

16 Ver estudo excelente de H.V. Castro Coelho ----- Povoadores de São Paulo – Pedro Dias, RASBRAP 18/93-110.

17 Família de Bento Gil de Siqueira, disponível no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projetoconpartilhar.org

18 Helvécio, *Povoadores de São Paulo – Estevão Ribeiro*, RASBRAP, 9, pp. 141 e Família de Bento Gil de Siqueira, disponível no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projetoconpartilhar.org

a) pela primeira vez, com Salvador Moreira Cordeiro, nascido em 1707, (filho de Domingos Cordeiro Gil e de Andressa de Castilho), casado em 1727 e falecido em 1736, todas essas ocorrências em Taubaté. Vê-se o sobrenome Andrade (além do que ocorre com Ana Francisca de Andrade, como veremos) em um neto de Bernardina e Salvador Moreira Cordeiro, filho do filho do casal, Francisco Ferreira de Albernás, chamado **Francisco Ferreira de Andrade**, que falece com 30 anos, em Pindamonhangaba, em 29-ABR-1.797 (Livro I de Batismo, de Pindamonhangaba – o número da folha não se consegue ler, pois esta está parcialmente avariada);

b) pela segunda vez, com Francisco Rodrigues Tenório, em Taubaté, em 20-FEV-1738, filho de João de Barros de Alcaçouva¹⁹, de São Sebastião, e de Maria Dias Tenório, da Ilha Grande. Igualmente, com Francisco, Bernardina tem um filho chamado Pe. **José de Andrade e Silva** (ACMSP 1.45.377)²⁰ que declara expressamente ser filho de Francisco Rodrigues Tenório e de Bernardina Corrêa de *Albernaz* (nos autos do processo está Albernaz, não Freitas), neto paterno de João de Barros Alcaçouva e Maria Dias Tenória, esta, da Ilha Grande. José de Andrade e Silva era neto, pela parte materna, de Sebastião Ferreira Albernaz e de Isabel de Castilho. O processo é longo e com muitas informações. Não se conseguiu, durante a tramitação dos autos, a certidão de batismo de José, então toda a prova se volta a demonstrar a história de sua família e seu batismo. A final, faz-se a justificação do batismo, apontando-se que o postulante teria 24 anos (em 1763), fato que aponta seu nascimento para 1739. Seu padrinho fora Antonio de Pádua Moreira (irmão de sua mãe, Bernardina) e Maria da Mota, já defunta (não ficou claro se essa Maria da Mota é a mesma Maria da Silva²¹, que aparece –em outros registros - como mulher de An-

19 Devem ser descendentes do tronco Luiz de Barros Alcaçouva e Maria da Silva Pedrosa, ele de Setúbal-PT, que tiveram ao menos os seguintes filhos: Francisco de Barros Freire; João de Barros Freire e Antonio de Barros Alcaçouva, que veio a ser o segundo marido de Mariana Cardoso.

20 O Pe. José de Andrade e Silva é legatário do sobrinho, José do Rego Lima, em Baependi, em testamento de 6.10.1799. Nesse testamento ele é referido como **tio** de José do Rego Lima (porque irmão da mãe deste, Ana Francisca de Andrade). Ana Francisca, nascida do consórcio de Bernardina com Salvador Moreira Cordeiro, primeiro marido de sua mãe; o Pe. José, do consórcio entre Bernardina e seu segundo marido, Francisco Rodrigues Tenório (Família de Bento Gil de Siqueira, disponível no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projetoconpartilhar.org). V. tb. autos do processo de *genere et moribus* do Pe. José de Andrade e Silva (ACMSP 1.45.377). O Pe. José de Andrade e Silva atuou na Paróquia de São Luiz de Tolosa, nos anos 1785 a 1787, conforme livros paroquiais da época, intactos no arquivo da Cúria Diocesana de Taubaté. Sobre a ordem dos casamentos de Bernardina, há imprecisão em Silva Leme (SL, 8, 8-6.8).

21 Maria da Silva, mulher de Antonio de Pádua Moreira, (terceiro filho do Mestre de Cam-

tonio de Pádua). As testemunhas afirmaram que ele, José, teria sido criado como “filho de peito” de Antonio para significar que ele tinha a mesma idade do filho “Antonio” de seu padrinho, 24 anos, na ocasião. Nunca havíamos lido essa expressão “*criado como filho do peito*” para aludir ao fato de terem duas crianças a mesma idade, pois ambas recém-nascidas e amamentadas na mesma época (não exatamente pelas mães de ambos, como nos pareceu à primeira leitura da expressão). O segundo marido de Bernardina, Francisco Rodrigues Tenório, tem uma irmã por nome Catarina Dias Tenório, nascida em 1713, com família em Mangaratiba, Ilha Grande, Angra dos Reis e Parati, que se casou com Antonio Delgado de Castilho;²²

c) pela terceira vez, com Luiz Fernandes da Costa, viúvo de Eufêmia Vieira, natural de Ajustela do Campo de Ourique, Arcebispado de Évora (filho de Luiz Álvares e Brasia Gavião, naturais da vila de Messejana, Arcebispado de Évora). Bernardina e Luiz não tiveram apenas uma filha, **Ana Isabel de Andrade**, como o apontam os genealogistas, mas – pelo menos – uma outra filha chamada *Clara*, que falece em Pindamonhangaba, em 11-DEZ-1789, com 30 anos. Nessa ocasião, Luiz já está morto e Bernardina, viúva. Mas a falecida *Clara* é identificada como *filha de Luiz*, com 30 anos, em 1789. Isto está a indicar que Luiz estava com Bernardina em 1759, fato que confirma ter sido ele o terceiro marido de Bernardina, que, segundo Helvécio, está ainda viva em Pindamonhangaba em 1790. O *Andrade*, da filha de Bernardina (Ana Isabel de *Andrade*, que se casou com Domingos Marcondes do Amaral e que inicia a família Marcondes de Andrade, de Pindamonhangaba), **não** decorre, portanto, de ancestral do pai (Luiz Fernandes da Costa – SL 8,8, 6-8,²³ terceiro marido de Bernardina), mas dela própria Bernardina Corrêa de Freitas (ou Bernardina Corrêa Albernaz). Bernardina e Luiz podem, também, ter tido um filho chamado Manoel Félix Ferreira.

O sobrenome Andrade, em Taubaté e Pindamonhangaba, aparece diversas vezes, sozinho ou acompanhado de outros, como ocorre com *Monteiros* e *Marcondes*. En-

po Sebastião Ferreira Albernaz e de Isabel Ferreira de Castilho - Helvécio Vasconcelos Castro Coelho. *Povoadores de São Paulo – Estevão Ribeiro.*, RASBRAP n. 9, p. 141 e ss.) é irmã de Joana Rodrigues, mulher de Manoel Tavares da Silva, que está na árvore de costado de Bento Antunes de Andrade, como seu trisavô. Antonio de Pádua Moreira é irmão de Bernardina Corrêa de Freitas, também neste rol. V. tb. autos do processo de *genere et moribus* do Pe. José de Andrade e Silva (ACMSP 1.45.377).

²²Helvécio Coelho, *Povoadores de São Paulo – Jaques Félix Flamengo*, RASBRAP, 12, p. 97.

²³Neste específico ponto, o grande linhagista Silva Leme comete um equívoco. Salvador Moreira Cordeiro foi o primeiro marido de Bernardina e não como ali constou. Luiz Fernandes da Costa foi o terceiro marido.

tretanto, sua presença mais antiga parece que remonta aos Freitas, ou Farias e Albernás porque reaparece com certa frequência em nomes dessas linhas, em várias gerações.

Releva notar, para futuros estudos, que os descendentes de Guiomar de Alvarenga e de Francisco Álvares Corrêa são numerosíssimos em São Luiz do Paraitinga: uma enorme estirpe de fundadores e povoadores de São Luiz do Paraitinga vem da descendência de Francisco de Moura Ferreira (SL, 5, 433, 2-3)²⁴ e de Catarina de Almeida Lima.

VIII. Bernardina Corrêa de Freitas e Salvador Moreira Cordeiro, os pais de Ana Francisca de Andrade.

A mãe de Pedro Antunes de Andrade chamou-se Ana Francisca de Andrade e era de Taubaté. Fomos pesquisar aquela mulher que, em Taubaté, tendo se casado três vezes, de todos os casamentos teve filhos com o sobrenome *Andrade*.

Há dois anos tínhamos lido no inventário de Salvador Moreira Cordeiro (Taubaté 1736), que Ana Francisca de Andrade, filho “*póstumo*” (sic) do inventariado, havia pedido, por seu marido Manoel do Rego Lima, nos autos desse inventário, em 1751, sua herança, pois agora já era casada e maior. Mas não conseguimos de imediato conectar essa *Ana Francisca* com a mãe de Pedro Antunes de Andrade.

Entretanto, toda a pesquisa que fazíamos em torno dos *Andrades* de Taubaté voltava a Bernardina Corrêa de Freitas.

Ficamos muito tempo nessa situação sem solução, até que vimos a coletânea de dados em torno da Família de Bento Gil de Siqueira e pudemos concluir que essa Ana Francisca de Andrade (primeiro casada com Manoel do Rego Lima e, depois, com João Barbosa do Prado), mãe de Pedro Antunes de Andrade, era filha de Salvador Moreira Cordeiro e Bernardina Corrêa de Freitas.²⁵

Para essa descoberta muito ajudou a indicação que me fez o colega genealogista Luiz Gustavo de Sillos, em conversa em que eu lhe disse que entendia que Ana Francisca seria o “*filho póstumo*” de Salvador Moreira Cordeiro.

Ele me indicou a leitura dos dados da Família de Bento Gil de Siqueira, no Projeto Compartilhar, que me confirmou o fato.

24A descendência do casal Francisco de Moura Ferreira e Catarina de Almeida Lima é enorme em São Luiz do Paraitinga, pois cinco de seus filhos são povoadores da Vila, a saber: a) Bárbara Ana da Cruz (nascida entre 1722 e 1728), segunda mulher de Lourenço Rodrigues do Prado; b) Ana Barbosa, mulher de Inácio de Souza Botafogo; c) Margarida Francisca, mulher de Pedro Rodrigues da Maia; d) Joaquim Estolano do Carmo (n. p.v. de 1738), casado com Andreza (n.p.v. 1740 e falecida em S. Luiz em 16-AGO-1808), filho do Cel. Antonio de Sousa Carvalho; e) Reginaldo Alvares de Moura, casado com Francisca da Paz Menezes (ou Barbosa). Os Mouras de São Luiz, que são bem numerosos, são descendentes de Manuel Ferreira de Moura e de Maria da Silva, lisboetas de Alenquer.

25Família de Bento Gil de Siqueira, disponível no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projeto-compartilhar.org

No Projeto Compartilhar, a partir de dados extraídos de inventário e testamento de Baependi – 1799, consta que José do Rego de Lima é irmão de Salvador Barbosa do Prado.

É verdade: são irmãos, mas apenas por parte de *Ana Francisca de Andrade*; José é filho dela com seu primeiro marido, Manoel do Rego Lima; Salvador é filho dela com João Barbosa do Prado, seu segundo marido, este, pai também de Pedro.

Ambos são irmãos de Pedro Antunes de Andrade, sendo Salvador irmão inteiro de Pedro: por parte de pai e mãe e José irmão uterino.

Pelo texto do testamento de José do Rego Lima, confirma-se a filiação de Ana Francisca de Andrade: filha de Bernardina Corrêa de Freitas e Salvador Moreira Cordeiro, conforme inventário de Salvador Moreira Cordeiro (Taubaté – 1736); mulher de Manoel do Rego Lima, seu primeiro marido, com quem já estava casada em 1752, de cujo consórcio nasceu José do Rego Lima, este falecido com testamento em Baependi; depois, casada com João Barbosa do Prado, 20 anos mais velho que ela, com quem teve muitos outros filhos, entre eles Pedro Antunes de Andrade e Salvador Barbosa do Prado, este que foi o primeiro testamenteiro de José do Rego Lima e tutor dos filhos deste, conforme consta dos dados coletados no Projeto Compartilhar.

Ana Francisca de Andrade nasceu em Taubaté, por volta de 1736, segundo recenseamento de Taubaté, pois, em 1765, declarou-se com 30 anos e era o “filho póstumo” de seu pai, Salvador Moreira Cordeiro.

Já estava casada com Manoel do Rego Lima, em 25-ABR-1751 (conforme notícia que se tem nos autos do inventário de seu pai, Salvador Moreira Cordeiro, inventariado em Taubaté – 1736). Depois – estima-se, por volta de 1760 – casou-se em Taubaté com João Barbosa do Prado. Faleceu em São Luiz, com 70 anos, em 27-MAR-1807, de demência senil. Era católica e recebeu os Sacramentos (SLP, Óbito, 2, 72vº).

No texto de seu assento de óbito consta que “*era casada*” com João Barbosa do Prado, dando a entender que seu marido ainda estaria vivo quando de sua morte, tornando-se viúvo. Se isto se confirma, João Barbosa do Prado, quando do falecimento de sua mulher, já teria 92 anos.

Até 1803 João Barbosa do Prado está vivo, pois aparece como agregado à Família de sua filha Rita Barbosa do Prado e de seu genro Salvador Tavares da Silva no Censo de São Luiz, de 1803 – fogo 127. Embora ali conste que João teria 100 anos, estimamos que tivesse 88.

Podemos afirmar que o nome “*Andrade*”, que ela portava, têm origem nos mesmos troncos que em Pindamonhangaba e em Taubaté formaram, respectivamente, as famílias Marcondes de Andrade e Monteiro de Andrade, bem como, *Correia de Andrade*, *Ferreira de Andrade*, *Freitas de Andrade*, *Teixeira de Andrade*, Álvares de Andrade. Os Rego Lima, de Baependi descendem dela também.

No rol dos herdeiros de seu pai ela é primeiro referida como *filho “póstimo” (sic)*, pois sua mãe estava grávida quando enviuvou.²⁶ Quando Ana Francisca

²⁶ “Filho “póstumo”, expressão correta, é expressão jurídica com raízes no direito romano, compilado por Justiniano (Livro II, Título I, 2), para referir-se aos nascituros:

e seu primeiro marido postulam o pagamento de sua herança, Bernardina Corrêa de Freitas (mãe de Ana Francisca de Andrade) já está em seu terceiro casamento e com filhos de todos esses três consórcios ostentando o sobrenome *Andrade*.

Ana Francisca teve, q.d., os seguintes filhos: a) *José* (do Rego Lima)²⁷ (filho de seu primeiro casamento com Manoel do Rego Lima), nascido em Taubaté, por volta de 1753-55 e sepultado em Baependi em 16-OUT-1799, antes da mãe²⁸, aparece no censo de Taubaté, de 1765, com 10 anos, mas não aparece no de São Luiz, de 1779, tendo, provavelmente, permanecido em companhia da avó materna, Bernardina de Freitas Corrêa, e com os filhos mais novos dela, em Taubaté; b) *Maria e Ana*,²⁹ provavelmente gêmeas, nascidas por volta de 1761, que são recenseadas em Taubaté, em 1765, ambas com quatro anos, mas não aparecem no censo de São Luiz, de 1777 (devem ter falecido na infância, ou se casado antes da mudança dos pais para São Luiz); c) *Rita de Jesus Barbosa* (ou Rita Barbosa do Prado), que deve ter nascido por volta de 1766, em Taubaté, Esta era solteira, em 17-OUT-1779, quando batiza Isabel, filha de Diogo Silva do Prado e Maria Ribeyra da Silva (SLP, L.1, Bat., fls. 22 vº). Ela se casa com Salvador da Silva Costa, ou Salvador Tavares da Silva (viúvo de Francisca Maria da Silva), em 08-MAIO-1781 (SLP, Cas. L. 1 a, fls. 43 vº). Rita e Salvador têm uma filha, chamada Anna³⁰, que é batizada por João Barbosa do Prado, seu avô (SLP, L.1, Bat., fls. 39); outra chamada Maria, nascida em 11-FEV-1801 e batizada em 23-FEV-1801 (SLP, Bat. L1, p. 14);³¹ um filho de nome Mariano da Silva Moreira (ACMSP 8-72-4375; d) *Pedro Antunes de Andrade*, nascido em Taubaté, por volta de 1768 e casado em São Luiz, com Maria Antonia da Silva (SLP, L 1 a, Cas., fls. 36), em 24-JUL-1788. e) *Maria*, provavelmente nascida por volta de 1769, em Taubaté. Maria é madrinha de Francisco Antunes de Andrade, juntamente com Balthazar José da Silva Reis; f) *Clara Francisca de Andrade*, nascida em Taubaté, por volta de 1771, casada com Matheus Gonçalves Leal (irmão de Maria Antonia), nascido em Guaratinguetá, por volta de 1760. Ele falece em São Luiz do Paraitinga, em 23-OUT-1807 (SLP, Obitos n. 2, 79); g) *Salvador Barbosa do Prado*, nascido em Taubaté, por volta de 1774, que também deixa geração em São Luiz, com o nome *Barbosa do Prado*. Salvador foi o primeiro testamenteiro de José do Rego Lima, seu meio-irmão, e tutor dos filho

“Consideram herdeiros seus, como dissemos anteriormente, os que, por ocasião da morte do testador, estavam sob seu poder; (...). Os póstumos que se houvessem nascido em vida do ascendente, teriam estado sob o poder dele, são também herdeiros seus”.

27V. a Família de Bento Gil de Siqueira, no Projeto Compartilhar.

28 V. a Família de Bento Gil de Siqueira, no Projeto Compartilhar. Pela proximidade de José do Rego Lima com o Pe. José de Andrade Silva, José permaneceu na casa de Bernardina, sua avó materna, junto com seus outros filhos, depois que a mãe se casou com João Barbosa do Prado.

29Ana, também, é o nome correto da mulher de Salvador Barbosa do Prado, avô de Pedro.

30Ana Antunes, que se casa com Francisco de Paula de Macedo – (ACMSP - 9-2-4625).

31 No excelente Projeto Compartilhar, *Família de Sebastião da Fonseca Pinto*, há referência a casamentos de descendentes de Rita e de Salvador. Desse casal derivam dois descendentes que se habilitaram perante a ACMSP: Mariano da Silva Moreira e Maria Salomé de Santa Rita (ACMSP 8-72-4375); Fabrício Antunes de Macedo e Maria da Silva Barbosa (ACMSP 9-2-4625).

deste, conforme o inventário referido (Baependi – 1799).

Ana Francisca de Andrade, foi agraciada com legado de 50\$000 rs, no testamento de seu filho José do Rego Lima, escrito em 6-OU -1799, em Baependi.³²

Além de muitos outros irmãos dos três casamentos de sua mãe, Ana Francisca foi irmã uterina do Pe. José de Andrade e Silva (ACMSP 1.45.377), pois ambos eram filhos de Bernardina de Freitas Corrêa. O Pe. José de Andrade Silva atuou como coadjutor do Vigário Pe. José Gonçalves da Cunha, na Paróquia de São Luiz, conforme consta de numerosos assentos paroquiais, na década de 1780, na Paróquia de São Luiz de Tolosa, em São Luiz do Paraitinga. O Pe. José de Andrade e Silva, como dissemos, é legatário do sobrinho, José do Rego Lima, em Baependi, em testamento de 6-OUT-1799. Nesse testamento ele é referido como **tio** de José do Rego Lima (porque irmão de sua mãe, Ana Francisca de Andrade). Ana Francisca, nascida do consórcio de Bernardina com Salvador Moreira Cordeiro; o Pe. Andrade, do consórcio entre Bernardina e seu segundo marido, Francisco Rodrigues Tenório (Família de Bento Gil de Siqueira).³³

Salvador Moreira Cordeiro – primeiro marido de Bernardina e pai de Ana Francisca de Andrade – era filho de Domingos Cordeiro Gil e de Andreza de Castilho. Nascido provavelmente em Taubaté em 1712 (aparece no inventário de sua mãe com 7 anos em 1719).³⁴ Salvador e Bernardina tiveram 4 filhos: Antonio Correa Moreira (1730); Francisco Ferreira Albernáz (1732), Maria (1734) e Ana Francisca de Andrade (1736).

IX. Em que pontos essa família tem conexões com a de João Barbosa do Prado, segundo marido de Ana Francisca de Andrade

Pelos laços familiares das pessoas que se ligam ao convívio do casal e da família de João Barbosa do Prado, segundo marido de Ana Francisca de Andrade, pais de Pedro Antunes de Andrade, o sobrenome *Andrade* (de Ana Francisca de Andrade) mostrou-se ligado aos *Correia de Andrade*, *Corrêa de Freitas*, *Moreiras Castilhos*, *Farias*, *Ferreira de Melo*, *Fragoso* e *Albernaz* e ainda é objeto de estudo, embora já se possa afirmar que é o mesmo *Andrade* que se juntou aos **Monteiros** de Taubaté e aos **Marcondes** de Pindamonhangaba.

- a) Um tio de João Barbosa do Prado (marido de Ana Francisca de Andrade e pais de Pedro Antunes de Andrade) denominado Geraldo Pinheiro da Veiga, irmão de Ana Antunes da

32V. a Família de Bento Gil de Siqueira, no Projeto Compartilhar.

33Disponível no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projeto compartilhar.org. V. tb. autos do processo de *genere et moribus* do Pe. José de Andrade e Silva (ACMSP 1.45.377).

34Família de Bento Gil de Siqueira e de Guiomar de Alvarenga disponíveis no site Projeto Compartilhar – Genealogia, Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projeto compartilhar.org

- Veiga, mulher de Salvador Barbosa do Prado e mãe de João Barbosa do Prado) é casado com Úrsula dos Santos, irmã de Bernardina Corrêa.
- b) Depois da morte de Andressa de Castilho, Domingos Cordeiro Gil se casa com Antonia Coutinho de Peralta e desse casamento nascem: a) Maria Coutinho do Rosário (inventariada em 1800, em Taubaté), mulher de Gaspar Monteiro de Andrade; b) Alferes João Garcia Cordeiro, que se casa com Marta Barbosa do Prado, irmã de João Barbosa do Prado.
- c) Ana Cordeiro, irmã de Salvador Moreira Cordeiro, o pai de Ana Francisca de Andrade, é casada com Estevão Cabral do Prado, irmão de Salvador Barbosa do Prado e tio de João Barbosa do Prado e, portanto, tio por afinidade de Ana Francisca de Andrade, que se tornaria mulher desse seu sobrinho.

X. Um certo *Andrade*, do grupo de Jaques Félix, uns *Andrades*, da Freguesia do Facão e uns *Andrades*, do Rio de Janeiro.

Em data anterior a dos nascimentos dos filhos de Bernardina, em Taubaté, no decorrer do Século XVII, pudemos seguir **três pistas** – curiosas e surpreendentes – do nome *Andrade*, pistas essas que não nos deram respostas sobre a origem do *Andrade* que Bernardina Corrêa de Freitas transmitiu a seus filhos, mas nos provocaram instigantes questionamentos que queremos dividir com o leitor.

Primeira pista:

Um certo sertanista do Grupo de Jaques Félix chamado **Manuel Correia (ou Corrêa) de Andrade**, casado com Mariana Rodrigues, que compunha as primeiras famílias que acompanharam Jacques Félix quando da fundação da Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, ³⁵ foi ali inventariado, em 1673 (v. no anexo, que segue, a transcrição de seu inventário).

Até onde pesquisamos, ele é o “*Andrade*” mais antigo de Taubaté e há uma peculiaridade no seu nome que nos chamou a atenção para conectá-lo – ainda que fragilmente – à ascendência de Bernardina Corrêa de Freitas, a partir de estudo de Castro Coelho, quando este identifica na ascendência de Bernardina um “*Corrêa de Freitas*”, que na sequência de gerações aparece como “*Corrêa de Andrade*”.³⁶

Supomos que os *Andrades* de Taubaté têm conexões com Manoel Cor-

³⁵Félix Guisard Filho. *Jacques Félix, Achegas à História de Taubaté*, São Paulo: Athena Editora, 1938, p. 23.

³⁶Ver estudo excelente de H.V. Castro Coelho ----- *Povoadores de São Paulo – Pedro Dias*, RASBRAP 18/93-110.

reia de Andrade e Mariana Rodrigues, ele, do grupo de *Jaques Félix*³⁷ e ela dos *Dias Macedo*, da descendência de João Ramalho como o afirmava Carlos Pedroso em seus *Subsídios*, p. 13: “*Dias de Macedo é descendência de João Ramalho*”.

Manuel Correia de Andrade tem *parte* de seu inventário no AHMFG, datado de 1673, 2º. ofício. Morreu *ab intestato* no sertão, onde foi assassinado, deixando viúva sua mulher Mariana Rodrigues (supomos nascida por volta de 1645), que supomos seja filha de **Francisco Rodrigues Ramalho** (também inventariado em Taubaté – 1672) e de Maria Nogueira (SL 1– 32-4-5).

Nos autos do inventário de Manoel há referência a filhos deixados (Ana? Domingas? João?) e a um total estado de penúria da viúva. Mariana Rodrigues tem um irmão chamado Diogo Dias, que se casa com Felipa da Cunha, filha de João Vaz Cardoso e Domingas Nunes. E uma irmã, Maria Alves, que se casa com um certo Antonio Corrêa (SL, 1,32, 5-2) (seria o mesmo que aparece no inventário de Manoel, assinando a rogo da viúva? Seria irmão de Manoel?).

Um fator a mais deve ser considerado para reforçar esse entendimento de que Manoel Corrêa de Andrade é o mesmo a que alude Silva Leme em SL, 1, 32, 5-1.

No inventário de Beatriz Camacho (1636) e em seu testamento ³⁸ há algumas informações que devem ser melhor trabalhadas. Lá se diz que Beatriz fez seu testamento em 9.3.1636 e que o *cumpra-se* do testamento se deu em 15.11.1636, tendo sido aberto o inventário em 31.12.1637, na Vila de São Paulo, em casa de Jaques Felix. Uma das testemunhas do testamento é Manoel Correia, juntamente com **João Nunes de Siqueira**. Quando – quase quarenta anos depois – chega, em 1678, em Taubaté, a notícia da morte de Manoel Correia de Andrade, abre-se seu inventário e o avaliador será um certo **Matheus Nunes de Siqueira**.

Achamos curiosa essa conexão de *Jaques Felix - Camachos*, “*Manoel Corrêa*” - *Nunes de Siqueira*, e isso serviu para reforçar ainda mais nossa suspeita.

São apenas pistas.

Segunda pista:

A possibilidade de esse nome “*Andrade*” vir do Rio de Janeiro, passando pelo litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo (Angra dos Reis, Ilha Grande, São Sebastião), coligado com outras famílias fluminenses e paulistas omenta novas suposições.

³⁷Félix Guisard Filho. *Jacques Félix, Achegas à História de Taubaté*, São Paulo: Athena Editora, 1938, p. 29 e inventário de Manoel Corrêa de Andrade no AHMFG, datado de 1673, 2º. ofício.

³⁸ Seu testamento pode ser consultado no site do Projeto Compartilhar - Genealogia, sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projetocompartilhar.org

Não custa relembrar que, na primeira metade do Século XVII, deu-se grande fluxo de pessoas entre o Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba, principalmente pelo litoral: o acesso pelo Vale se dava pelo *caminho velhíssimo*³⁹ de que nos fala tão claramente Lia Carolina Prado Alves Mariotto. E a Freguesia do Facão estava nessa rota.

Carlos da Silveira havia feito uma indagação em seus Subsídios, III, sobre uma família de Cunha (a antiga Freguesia do Facão) que nos interessa aqui, quando analisa a repetição constante de um nome nos mesmos troncos familiares: “*Dado o curioso fato da persistência de nomes próprios nas famílias aparentadas, é lícito perguntar que relação teria a mãe de José Borges dos Santos (Inez de Andrade, Inez de Andrade e Silva) com suas homônimas do volume VI, da Genealogia Paulistana, página 434 e do volume VIII, página 437, respectivamente, em títulos “Bicudos” e “Gaias”.*”

O nome que mereceu a curiosidade do grande genealogista foi “*Inez de Andrade*”.

Sobre esse específico e determinado nome e sobrenome – recorrentemente juntos – recaem também nossa curiosidade e nossas observações: *Inês ou Inez de Andrade*.

Aparece numerosas vezes na genealogia de famílias do Rio de Janeiro e de São Paulo, especificamente em Cunha, a Freguesia do Facão

a) Francisco de Araújo de Andrade (ou Francisco de Andrade, ou Francisco de Pontes – filho de Belchior de Andrade Araújo casado com Maria Cardoso), tem uma irmã chamada *Inês de Andrade* (27.2.1620 – 31.1.1683 - RJ), casada com Fernão Faleiro Homem;⁴⁰

b) o nome *Inês de Andrade* (ao que consta, filha de Inácio de Andrade Machado e de Helena de Soutomaior) aparece na mulher de Francisco Teles Barreto de Menezes (filho de Diogo Lobo Teles e Maria da Silveira) (um Francisco Teles Barreto será concunhado de Ana Francisca de Andrade, no meado do Séc. XVIII em Taubaté, casado que foi com, Catarina,⁴¹ irmã de seu marido, João Barbosa do

39 Lia Carolina Prado Alves Mariotto. *Em busca de um roteiro esquecido: o caminho entre as vilas de Paraty e Taubaté*. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa da USP*, FLP 10/11, 2008-2009.

40 Marcelo Meira Amaral Bogaciovas *Albernazes e Homens da Costa*, RASBRAP, n. 11, p. 104.

41 Catarina depois se casa em Taubaté com Francisco Teles Barreto, e afirma em seu testamento (inventário no AHMFG) que era filha de Salvador Barbosa do Prado e de Ana Antunes. Francisco Teles Barreto atuou como *escrivão das medições* das terras de sesmarias de São Luiz do Paraitinga e Paraibuna, quando o *Juiz dessas medições* era João Barbosa do Prado, seu cunhado, conforme consta do Processo constituído de requerimentos emitidos por Miguel de Freitas Machado sobre a demarcação de terras da povoação de São Luís da Paraitinga. Taubaté, 1773. Coleção Morgado de Mateus. Manuscritos. I-30, 23, 48. 1o documento. BN. 1o documento, *apud*, Allan Rodrigo Arantes Monteiro, *Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga*.

Prado). Acrescenta-se a informação de que Luís Teles Barreto era primo de Belchior de Andrade Araújo, pai do Francisco de Araújo de Andrade, referido;

c) *Inês de Andrade* e Silva, mulher de João Borges dos Santos (de Pontes de Lima – PT), com descendência em Cunha (cidade vizinha de São Luiz), pelo casamento do filho desse casal, José Borges dos Santos com Maria Miguel da Silveira, filha de Leopoldo da Silveira e Sousa e Helena da Silva Rosa, e neta do famoso bandeirante Carlos Pedroso da Silveira. O *Silva Reis* de Balthazar José da Silva Reis, padrinho de Francisco de Andrade, pode conectar o Andrade da Família Borges com o Andrade dos filhos de Bernardina (v. sobre a Família dos Borges de Cunha/ São Luiz do Paraitinga as colocações feitas por Carlos da Silveira, em seus *Subsídios*, III, aqui citados);

d) há uma *Inês de Andrade*, nascida por 1688, casada com o Alferes João da Silva Barreto, em Angra dos Reis;

e) há uma *Inês de Andrade* (Souto Maior), casada na Parnaíba com Antonio Bicu-do de Alvarenga (SL, VI, 434, 3-1);

g) há uma *Inês de Andrade* (e Silva), casada com José Alves de Oliveira, em Cunha, 1801, filha de José Borges dos Santos (Carlos da Silveira, Subsídios, III).

h) Inês de Andrade, falecida no Rio (Sé-6º., 126 – 24-MAR-1696), filha de Diogo Munhoz e de Estácia de Andrade, casada pela primeira vez com Manoel Fernandes Monteiro (falecido antes de 1694) e pela segunda vez com Felipe de Almeida, filho de Martim Gonçalves e Domingas Pereira (Carlos Rheingantz, II, p. 63)

Alguma pista? Em nosso sentir, o prenome *Inês* homenageia uma matriarca portuguesa, *Inês* Alvares, mulher de Belchior de Pontes, mãe de Maria Cardoso que se casou com Belchior de Andrade Araújo, mas o Andrade vem desse Belchior.

Que conexão esses nomes podem ter com o *Andrade* da descendência de Bernardina?

Terceira pista:

Bernardina teve um trisavô chamado Capitão Antonio de Faria Albernás.

⁴²Era pai de Salvador de Faria Albernás, avô materno do pai de Bernardina.

Tese de Doutorado – Unicamp -2012.

⁴²As informações a respeito do Capitão Antonio de Faria Albernás foram retiradas da pesquisa de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, *Albernazes e Homens da Costa*, RASBRAP, 11/89-124 e do que consta do inventário de 1663, do Capitão Albernás, que se encontra no Arquivo Histórico Municipal “Félix Guisard Filho” de Taubaté (AHMFG).

Antonio de Faria Albernás era filho de João Gonçalves do Evangelho e Isabel de Faria, de família dos primeiros moradores do Rio de Janeiro. “*Nascido, provavelmente, na cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1595. Ali se casou (Sé, 1º, fls. 18), em 8 de abril de 1619, com Catarina de Cisneiros, filha de Salvador Fernandes da Silva, já defunto em 1619, e de Violante da Rocha.*” Foi casado primeira vez com Catarina de Sysneiro e segunda vez com Maria, ou Marina de Lara (no seu testamento ele escreve Marina). Com Catarina, gerou Salvador de Faria Albernás e do segundo casamento não teve filhos, embora sua segunda esposa tivesse sido casada e com filhos do casamento anterior, com Januário Ribeiro, de quem ficou viúva em 1638. Uma das filhas desse casal, Marina e Januário, Francisca (n. 411, neste rol), vem a se casar, justamente, com Salvador de Faria Albernás, filho do Capitão Antonio. O Capitão Antonio de Faria Albernás “*passou para Mogi das Cruzes, onde foi juiz ordinário em 1645, e depois para Taubaté, onde foi juiz ordinário em 1655 e onde faleceu em 1663. Foram testemunhas do casamento: Diogo Mendes, Aleixo Manuel (o moço), Francisco da Costa Homem, Pero Albernaz, Martim Gonçalves e Paula de Faria. De acordo com Carlos Barata, recebeu carta de sesmaria, tendo por sócio a Francisco de Andrade, de 600 braças no Rio Cayoaba em 10 de julho de 1656. [Livro 28º do Tombo das Sesmarias – 1649-1678].*” “*Já idoso, cerca de 1661, casou-se segunda vez com Maria de Lara*”.⁴³ Fez testamento em 27-AGO-1659. Tinha um sítio em Tremembé, terras em Curupatiba, na Parahyba e em Piracanguá. No Rio de Janeiro recebeu semaria com um certo Francisco de Andrade, que pensamos ser o mesmo Francisco Pontes que assina como testemunha o seu testamento.

Para contribuir com pesquisas futuras sobre os “Fontes”, ou “Pontes”, e os “Andrades” é sempre bom recordar que, curiosamente, esse *Francisco de Pontes* é referido como *Francisco de Araújo de Andrade* em dois trabalhos de Bogaciovas: *Albernazes e Homens da Costa*, RASBRAP, 11/104; *A Família Pontes (versão corrigida): da Ilha Terceira para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo*, Revista ASBRAP, n. 10, p. 191.

Estamos resgatando os antepassados de Ana Francisca de Andrade, em busca da origem do nome “Andrade”. Sabemos que vem de sua linha materna, por Bernardina Corrêa de Freitas.

Essa Bernardina, nascida em 1712, em Taubaté, era filha de Sebastião Ferreira Albernás, que era neto materno de Salvador de Faria Albernás e de Francisca Duarte Ribeiro. De onde teria vindo o *Andrade* dos filhos (de todos os três casamentos dela), netos, bisnetos da geração de Bernardina até nossos dias?

Nós acreditamos que pode provir de uma conexão entre os Andrades e Araújo, Albernazes, Pontes e Farias, “gente de Portugal e da Ilha Terceira ou do Faial” que veio para o Rio de Janeiro. Também entendemos que Francisco de Pontes (RJ-falecido em 31-JAN-1684, filho de Belchior de Andrade Araújo – nascido

43Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, *Albernazes e Homens da Costa*, RASBRAP, 11/89-124.

em Arcos de Valdevez-PT, por volta de 1579 – e de Maria Cardoso, nascida no Rio de Janeiro, em 1583), ou Francisco de Araújo de Andrade é o mesmo *Francisco de Andrade* que recebe sesmaria com o Capitão Antonio de Faria Albernás (trisavô de Bernardina), em 1656, no Rio de Janeiro e assina como testemunha o seu testamento como Francisco de Pontes.

Seriam parentes, talvez, por parte de Isabel Faria, mãe de Antonio?

Conclusões:

Avançamos em demonstrar que:

- a) Os *Andrades* de Taubaté encontram raízes em troncos familiares de Bernardina Corrêa de Freitas;
- b) O *Andrade*, dos *Antunes de Andrade*, de São Luiz do Paraitinga, deriva dos mesmos troncos dos *Monteiros de Andrade*, de Taubaté;
- c) Tanto os *Antunes de Andrade* (de São Luiz do Paraitinga), quanto os *Marcondes de Andrade* (de Pindamonhangaba), tem raízes em nomes que provêm de filhas de Bernardina Corrêa de Freitas, de Taubaté;
- d) Que embora não se tenha encontrado um ancestral *Andrade* – evidentemente – nos antepassados de Bernardina, há pistas que sugerem que o nome possa vir de um antigo componente do grupo de Jaques Félix, que faleceu nos “sertões”, em 1673, naquela conexão de “Corrêa de Freitas” sobre a qual Castro Coelho dizia estar pesquisando;
- e) Que existe famílias nos arredores de Cunha que podem ter conexão com esse nome, que julgamos ter raízes em famílias antigas do Rio de Janeiro, ligada aos Pontes (ou Fontes?), aos Farias e aos Albernazes.

Agradecemos os apartes e ajustes que o conhecimento dos genealogistas que tiverem acesso a esses dados possam arguir e fazer, corrigindo imperfeições e fornecendo suportes que possam complementar, confirmar ou desmentir as afirmações, presunções e deduções que foram feitas neste relato.

BIBLIOGRAFIA

- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Albernazes e Homens da Costa*, RASBRAP, 11/89-124
- . Antigos proprietários rurais de Lages. *Revista da ASBRAP*, n. 6, p. 74-75.
- _____. Árvore de Costado do Presidente Nereu Ramos. *Revista da ASBRAP*, n. 2, p. 177 e ss.
- _____. As ordenanças da Capitania de São Paulo à época da sua restauração. *Revista ASBRAP*, n. 2, p. 33-40.
- . *Monizes e Gusmões da Capitania de São Vicente*, Revista da ASBRAP, n. 14, 137/164.
- . *O casal Gaspar Vaz da Cunha e Feliciano Bicudo Garcia*, Revista ASBRAP, n. 1, p. 151 a 165.
- . *A Família Pontes (versão corrigida): da Ilha Terceira para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo*, Revista ASBRAP, n. 10, p. 185-204.
- COELHO, Helvécio Vasconcelos Castro. Genealogia paulistana – Título Proenças – Adendas às primeiras gerações. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 10.
- _____. Povoadores de São Paulo: Antão Nunes (Adendas às primeiras gerações). *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 15, p. 159-192.
- _____. Povoadores de São Paulo: Capitão Mor e Ouvidor Jorge Ferreira. *Revista da ASBRAP*, n. 14, p. 187.
- _____. Povoadores de São Paulo – Domingos Luís – O Carvoeiro. *Revista da ASBRAP*, n. 9, p. 155.
- _____. Povoadores de São Paulo – Jaques Félix Flamengo. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 12, fls. 83-100
- _____. Povoadores de São Paulo – Sebastião Gil. *Revista da ASBRAP*, n. 20, p. 293-312.
- _____. Vila de Santo Antonio de Guaratinguetá. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 8, p. 212.
- . Povoadores de São Paulo – Domingos Luís Grou (adendas às primeiras gerações), *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 8, p. 189 e segs.
- . Povoadores de São Paulo – Pedro Dias, RASBRAP 18/93-110
- . Povoadores de São Paulo – Título Afonsos (Adendas às primeiras gerações), *Revista da Asbrap* n. 8, p. 155-188.
- GUISARD FILHO, Félix. *Jacques Félix, Achegas à História de Taubaté*, São Paulo: Athena Editora, 1938
- LEME, Luiz Gonzaga Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat e Cia., 1905. vol. I a IX.

- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Coleção Reconquista do Brasil, Nova Série. São Paulo: Itatiaia; Editora da USP, 1980. t. I a III, v. 5 a 7.
- MARIOTTO, Lia Carolina Prado Alves. *Em busca de um roteiro esquecido: o caminho entre as vilas de Paraty e Taubaté*. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa da USP*, FLP 10/11, 2008-2009
- MEGALE e TOLEDO NETO, 2006, *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a história do português do Brasil*”, apresentadas durante o “II Seminário para a História do Português Brasileiro”, realizado em Campos do Jordão, em 1998, p. 147-148
- MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. *Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga*. Tese de Doutorado – Unicamp -2012
- ORTIZ, José Bernardo. *Velhos troncos*. 3. ed. rev. e ampl. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté – Área de Impressão de Textos, 1996. t. I, II e III.
- RHEINGANTZ, Carlos G. – *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, Ed. Brasileira, 1967, 3 vols. (obs o 3º volume são 4 fascículos)

Pesquisa feita diretamente em arquivos públicos:

Arquivo da Chancelaria da Mitra Diocesana de Lorena. Assentos Paroquiais da Paróquia de N. S. da Conceição da freguesia do Facão (Cunha), Rua Hepacaré, 28, Lorena-SP. Chanceler Mons. João Bosco de Carvalho e Responsável pelo Arquivo Sra. Rosely Ribeiro Sales.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Av. Nazaré, São Paulo-SP. Responsável pelo arquivo: Diretor Técnico Jair Mongelli Junior.

Arquivo Histórico da Cúria Diocesana de Taubaté-SP. Assentos paroquiais da Matriz de São Luiz de Tolosa, de São Luiz do Paraitinga, e de N. S. da Conceição do Bairro Alto, Arquivo Histórico da Cúria Episcopal de Taubaté, sob a direção da Prof.^a Olga Rodrigues Nunes de Souza.

Arquivo Histórico da Mitra Diocesana de São José dos Campos. Assentos Paroquiais da Matriz de Santo Antonio de Paraibuna – SP.

Arquivo Histórico Municipal de Taubaté – Museu Jaques Félix – SP. Inventários e testamentos, Taubaté, a partir de leitura paleográfica feita pela Professora Lia Carolina Prado Alves Mariotto, historiadora e genealogista, Diretora do Arquivo Histórico Municipal de Taubaté – SP, Av. Thomé Portes Del Rey, 925 – Jd. Ana Emília, Taubaté – SP, CEP: 12070-610.

Arquivo Histórico Municipal “Dr. Waldomiro Benedito de Abreu”, de Pindamonhangaba. Sítio eletrônico.

Departamento de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). Fundo de Documentos sobre São Luiz do Paraitinga, do Arquivo Público do Estado de São Paulo (SAESP), localizado em São Paulo, na R. Voluntários da Pátria, 596, 1.º

andar, Salão de Consultas – Torre Principal.

Publicações oficiais:

Arquivo do Estado de São Paulo. Sesmarias (1720-1736). São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937. vol III.

Casa de Matheus – Catálogo de Arquivos. Fundação da Casa de Matheus, Vila Real, 2005. Coordenação de Teresa Albuquerque.

Casa de Matheus – Roteiro. Brochura impressa pela Fundação da Casa de Mateus, Vila Real, 2005

Repertório de Sesmarias, edição Fac-similar, publicado pela Secretaria de Estado da Cultura, Departamentos de Museus e Arquivos – Divisão de Arquivo do Estado, São Paulo, 1994.

Projeto Compartilhar – genealogia – Sob a coordenação das professoras Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira – www.projetocompartilhar.org *Family Search* – da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

Anexo 1

Inventário de Manoel Correa de Andrade⁴⁴

1. **Cota:** Taubaté; Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho; Inventários e Testamentos – Cartório do 2.o Ofício; n.17, CX 2.

2. **Datação:** - 02-junho-1673 “Anno do nasimento de nososenhör yezus Cristo demil eseis| [sent]os esetenta etres Anos aos dois dias do mes deyunho| dod[i]to Ano”.

3. **Composição:** 4 fôlios. Dimensão do fôlio: 310 mm x 205 mm, aproximadamente. A dimensão é imprecisa, em função da deterioração das margens.

|| I r. || [Emuent]ario [corroído] na [corroído] orfãos pellaley o Capitão [Seba]stião defreitas mandou [ff]aze[r] por morte efalesimento de Manoel Corea de Andrade 5 N.32

Anno do nasimento de nososenhör yezus Cristo demil eseis [sent]os esetenta etres Anos aos dois dias do mes deyunho dod[i]to Ano nesta [ui]lla desão francisco das chagas em pouzadas De Mariana Rodriguez uiuua mulher que ficou dodefunto Ma

10 noel Corea de Andrade donde ueyo oyuis ordinario edos orfaos pellaley oCapitão seBastião defreitas Comiguo esCriuão dos o[r]fãos afazer emuentario dos Beñs efazenda que sea

44 Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Felix Guisard Filho” Transcrição semidiplomática do inventário de Manoel Correa de Andrade *por Amanda Valéria de Oliveira Monteiro* (Para a transcrição dos testamentos, optou-se por seguir as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a história do português do Brasil”, apresentadas durante o “II Seminário para a História do Português Brasileiro”, realizado em Campos do Jordão, em 1998 (MEGALE; TOLEDO NETO, 2006, p. 147-148).

chou por morte e falecimento do dito defunto Manoel

*Corea de Andrade esendo lla deuyuramnto dos santos
15 e[u]angelhos adita uiuua Mariana Rodriguez emque pos sua mão direita sob
Cargo que Bem euerdadeiramente disse A emuentario todos os Beñs que fiqua-
rão por morte efa llesimento do dito seu marido dinheiro ouro prata Beñs de Rais
moues Conhesimentos esCr[i]turas Carta [d]edatas de*

*20 te[rr]as diuidas que sedeuião ao Cazal ou oCazal [corroído] pe na deque
sonegando ouimCobrindo alguã Couz[a] im
Corer naspenas daley esertidao por [corroído]
[corroído] seodito seu marido fizera testam[ent]o[corroído] antre anBos tinhamo
oquetud[o] [p]rometeu [corroído] seu*

*25 marido não fizera testa[mento] [corroído] o matarão no
sertão e [que] osfilhos que [corroído] [a]nbos tinhamo herão
os segintes, Ana deidade de [corroído] [a]nos, [d]ominguas deidade deCoatro
[a]nos yão deidade detres anos eque não pesui[a]
mais Beñs que os que nosertão sea[chauã]o por mor[te] e fale*

30 simento [do] dito seu [corroído] apresentou doque [corroído] deq[u]e fis[ilegivel]

*||Iv.|| asinou [corroído]
I Anotação tardia na linha 5: “1673” escrito com tinta preta.*

Agonsallo [corroído] Roguo se [corroído]

*Bastião martinz p[ereira] esCriuã[o] [corroído] orfã[o]s nesta dita uilla oescre
35 vÿ asino arrego de [m]ar[i]ana Rodrigues Gonsallo dolivera*

*Sebastião defreitas
treslado doemuentario que quefes nose[r]tão oCapitão fer não Bicudo de Brito pertensen*

*40 te aeste emuentario
huãs siroillas depanodelinho ehuã Camiza uelha dealgodão
os Coais se Rematarão afrancisco de Bairos em mil eseissentos e oitenta rés
_____ [corroído] edeupor seu fiador eprinsipal
pagador adominguos aren*

45 Co Butelho// francisco de Bairos _____

Asim mais seachou hũs Calsois uelhos deAlgodão osCoais se Rematarão eyoão leme empataqua emeyã _____ [corroído] e Apresentou por seu fiador eprinsipal pagador a[y]o

Aõ Rodriguez// yoão leme// yoão Rodriguez _____

50 Asim mais seacharão huã Camizade linho que se rematou em dois [m]il rés hũ [corroído] e hũ Cadeado em pataqua emeyã __ 2[corroído] huã [li]nha Con seu anzol em dois tostois _____ [corroído] tres [corroído] dechunbo meya pataqua _____ [corroído] [corroído] em [q]uin[h]e[ntos] euinte _____ 520

55 [corroído] [Be]rth[olo]meu Antunes lobo apresentou por seu fiador E [prin-sipa]l pagador a felipe teixeira daCunha// [Bertho] llom[e]u Antunes lobo// [felip]e teixeira _____

Asim mais se achou [hũ] [R]oz[ai]ro oCoal foy rematado nuCru zado _____ \$4 [corroído]

60 A lourenco fernandez apr[e]ze[ntou] por seu fiador eprinsipal [pa] Ao Ca[p]itão Antonio Bi[cu]do leme// lourenco fernandez Antonio Bicudo lleme _____

||2 r.|| [corroído] Alto oCoal[feito] se

Rematou [corroído] tostois _____ [corroído]

65 Apresento [corroído] seu fiador eprinsipal pagador ayoão Rodriguez

Manoelgil/ yoão Rodriguez _____

Asim mais seachou hũ Cruzifissio deestanho de meyo pal mo ofeitio emhũ Cruzado se Rematou ayoão Rodriguez __ 400 Apresentou por seu[fia]dor eprinsipal pagador aoCapitão

70 Antonio Bicudo leme// Antonio Bicudo leme// yoão Rodriguez __ Asim mais seachou huã pouca depoluora e chumBo oCo

Al se rematou afrancisco deBairos em sinco pataquas _____ 1\$000 e deupor seu fiador eprinsipal pagador adominguos a rencoBotelho// francisco de Bairos// dominguos arenc Bote

75 lho// fernão Bicudo deBrito _____ Asim mais seacharão

dois Conhesimentos hũ deynasio gil de huã massa ou hũ Rapagão de alugeldehũ esCopeta euin do perdido lhe entregara sua es-Copeta _____ Asim mais huã quitassão de yorgedafranqua deCoatro milrés

80 quelhe hera adeuer odito defunto elhos pagou _____ DeClaro que seoBriga-

*rão os homes que Comprarão a
tras esCristas desua chegada ahũ ano e fica aCostado a
este emuentario opropio que ueyo dosertão _____ Assim mais seachouhũ Co-
nhesimento de [corroído]*

*85 desinco milrés e pelladita uiuua [foi] dito [corroído]
Como não tinha mais Beñs nem faz[enda] [corroído] nes
[i]e emuentario equeCoBrado [es]tas diuidas [corroído] parti
lhas [e]mtre ella eos or[fãos] [corroído] estarem aynda os homês noser[tão] deque tu-
d[o] sefe[z] [corroído] Clareza seBastião Martinz*

90 pereira esCri[u]ão dos orfãos oe[scre]uý

*||2 v.|| Aos uinte eCoatro dias [n]es[ta] uilla de [São] francisco das chagas ante [corroí-
do] ordinario edos orfãos pella ley hen[ri]qu[e] uieira daCunha pares[eu]
yoão deBairros daBreu morador [corroído]desta uilla epo[r] [e]ll[e]
foý dito aodito yuis emComo seu filho francisco de Bairros era [corroído]*

*95 neste emuentario des pataquas que dos Bens do dito defunto aRe matara nosertão por-
Coanto queria [des]oBrigar adoming[uo]s Arenco fiador dodito seu filho seoBrigaua elledi-
to yoão de[B]airros daBreu aditaContia apagalla dentro emtres mezes aodito ý[corroído]*

*Aseitou e seoBrigouo odito yoão deB[ai]rros adar nodito tempo
100 ditas depataquas ese asinou Com odito yuis seBastião martinz pereira es[criu]ão*

*dos orfãos oesCrevý
João debairros da [corroído]
henrique Vieira dacunha
Aos uinte eCoatro dias do mesdedezembro deseissentos e seten*

*105 tae Coatro annos nesta uillade são francisco das chagas em Caza de min taBallião
estando oýuis ordinario edos orfãos p[ella] lle[y] Dominguos Rodriguez doprado pare-
seu sidiaco daCosta epor elle foý e[m]tregue em ýui[z]o asdepataquas que hera adeuer*

*[yo]ão de Bairos daBreu porseu filho francisco de Bairos eouue 110 [corroído] dito [ý]
oão de Bairos e a seu filho pordeso [corroído]*

*[corroído] [di]tas [de]spataquas asquoais loguo entregou
[corroído] [Ma]riana Rodriguez Conforme Consta da petissão aCostada A este [e]m[u]
entario [d]eque tudo fis este t[er]mo em
que Asinou Com [corroído] [ý]uis epor ella não sabe[r] a[sinar]*

*115 Asinou por ella [corroído] o[Cur]ador Bastante An[toni]o [Cor]jea
[E]jeu seBastião [m]artinz [p]erei[r]a esCriuão dos orfão[s] oesCr[eu]ý [asi] [nou]*

*AntonioCorea aRoguo de Mariana Rodriguez
Crus
de Antonio [Cruz] Corea*

120 [Dom]ingos Rodriguez do prado

*||3 r.|| [corroído] Mariana
Annodo nasimento denososenhor yezus Cristo
de mil eseissentos esetentaeCoatro annos nest[a] Vi[ll]adesão fransisquo das chagas por
partede Maria*

*125 na Rodriguez uiuua mefoý apresentada apetissão aodi[an] teComhũ despacho aope
della doýuis ordinari[o]
edos orfaos pella ley dominguos Rodriguez doprado p[e] dindo me eRequerendo me
oConprimento dodito d[es] pacho oquoal eutaBallião tomeý eautueý por*

*130 Bemde meu Rigimento pera em tudo dar uerdad[eiro] Conprimento aodito despacho
quetudo he ta[ll]*

*Aodiante seseguede que fi[s] este termo de auto[a]
ssão seBastião matinz pereira esCriuão dosorfãos oesCre[uy]*

*||4 r.|| [corroído]
135 Marianna Rodriguez, molher que ficou de Manoel Correa deAndrad[e]*

*que por morte efalecimento do defunto seu marido, oqual [es] ta[v]ão em osertão, [e]por
sua morte ficarão alguãs couzas, [as] quais forão vendidas para se pagarem empouoado,
eantre ell[e] esta obrigado João debairros deabreu por seu filh[o] fran[cisco]*

*140 debairros em des patacas, eser o tempo ya passado, ehora [corroído] he vi[n]do
anoticia que o dito João debairros deabreu [corroído]
em mão de Ciriaco daCosta as ditas des patacas para efeit[o]
desta sastifação, eellaser huã molher pobre, eCarrega*

*da de filhos eesses sem terem mais que agroça [ilegível] [corroído] 145 passando mil
necessidades como he publico pelo que*

*Pede avossa merce sennõr Juis dos orffaoñs po[r] servisso dedeus cobra de miseric[o]
dia eo
lhe mande entregar asdita[s] des [p]atacas
para sustento erreparo dos ditos seus f[ilhos]*

150 edella, e ser ella huã viuua pobre e [corroído] nesta, eRecebera esmola emerce

[ilegível] notificado Siriaco d[a] Cos[ta] apareça ne[ste] meu jui[so] [corroído]

*das chagas 2[corroído]
155 [Aos] [s]eteadias do mes dedezemb[r]o [corroído] seisentos esetenta e oito*

*an[no]s nesta [u]illa de São fra[ncisco] [das] [ch]a[g]as est[eve] em vizita on[corroído]
Primeiro Senhor [ilegível] [Ma]theus nunes de [Siqueira] [que] forão apresentados estes
[autos] do emuentario de Manoel C[o]rea [os] quais foi Conc[lu]z[os] [corroído]
ditto senhor deque fis este termo de Conclusão, Eu Primeiro Graduado [ilegível] [corroído]*

160 esCriuão de uiz[it]a que oEscreuy [corroído]

||4 v.|| Elogio em uirtudedo despacho asima dei uista destes autos aoPromotor

para suspender de que fis este termo eu o [Vizitador] Primeiro [ilegível] que oesCreuy

*Vista ao Promotor
165 Manoel Correa deAndrade faleseo noCertão*

*abem testado, Mariana Rodriguez sua mulher
hé obrigada amandar lhefazer bem porsua
Alma, vossa merce aobrigue [ilegível] são Francisco dascha gas [5] dedezemro de 1678*

*170 OPromotor
Serão notificados estes autos como resposta do Promotor os quais [ilegível] Concluzos
ao Senhor vizitador deque fizeste termo de Conclusão [corroído] oVizitador Primeiro
[ilegível] que oEscreuy
[rubrica]*

Anexo II

Rol de pessoas mencionadas no inventário (as que vem realçadas com asterisco (*) estão no grupo de Jaques Felix):

Sebastião de Freitas - Juiz de órfãos de Taubaté, na ocasião do
Manoel Corrêa de Andrade* - inventariado - (deveria ter 60 anos?) - chegou a Taubaté com grupo de Jaques Félix. Foi morto no sertão, morreu *ab intestato*

deixou três filhos e mulher. Seria a mesma pessoa que assina como testemunha o testamento de Beatriz Camacho, na casa de Jaques Felix, em São Paulo, em 1636?

Mariana Rodrigues – Viúva do Inventariado. Analfabeta. Deveria ter entre 25 e 30 anos. Ficou sem recursos, embora tivesse “chãos” na Vila de Taubaté. Teve três filhos com Manuel Corrêa de Andrade: **Ana** (de 5 anos n.p.v. 1668), **Domingas** de 4 anos (n.p.v. 1669); **João** de três anos (n. p.v. 1670). Supomos que seja filha de Francisco Rodrigues Ramalho e Ana Maria Noqueira (SL, 1 – 32, 4-5).

Gonçalo de Oliveira - assinou a rogo da viúva

Sebastião Martins Pereira - era o escrivão da vila de Taubaté

Fernão Bicudo de Brito - fez inventário das coisas pessoais (roupas, escopeta etc..) do defunto no sertão.

Francisco de Barros Abreu e seu pai João de Barros Abreu – arrematantes de bens – Há uma família de Barros Abreu em Parati (Carlos da Silveira, Subsídios, CXL)

Francisco Botelho* - faleceu em 1671, em Taubaté.

João Leme

João Rodriguez

Felipe Teixeira da Cunha

Bartolomeu Antunes Lobo

Lourenço Fernandez

Cap. Antonio Bicudo Leme* - O fundador de Pindamonhangaba, de alcunha “*O Via Sacra*”.

Manoel Gil* (de Siqueira?) – Filho de Antonio Gil, faleceu em Taubaté em 1695 e foi casado com Inez Dias Félix, falecida em 1750, filha de Domingos Dias Félix, irmão de Jaques Félix, o moço, fundador de Taubaté, e de Suzana de Góes.

Domingos Arenço Botelho - n. em 1613, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1663, conforme H.V. Castro Coelho, Povoadores de São Paulo – Título Afonsos (Adendas às primeiras gerações), Revista da Asbrap n. 8, p. 157. No inventário de Manoel Corrêa de Freitas apresenta-se como fiado. Temos que esses fatos documentados, reforçam a tese de que esse Manoel Correia de Andrade, do grupo de Jaques Felix, poderia ser ligado aos Camachos e, por sua vez aos Ramalhos. Para o nosso entendimento, a mulher de Manoel Correia de Andrade, Mariana Rodrigues, é aquela identificada por Silva Leme como filha de Francisco Rodrigues Ramalho (1603–SP – 1672–Taubaté –, filho de Esperança Camacho e de Francisco Rodrigues Barbeiro) e de Ana Maria Nogueira (filha de Diogo Dias de Macedo e de Paula Nogueira) e sobrinha-neta de Ascenço Dias de Macedo (que se casou com Isabel Botelho), irmão do avô dela, Diogo Dias de Macedo, referido. Esse Ascenço Dias de Macedo, casado com Isabel Botelho, é apontado por Ortiz como povoador seiscentista de Taubaté.⁴⁵

45 José Bernardo Ortiz, *São Francisco das Chagas de Taubaté*, Livro 2.º. Taubaté Colonial, Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 2ª. Ed., 1996, p. 72.

Domingos Rodrigues do Prado - Juiz Ordinário de órfãos

Siríaco da Costa - escrivão

Antonio Corrêa* assinou a pedido da viúva (curador dos órfãos?). Pode ser a pessoa que está no SL-1º.-p.32-5-2, marido da irmã de Mariana, Maria Alves.

Matheus Nunes de Siqueira (visitador)

Ana, Domingas e João são mencionados como filhos do inventariado. Em Taubaté, de interessante sobre eventuais sucessores do inventariado, encontramos um inventário de uma certa Mariana *Correia de Andrade*, falecida em 9.11.1829 (inventário de 1830). O nome, que pode homenagear a trisavó (*Mariana Rodrigues?*) e o trisavô (Manuel *Correia de Andrade*), é sugestivo. Mas não conseguimos fazer a conexão com a família que buscamos. Essa Mariana Correia de Andrade morreu *ab intestato* e era senhora de terras na região de Caçapava-SP.

**AMÉLIA MARIANA DE PAULA - CUIABANA DE ORIGEM PERNAMBUCANA
RADICADA EM CAMPINAS**

Fabio De Gennaro Castro

Resumo: *O artigo visita José Manuel de Castro, suas origens e descendência, complementando-o e corrigindo pequenos enganos, Detalha a ascendência de Amélia Mariana de Paula, possibilitada pela descoberta de um processo de habilitação de genere et moribus de um tio bisavô, objetivando mostrar a alta mobilidade de sua família até radicar-se em Campinas, onde conheceu seu futuro esposo.*

Abstract: *This article, visits JOSE MANUEL DE CASTRO, his origins and offspring, complementing it and correcting small dissonances. It also details the ascendancy of Amelia Mariana de Paula, brought on by the notice of a genere et moribus process of a great grand uncle of hers, in order to picture the high mobility of her family, until the root in Campinas, where she met her future husband.*

Introdução

O presente artigo documenta o resultado de pesquisas adicionais sobre minha ascendência varonil e me obrigou a revisitar o artigo JOSÉ MANUEL DE CASTRO suas origens e descendência, publicado na Edição Comemorativa do Cinquentenário do INSTITUTO HISTÓRICO E BRASILEIRO, em 1991 (13), para registrar e garantir acesso a futuros interessados, ou mesmo curiosos.

Ainda em (13), ao relatar o casamento de José Manuel de Castro com Amélia Mariana de Paula e sua respectiva ascendência, até onde era por mim conhecida àquela altura e ao citar sua bisavó materna, Mariana de Albuquerque, busquei informações em Jarbas Jayme, em Famílias Pirenopolinas (15).

No citado artigo encontra-se a transcrição a seguir, referida à (16) “aí não só se encontra a ascendência da supra citada Mariana de Albuquerque, como a história muito interessante da família que, vinda de Pernambuco, na época da descoberta do ouro em Goiás (Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte), passou para esta região liderada pelo Dr. Antônio da Silva Pereira, advogado por provisão e que exerceu vários cargos e funções tanto em Goiás, Meia Ponte, atual Pirenópolis e Vila Boa, atual Goiás Velho, quanto em Mato Grosso, aí em Diamantino e Cuiabá”.

Ao elencar os sete filhos de Dr. Antônio da Silva Pereira e sua mulher Ma-

riana de Albuquerque Rolim de Moura e descrever o segundo filho do casal, Padre Manuel de Albuquerque Fragoso, nascido em Meia Ponte e lá batizado em 20 de junho de 1735, continua dizendo que este se ordenara, possivelmente em Olinda, pois nos arquivos de São Paulo e Mariana não há notícias de sua ordenação, grifo meu.

Da busca pelo processo de habilitação do Padre Manuel de Albuquerque Fragoso é que se inicia o objeto básico deste artigo.

O amigo Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, recentemente falecido, através de uma das suas muitas características, encontrou o precioso processo no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (5) e teve a gentileza de enviá-lo, por carta (11), um resumo do mesmo.

Posteriormente, fui à Cúria carioca para novas buscas e detalhar a citada desoberta do primo Marcelo.

Deixo aqui registrado meu tributo a ele, por meio deste artigo.

Gêneres, letra M, ano 1756-1760 é onde se encontra o processo e cujo resumo a seguir transcrevo (6):

Manoel de Albuquerque Fragoso era mestre em Artes, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte, comarca de Goiás, assistente nas minas de Paracatu, freguesia de Santo Antonio da Manga, Bispado de Pernambuco.

Filho do Dr. Antônio da Silva Pereira, natural da freguesia de S. Cosme e Damião, da Vila de Igarassu e de sua mulher, D. Mariana de Albuquerque Rolim de Moura, natural da freguesia de Sirinhaém, neto paterno do Capitão-Mor Antônio da Silva Pereira, Capitão-Mor da vila de Igarassu e de sua mulher, digo natural da vila de Recife ou da cidade de Olinda e de sua mulher D. Ana Bezerra Pessoa, natural da freguesia da Várzea, Bispado de Pernambuco, neto materno do Comissário Geral Manoel de Albuquerque da Silva, natural da freguesia de Ipojuca e de sua mulher D. Margarida de Souza Rollim, natural da freguesia de Ipojuca.

Seguem-se depoimentos de várias testemunhas a respeito da ascendência e certidões de casamento de bisavós do habilitando, o que será detalhado mais à frente.

Acréscimos ao artigo básico

O testamento da mãe de José Manuel de Castro, depositado no Centro de Memória da UNICAMP (14), é que foi a fonte primária da maior parte de minhas descobertas descritas na referência 12.

No documento inicial de abertura do inventário de Maria Thereza de Castro, mãe de José Manuel, pode ser observada sua assinatura, em conjunto com a de sua única irmã, Maria Tereza de Camargo Castro, que foi casada com Francisco da Costa Alves.

José Manuel de Castro, em 29 de março de 1878, doou o relógio da torre da atual Basílica Menor de Nossa Senhora de Belém, em Itatiba, ainda hoje em funcionamento (19).

Ainda sobre ele, o Diário de Campinas de 17 de agosto de 1897, noticia seu falecimento, “após dolorosa enfermidade aos 77 anos, fazendeiro abastado neste município e chefe de grande família.

O saimento fúnebre deu-se ontem, à uma hora da tarde, sendo conduzido da sua casa, à rua Barreto Leme nº 12, para a Matriz da Conceição e, daí, para o Cemitério Municipal.

Acompanharam os despojos do extinto, grande número de amigos do finado, os membros da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, da qual o finado fazia parte, seguraram as alças do caixão e conduziram-n até a Igreja.” (14)



Lápide do túmulo de José Manuel de Castro (9)

No artigo de 1991 sobre José Manuel de Castro (13), é citado que seu filho Gabriel Rodrigues de Castro se casou com Joaquina Moreira Lima

O casamento de ambos, conforme assento no Livro 4, Fl 35, da Igreja da

Villa do Belém de Jundiá, hoje Itatiba, existente no Arquivo da Cúria de Bragança Paulista (4), se deu em 17 de dezembro de 1874, às 3 horas da tarde, em oratório na casa dos pais dela, Major Antonio Moreira Lima e Constança Alves Cardoso. A pesquisa da correspondente certidão desse casamento foi gentilmente feita pelo primo Arthur Nogueira Campos, a quem postumamente registro meu agradecimento formal.

Foram padrinhos Eugenio Joly e Francisco Rodrigues do Prado, o primeiro tio materno da noiva e o segundo, cunhado do noivo.

Joaquina Moreira Lima, estudou no Colegio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, junto com suas irmãs Emilia e Máxima, conforme relação de alunas matriculadas em 1868. Faleceu em Limeira em 16 de novembro de 1935 e não 1936, como está no artigo da Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (13). Por curiosidade, sua irmã Máxima casou-se com o paranaense Dr. José Machado Pinheiro Lima que, em 1903, era ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo e outra sua irmã, Maria Antonia, casou-se com um irmão de seu cunhado, Dr. Vicente Machado Pinheiro Lima, também paranaense, tendo sido senador federal e governador do estado do Paraná(19).

Meu avô paterno, Antonio Galvão de Castro, foi o primogênito do casal.

Por tradição familiar, sabe-se que Gabriel Rodrigues de Castro e Joaquina Moreira Lima já estavam casados há seis anos e ela não conseguia engravidar. Joaquina, Vovó Sinharinha, faz então uma promessa para Frei Galvão para conseguir a graça da gravidez, o que alcançou e daí filho ter o nome próprio de Antonio Galvão, nascido em 2 de setembro de 1881.

Interessante notar, do inventário de Gabriel Rodrigues de Castro, que a procuração passada por seu filho mais velho e meu avô, Antonio Galvão de Castro, então com 19 anos, tem sua firma e letra reconhecidas e assina conjuntamente sua mãe, Joaquina Moreira Lima de Castro, qualificada como mãe e tutora

A procuração é passada para o Dr. Antonio de Castro Prado e Dr. Cesar Bierrembach, o primeiro, primo irmão de Gabriel e o segundo, cunhado do primeiro, famoso tribuno, amigo de Castro Alves e do Barão do Rio Branco e que cometeu suicídio em 1907, por amor não correspondido. (9 e 14)

Antonio Galvão de Castro, estudou no Colégio São Luís, em Itu e cuidou de fazendas.


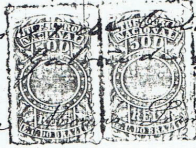
Em 1927 assumiu a Administração da Fazenda Val de Palmas, em Bauru, bem como a gerência de todas as demais fazendas da Companhia Cafeeira de São Paulo.

Inventou e patenteou um Selecionador de Café em coco, por ele patenteado com o nome de Selecionador de Café em coco CASTRO. Posteriormente, vendeu tal patente à então Machina S. Paulo, de Limeira, que o comercializou.

Antônio Castro de Castro, brasileiro de
19 annos filho legítimo de Gabriel de Castro
e D. Joaquina Moreira Lima de Castro
por esta procuração por mim feita
assistido por minha Mãe e Tutora ora-
ta constituo meus procuradores em
Campinas e onde for mister em in-
ventário dos bens de meu finado pai os
D.ºs Antonio de Castro Prado e Cesar
Pierrembach dando-lhes plenos e
geraes poderes

Campinas 25 de Setembro de 1900
Antônio Castro de Castro
Joaquina Moreira Lima de Castro

Reconheço verdadeira a firma
e lettra de Antonio Feltes de Carlos
e a firma de D.ºs Joaquina Moreira Lima
Mãe de Carlos, don.ºr. Carlos 25 de Setembro 1900
em testemunho F.º de Vidal. Ignácio de Pernambuco
Valelho



Petição inicial do inventário de Gabriel Rodrigues de Castro (13)



Coralina Leite de Barros

Antônio Galvão de Castro

Meus avós paternos quando ficaram noivos

Voltando ao artigo da Edição Comemorativa do Cinquentenário do IGB (1), em sua página 551, descrevo o casamento de José Manuel de Castro com Amélia Mariana de Paula, realizado na, hoje, Catedral de Campinas, em 07 de dezembro de, 1847 e na sequência descrevo a filiação de ambos e seus respectivos padrinhos.

Ascendência de Amélia Mariana de Paula

O objetivo principal deste artigo é o detalhamento dessa ascendência, a constatação da grande mobilidade de seus ancestrais e suas raízes em Pernambuco e outras regiões do nordeste.

A sequência que será seguida ilustra os lugares onde residiram e do que se ocupavam, na maior parte das vezes.

Constatei que uma parte da vida dos ascendentes de Pernambuco, se passou durante o período de ocupação holandesa, sob Maurício de Nassau.

Este príncipe batavo também agiu de forma a valorizar aspectos culturais, de uma forma que podemos classificar como intensa., tanto assim que trouxe um famoso pintor, F. Post, com o intuito de documentar, paisagens e costumes da área dominada.

Como alguns de meus ascendentes viveram naquele período, combatendo os invasores, achei oportuno recorrer à obra de Post e trazer duas de suas pinturas, uma de Igarapé e outra de Sirinhaém, locais onde moraram e se ocuparam alguns antepassados, correspondendo ao período das pinturas (15).

As duas imagens que selecionei, são da terceira fase do pintor e representam os lugares como deviam ser à época em que alguns de meus ascendentes por lá estiveram. A data do desenho é a correspondente à quando o esboço foi feito no campo e a da pintura, quando ela foi executada, já na Holanda.



Post, F, Igaracu – Igreja de São Cosme e Damião (a mais antiga do Brasil) e ao fundo o Convento Franciscano desenho 1645 e pintura circa 1660



Post, F Vilarejo Serinhaém, desenho 1645, quadro circa 1670

88 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

¹Amélia Mariana de Paula



1- Amélia Mariana de Paula nasceu em Diamantino, Mato Grosso, batizada na Ca-

tedral de Cuiabá, em 02 de agosto de 1834, com quinze dias. Em Roteiro Genealógico de Mato Grosso, de Aduino Alencar (1), em seu Volume III, página 18, não consta seu nome e respectiva data de seu batismo, sendo citados somente seus irmãos, Ana e Antonio. O próprio Aduino Alencar, a meu pedido, é que me forneceu por carta (10), a informação sobre seu batismo, o que aqui, publicamente, agradeço.

Faleceu ela em Campinas em 16 de julho de 1888.

Interessante notar que em 30 de maio 1834, mesmo ano do nascimento de Amélia, aconteceu em Cuiabá a chamada RUSGA, uma rebelião de repressão ao movimento conservador, que na época governava a Província de Mato Grosso, com inúmeros assassinatos ocorridos em uma noite sangrenta, comparada à Noite de São Bartolomeu (17).

A palavra de ordem dos revoltosos era:

Viva a Constituição Brasileira

Viva D. Pedro II e

Morram os bicudos pés de chumbo.

A Rusga não foi uma revolução, mas uma rebelião que retratou, através de ações de extremada violência, o nível de insatisfação, desigualdade e crise social que existia na sociedade mato-grossense, após a declaração da Independência. Uma de suas consequências foi a saída de inúmeras famílias da Província de Mato Grosso.

O mesmo ocorreu com a família de Amélia Mariana de Paula, que se transferiu para Campinas, onde sua mãe lá faleceu.

Frederico de Barros Brotero, em A FAMÍLIA JORDÃO e seus afins, (8) menciona o fato, atribuindo o atributo de Cuiabano a José Rodrigues do Prado e cita o fato de um grupo de paulistas de Jundiá, filhos do Capitão Raimundo da Silva Prado, terem seguido para Cuiabá, seduzidos pelo lucro da mineração e continua, afirmando que alguns por lá ficaram e outros voltaram e se radicaram entre Itatiba e Campinas. Essa região, ainda segundo Brotero, ficou com o nome de Bairro dos Cuiabanos.

Ao se estabelecerem em Campinas, ficaram conhecidos pela denominação de “Cuiabanos”, pelo fato de terem voltados com cabedais adquiridos em Cuiabá.

Mello Pupo, em Campinas um Município no Império,(18) também menciona indi-

retamente o fato, ao descrever a Fazenda Santana do Cuiabano, citando que, em 1885, era da propriedade de José Rodrigues do Prado, alcunhado de “O Cuiabano”, mesmo sendo de família tradicionalmente paulista. Seu atual proprietário, que a teve por herança, é neto de Cid Bierrembach de Castro Prado, patrono da rua da sede da ASBRAB em São Paulo.

Ainda da certidão de casamento de Amélia com José Manuel de Castro, em Campinas em 1846, pode-se extrair que seu pai era vivo, sua mãe já falecida e era seu padrinho e tio, Antonio Joaquim de Vasconcelos Pinto. Sabe-se que este último também viera de Cuiabá para Campinas, pois eram todos fregueses da atual Catedral.

Nota-se também que na certidão de casamento, Mariana consta como nascida em Cuiabá e, não, Diamantino, sendo que Cuiabá foi o local de seu batismo.

2- Capitão Antonio Rodrigues do Prado, nascido em Atibaia e lá batizado em 1796, deslocou-se para Diamantino, onde se casou em 1823. Também era radicado em Cuiabá, retornando e radicando-se em Campinas em decorrência da Rusga. Em 1851, era Fazendeiro de café em Campinas (2).

3- Mariana de Paula Pereira, batizada na Catedral de Cuiabá em 02 de agosto de 1807, com um mês de idade, tendo contraído matrimônio em 23 de junho de 1823, em Diamantino.

Sua irmã, Maria das Dores do Amaral, nascida em 1811, casou-se com o português do Minho, Antonio Joaquim de Vasconcelos Pinto, abastado proprietário de fábrica de mineração, tendo sido Presidente da Província de Mato Grosso entre outubro de 1843 e abril de 1848 e foram padrinhos de casamento de Amélia, em Campinas (5).

4- Alferes José Joaquim Rodrigues, casou-se em Atibaia em 1782.

5- Ana Cardoso Franco.

6 - Francisco de Paula Pereira.

7- Úrsula do Amaral Coutinho.

8- Antonio Rodrigues do Prado, casou-se em 1763.

9- Úrsula Bueno de Siqueira ou Úrsula Bueno de Azevedo.

10- Tenente José de Godoy Moreira, nascido em Atibaia, onde se casou em primeiras núpcias com Isabel Cardoso Franco.

- 11- Isabel Cardoso Franco, nascida e falecida em Atibaia, em 1773, com 37 anos.
- 12- Lourenço Castanho Taques.
- 13- Joana Correia da Fonseca.
- 14- Benedito do Amaral Coutinho, nascido em 1740, em Vila Boa, Goiás e falecido em 1784.
- 15- Mariana de Albuquerque, nascida em Meia Ponte, Goiás, em 19 de setembro de 1744.
- 16- Lourenço Rodrigues do Prado, casado em primeiras núpcias em 1736, em Taubaté.
- 17- Mariana de Chaves, falecida em 1750.
- 18- Manuel Bueno de Azevedo.
- 19- Francisca Pires de Azevedo, natural de Juqueri e falecida em 1758.
- 20- Baltazar de Godoy Moreira, casou-se em Atibaia.
- 21- Rosa da Rocha, falecida em Atibaia com 80 anos, em 1784.
- 22- Jerônimo de Camargo Pimentel, falecido em Atibaia em 1787, com 76 anos.
- 23- Maria Franco do Prado.
- 24- Antonio Pompeu Taques primeiramente casou-se na Bahia e depois de viúvo voltou para São Paulo, indo posteriormente para as minas de Pitangui. Faleceu no Arraial de Anta, em Goiás, em idade avançada.
- 25- Escolástica Paes.
- 26- Tomé Gomes Pereira.
- 27- Gertrudes Bueno Cabral.
- 28- Francisco do Amaral Coutinho.
- 29- Catarina Madalena Leme de Aguiar, nascida em 1718.
- 30- Dr. Antonio da Silva Pereira, nascido na Freguesia São Cosme e Damião, na então Vila de Igarassu, casou-se aos 28 de fevereiro de 1729, lá pelas sete horas da noite na Matriz de Nossa Senhora da Conceição na vila de Sirinhaém, onde morava. No assento de seu casamento consta como Capitão. Foram testemunhas o Capitão Francisco Casado de Lima e o Coronel Fernando Pereira e Rego. No processo de Habilitação de seu filho, Padre Manoel de Albuquerque Fragoso, segundo testemunhas ouvidas

em 08 de junho de 1757 no arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis), naquela altura, era morador de Paracatu, fazia uns 11 ou 10 anos.

Em (16), Jarbas Jayme cita várias provisões que Antonio da Silva Pereira obteve para advogar, a primeira em Minas Gerais, datada de 28 de maio de 1742. Em Mato Grosso, a primeira citada pela mesma fonte, em 17 de julho de 1764, depois em 1771. Em 1774 era vereador na Câmara de Cuiabá, em 1785 aparece outra provisão para advogar. Em um processo de 1786, é citado como testemunha e qualificado Doutor Antonio da Silva Pereira, homem branco, natural de Pernambuco e morador nestas minas que vive ser advogado dos auditórios e do serviço de minerar. De idade de setenta e seis anos. Daí, pode ser estimado que nascera em 1710, tendo casado com 19 anos.

Ainda, segundo Jarbas Jayme, em 1792, Dr. Antonio requer uma sesmaria nas cabeceiras do ribeiro Bau, arrabaldes de Cuiabá, lugar onde trabalha há 20 anos.

31- Mariana de Albuquerque Rolim de Moura.

32- João Delgado de Escobar. Foi com seus pais, antes de 1698, para as Minas Gerais em busca de ouro. Faleceu em 1715 em Taubaté.

33- Antônia Furtado do Prado, falecida em 1732 em Taubaté, com testamento.

34- Antonio do Prado Leme, faleceu em 1726.

35- Mariana Antunes de Miranda.

36- Capitão Bartolomeu Bueno de Azevedo, casado em primeiras núpcias com Maria Lima do Prado. Faleceu em 1725.

37- Maria de Lima do Prado.

38- Manoel de Lemos de Siqueira.

39- Tereza Pires.

40- Baltazar de Godoy Mendonça, natural de Atibaia, casou-se em segundas núpcias com Francisca Cordeiro.

41- Francisca Cordeiro, natural de Jundiáí.

42- Jeronimo da Rocha Pimentel, faleceu em 1714.

43- Joana de Lima do Prado.

- 44- Capitão Francisco de Camargo Pimentel, teve lavras no rio das Mortes, foi também juiz de órfãos em São Paulo. Faleceu em Atibaia em 1724, onde tinha fazenda.
- 45- Isabel da Silveira Cardoso, falecida em 1738, em Atibaia.
- 46- Lourenço Franco do Prado, um dos fundadores de Pitangui.
- 47- Ana Peres Pedroso.
- 48- Lourenço Castanho Taques, o moço, foi juiz ordinário e de órfãos. Altamente caridoso, mandando ensinar a ler os pobres. Fundou o recolhimento de Santa Teresa.
- 49- Maria d'Araújo, nascida e falecida em São Paulo, em 1683.
- 50- José Rodrigues Betting, ou José Rodrigues Betim.
- 51- Mariana Bueno de Freitas, natural de Atibaia.
- 60- Capitão-Mor Antonio da Silva Pereira, senhor de engenho e Capitão-Mor da Vila de Igarassu, nasceu no Forte do Brum e casou-se em 24 de maio de 1701, na capela de Camaragibe, Freguesia de Várzea. Foram testemunhas Lourenço Cavalcanti de Vasconcelos e Jerônimo Cesar de Mello, além de Dona Maria, supomos que seja Evangelho, pois o sobrenome está de difícil leitura no processo, que é a esposa de Lourenço e Dona Joana Pessoa, esta nora de Lourenço e Maria, pois era casada com um de seus filhos. Lourenço era fidalgo da Casa Real e Jerônimo, além de Fidalgo da Casa Real, era também Cavaleiro da Ordem de Cristo.
- 61- Ana Bezerra Pessoa, natural de Camaragibe, nascida em 1692, irmã do Capitão-Mor José Camelo, o velho.
- 62- Comissário Geral Manuel de Albuquerque Silva, freguesia de Ipojuca. A respeito do atributo Comissário Geral, nunca descobri o real sentido. Em Nobiliarchia Pernambucana de Borges da Fonseca, existem algumas citações de Comissário Geral dos cavalos, ou da cavalaria, que, **não sei**, possa ser o caso em tela, fica aqui registrada a dúvida
- 63- Margarida de Souza Rolim.
- 64- Antonio Delgado Escobar, inventariado em Taubaté em 1708. Foi sertanista e um dos primeiros descobridores de ouro em Minas Gerais.
- 65- Inês Gonçalves ou Inês Gil, ou ainda Inês Gil de Siqueira, natural de São Paulo, inventariada em Taubaté em 1698.

94 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

66- Francisco Borges Rodrigues, natural de São Paulo, casado em segundas núpcias com Luzia Rodrigues do Prado.

67- Luzia Rodrigues do Prado.

68- Capitão Salvador Gil de Siqueira, faleceu em Taubaté em 1691.

69- Marina de Chaves.

70- Pedro Teixeira.

71- Maria da Estrela.

72- Francisco Bueno de Camargo, exerceu vários cargos públicos em Piratininga, como juiz ordinário. Foi também grande sertanista a busca de ouro, em Minas Gerais. Faleceu nas minas de Goiás, onde foi guarda-mor.

73- Mariana de Freitas Azevedo, natural de Atibaia.

74- Manuel de Lima do Prado, faleceu em 1715.

75- Ana Peres Vidal de Siqueira, faleceu em 1719.

76- Manuel de Lemos, falecido em 1673.

77- Joana Ribeiro.

80- Belchior de Godoy, casou-se em São Paulo em 1629, onde faleceu em 1649. Foi Grande prático de navegação no rio Tietê, chegando a fazer várias viagens a Guairá.

81- Catarina de Mendonça.

82- Domingos Cordeiro Paiva, morador de Jundiá, onde faleceu em 1686.

83- Suzana de Almada, falecida em 1699.

84- Pedro da Rocha Pimentel, casou-se em 1663 em São Paulo, onde faleceu em 1699.

85- Leonor Domingues de Camargo.

86- João de Lima do Prado, falecido em 1716.

87- Maria Siqueira de Camargo.

88- Capitão Marcelino de Camargo, ocupou vários cargos. Em 1646 era juiz ordinário, casou-se em 1639 com Mécia Ferreira Pimentel e faleceu em 1676.

89- Mécia Ferreira Pimentel da Távora, faleceu em 1712, em São Paulo.

- 90- Salvador Cardoso de Almeida, serviu como juiz de órfãos em São Paulo.
- 91- Ana Maria da Silveira, primeiras núpcias dela.
- 92- Lourenço Franco Viegas, natural de Portel, comarca de Évora e falecido em São Paulo em 1700. Foi juiz ordinário em São Paulo, cujo desempenho foi reconhecido por D. Pedro II, rei de Portugal, por meio de uma carta de próprio punho. Antes também lutara na guerra contra os holandeses, para a restauração de Pernambuco.
- 93- Isabel da Costa Santa Maria.
- 94- Domingos Pedroso.
- 95- Maria Peres da Silva.
- 96- Lourenço Castanho Taques, o Velho, casou-se em 1631 em São Paulo. Foi um dos primeiros sertanistas a encontrar ouro em Minas Gerais.
- 97- Maria de Lara.
- 98- Capitão Luiz Pedroso de Barros, foi junto com seu irmão, Valentim Pedroso, lutar contra os holandeses na Baía, onde se casou. Faleceu no Peru, onde havia ido em uma entrada, em 1662.
- 99- Leonor de Siqueira Góes e Araújo, natural da Baía, faleceu em São Paulo em 1699.
- 100- Garcia Rodrigues Velho, faleceu em 1671. Muito se salientou nas lutas entre os Pires e os Camargos.
- 101- Maria Betting.
- 120- Capitão-Mor João Dourado, ou João Dourado de Azevedo, capitão-mor do Forte do Brum, em Recife e irmão do Desembargador Feliciano Dourado.
- 121- Constância Pereira.
- 122- Nuno Camelo, natural da Baía, indo para Pernambuco com André Vidal de Negreiros, onde participou das duas batalhas de Guararapes contra os holandeses. Posteriormente foi promovido ao posto de sargento-mor da Comarca de Pernambuco, por patente real de 22 de março de 1687. Foi também Procurador na Câmara de Olinda, vereador e Juiz ordinário, além de irmão da Misericórdia de Olinda.
- 123- Inês Pessoa, segundo casamento dele, herdeira dos engenhos de Capela de São Pantaleão do Mosteiro e Capela de Nossa Senhora das Angústias, Olinda.

124- Felipe de Albuquerque, casou-se com sua prima irmã, Maria de Albuquerque.

125- Maria de Albuquerque.

126- Antonio de Souza, o Xain, de alcunha.

128- Antonio Delgado de Escobar.

129- Beatriz Ribeiro.

130- Sebastião Gil, natural de São João da Foz. Teve a alcunha de Vilão e foi juiz ordinário em São Paulo 1685. Tomou parte nas expedições de Fernão Dias Pais e de Jerônimo Pedroso de Barros, ambas para o Rio Grande do Sul.

131- Feliciano Dias.

132- Francisco Borges, natural de Portugal.

133- Helena Rodrigues, natural de São Paulo.

134- Francisco Rodrigues, natural de Taubaté.

135- Antônia Furtado.

136- Capitão Amaro Gil Cortês, faleceu em 1675 em Taubaté.

137- Mariana de Freitas.

138- Capitão João do Prado Martins, nascido em São Paulo, onde se casou em 1635. Posteriormente deslocou-se para Taubaté, onde foi Capitão e faleceu em 1653.

139- Maria Leme de Chaves.

142- D. Francisco de Lemos, natural de Castela.

143- Catarina de Siqueira, faleceu em São Paulo em 1676.

144- Bartolomeu Bueno da Ribeira, o moço, casou-se em 1634 em São Paulo, suas segundas núpcias, com Mariana de Camargo.

145- Mariana de Camargo.

146- Lucas de Freitas Azevedo.

147- Lucrecia de Mendonça.

148- Antonio de Lima, natural de Ponte de Lima, faleceu em 1648.

- 149- Joana do Prado, natural de São Paulo, onde se casou em 1632.
- 150- Pedro Vidal, natural de São Paulo, onde faleceu em 1658.
- 151- Mécia de Siqueira, faleceu em 1648.
- 154- João Maciel Valente.
- 155- Maria Ribeiro.
- 160- Baltazar de Godoy, nobre castelhano, veio na época do domínio de Castela no Brasil. É o tronco dos Godoys no Brasil.
- 161- Paula Moreira.
- 162- Francisco de Mendonça, tomou parte na expedição de Simão Alvares Martins ao sertão de Caeté, em 1610.
- 163- Maria Diniz.
- 164- Pedro de Oliveira, falecido em 1644.
- 165- Francisca Cordeiro.
- 166- João Borrvalho de Almada.
- 167- Maria Proença.
- 168- José Ferreira Pimentel de Távola, natural de Alverca, Torres Vedras. Faleceu em São Paulo, em 1625.
- 169- Maria da Ribeira, filha do tronco dos Buenos da Ribeira
- 170- Cláudio Furquim, ou Cláudio Furquim Francês, casado em terceiras núpcias com Ana Maria de Camargo. Em 1610, tinha uma loja de tecidos em São Paulo.
- 171- Ana Maria de Camargo.
- 172- Antonio de Lima, natural de Ponte de Lima, casou-se em São Paulo em 1632, onde faleceu em 1648.
- 173- Joana do Prado.
- 174- Pedro Vidal, falecido em 1658.
- 175- Mécia de Siqueira, falecida em São Paulo, no ano de 1648.
- 176- José de Camargo, natural de Castela tronco da família Camargo no Brasil.

98 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

177- Leonor Domingues, natural de São Paulo e falecida em 1630.

178- João Ferreira Pimentel de Távola.

179- Maria da Ribeira.

180- Matias Cardoso de Almeida, natural da Ilha Terceira. Ativo sertanista, não só no sul do País, como no Peru.

181- Isabel Furtado.

182- Governador Antonio Raposo da Silveira, natural de Lisboa, cavaleiro de São Tiago, por bravura em combate em Goa. Foi também capitão e ouvidor da Capitania de São Paulo, onde faleceu em 1663.

183- Maria Raposo de Siqueira, faleceu em São Paulo, viúva, em 1709.

184- Lourenço Franco Viegas.

185- Francisca Furtado, ou Francisca Coitado.

186- João da Costa.

187- Joana do Prado.

188-Capitão Pantaleão Pedroso Baião.

189- Maria Rodrigues.

190- Alonso Peres Calamares, o moço, ou Alonso Peres Cañamares, casou-se em 1635.

191- Maria da Silva, falecida em 1661, em São Paulo.

192- Pedro Taques, veio para a Baía em 1591, na função de secretário, quando era o 7º governador geral, D. Francisco de Sousa e onde ficou até 1598. Veio para São Paulo com D. Francisco, visitar as minas que Afonso Sardenha descobrira, onde então se radicou. Faleceu em São Paulo, em 1644.

193- Ana de Proença.

194- D. Diogo de Lara.

195- Madalena Fernandes de Moraes.

196- Pedro Vaz de Barros, natural do Algarve, veio para a capitania de São Vicente em 1602, onde serviu nos cargos de capitão mor e governador, por provisão do donatário Lopo de Sousa. Socorreu, às suas custas e por várias

vezes, os moradores de Santos, quando ameaçados por corsários holandeses, faleceu em São Paulo, aos 28 de março de 1644. Em *Cristãos Novos em São Paulo (séculos XVI-XIX)*, Meira Amaral Bogaciovas tem excelente abordagem sobre Pedro Vaz de Barros e processos da Inquisição em Portugal (3).

197- Luzia Leme.

198- Jorge de Araújo Góes.

199- Ângela de Araújo de Siqueira.

200- Garcia Rodrigues Velho, Capitão da então vila de São Paulo em 1609, onde também foi guarda-mor. Em 1612, fez uma entrada pelo sertão dos carijós. Faleceu em 1671.

201- Catarina Dias.

202- Geraldo Betting, natural do Ducado de Guelder, Alemanha. Veio para o São Paulo em 1609 com o Governador D. Francisco de Sousa, para construir engenhos de ferro na capitania.

203- Custódia Dias.

240-Dr. Gaspar Fernandes Dourado, natural de Pontalegre e um dos primeiros povoadores de Paraíba, onde foi Juiz de órfãos e Escrivão da Câmara, no ano de 1611. Casou-se duas vezes, sendo em primeiras núpcias com Isabel Nunes e Bulhões.

241- Isabel Nunes de Bulhões, natural da Paraíba.

244- Antonio Vieira Camelo, natural de Leiria, foi capitão da Fortaleza de Monserrate na Baía.

245- Catarina de Lomba, ou Lombas, que trouxe como dote o engenho de Jacaracanga, na freguesia Nossa Senhora da Encarnação do Passé, na Baía.

246- Capitão João Ribeiro Pessoa, batizado em Olinda, onde também foi Vereador e Juiz ordinário.

247- Tomasia Bezerra, prima irmã de seu marido, João Ribeiro Pessoa, com quem se casou no ano de 1646, com dispensa em 28 de junho de 1646 concedida pelo Bispo do Brasil, D. Pedro da Silva.

248- Felipe de Albuquerque, ou Felipe Albuquerque de Mello. Foi um dos capi-

100 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

tães de Fernão Camelo na guerra contra os Palmares, de 1677 a 1678.

249- Madalena Pinheiro.

250- Pedro de Albuquerque.

251- Catarina Camelo, viúva em 1635, retirou-se para a Baía, devido à guerra com os holandeses.

262- Pedro Dias, veio para São Paulo logo após sua fundação, como irmão leigo da Companhia de Jesus. O cacique Tibiriçá quis que ele se cassasse com sua segunda filha. Seu superior era Manuel da Nóbrega, que o dispensou e batizou a noiva com o nome de Maria da Grã. Depois do falecimento de Maria da Grã, ele casou-se em segundas núpcias com Antônia Gomes. Faleceu em 1590.

263- Antônia Gomes da Silva.

264- Antônio Álvares, bandeirante na entrada de Guairá, em 1628.

265- Violante de Siqueira.

268- Afonso Pires Rodrigues, falecido em Taubaté em 1652.

269- Ana Afonso.

270- Luiz Furtado, natural de Monsanto de Caminha, segundo marido de Felipa Vicente do Prado.

271- Felipa Vicente, casou-se em segundas núpcias com Luiz Furtado. Falecida em 1615.

282- Antonio Lourenço, casado em primeiras núpcias com Marina de Chaves e falecido em 1658.

283- Marina de Chaves, falecida em 1615.

286- Lourenço de Siqueira de Mendonça, natural de Santos, faleceu em São Paulo, em 1633.

287- Margarida Rodrigues.

288- Bartolomeu Bueno da Ribeira, o sevilhano, que veio para **São Paulo** em 1571.

289- Maria Pires.

290- José de Camargo, natural de Castela e tronco da família Camargo no Brasil.

291- Leonor Domingues, natural de São Paulo, onde faleceu em 1630.

- 300- Alonso Peres Calamares, ou Alonso Peres Cañamares, natural de Castela, de onde foi para o Paraguai e daí para São Paulo, por terra, onde faleceu em 1628.
- 301- Maria Afonso, faleceu em São Paulo, em 1662.
- 322- Capitão-Mor Jorge Moreira, natural do Rio Tinto de onde veio para esta capitania de São Vicente em 1545, quando casou-se com Isabel Velho. Foi um dos fundadores de Santo André e chefiou uma entrada na qual participaram o Padre Anchieta. O atual São José de Anchieta, naquela altura em 10 de maio de 1561, escreveu uma carta à Rainha Catarina, relatando tal expedição.
- 323- Isabel Velho, nasceu na Capitania de São Vicente.
- 328- Rafael de Oliveira, o Velho, casado em primeiras núpcias com Paula Fernandes.
- 329- Paula Fernandes.
- 330- Domingos Cordeiro, natural de Espinhel, casou-se em primeiras núpcias com Paula Fernandes. Faleceu em 1648.
- 331- Antônia Ribeiro.
- 338- Bartolomeu Bueno da Ribeira, o sevilhano, que veio para São Paulo em 1571.
- 339- Maria Pires.
- 340- Estevão Furquim, natural de Lorraine, que veio para São Paulo.
- 341- Suzana Moreira.
- 342- João do Prado, natural de Olivença, de onde veio em 1531 com Martim Afonso de Sousa. Radicou-se em São Paulo, onde teve vários cargos, sendo juiz ordinário em 1588 e 1592. Fez várias entradas no sertão.
- 343- Felipa Vicente.
- 344- Alonso Peres Calamares, ou Alonso Peres Cañamares, natural de Castela, de onde foi para o Paraguai e daí para São Paulo, por terra, onde faleceu em 1628.
- 345- Maria Afonso, faleceu em São Paulo em 1662.
- 346- João do Prado, faleceu no sertão em 1616.
- 347- Maria da Silva de Sampaio.
- 348- Alonso Peres Calamares, ou Alonso Peres Cañamares, natural de Castela, de onde

102 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

foi para o Paraguai e daí para São Paulo, por terra, onde faleceu em 1628.

349- Maria Afonso, faleceu em São Paulo em 1662.

374- João de Santa Maria, secretário de D. Francisco de Sousa, governador geral do Brasil em 1699.

375- Felipa do Prado.

376- Coronel João Raposo Bocarro, em 1638 requereu sesmaria em terras próximas à São Paulo, por bons serviços prestados à nação e sempre às suas próprias custas.

377- Ana Maria de Siqueira.

380- Alonso Peses Calamares, ou Alonso Peres Cañamares natural de Castela, de onde foi para o Paraguai e daí para São Paulo, por terra, onde faleceu em 1628.

381- Maria Afonso, faleceu em São Paulo em 1662.

384- Francisco Taques, natural de Brabant, nos Países Baixos, radicado em Setúbal.

385- Inês Rodrigues, natural de Setúbal.

394- Fernão Dias Pais, o Capitão das Esmeraldas por patente do governador geral, datada de 30 de outubro de 1672. Fez incursões até o Uruguai e faleceu às margens do rio das Velhas, em busca de esmeraldas. Seus ossos foram trazidos para serem sepultados no Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

395- Lucrecia Leme, natural de Abrantes, tendo morado com seus avós na Ilha da Madeira, de onde veio para São Vicente, quando seus pais aqui já se encontravam. Posteriormente morou em Santo André e, mais tarde, em São Paulo.

400- Domingos Gonçalves, casado em segundas núpcias com Mécia Rodrigues.

401- Mécia Rodrigues.

402- Domingos Dias.

403- Antônia Chaves.

406- Manuel Fernandes Ramos, português. Foi escrivão da câmara de São Paulo e teve fazenda na região do Ibirapuera. Participou da bandeira de Jerônimo Leitão à Paranaguá. Faleceu em 1589, em São Paulo.

407- Suzana Dias.

- 480- Pantaleão Jorge, primeiro marido de Brites da Évora da Silva.
- 481- Brites de Évora da Silva.
- 482- Amador Velho de Bulhões, ou Amador Mendes de Bulhões, natural de Lisboa.
- 483- Catarina de Melo de Miranda, ou Catarina de Melo de Miras, natural de Lisboa.
- 492- Antonio Martins Ribeiro, nasceu na Vila de Alhandra de Riba Tejo.
- 493- Branca de Araújo, falecida em Olinda em 10 de janeiro de 1622.
- 494- Francisco Monteiro Bezerra, um dos valorosos capitães que teve Pernambuco na invasão dos holandeses, tendo sido preso, juntamente com sua família para cumprir prisão na Holanda. Retornou ao Brasil, onde faleceu em 1645.
- 495- Maria Pessoa, casou-se em 06 de fevereiro de 1606 com Francisco Monteiro Bezerra.
- 496- Jeronimo de Albuquerque, ou Jeronimo D'Albuquerque, veio para Pernambuco com seu cunhado, Duarte da Costa, donatário de Pernambuco, este casado com sua irmã, Brites de Albuquerque. Foi Jeronimo, sem sombra de dúvida, uma figura singular sob vários aspectos, senão vejamos. Inicialmente casou-se com Maria do Espírito Santo Arcoverde, nome cristão da índia Muirã Ubi filha do cacique tabajara Uirá Ubi, Arco Verde. Depois, por determinação do rei, casou-se com Felipa de Mello, filha do então governador da Baía, com quem teve inúmeros filhos e, segundo Borges da Fonseca, com várias índias teve, também, inúmeros filhos, das quais a aqui indicada em 497. Pessoalmente, tenho dúvida sobre essa cronologia indicada em Borges da Fonseca.
- 497- Índia.
- 498- Antônio Pinheiro, ou Antônio Pinheiro Feijó, Feitor-Mor da Armada do Maranhão.
- 499- Leonor Guardez.
- 500- Jeronimo de Albuquerque (496).
- 501- Índia (497).
- 526- Pedro Gomes, natural de Braga.
- 527- Isabel Afonso, natural de São Paulo.
- 572- Antônio de Siqueira, tabelião e escrivão da Câmara de Santos e juiz de órfãos.

104 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

573- Vitoria Nunes Pinto.

574- Garcia Rodrigues Velho.

575- Catarina Dias.

578- Salvador Pires, casado em segundas núpcias com Meciuçu, ou Mécia Fernandes. Lutou contra os gentios na defesa da nascente Vila de São Paulo.

579- Mécia Fernandes, ou Meciusu.

582- Domingos Luiz, o carvoeiro, natural de Marinhota, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, casado em primeiras núpcias com Ana Camacho.

583- Ana Camacho, natural de São Paulo, falecida em 1613.

600- Gaspar Afonso, casou-se com sua prima, Madalena Afonso.

601- Madalena Afonso.

602- Gaspar Afonso, casou-se com sua prima Madalena Afonso.

603- Madalena Afonso.

646- Antônio Rodrigues, que já se encontrava por esta terra anteriormente à chegada de Martim Afonso de Sousa.

647- Antônia Rodrigues, nome cristão da índia, com a qual ele vivia maritalmente antes da chegada dos jesuítas.

660- Domingos Fernandes.

661- Maria Luiz Cordeiro.

662- Francisco Almeida, falecido no sertão em 1616.

663- Tomasia de Alvarenga, ou Tomásia Ribeiro de Alvarenga, falecida em 1631, primeiras núpcias dela.

682- Jorge Moreira, natural do Rio Tinto de onde veio para esta capitania de São Vicente em 1545, quando se casou com Isabel Velho. Foi um dos fundadores de Santo André e chefiou uma entrada na qual participou o Padre Anchieta. O atual São José de Anchieta, naquela altura em 10 de maio de 1561, escreveu uma carta à Rainha Catarina, relatando tal expedição.

683- Isabel Velho, nasceu na Capitania de São Vicente.

- 686- Pedro Vicente, um dos primeiros moradores da Capitania de São Vicente. Em 1554 tinha parte no Engenho São Jorge dos Erasmos.
- 687- Maria de Faria, natural de Portugal.
- 692- João do Prado, natural de Olivença, de onde veio em 1531 com Martim Afonso de Sousa. Radicou-se em São Paulo, onde teve vários cargos, sendo juiz ordinário em 1588 e 1592. Fez várias entradas no sertão.
- 693- Felipa Vicente.
- 694- Domingos Martins.
- 695- Francisca Dias.
- 698- Gaspar Afonso, casou-se com sua prima Madalena Afonso.
- 699- Madalena Afonso.
- 750- Pedro Leme, o moço natural de São Vicente, casado em primeiras núpcias com Helena do Prado. Faleceu em 1642.
- 751- Helena do Prado.
- 752- Antônio Raposo, natural de Beja, tronco da família no Brasil, em São Vicente. Em 1601 foi armado cavaleiro por D. Francisco de Sousa, governador geral do Brasil, por determinação do rei D. Felipe. Casou-se em São Paulo, onde faleceu em 1633.
- 753- Isabel de Góes.
- 754- Francisco de Siqueira, natural de Caminha, Portugal. Foi sertanista e tomou parte nas bandeiras de Nicolau Barreto e Lázaro da Costa, respectivamente em 1602 e 1615. Exerceu cargos de confiança em São Paulo
- 755- Ana Pires de Medeiros, casou-se em segundas núpcias com Francisco de Siqueira e faleceu em 1668.
- 762- Gaspar Afonso, casou-se com sua prima, Madalena Afonso.
- 763- Madalena Afonso.
- 788- Pedro Dias Pais Leme. Foi bandeirante e realizou entradas antes de 1633, ano de seu falecimento. Exerceu vários cargos na Câmara de São Paulo, onde teve o posto de capitão da vila.

106 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

789- Maria Leite da Silva.

802- Garcia Rodrigues, natural do Porto, de onde veio casado e com seus filhos para São Vicente.

803- Isabel Velho, natural do Porto.

814- Lopo Dias, português, casado em primeiras núpcias com Beatriz Ramalho.

815- Beatriz Ramalho.

984- Não consta o nome do pai na dispensa matrimonial de seu filho Antônio Martins Ribeiro, por terem casado em Portugal, segundo o processo.

985- Joana Barrosa, ou Barbosa.

986- Fernão Velho d'Araújo, natural de Ponte de Lima e Senhor do engenho Garça Torta das Alagoas.

987- Francisca Paes.

988- Domingos Bezerra Felpa de Barbuda, natural de Viana, falecido em 18 de outubro de 1607 em Recife.

989- Brasia Monteiro, natural de Ponte de Lima e falecida em Recife aos 12 de outubro de 1606.

990- Diogo Martins Pessoa, senhor do engenho do Rosário de Sirinhaém, tendo falecido em Olinda em 08 de janeiro de 1602. Primeiro marido de Felipa de Mello, ou Felipa Mello Albuquerque.

991- Felipa de Mello Albuquerque.

1146- Francisco Pinto, dos primeiros povoadores de São Vicente.

1148- Domingos Gonçalves de Maia, casado em segundas núpcias com Mécia Rodrigues

1149- Mécia Rodrigues

1150- Domingos Dias

1155- Antônia Chaves

1054- Pedro Afonso, já se encontrava por aqui anteriormente à chegada de Martim Afonso de Sousa.

1055- Índia Tapuia resgatada nos campos de Piratininga.

- 1056- Salvador Pires, natural do Porto, veio para a Capitania de São Vicente em 153, passando depois para Santo André.
- 1057- Maria Rodrigues, natural do Porto, não se sabe se já veio casada, ou se casou em São Vicente.
- 1158- Antônio Rodrigues, já se encontrava no Brasil quando Martim Afonso de Souza desembarcou em São Vicente.
- 1159- Antônia Rodrigues, índia.
- 1166- Jeronimo Dias Cortês.
- 1167- N. Camacho.
- 1204- Pedro Afonso, já se encontrava em São Vicente anteriormente à chegada de Martim Afonso de Sousa.
- 1205- Índia tapuia, resgatada nos campos de Piratininga.
- 1294- Piquerobi, cacique de Ururai.
- 1326- Antônio Rodrigues Alvarenga, natural de Lamego, veio para São Vicente no início de sua fundação, tendo falecido em São Paulo em 1614. Foi tabelião judicial e de notas.
- 1327- Ana Ribeiro, natural da Beja, casou-se em São Vicente e faleceu em 1647.
- 1396 - Pedro Afonso, já se encontrava em São Vicente anteriormente à chegada de Martim Afonso de Sousa.
- 1397- Índia tapuia, resgatada nos campos de Piratininga.
- 1500- Brás Tevez ou Brás Esteves, da Ilha da madeira, para São Vicente, onde foi proprietário do Engenho S. Jorge dos Erasmos.
- 1501- Leonor Leme.
- 1502- João do Prado, natural de Olivença, veio para São Vicente nos princípios de sua povoação, junto com Martim Afonso de Sousa.
- 1503- Felipa Vicente.
- 1510- Salvador Pires, natural do Porto, veio para a Capitania de São Vicente em 153, passando depois para Santo André.
- 1511- Mécia Fernandes, ou Mécia-Ussu.

108 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

- 1524- Pedro Afonso, já se encontrava por aqui anteriormente à chegada de Martim Afonso de Sousa. Leitão a Paranaguá e em 1590, ao vale do rio Tietê, onde combateu tupiniquins hostis. Exerceu cargos no governo de São Paulo, onde faleceu em 1609.
- 1576- Fernão Dias Pais, o Capitão das Esmeraldas por patente do governador geral, datada de 30 de outubro de 1672. Fez incursões até o Uruguai e faleceu às margens do rio das Velhas, em busca de esmeraldas. Seus ossos foram trazidos para serem sepultados no Mosteiro de São Bento, em São Paulo.
- 1577- Lucrecia Leme, natural de Abrantes, tendo morado com seus avós na Ilha da Madeira, de onde veio para São Vicente, quando seus pais aqui já se encontravam. Posteriormente morou em Santo André e, mais tarde, em São Paulo.
- 1578- Pascoal Leite Furtado, português, tendo vindo em 1591 Com D. Francisco de Sousa Casou-se em São Paulo, onde foi almotacel em 1597 e vereador em 1602. Faleceu em 04 de maio de 1614.
- 1579- Isabel do Prado, faleceu em 1668.
- 1630- João Ramalho, já se encontrava aqui quando da chegada do primeiro donatário. Fundou Santo André da Borda do campo em 1550.
- 1631- Isabel Dias, nome de batismo de Bartira.
- 1816- Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, natural de Ponte de Lima, chegou, junto com sua mulher, com o primeiro donatário.
- 1817- Maria de Araújo, natural de Ponte de Lima.
- 1970- João Fernandes Pessoa, natural de Canavezes, Minho.
- 1971- Guimar Barrosa, natural da Vila de Alhandra de Riba Tejo, Torres Vedras
- 1974- Simão Paes, natural de Leiria e juntamente com sua mulher, um dos primeiros povoadores de Pernambuco.
- 1975- Leonor Rodrigues, natural da Leiria.
- 1978- Pantaleão Monteiro, primeiro senhor do Engenho de São Pantaleão da Várzea do Capibaribe.
- 1979- Brasia Monteiro.
- 1980- Fernão Martins Pessoa, veio para Pernambuco nos primeiros anos de sua povoação.

- 1981- Isabel Gonçalves Raposo, natural da Vila do Conde, de onde veio menina com seus pais para Pernambuco.
- 1982- Jeronimo de Albuquerque, ou Jeronimo D'Albuquerque, veio para Pernambuco com seu cunhado, Duarte da Costa, donatário de Pernambuco, este casado com sua irmã, Brites de Albuquerque. Foi Jeronimo, sem sombra de dúvida, uma figura singular sob vários aspectos. Inicialmente casou-se por determinação do rei com Felipa de Mello (7).
- 1983- Felipa de Mello.
- 2112- João Pires, o Gago, veio com Martim Afonso de Sousa em 1531.
- 2298- Garcia Rodrigues, natural do Porto e dos primeiros povoadores de São Vicente, tronco dos Garcia Velhos.
- 2299- Isabel Velho, natural do Porto.
- 2318- Piquerobi, maioral de Ururay, (17).
- 2334- Bartolomeu Camacho, natural de Portugal
- 2335- Catarina Ramalho.
- 2654- Estevão Ribeiro Baião Parente, natural da Beja.
- 2655- Madalena Fernandes Feijó de Madureira, natural do Porto.
- 3002- Pedro Leme, casado em segundas núpcias com Luzia Fernandes. Proprietário do Engenho São Jorge dos Erasmos, em São Vicente, mudando-se posteriormente para São Paulo.
- 3003- Luzia Fernandes, primeiras núpcias dela. Faleceu em 1633.
- 3006- Pedro Vicente, natural de Portugal e um dos primeiros povoadores de São Vicente. Mudou-se depois para São Paulo, onde foi juiz ordinário de 1588 a 1592, vindo a falecer em 1597.
- 3007 - Maria de Faria, faleceu em São Paulo em 1627.
- 3020- Salvador Pires, natural do Porto, veio com o donatário da Capitania de São Vicente em 1531, juntamente com seu pai e seu primo Jorge Pires
- 3021- Maria Rodrigues.
- 3022- Antônio Fernandes.

110 Amélia Mariana de Paula - Cuiabana de origem Pernambucana radicada em Campinas

3023- Antônia Rodrigues.

3156- Gonçalo Martins Leite.

3157- Maria da Silva.

3158- João do Prado, o Velho, português que veio para São Vicente em 1570, onde casou-se. Faleceu no sertão de Paranaíba em fevereiro de 1597.

3159- Felipa Vicente.

3262- Martim Afonso Tibiriçá, nome de batismo do Cacique Tibiriçá.

3634- Pantaleão Monteiro, senhor do Engenho S. Pantaleão.

3355- Maria Monteiro.

3960- João Fernandes Pessoa, natural de Canavezes, tronco dos Pessoas em Pernambuco.

3961- Guiomar Barrosa, natural da Vila de Alandra de Ribatejo, Torres Vedras.

3962- Antão Gonçalves Raposo, natural da Vila do Conde.

3963- Maria de Araújo, natural da Vila do Conde.

3966- D. Cristóvão de Melo, governador da Baía.

4670- João Ramalho, já se encontrava aqui quando da chegada do primeiro donatário. Fundou Santo André da Borda do campo em 1550.

4671- Isabel Dias nome de batismo de Bartira.

6004- Antão Leme, da Ilha da Madeira, de origem.

6040- João Pires, o gago, veio com o donatário Martim Afonso de Sousa, filho e nora. Foi o primeiro juiz ordinário da Vila de São Vicente.

6046- Antônio Rodrigues.

6047- Antônia Rodrigues, índia batizada por Anchieta com esse nome.

9342- Martim Afonso Tibiriçá, nome de batismo de Tibiriçá.

12008- Antônio Leme, viveu na Ilha da Madeira.

12009- Catarina de Barros.

12054- Piquerobi, cacique de Uruai.

24018- Pedro Gonçalves da Câmara.

24019- Isabel de Barros.

Considerações Finais

Como afirmado na Introdução deste artigo, um dos seus objetivos foi o de registrar e garantir acesso aos futuros interessados, ou mesmo curiosos.

Com a evolução dos meios de pesquisa, via internet, as possibilidades de acesso às buscas aumentam dia a dia, diferentemente de quando comecei a pesquisar. Àquela altura isso era inimaginável, pois havia sempre a necessidade de buscas presenciais em arquivos, os quais nem sempre eram acessíveis.

Outro fator é a sorte, como a descoberta, aqui relatada, feita pelo amigo Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, de um processo de *habilitação de genere et moribus*, passaporte para entrar no Borges da Fonseca. Tal fato descortinou de uma só vez um sem número de gerações.

Ressalto também a parceria, a colaboração gratuita e o interesse em ajudar, como aqui relatado por três vezes, a do Marcelo e do Arthur Nogueira Campos e a de Adauto Alencar.

Fica aqui o desafio: busquem, tentem a sorte da descoberta e complementem as informações aqui disponibilizadas.

Referências

- 1- ALENCAR, Adauto, Roteiro Genealógico de Mato Grosso, 4 volumes 1995
- 2- ALMANAK DA PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1873 – reedição 1985.
- 3- AMARAL BOGACIOVAS, M.M. Cristãos novos em São Paulo (séculos XVI-XIX) Livraria Safer, 2015.
- 4- Arquivo da Cúria Metropolitana de Bragança Paulista.
- 5- Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas
- 6- Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
- 7- BORGES DA FONSECA, Antonio José Victoriano, original de 1748 reeditado pela Biblioteca Nacional em 1935.
- 8- BROTERO, F, A Família Jordão e seus afins. 194
- 9- CAMPINAS NOSTÁLGICA
- 10- Carta de Adauto Alencar, 17 de janeiro de 1996.
- 11- Carta de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, 26 de abril de 1996.
- 12- Carvalho Franco, F.A. Dicionário dos Bandeirante e Sertanistas do Brasil 1954 Comissão do IV Centenário de São Paulo.
- 13- CASTRO, Fabio De Gennaro, JOSÉ MANUEL DE CASTRO, sua origem e descendência Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro 1991.
- 14- CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP
 - Inventários e Testamentos
 - Jornal Diário de Campinas, 17 de agosto de 1897
- 15- CORREA do LAGO, P&B Frans Prost (1612-1680) Obra Completa Editora Capivara 2006.
- 16- JAYME, JARBAS Famílias PIRENOPOLINAS, 5 VOLUMES 1973
- 17- MADUREIRA SIQUEIRA, Elizabeth, ALVES DA COSTA, Lourença, COELHO CARVALHO, Cathia, O PROCESSO HISTÓTICO DE MATO GROSSO Universidade Federal de Mato Grosso
- 18- MELLO PUPO, Celso Maria – Campinas um Município no Império, 1983
- 19- Prefeitura Municipal de Itatiba, Arquitetura Religiosa
- 20- SILVA LEME, Luiz Gonzaga Genealogia Paulistanea 9 volumes 1901- 1903

**APONTAMENTOS SOBRE OS MARTINS DA SILVA, DE SÃO CAETANO DA
MOEDA, MINAS GERAIS**

*Maria Celina Exner Godoy Isoldi e
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho*

***Resumo:** Genealogia das primeiras gerações da família Martins da Silva, estabelecida em São Caetano da Moeda, atual povoado de Moeda Velha, no Município de Moeda, em Minas Gerais.*

***Abstract:** Genealogy of the first generations of the Martins da Silva family, established in São Caetano da Moeda, currently the town of Moeda Velha in the county of Moeda in Minas Gerais.*

Após apresentarmos o trabalho intitulado *Algumas famílias povoadoras do Alto Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto*, na última revista da ASBRAP¹, no qual já fizemos referência aos Martins da Silva, retornamos à Casa Setecentista do Pilar, em Ouro Preto, no mês de setembro de 2019, para colher novas informações a respeito deste marcante núcleo familiar.

De origem portuguesa, os Martins da Silva já se encontravam em solo mineiro na segunda metade do Século XVIII, estabelecendo-se em São Caetano da Moeda, então Freguesia de Itabira do Campo, em Minas Gerais². A família era representada, nessa localidade, pelo Sargento-Mor João Martins da Silva, casado com Bárbara Joana Pereira de Castro, esta descendente dos “Costas Cabraes”, “Bicudos” e “Vaz Guedes”, antigas cepas paulistas. Curiosamente, o primogênito desse casal contraiu núpcias com a filha do inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto e de Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira.

1 Revista da ASBRAP n.º 26 (eletrônica), 2019, p. 247-446.

2 São Caetano da Moeda é o atual povoado de Moeda Velha, no Município de Moeda, em Minas Gerais (MIRANDA, Marcos Paulo de Souza – comunicação pessoal).

§ 1º

- I- **MANUEL PINTO DOS REIS** e **ROSA DA SILVA REIS**³, ambos da Freguesia de Santa Maria de Alvarelos, Comarca de Maia, Bispado do Porto, em Portugal, tiveram o seguinte filho, que migrou para o Brasil:
- 1(II)- Sargento-Mor **JOÃO MARTINS DA SILVA** ou **JOÃO MARTINS DA SILVA REIS**, que foi casado com **BÁRBARA JOANA PEREIRA DE CASTRO**, com geração que segue.
- II- Sargento-Mor **JOÃO MARTINS DA SILVA**, que também se chamava **JOÃO MARTINS DA SILVA REIS**, português, natural da Freguesia de Alvarelos, Comarca de Maia, Bispado do Porto, em Portugal, foi casado com **BÁRBARA JOANA PEREIRA DE CASTRO** ou **BÁRBARA JOANA PEREIRA**, filha do Sargento-Mor **Domingos de Amorim**, da Freguesia de Santa Senhorinha, Termo de Bastos, Portugal, e de **Maria Pereira de Castro**, da Freguesia de Caeté, Comarca de Sabará, Minas Gerais⁴.
Bárbara Joana Pereira de Castro, nascida e batizada na Freguesia de Itabira do Campo, era viúva do Tenente Luís Monteiro Tinoco, com quem teve quatro filhos⁵. Ela possuía uma ermida que é citada na visita pastoral do Bispo Dom Frei Cipriano de São José à Igreja Matriz de Nossa Senhora da
-
- 3 As pessoas com nomes em negrito são antepassadas de Cynthia Magalhães Pires da Silveira Isoldi, mulher do autor e nora da autora deste artigo.
- 4 Ver ascendência de Bárbara Joana Pereira de Castro em: LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 7, p. 394, nº. 4-1 de 3-5.
- 5 Luís Monteiro Tinoco e **Bárbara Joana Pereira de Castro** se casaram em 12-NOV-1753, pelas 11 horas da manhã, na Capela de São Caetano da Moeda, filial da Matriz de Itabira do Campo, ambos moradores nessa freguesia, sendo ele natural e batizado na Freguesia de São Salvador do Bairam, Bispado do Porto, filho do Capitão Luís Fernandes Tinoco e de Luísa da Conceição; e a contraente natural e batizada na Freguesia de Itabira do Campo, filha do Sargento-Mor **Domingos de Amorim** e de **Maria Pereira de Castro** (cf. certidão de casamento constante do processo de *Contas de Tutela* - Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 151 – autos 2349 - ano 1787 – 2º Ofício).
- O Tenente Luís Monteiro Tinoco residia na paragem chamada Paraopeba e faleceu em 10-MAIO-1761, com testamento, de cujo processo de aprovação em Ouro Preto verifica-s que foram reconhecidos três filhos naturais, todos mulatos, havidos antes de se casar: *A)* Ana, com 18 anos de idade, casada com João de Afonseca; *B)* José, com 12 anos em 1761, mas que, em 1778, firmou um recibo constante dos autos, com o nome José Monteiro Tinoco; e *C)* Luís, de 9 anos. Com sua mulher Bárbara Joana Pereira de Castro ele teve: *D)* Maria, de 6 para 7 anos de idade; *E)* Joaquim, que morreu no dia 18-MAIO-1761; *F)* Ana, de 3 anos; e *G)* Luísa, com 1 mês de idade, nascida após o falecimento do pai (Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 330 – autos 6954 - ano 1761 – 1º Ofício).

Boa Viagem da Itabira, aos 29-AGO-1801⁶.

O Sargento-Mor João Martins da Silva faleceu, com testamento, no Paraopeba, em 17-OUT-1785⁷, tendo sido sepultado, no dia seguinte, em São Gonçalo do Bação⁸. Sua mulher, Bárbara Joana Pereira de Castro, também foi sepultada em São Gonçalo do Bação, em 7-FEV-1818⁹. O inventário dele foi iniciado em 11-NOV-1785, em Ouro Preto, sendo o monte-mor avaliado em 10:075\$000 e, após abatidas as despesas de funeral e dívidas, restou o monte partível de 8:398\$699¹⁰. Segundo se depreende desse inventário, o casal teve quinze filho ¹¹:

- 1(II)- JOAQUIM MARTINS DA SILVA foi casado com MARIA EFIGÊNIA DA SILVEIRA ALVARENGA, com quem não teve filhos. Porém, ele teve três filhos naturais, reconhecidos em testamento, sendo dois deles com a escrava ROMANA, conforme segue.
- 2(II)- GERTRUDES MARTINS foi batizada no dia 9-JUN-1765, na Capela de São Caetano da Moeda, então filial da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo. Teve como padrinhos: João Mendes da Fonseca e Maria Pereira Amorim.
- 3(II)- JOANA ROSA DA SILVA, batizada na Capela de São Caetano da Moeda, Freguesia de Itabira do Campo, no dia 11-JUN-1766, tendo como padrinhos: José Antônio da Silva e ... Pereira de Amorim, solteiros.
- 4(II)- MARIA JOAQUINA DE SILVA, que recebeu o primeiro sacramento em 13-AGO-1767, na Capela de São Caetano da Moeda, sendo padrinhos: José Machado Neves, da Freguesia do Curral del Rei, e Escolástica ... , solteira.
- 5(II)- FRANCISCA MARTINS DA SILVA ou FRANCISCA DA SILVA, batizada na Capela de São Caetano da Moeda, em 14-MAIO-

6 RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro; ASSUNÇÃO, Luciana Viana, *As visitas pastorais de Dom Frei Cypriano de São José*, p. 75.

7 Cf. consta de seu inventário (Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 25 – autos 275 - ano 1785 – 2º Ofício)

8 Livro de Óbitos – Bação - 1779 a 1838 – imagem 13 - site: <http://familysearch.org>, consultado em 2019.

9 Livro de Óbitos – Bação - 1779 a 1838 – imagem 17 - site: <http://familysearch.org>, consultado em 2019.

10 Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 25 – autos 275 - ano 1785 – 2º Ofício.

11 As certidões dos batismos dos dez primeiros filhos e do casamento da filha Francisca constam dos autos da justificação, requerida por Joaquim Martins da Silva e outros, autuado em 1799, em Ouro Preto (Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 175 – autos 3139 - ano 1799 – 2º Ofício).

- 1769, sendo padrinhos o Alferes Francisco Corrêa Fortuna e Francisca Pereira Mendes. Casou-se aos 25-OUT-1791, na Ermida da Senhora da Conceição, na Freguesia de Itabira da Campo, com JOSÉ FERREIRA DA LUZ, natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará, filho de Giraldo Ferreira da Luz e de Maria Ribeira do Nascimento.
- 6(II)- JOÃO MARTINS DA SILVA nasceu no dia 13-AGO-1771 e foi batizado em 9-SET-1771, na Capela de São Caetano da Moeda, tendo como padrinhos: José de Oliveira Gandra e Ana da Costa Pereira.
- 7(II)- MANUEL MARTINS DA SILVA, nascido aos 31-AGO-1772, recebeu o sacramento do batismo aos 28-SET-1772, na Capela de São Caetano da Moeda, tendo como padrinhos: Manuel Coelho de Oliveira, solteiro, e Domingas Pereira Castro, mulher do Capitão José da Costa Pereira. Desse assento constam os nomes e naturalidades dos avós.
- 8(II)- JOSÉ MARTINS DA SILVA, nascido em 30-OUT-1773 e batizado aos 15-NOV-1773, na Capela de São Caetano da Moeda, sendo padrinhos o Capitão Antônio ... Frazão e sua mulher Eufrásia de Jesus, da Freguesia de Congonhas do Campo.
- 9(II)- ROSA PINTA DA SILVA, batizada no dia 6-JAN-1775, na Capela de São Caetano da Moeda. Padrinhos: Manuel Pereira Mendes e Maria Pereira de Castro.
- 10(II)- ANTÔNIO MARTINS DA SILVA foi batizado aos 22-DEZ-1775, na Capela de São Caetano da Moeda. Seus padrinhos foram o Reverendo Gonçalo da Costa Pereira e Francisca Pereira de Amorim.
- 11(II)- **MARIANA MARTINS DA SILVA** tinha 7 anos de idade no inventário paterno, em 1785. Deixou testamento cerrado, por ela assinado, datado de 8-AGO-1855, na Fazenda Boa Vista, ocasião na qual declarou sua filiação, bem como ter nascido e sido batizada na Capela de São Caetano da Moeda, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Termo do Ouro Preto. Em suas disposições de última vontade, ela declarou, ainda, que sempre viveu no estado de solteira, mas teve um filho de nome David, “o qual hé meu erdeiro”. Apontou, também, ter vendido os direitos de toda a herança que tinha dos pais ao irmão Domingos Martins da Silva, bem como que vendeu seus escravos a Custódio Martins da Silva. Pediu para seu corpo ser envolto em hábito da Ordem da Senhora Mãe dos Homens, “de quem sou indigna Filha”. Nomeou David Pereira Lima (filho dela), Rodrigo Pereira Lima e seu irmão Francisco Martins da Silva como primeiro, segundo e terceiro

testamenteiros, respectivamente. Ela veio a falecer na Fazenda da Boa Vista da Aplicação de São Caetano da Moeda, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Paraopeba, Termo do Ouro Preto, sendo seu testamento apresentado aos 30-OUT-1855 e aberto pelo pároco dessa freguesia, Reverendo Domingos Ferreira de Meneses¹².

Mariana Martins da Silva teve, com o Padre **MANUEL PEREIRA LIMA**, o filho **David Pereira Lima**, com numerosa descendência descrita no nosso trabalho sobre *Algumas famílias povoadoras do Alto Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto*¹³.

- 12(II)- FRANCISCO MARTINS DA SILVA, nascido aos 22-NOV-1779, cujo batismo foi realizado em DEZ-1779, sendo padrinhos Antônio Rodrigues Paiva e Nossa Senhora, conforme registrado nos assentos da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira¹⁴.
- 13(II)- JOAQUINA, com 6 anos de idade, mais ou menos, segundo consta do inventário paterno em 1785.
- 14(II)- TERESA tinha 4 anos, mais ou menos, por ocasião do inventário paterno.
- 15(II)- DOMINGOS MARTINS DA SILVA, com 3 anos de idade no inventário do pai.

- II- JOAQUIM MARTINS DA SILVA, batizado aos 30-ABR-1764, na Capela de São Caetano da Moeda, então filial da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, tendo como padrinhos: Matias da Costa, da Cachoeira do Campo, e Maria Pereira de Castro. Casou-se no dia 9-FEV-1797, na ermida ereta na casa de sua mãe Bárbara Joana Pereira, na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira (atual Itabirito), com MARIA EFIGÊNIA DA SILVEIRA ALVARENGA, nascida e batizada em São João Del Rei, filha legítima do Doutor Inácio José de Alvarenga e de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira¹⁵.
- Joaquim Martins da Silva faleceu no dia 3-MAR-1838, na casa em que

12 Cf. *Conta de testamento* - Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 348 – autos 7248 - ano 1859 – 1º Ofício.

13 Revista da ASBRAP n.º. 26 (eletrônica), 2019, p. 397-419, §§ 2º a 7º, do Capítulo 3º.

14 Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira – Itabirito – 1798 a 1799 – imagem 15 (site: <http://familysearch.org>).

15 Arquivo Arquidiocesano de Mariana - Livro n. 18 de Matrimônios da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem – Itabirito – 1742 a 1801 – p. 127v. Ver transcrição desse assento em: ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy, *Transcrições de assentos matrimoniais de filhas dos inconfidentes Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga*, in Revista do IHGMG n.º. 44 – suplemento especial de genealogia, p. 119-120, artigo republicado nesta revista eletrônica da ASBRAP. Sobre a ascendência de Maria Ifigênia da Silveira Alvarenga ver: ALVARENGA, Luís de Melo, *Documentos Genealógicos de Bárbara Eleodora e Tiradentes*, in Vozes de Petrópolis, SET-OUT-1954, p. 493.

residia, na Fazenda da Boa Vista, na aplicação de São Caetano da Moeda, Freguesia de Itabira do Campo. De seu inventário, processado em Ouro Preto, constam nove escravos, além de bens em prata e cobre, louças, trastes de madeira, roupas, gado *vacum* e cavalari. Em seu testamento, datado de 27-OUT-1835, ele disse que não teve filhos de sua falecida mulher, Maria Efigêni da Silveira Alvarenga, mas reconheceu três filhos havidos no estado de solteiro, instituindo-os como seus herdeiros, sendo os dois últimos havidos com sua escrava ROMANA, aos quais passou carta de liberdade, assim como a ela¹⁶:

- 1(III)- CARLOS MARTINS DA SILVA, solteiro e com 49 anos de idade em 1848.
- 2(III)- MACEDÔNIO MARTINS DA SILVA, solteiro e com 19 anos de idade, na mesma época.
- 3(III)- GENEROSO, também solteiro e com 15 anos, na mesma ocasião.

FONTES ARQUIVISTICAS:

Arquivo Arquidiocesano de Mariana, Minas Gerais.

Arquivo da Casa Setecentista do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais.

SÍTIOS DA INTERNET

http://asbrap.org.br/artigos_asbrap.html

<http://familysearch.org>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Luís de Melo. *Documentos Genealógicos de Bárbara Eleodora e Tiradentes*. In: Vozes de Petrópolis, SET-OUT 1954.

ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy. *Transcrições de assentos matrimoniais de filhas dos inconfidentes Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais n.º. 44 – suplemento especial de genealogia. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2019.

16 Cf. inventário de Joaquim Martins da Silva (Arquivo da Casa Setecentista do Pilar – Ouro Preto – códice 84 – autos 1031 - ano 1838 – 1º Ofício)

ISOLDI, Maria Celina Exner Godoy; ISOLDI FILHO, Carlos Alberto da Silveira. *Algumas famílias povoadoras do Alto Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto*. In: Revista da ASBRAP n.º 26 (eletrônica), 2019 (site: http://asbrap.org.br/artigos_asbrap.html, consultado em 8-MAIO-2020)

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, v. 7. São Paulo: Duprat & Cia., 1905.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro; ASSUNÇÃO, Luciana Viana. *As visitas pastorais de Dom Frei Cypriano de São José. 5º Bispo de Mariana (1798 – 1817)*. In: Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, v. 6, 2010.

**TRANSCRIÇÕES DE ASSENTOS MATRIMONIAIS DE FILHAS DOS INCONFIDENTES
CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA**

Maria Celina Exner Godoy Isoldi

Resumo: *Transcrições de assentos matrimoniais de Manuel José da Silva com Maria Antônia Clara, filha do Dr. Claudio Manuel da Costa com Francisca Arcângela; e de Joaquim Martins da Silva com Maria Ifigênia da Silveira Alvarenga, filha do Dr. Inácio José de Alvarenga e de Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira.*

Abstract: *Transcriptions of matrimonial records of Manoel José da Silva with Maria Antonia Clara, daughter of Dr Claudio Manoel da Costa and Francisca Arcângela; and of Joaquim Martins da Silva with Maria Ifigênia da Silveira Alvarenga, daughter of Dr Inácio José de Alvarenga and Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira.*

Assento do matrimônio de Manuel José da Silva com Maria Antônia Clara, filha de Cláudio Manuel da Costa e de Francisca Arcângela, celebrado em 1777, na Capela de Nossa Senhora da Oliveira, no Bação, distrito atualmente pertencente a Itabirito, Minas Gerais.

*“Aos Sinco dias do mes de Novembro de mil settecentos settenta e sette annos si cazarão na Capella de Nossa Senhora da Oliveira no Bação, filial desta Matriz da Itaubira, em presença do Reverendo Francisco de Aguiar Coutinho com Licença do Parocho, **Manoel Jose da Sylva** filho legitimo de Antonio Machado Teyxeira e de Antonia Maria de Jesus natural e baptizado na Villa da Calheta Ilha de S. Jorge, com **Maria Antonia Clara** filha natural do Doutor Claudio Manoel da Costa e Francisca Archangela natural e baptizada na Freguesia de Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto e receberão as bençans tudo na forma do C. Trid. e Rit. Romano em prezença das testemunhas o Capitão Antonio de Souza Mesquita e Dona Francisca Clara Peregrina de Jesus, na forma da Provisão que me apresenta do Muito Reverendo Doutor Vigário da Vara desta Comarca de Villa Rica Ignacio de Souza Ferreira de que para Constar fis este assento. O*

Vig^o. Manoel Ribeiro Soares. R. Pe. Joam Bap^{ta}. de Abreu [assinatura]” (Arquivo Arquidiocesano de Mariana – Livro n. 18 de Matrimônios da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem – Itabirito – 1742 a 1801 – p. 87)

Assento do matrimonio de Joaquim Martins da Silva com Maria Ifigênia da Silveira Alvarenga, filha de Inácio José de Alvarenga e de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, celebrado em 1797, na então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira, atual Itabirito, Minas Gerais.

*“Aos nove dias do mez de fevereiro de mil setecentos noventa e sete anos na Ermida erecta na caza de Dona Barbara Joanna Pereira, pelo meio dia, com fiança e banhos, com faculdade do Ilustrissimo e Reverendissimo Cabido Sede Vacante, receberam em matrimônio por palavras de presente com licença juntamente com provizam do Reverendissimo Doutor José Alvares de Souza vigário da Vara desta Comarca **Joaquim Martins da Silva** filho legítimo do Sargento Maior Joam Martins da Silva e Dona Barbara Joanna Pereira, nascido e baptisado nesta freguesia de Nossa Senhora da Bôa Viagem da Italbira e Dona **Maria Efigenia da Silveira Alvarenga** filha legítima do Doutor Ignácio José de Alvarenga e Dona Barbara Eleodora Guilhermina da Silveira nascida e baptisada na freguesia de Sam Joam de El Rey, presente como ministro ou testemunha autorizada Reverendissimo Gonçalo da Costa Pereira, sendo testemunhas Joam Rodrigues de Macedo, Guarda Mor Jose Machado Neves como consta da certidam, posta na provizam e nam receberam as bençoens nupciais. Já receberam como consta da certidam do Reverendissimo Manoel Maxado Ribeiro no primeiro do mez de maio com licença, sendo testemunhas José Ferreira da Luz e Joaquim José da da Sylva. Substituto José Nunan Pereira” (Arquivo Arquidiocesano de Mariana - Livro n. 18 de Matrimônios da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem – Itabirito – 1742 a 1801 – p. 127v).*

**CAETANO DE SOUZA REZENDE E SEUS FILHOS - OS “ALVES DE REZENDE” –
PIONEIROS NO SERTÃO DA FARINHA PODRE (TRIÂNGULO MINEIRO)**

Adolfo Carlos Resende de Queiroz

Resumo: *Origem do português Caetano de Souza Rezende e fatos (incluindo a questão religiosa com a “santa inquisição”) que marcaram a sua passagem pelo arraial de São Gonçalo do Bação, atual Distrito de Itabirito/MG. Descrição, também, de seu núcleo familiar – os “Alves de Rezende”, cuja parte deslocou-se desta região, indo se fixar, por volta de 1818, no Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), em terras próximas aos rios Uberabinha e das Velhas (atual Araguari).*

Abstract: *Origin of the Portuguese Caetano de Souza Rezende and facts (including the religious question with the “holy inquisition”) that marked his passage through the camp of São Gonçalo do Bação, current District of Itabirito / MG. Also, description of his family nucleus - the “Alves de Rezende”, whose part moved from this region, going to settle, around 1818, in the Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), in lands close to the Uberabinha and das Velhas (now Araguari).*

INTRODUÇÃO

Neste trabalho são apresentados os antepassados do português Caetano de Souza Rezende (meu heptavô) e detalhes de sua passagem por Minas Gerais (São Gonçalo do Bação, distrito de Itabirito), onde se casou com Quitéria Maria da Conceição (Alves Carrejo) e teve 11 filhos, dos quais cinco se deslocaram desta região, indo se fixar, por volta de 1818, no Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), em terras próximas aos rios Uberabinha e das Velhas (atual Araguari). Foram eles: Silvério Alves de Rezende c/c Maria Rodrigues do Carmo; José Alves de Rezende c/c Antônia Rosa da Costa; Luciana Alves de Rezende c/c Francisco Rodrigues Rabello; Genoveva Alves de Rezende c/c João Pereira da Rocha e Caetanos Alves de Rezende, casado com Ana Fernandes dos Santos.

As primeiras informações obtidas por mim acerca da origem da família Resende ou Rezende no Triângulo Mineiro, à qual pertencem, foram repassadas oralmente por tios e primos mais velhos. A partir daí busquei subsídios, em inventários *post mortem*, localizados no Arquivo Público de Uberaba. No de

Geneveva Alves de Rezende (1841) constatei a filiação dos irmãos “Alves de Rezende” e no de José Alves de Rezende (1843) o local de origem da família (São Gonçalo do Bação). Nas pesquisas efetuadas no Arquivo Público Mineiro e na Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá/MG, localizei alguns documentos relacionados à aquisição de terras por Caetano de Souza Rezende e familiares. No Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG, encontrei o registro de casamento do casal Caetano e Quitéria, onde consta a naturalidade e a filiação de ambos. Neste mesmo Arquivo, localizei os apontamentos de batismo de Quitéria e de seus filhos, além do óbito de Caetano. No Museu da Inconfidência – Casa do Pilar, em Ouro Preto, localizei o testamento de Caetano, contendo diversos dados a respeito da família.

Uma vez constatada a naturalidade e nacionalidade de Caetano, as pesquisas se estenderam até os Arquivos Distritais de Aveiro e do Porto, onde deparei com os registros de seus antepassados. Localizei, por fim, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, a existência de um processo contra Caetano de Souza Rezende, referente à denúncia relacionada à “crise de fé”, em que o mesmo teve que se retratar perante a “Santa Inquisição”, aqui no Brasil, em 1793.

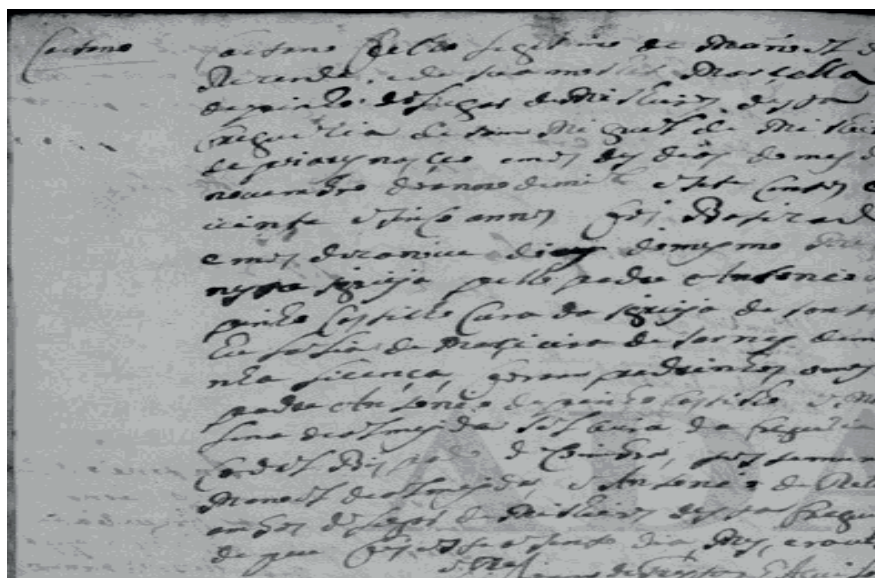
Utilizando o mesmo modo de pesquisa identifiquei, também, a origem dos cônjuges dos “Alves de Rezende” que se deslocaram para o Triângulo Mineiro.

Brasília/DF, junho de 2020

Adolfo Carlos Resende de Queiroz

ASCENDÊNCIA DE CAETANO DE SOUSA REZENDE

1. **CAETANO DE SOUZA REZENDE** nasceu em 10-NOV-1725, em Sam Miguel de Milheirós de Poyares ¹, Comarca de Feira, Bispado do Porto, em Portugal, onde também foi batizado pelo padre Antônio de Pinho. De acordo com o assento contido no Livro 3 de Registro de Baptismo da Paróquia de Milheirós de Poyares, disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro/Portugal, era filho de Manoel de Rezende e Marcella de Pinho.



Batizado de Caetano de Sousa Rezende – Documento digitalizado – (PT-ADAVR-PVFR14-1-3_m0075.tif), Paróquia de Milheirós de Poiares, Registos de bápismo, liv.3, disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro – Portugal (<http://digitarq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1257519>).

PAIS

2. **MANOEL DE REZENDE** nasceu e foi batizado em Sam Miguel de Milheirós de Poyares em 04-ABR-1687 e faleceu em 31-MAR-1743, na mesma localidade. Casou-se com Marcella de Pinho em 09-AGO-1714, na igreja local.

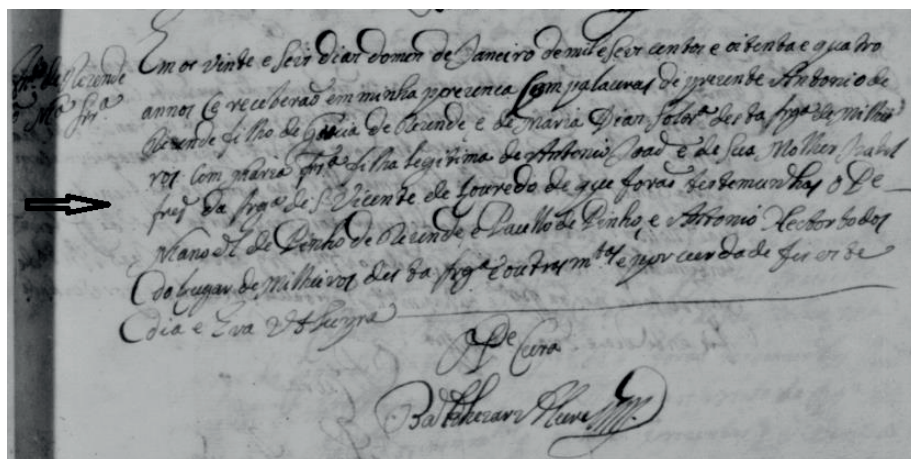
Casamento de Manoel de Rezende e Marcela de Pinho - Documento digitalizado - (PT-ADAVR-PVFR14-2-3_m0090.tif), disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro - Portugal (<http://digitarq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1257564>)

Avós

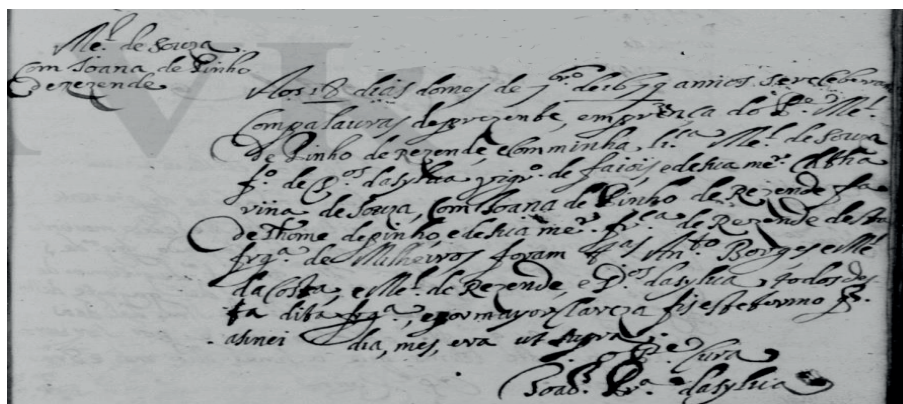
4. **ANTÓNIO DE REZENDE**² (no casamento do filho já era “defunto”). Casou-se com Maria Ferreira em Milheirós, em 26-JAN-1684, de onde eram naturais.
5. **MARIA FERREIRA** (no casamento do filho aparece como moradora do lugar de Preza, da Freguesia de Milheirós).
6. **MANOEL DE SOUZA PEDROZA**. Casou com Joanna de Pinho de Rezende em 18-AGO-1679. Ostentava a patente de Capitão, sendo pessoa de destaque, pois aparece como padrinho em batizados e testemunha em casamentos.
7. **JOANNA DE PINHO DE REZENDE** (falecida no casamento da filha)

2 Na família, num espaço não muito longo, existiram três Gracia ou Guarcia de Rezende. Com relação à filiação paterna de Antônio de Rezende, cabem algumas considerações. Francisca de Rezende cc Thomé de Pinho batizou, em 10-SET-1652, um filho de nome “Guarcia”, onde os padrinhos foram Izabel e Guarcia, seus irmãos e filhos de “Guarcia de Rezende”, moradores, também, em São João da Madeira.

Em 03-MAIO-1647 foi lavrado o casamento de Antônio de Rezende com Maria da Costa. Este, filho de Gracia de Rezende e Maria Francisca. O Antônio de Rezende, pai de Manoel e avô de Caetano, tem como filiação – Gracia de Rezende e Maria Dias e não Maria Francisca. Casou-se 36 anos depois, em 26-JAN-1684, com Maria Ferreira. No registro do óbito de sua mãe, ocorrido em 10-AGO-1702, onde ele é mencionado, Maria Dias aparece como solteira e moradora da localidade de Preza, da Freguesia de Milheirós. Seria, então, o Antônio - avô de Caetano, filho natural do Gracia de Rezende, o velho e ainda sido registrado com o mesmo nome do “meio-irmão” ou seria ele, neto do mesmo, ou seja, filho do outro Gracia, o moço? Esta é uma questão que vai demandar uma pesquisa mais avançada.



Casamento de Antônio de Rezende e Maria Ferreira - disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro - Portugal



Casamento dos avós de Caetano: Manoel de Sousa e Joanna de Pinho - Documento digitalizado - (PT-ADAVR-PVFR14-2-1_m0139.tif), disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro - Portugal .

8. **GRACIA DE REZENDE**, de São João da Madeira.
9. **MARIA DIAS**, moradora na localidade de Preza e falecida em Milheirós, em 10-AGO-1702.
10. **ANTÔNIO JOÃO**.
11. **IZABEL FERREIRA**, da Freguesia de São Vicente de Louredo.
12. **DOMINGOS DA SYLVA**, de Faiós.

13. CATHARINA DE SOUZA.

14. **THOMÉ DE PINHO**, nascido em Milheirós, em 10-ABR-1606 e falecido na mesma localidade, em 17-JUN-1691. Casou-se com Francisca Rezende, em 30-ABR-1645.

15. **FRANCISCA REZENDE**, falecida em 06-MAR-1696, também, em Milheirós.

TRISAVÓS

26. **FRANCISCO JOÃO**. Casou-se com Guiomar Fernandes em Milheiros, em 30-MAR-1598. No referido assentamento consta como filho de Gonçalo Afonso.

27. **GUIOMAR FERNANDES**.

28. **GRACIA DE REZENDE**.

29. **MARIA FRANCISCA**.

CAETANO DE SOUZA REZENDE NO BRASIL

CAETANO DE SOUZA REZENDE, como muitos outros portugueses que decidiram vir para o Brasil naquela época, escolheu a região aurífera das “Minas Geraes”, possivelmente pelas oportunidades de enriquecimento que ela podia oferecer. Estabeleceu-se em torno de Itaubira ou Itabira do Campo (Itabirito), especificamente no arraial de São Gonçalo do Baçõ. O referido arraial, hoje distrito de Itabirito, surgiu no século XVIII, no período do ciclo do ouro, sendo rota de tropeiros.

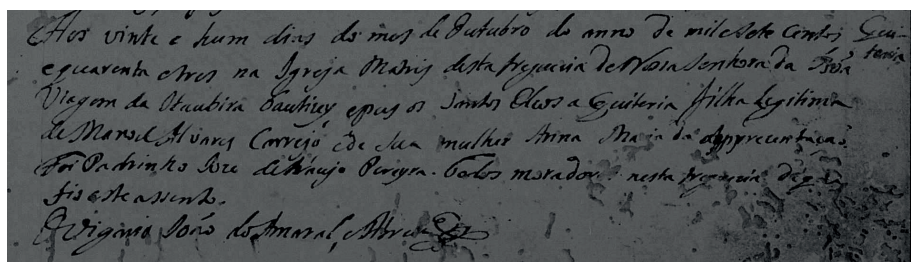
Casou-se no Brasil com a brasileira **QUITÉRIA MARIA DA CONSEISÃO**, em 14-JAN-1760, na capela de São Gonçalo do Baçõ, filial da matriz de Itaubira. Ele com 34 anos e ela com 16 anos. No referido documento há a informação sobre a filiação e naturalidade dos noivos. Dentre as testemunhas, aparece o nome de Francisco Resende (Caetano tinha um irmão com este nome). O registro está nas páginas 45 e 45v do Livro 18 de Casamento de Itabirito/MG, do período 1742 a 1802, onde, na citação dos noivos, o nome da nubente aparece como Quitéria Maria da “Encarnação”; porém, no corpo do documento (relato), ele já consta como Quitéria Maria da “Conseição”. A transcrição da Arquidiocese de Mariana, a seguir inserida, corresponde, literalmente, ao registro original.

Quitéria Maria da Conseição era originária da região de Itabirito, onde

foi batizada em 21-OUT-1743, na matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira (Itabirito). Era filha de Manoel Alves Carrejo³, (nascido em 21-NOV-1700 e batizado no dia 28 do mesmo mês, na freguesia de São Salvador da Lavra, Concelho de Maya, Bispado do Porto - atualmente ligado ao Concelho de Matosinhos - Portugal) e Ana Maria da Apresentação, natural e batizada na Freguesia de São Salvador da Ilha de Faial, Bispado de Angra.

O casal contraiu núpcias em 10-FEV-1738 na matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubira (Itabirito). Era neta de Manoel Gonçalves Carrejo (filho de Antônio Gonçalves e Maria Gonçalves) e de Maria Álvares, nascida em 11-Jan-1682 (filha de João Alves e Maria Martins), casados em 23-AGO-1696 na Igreja do Salvador, na mesma freguesia, à época pertencente ao Concelho de Maya.


(Pesquisa Sílvia Buttros para o Projeto Compartilhar).




Batizado de Quitéria Maria da Conseqião, localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG Livro de Batismo e Casamento N.S Boa Viagem de Itabirito - Período: 1741/1793, digitalizado (Imagem 939N-PSKZ.jpg) e disponibilizado no endereço eletrônico: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-PSKZ?mode=g&i=21&wc=M5FJ-ZJZ%3A369591801%2C369591802%2C370014801&cc=2177275>

³ Considerando os registros pesquisados, observa-se que o sobrenome Álvares com o tempo foi abreviado para Alves, forma que acabou sendo adotada pela família. E, quanto ao outro sobrenome - Carrejo, que figurou a partir de Manoel Gonçalves Carrejo, passadas algumas gerações, transformou-se em Carrijo.

Em Portugal, "carrejo" significa ato de carrear ou transportar (carreto). "Carrejo" também é uma aldeia do município de Cabezón De La Sal, na comunidade autônoma da Cantábria, no norte da Espanha.



ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA
AEAM
Colligite fragmenta, ne pereant! (Jo. 6, 12)



Certidão de Casamento
Arcebispado de Mariana

O Diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), in fine assinado, certifica que no Livro de Casamento de Período 1742 - 1802, Local –Itabirito mantido em custódia no Arquivo da Cúria Livro L.18 página 45 – 45v pode-se ler o registro do teor seguinte.


“Caetano de Souza Rezende – Quitéria Maria de Encarnação

Aos catorze dias do mês de Janeiro de mil e sette centos e sessenta na Capella de Sam Gonsallo do Baçam, filial desta Matris da Itaubira pellas onze horas do dia, depois de feitas as dilligencias, na forma do Concilio Tridentino, e constituçãõ do Bispado, com provizam do muito Reverendo Doutor Jose Baptista da Sylva, Vigario da Vara desta Comarga, na minha presença e das testemunhas abaixo assignados, a saber Manoel da Costa Bravo, Francisco de Rezende Antonio Rodrigues Guimaraes e Joze da Sylva Neves e outros muntos, que presentes estavão, se cazarão solemnemente por palavras de presente em face de Igreja, Caetano de Souza Resende filho legitimo de Manoel de Rezende e de sua Mulher Marsella de Pinho Baptizado na freguezia de Sam Miguel de Milheiros, dos poiares comarca de Feira Bispado do Porto; com Quitéria Maria da Conseição Filha Legitima Manoel Alves Carreijo e sua Mulher Anna Maria da Apr// Da apresentasão elle contrahente natural e Baptizada nesta Freguesia de N. Senhora da Boa Viagem da Itaubira e logo lhe dei as bençois, que mando a Santa Madre Igrª de Roma e Rituais, de que para constar fis este assento, que aassignei era ut Supra.

O Coadjutor Henrique Vicente

<i>Fran^{co} de Rezende</i>	<i>Jose da Sª Neves</i>
<i>An^o Rois Guim^{es}</i>	<i>Mel da Costa Brabo”</i>

E nada mais continha o dito registro que fielmente copiou a paleógrafa e primeira Arquivista do nosso AEAM, Luciana Viana Assunção, e eu li e achei plenamente conforme ao original a que nos reportamos.



Mariana, 24 de abril 2014

Ita In fide Presbyteri
Mons. Flávio Carneiro Rodrigues

Diretor do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
Luciana Viana Assunção
Luciana Viana Assunção

Arquivista

Rua Direita, 102 • Caixa Postal 13 • CEP 35420-000 • Mariana • MG • Fone: (31) 3557-2364 • e-mail: curia@feop.com.br

Casamento de Caetano de Sousa Rezende com Quitéria Maria da Conseição – Documento transcrito pelo Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (Livro de Casamento - 1742/1802 - Itabirito)

ATIVIDADES EXERCIDAS POR CAETANO E SUA FAMÍLIA EM SÃO GONÇALO DO BAÇÃO

Com relação às atividades exercidas por Caetano de Sousa Resende e sua família, considerando a época e o local aonde habitavam, não se pode, a princípio, descartar a hipótese de que tenham labutado na atividade mineradora. Cabe ressaltar que a partir da segunda metade do século XVIII, a referida atividade na região começou a declinar com o esgotamento do ouro encontrado nos barrancos das margens dos rios ou em seus leitos, chamado ouro de aluvião - ou ouro de superfície, cuja retirada se dava de forma manual, utilizando-se, para a sua separação da areia e do cascalho, de utensílios simples como a bateia (tipo de uma bacia cônica).

Entretanto, as evidências apontam que a família se dedicava ao cultivo da terra, tanto que, em 18-OUT-1790, Caetano de Souza Rezende faz um requerimento à autoridade competente (Visconde e 1º Conde de Barbacena), visando regularizar terras em litígio. Após sua morte, a viúva Quitéria Maria da Conceição e o filho Manoel Alves de Rezende, como testamentário, solicitaram à autoridade da época - Conde de Sarzedas, em requerimentos individuais, ambos datados em 14-MAR-1798, a regularização da sesmaria, considerando litígio existente (Arquivo Público Mineiro - Notação: SG-Cx.38 - Docs. 24 e 25). Nos referidos requerimentos informam que são moradores do sítio de nome “Forquilha”⁴, cujas terras eram cultivadas pelo falecido Caetano. Detalham, também, a localização do mesmo, “...na freguesia de Congonhas do Campo, termo desta Villa, a redado meya legoa do Ribeirão do Leça, que parte de huma banda com a estrada que vai para Congonhas e Sam Gonçalo do Bação, confrontando com terras que forão de Francisco Tavares do Rêgo e de outra parte com cítio do Pires, com terras que forão de Manoel Pires Miranda, com as de Manoel Gomes de Rezende e Sesmaria de José Gonçalves de Barros.”

4 Esse nome Forquilha foi adotado, posteriormente, em terras triangulinas, por descendentes de José Alves de Rezende em uma das subdivisões da Fazenda Monjolinho.

CAETANO E A QUESTÃO RELIGIOSA - INQUISIÇÃO

No Brasil do século XVIII, período em que aqui viveu Caetano de Souza Rezende, além da cultura nativa e a deixada pelos colonizadores portugueses, havia, também, a cultura trazida pelos escravos de suas nações na África. Portanto, não eram incomuns algumas práticas de rituais e outras manifestações, muitas delas tidas como contrárias aos princípios católicos (heresia). Existem registros dando conta de que muitas pessoas, doentes ou com familiares enfermos, se valiam dessas chamadas “práticas místicas”, como o curandeirismo, principalmente quando os remédios e a fé nos atos da igreja já não davam o resultado esperado.

Por outro lado, contrapondo a estas condutas chamadas “desviantes”, atuava a Inquisição - instituição de caráter “judicial”, criada pela Igreja Católica no século XIII, para julgar e punir as pessoas que não seguiam os costumes, a fé e os dogmas do catolicismo.

A inquisição no Brasil estava ligada ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Então, nas localidades, as denúncias eram dirigidas à mesa de visitação eclesiástica, instalada com inquisidores designados, muitos acumulando cargos como eclesiásticos. Ressalte-se que pessoas procuravam estes agentes, não só para denunciar terceiros, mas também, com o intuito de denunciar-se para “desencargo de suas consciências”.

Encontra no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Portugal, (código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/CX1641/17219), denúncia do “Tribunal da Santa Inquisição” contra Caetano de Souza Rezende, em que foi inquisidor Nicolau Gomes Xavier. Este inquisidor possuía alto cargo na hierarquia da Inquisição - o de Comissário, além de ser Vigário e Pároco de Raposos, localidade próxima a Sabará. Nesta denúncia, cujo termo de culpa está datado de 25-FEV-1793, em São Gonçalo do Bação, o denunciado se arrepende e afirma não ter sido sua intenção “delinqüir” contra a “Santa Fé Catholica”, a qual carrega e professa. Ao denunciar-se por um fato ocorrido cerca de 20 (vinte) anos passados, em que, na casa de um morador – Patrício Peixoto, manteve contato com um “curador de malefícios”, sacrifica-se às penitências ou disposições que lhe forem impostas, atestando não mais delinqüir em coisa alguma que entender ser contra a fé católica. A declaração, além de ter sido firmada pelo próprio Caetano de Souza Rezende, contém a confirmação da esposa - Quitéria Maria da Conseição e dos filhos: Manoel Alves de Rezende e José Alves de Rezende, de que viram “*aquele denunciante contar o que acima está escrito*”.

ÓBITO E TESTAMENTO DE CAETANO

Caetano de Souza Rezende faleceu em São Gonçalo do Bação, em 29-OUT-1795, prestes a completar 70 anos de vida, sendo seu corpo sepultado dentro da igreja matriz, conforme registro no Livro de Óbito nº M1 - Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem – Itabirito, sob a guarda do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG.

Deixou testamento ditado em 12-ABR-1795 e aberto para as Contas do Pio em 17-JAN-1797. O referido processo, após sucessivas buscas, foi localizado pelo autor em Ouro Preto/MG, em 2016, no Museu da Inconfidência - Casa do Pilar (Códice 317 - Auto 6764 - 1º Ofício).

No testamento deixado, informa a sua filiação, naturalidade e nome dos seus 11 (onze) filhos e legítimos herdeiros. Fala sobre a boa conduta e comportamento da esposa - Quitéria e também sobre a agilidade e exatidão dela na administração dos negócios internos e externos da família. Por esta razão a nomeia primeira testamenteira e, na sua falta, os filhos - Manoel e Silvério, respectivamente. Como Quitéria não aceitou a incumbência (manifestou-se nos autos) coube ao filho Manoel dar sequência como testamenteiro

OS FILHOS DE CAETANO E QUITÉRIA - A GERAÇÃO “ALVES DE REZENDE”

Caetano e Quitéria tiveram 11 (onze) filhos, os quais herdaram os sobrenomes Alves e Resende. Foram batizados na capela de São Gonçalo do Bação, filial da Matriz de Nossa Senhora de Boa Viagem de Itaubira (Itabirito), conforme registros encontrados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

- 1 (II)- **MARIA**, batizada em 05-SET-1763, Livro 9, 52v.
- 2 (II)- **MANOEL**, batizado em 21-NOV-1765, Livro 9, 167v.
- 3 (II)- **SILVÉRIO**, batizado em 19-AGO-1767, Livro 9, 188.
- 4 (II)- **JOSÉ**, batizado em 13-JUN-1769, Livro 9, 188.
- 5 (II)- **ANTÔNIO**, batizado em 10-JUN-1771, Livro 9, 201v.
- 6 (II)- **ANNA**, batizada em 28-JUN-1773, Livro 9, 214.
- 7 (II)- **FRANCISCA**, batizada em 29-DEZ-1775, Livro 9, 229v.
- 8 (II)- **LUCIANNA**, batizada em⁵ MAIO-1778, Livro 38, 9v.
- 9 (II)- **QUITÉRIA** ⁶, não localizado o registro.
- 10(II)-**GENOVEVA**, batizada em 17-JUN-1783, Livro 38, 38v.
- 11(II)-**CAETANO**, batizada em 21-SET-1785, Livro 38, 63 e 63v.

5 Não foi possível identificar o dia do batismo de Lucianna por estar a folha danificada

6 Embora não tenha sido localizado o batismo de Quitéria Alves de Resende, ela foi relacionada no testamento de Caetano. Casou-se com José Pereira da Rocha Rodrigues (Alferes), irmão próprio de João Pereira da Rocha. Pelo menos um de seus filhos – Joaquim Pereira de Resende, também se fixou no Triângulo Mineiro, após contrair matrimônio com a prima – Ana Fernandes de Resende, filha de Caetano Alves de Resende e Ana dos Santos Fernandes.

A TRANSFERÊNCIA DOS “ALVES DE REZENDE” PARA O SERTÃO DA FARINHA PODRE

A região chamada Farinha Podre, compreendida entre os rios Grande e Paranaíba, abrangia os Julgados do Araxá e Desemboque, com respectivas freguesias e territórios. Era passagem de viajantes que se dirigiam às minas de Goiás e Mato Grosso ou que delas retornavam ao centro-sul mineiro (Vila Rica e São João Del Rei) e à Capitania de São Paulo, utilizando-se das picadas, como a do Desemboque e a de Goiás, bem como a estrada do Anhanguera, dentre outros caminhos.

Em 1816, através de alvará, D. João VI mandou desanexar da Capitania de Goiás os referidos julgados e anexá-los à Vila de Paracatu do Príncipe, pertencente à Capitania de Minas Gerais. Teria pesado sobre esta decisão, interesses mercantis de fazendeiros da região de Araxá, mas fala-se (tradição oral), que Dona Beja - cortesã da localidade - igualmente teria influenciado membros da corte visando esta anexação.

Uma das explicações para o nome Farinha Podre está relacionada aos sacos de farinha deixados ao longo do caminho por viajantes, provavelmente para consumir na volta, e que acabavam apodrecendo quando estes se esqueciam de apanhá-los ou simplesmente não retornavam.

O nome Triângulo Mineiro começou a ser citado somente por volta de 1884, em jornais da região, como alternativa ao termo pejorativo Farinha Podre, tornando-se, com o tempo, comum e habitual aos habitantes.

Com o declínio da atividade aurífera, principalmente na parte central de Minas Gerais, e também pelo fato de que os terrenos da região já estavam degradados ou fracos para a atividade agro-pastoril - e até por pressão demográfica - muita gente acabou migrando para outros lugares, como a Farinha Podre; que, a esta altura, já não contava mais com índios tidos como hostis (caiapós) e possuía grandes extensões de terras férteis devolutas, propícias para a agricultura e pecuária.

Dentre estes pioneiros tem-se conhecimento de que, por volta de 1818, tendo como referência a estrada de Anhanguera, cinco famílias partiram do Alto Paraopeba rumo à Farinha Podre com a intenção de demarcar e tomar posse de glebas de terras devolutas (sesmarias). Estes pioneiros eram filhos do Casal Caetano e Quitéria: Silvério Alves de Rezende (Sesmaria Rio Jordão) e sua esposa - Maria Rodrigues do Carmo (Sesmaria Bom Jardim da Estiva); José Alves de Rezende, C.c. Ana Roza da Costa (Sesmaria Monjolinho); Luciana Alves de Rezende C.c. Francisco Rodrigues Rabello (Sesmaria Rio Claro); Genoveva Alves de Rezende C.c. o Alferes João Pereira da Rocha (Sesmaria São Francisco de Assis) e o Alferes

Caetano Alves de Rezende C.c. Ana Fernandes dos Santos (Sesmaria Boa Esperança).

Um critério preponderante que o governo colonial adotava para a concessão de terras em sesmaria (três léguas de comprimento por uma de largura) é o de que o candidato possuísse condições para explorá-las, incluindo aí a disponibilidade de mão-de-obra, que no caso era escrava. Através de inventários *post mortem* (Arquivo Público de Uberaba), observa-se que os sesmeiros da família “Alves de Rezende” possuíam escravos e alguns de seus membros ocupavam, também, postos militares nas companhias de ordenanças (posteriormente transformadas em Guarda Nacional), o que denota certo cabedal.

Ressalte-se que esses “primeiros entrantes” ou pioneiros, inicialmente se apossaram das terras e em seguida requereram as respectivas cartas de sesmaria, as quais só foram concedidas pelas autoridades competentes após estar certificado de que pessoa alguma havia se oposto ao conteúdo dos editais públicos lançados, referentes às áreas pretendidas.

Como pioneiros ⁷, os “Alves de Rezende” se evidenciaram pelo trabalho e modo de vida, influenciando na formação social da região, contribuindo, inclusive, para o surgimento do município de Uberlândia. Na historiografia deste município constam como primeiros “entrantes”.

Folheando inventários *post mortem*, localizados no Arquivo Público de Uberaba - APU e livros de antigos assentamentos lavrados em igrejas da região do Rio Uberabinha e Rio das Velhas (atual Araguari), referentes a batizados, casamentos e óbitos, muitos deles disponibilizados no site <https://www.familysearch.org/>, verifica-se a ocorrência de seguidos casamentos consangüíneos entre as famílias dos pioneiros, resultando na permanência dos bens materiais e, de certa forma, na conservação dos costumes destas famílias.

Também, com base nestes mesmos dados, observa-se que as mulheres se casavam cedo, algumas morriam jovens, possivelmente de complicações do parto. Havia, igualmente, mortalidade infantil. Mesmo assim, as famílias compunham-se de numerosos filhos, o que acabava contribuindo para o aumento da força de trabalho familiar, uma vez que a estas estavam voltadas para as atividades relacionadas basicamente à agricultura e pecuária.

⁷ Alguns descendentes da geração pioneira – “Alves de Rezende”, após a guerra do Paraguai migram para a região de Anhanduy, próxima à então vila de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul e lá ocuparam, também, terras devolutas e formaram um núcleo, conforme descreve a escritora Agda Resende de Padua Guimarães em seu livro - “Os Rezende em Mato Grosso do Sul” Ed. UFMS, 1999. Também, no final do século XIX outros descendentes se desfizeram de suas terras no Triângulo Mineiro e foram adquirir outras no sudoeste goiano. Dai surgiu a Vila dos Mineiros, atual cidade de Mineiros.

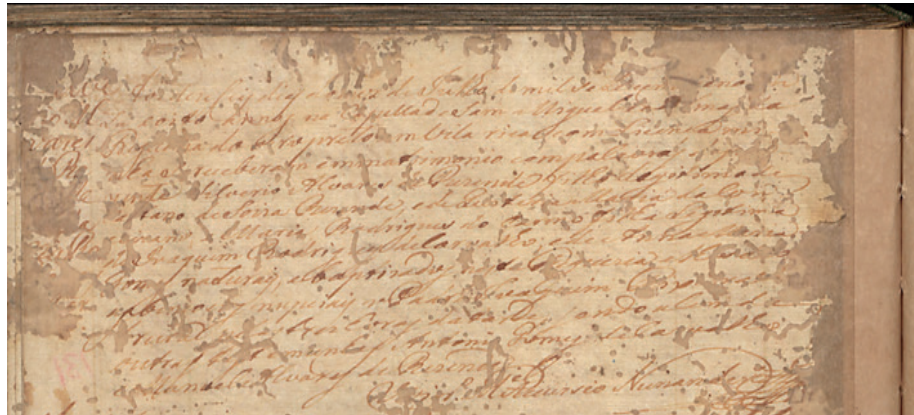
Entretanto, o memorialista Tito Teixeira em seu livro *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil*, descreve que, além das atividades primárias desenvolvidas, João Pereira da Rocha montou na Fazenda São Francisco de Assis uma rudimentar fábrica de anil, cujo produto, conduzido em lombos de burros, era vendido em São Paulo e Rio de Janeiro. Também, o jornalista Antônio Pereira (*Diário de Uberlândia*), em uma de suas crônicas, narra que atividades industriais incipientes igualmente existiam em outras fazendas, como a Boa Esperança, de Caetano Alves de Rezende. Nela se produzia açúcar, aguardente, fubá, farinha, etc, que eram levados em carros-de-bois para serem vendidos em Uberaba e no porto do Rio Grande. Quando não conseguiam vendê-los, atravessavam o rio e iam até à localidade de Casa Branca (SP), à época, um posto avançado de comercialização às margens da antiga “Estrada de Goiás, no interior de São Paulo.

Em suma, os pioneiros levavam os seus produtos para serem vendidos em diferentes praças e geralmente, retornavam com outras mercadorias de suas necessidades, como sal. Identificamos na Biblioteca Digital Luso-Brasileira/ Rede Memória (Coleção Casa dos Contos) apontamento do Administrador do “Registro” do Rio das Velhas (Posto Fiscal) - Bento José de Godoy, sobre o pagamento efetuado por Joaquim Rodrigues de Rezende ⁸, em 02-MAIO-1820, para o “direito de entradas” de trinta cargas de sal ordinário, com destino ao arraial de Meia Ponte. Saint Hilaire, em suas andanças pela região, em 1819, deparou-se com a referida aduana.

⁸ Joaquim Rodrigues de Rezende era filho de Silvério Alves de Rezende e acabou se casando, em 15-SET-1826, com Maria Cândida de Godoy, filha do Administrador do “Registro” – Bento José de Godoy

SESMEIROS DA FAMÍLIA ALVES DE RESENDE**3 II – SILVÉRIO ALVES DE REZENDE C.c MARIA RODRIGUES DO CARMO**

Silvério Alves de Resende foi batizado em 19-AGO-1767, na capela de São Gonçalo do Baçõ, filial da matriz de Itabira (Itabirito), conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (livro L9 de Batismos, fls. 188 - Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito). No casamento de um dos filhos (Rafael Rodrigues de Resende, em 1835, consta que já era falecido). Casou-se em 16-JUL-1794 com Maria Rodrigues do Carmo, filha Joaquim Rodrigues de Carvalho (falecido em Itabira do Campo, em 01-JUL-1800 e Ana Maria Gomes). A geração deste casal assinava “Rodrigues de Resende”



Casamento de Silvério Alves de Resende - <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN95-8H?i=133&wc=M5FK-L27%3A369591801%2C369591802%2C369786201&cc=2177275>

A determinação para demarcação e medição das terras pretendidas por Silvério Alves de Resende, onde se apresentou como morador, ocorreu em 24-SET-1818 (levantamento do “marco pião”). Conforme o documento, tais terras, localizadas no lugar chamado “Jordão”, na Aplicação de Santa Anna, Freguesia de São Domingos do Araxá, fazia divisa com Maria Rodrigues do Carmo (sua esposa), José Fernandes Villar e sua mulher Thómazia e, também, vertentes do Ribeirão Pizarrão. Em sentença datada em 09-MAIO-1819, o Juiz das Sesmarias

do Julgado do Araxá - Antônio da Costa Pereira, julgou a medição e demarcação das mencionadas terras, por intenção, e interpôs sua autoridade judicial para sua validação, ao tempo que mandou que se entregassem os autos ao suplicante, visando o requerimento do competente título, em face da referida sentença. (Processo de sesmaria de Silvério Alves de Rezende, oriundo do Fórum Tito Fulgêncio e localizado no arquivo da Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá)

A deliberação para a demarcação e medição das terras requeridas por Maria Rodrigues do Carmo, na paragem chamada “Bom Jardim da Estiva”, Aplicação de Nossa Senhora de Santa Ana do termo de São Domingos do Araxá, sucedeu em 22-SET-1818. Com base nas informações disponibilizadas As referidas terras confrontavam pelo sul com Francisco Gomes, com a demarcação dos índios e com terras ainda não medidas (requeridas pelo esposo - Silvério Alves de Rezende). Por meio de sentença lavrada em 25-MAIO-1819, o Juiz das Sesmarias do Julgado do Araxá - Antônio da Costa Pereira, julgou procedente a medição e demarcação das terras solicitadas e fez outras determinações de praxe. (Processo de sesmaria de Maria Rodrigues do Carmo, oriundo do Fórum Tito Fulgêncio e localizado no arquivo da Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá).

4 II – JOSÉ ALVES DE REZENDE C.c. ANTÔNIA ROZADA COSTA (meus hexavós)

José Alves de Rezende foi batizado em 19-AGO-1767 na capela de São Gonçalo do Bação, filial da matriz de Itabira (Itabirito), conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (livro 9 de Batismos, fls. 188 - Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito). Teve o inventário *post mortem* aberto em 1843, na fazenda Monjolinho, sendo inventariante a viúva - Antônia Roza da Costa, que declarou a origem e filiação do inventariado, além de relacionar os seis filhos que teve com o mesmo. Nota-se um equívoco no nome do pai do inventariado. Ao invés de constar Caetano de Souza Rezende, constou Caetano Alves de Rezende (seu irmão). Considerando a data de abertura do inventário (31-JUL-1843), que se encontra no Arquivo Público de Uberaba - APU, José viveu em torno dos 74 anos. Os filhos deste casal permaneceram com o sobrenome “Alves de Rezende”

Sua esposa - Antônia Roza da Costa nasceu por volta de 1773 e faleceu em 03-JAN-1850, na fazenda Monjolinho, município de Uberlândia/MG, onde também foi inventariada (APM). Dentre os bens deixados, chama a atenção alguns livros de cunho religioso, inclusive uma bíblia, avaliada em “um mil reis”. Pelas informações contidas no Processo Matrimonial (Congonhas - 1826), fichado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana sob nº 75.270, referente à dispensa de consanguinidade entre seu filho - Antônio Alves de Rezende e Maria

Fernandes de Rezende, foi possível verificar sua ascendência. Antônia Roza era tia da mãe da noiva - Ana Fernandes dos Santos c/c Caetano Alves de Resende, por ser irmã de Ana Rosa da Costa cc José Fernandes dos Santos.

Antônia Roza da Costa era filha de Francisco da Costa Leite⁹ e Ana Maria da Silva e neta pela parte paterna de Maria da Costa e por esta, bisneta de Manoel da Costa, da Freguesia de Santa Maria da Rifana (Arrifana) cc Izabel Dias em São Miguel de Milheirós de Poiares, em 08-MAR-1618. Era Trineta (por Manoel da Costa) de Sebastião da Costa e Guiomar Leite (Manoel da Costa era irmão de Guiomar da Costa, acostado na árvore de José Fernandes dos Santos, casado com Maria Rosa da Costa). Era trineta, também (por Izabel Dias), de Antônio Dias, do lugar de Guaiate, localidade pertencente a Milheirós de Poiares.

O pioneiro José Alves de Rezende também chegou à Farinha Podre (Triângulo Mineiro) em torno de 1818 e em seguida demarcou suas terras. A recomendação para a concessão da sesmaria aconteceu em 13-FEV-1821, por meio do despacho do Governador da Província de Minas Gerais – D. Manuel de Portugal e Castro, após não ter havido nenhuma oposição ao proposto no edital nº 112, lançado em 30-AGO-1820. Essas terras eram compreendidas de três léguas de comprimento por uma de largura, na paragem denominada “Monjolinho”, partindo pelo poente com a sesmaria já medida de Bento José de Godoy e pelo nascente pela estrada que vai para Goiás e pelo norte com o rio das Velhas e pelo sul com o rio Uberava (Uberaba) (Notação: SG-Cx.120-Doc.48 - Arquivo Público Mineiro - APM - Endereço Eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtdocs/photo.php?lid=114631>)

Existem duas versões para o nome da sesmaria de José Alves de Rezende. Na versão de Tito Teixeira (1970), o referido sesmeiro, tal como seu cunhado João Pereira da Rocha, assentou um monjolo nas proximidades de sua morada e como sua mulher ainda estava em Paraopeba, viajava com frequência até lá. Então, como indicativo de posse, deixava o tal monjolo funcionando. Na versão de Gentil Alves Pereira em sua obra: São Pedro de Uberabinha – Suas sesmarias, suas primeiras famílias e suas primeiras fazendas (1979), José Alves de Rezende montou um monjolinho para socar grãos e os viajantes que por lá andavam, achando interessante, passaram a chamá-la de fazenda do “monjolinho”.

8 II – LUCIANNALVES DE REZENDE C.c. FRANCISCO RODRIGUES RABELLO

⁹ Consta requerimento de Francisco da Costa Leite, solicitando a confirmação da carta de sesmaria de meia légua de terra em quadra na paragem do Paraopeba, freguesia das Congonhas do Campo, Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes (Biblioteca Digital Luso-Brasileira: Projeto Resgate - Minas Gerais -1680-1832

Luciana Alves de Resende foi batizada em MAIO-1778, na capela de São Gonçalo do Bação, filial da matriz de Itaubira (Itabirito), conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (livro 38 de Batismos, fls. 9 v - Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito). Seu esposo, Francisco Rodrigues Rabello, era filho de Bartolomeu Rodrigues Rabello (inventariado em 1797 - Museu da Inconfidência - Casa do Pilar - Códice 24 - Auto 258 - 1º Ofício) e Luciana Maria Monteiro, nascida em São Gonçalo do Bação em 22-DEZ-1742 e falecida em 13-JAN-1876. Francisco Rodrigues Rabello faleceu prematuramente em 14-JUL-1822, na Serra da Canastra, possivelmente em viagem. Seu inventário *post mortem*, localizado no Arquivo Público de Uberaba - APU, foi aberto em 1823 pela viúva (inventariante), que relacionou os 9 filhos tidos em comum, que receberam o sobrenome “Alves Rabelo”.

O casal chegou também à região da Farinha Podre, por volta de 1818, e acompanhou os demais familiares na demarcação de suas terras. O direcionamento para a concessão da sesmaria de Francisco Rodrigues Rabello, chamada “Rio Claro”, realizou-se em 18-MAI-1821, após os devidos procedimentos (Edital nº 54, difundido em 20-ABR-1820). Especificadas terras eram compreendidas de três léguas de comprimento por uma de largura, no “certão da farinha”, na paragem denominada Rio Claro, que confronta pela parte da nascente com a sesmaria medida ao Alferes Inácio Pires e pelo norte com o ribeirão da rocinha acima e pelo sul com a sesmaria de Caetano Alves de Rezende (Doc. 43 - SG-CX.121, localizados no Arquivo Público Mineiro - APM).

10 II - GENOVEVA ALVES DE REZENDE C.c. JOÃO PEREIRA DA ROCHA (meus hexavós)

Genoveva Alves de Resende foi batizada em 17-JUN-1783, na capela de São Gonçalo do Bação, filial da matriz de Itaubira, conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG.

Cabe destacar que o nome Genoveva foi muito utilizado pelas gerações posteriores, levando-nos a crer que tenha sido uma pessoa influente no seio familiar.

Segundo inventário *post mortem*, aberto em 1841 pelo viúvo João Pereira da Rocha, na Fazenda São Francisco de Assis, termo da Villa de Santo Antônio de Uberaba, e que se encontra no Arquivo Público de Uberaba - APU, Genoveva faleceu no dia 01-MAR-1839; portanto, próximo a completar 56 anos. Nele consta que teve com seu esposo quinze filhos. Foi sepultada no dia 02-MAR-1839 dentro da matriz de Sant’ana da Barra do Rio das Velhas (Indianópolis). Recebeu todos os sacramentos e foi encaminhada pelo vigário Fortunato Jose de Miranda Paiva,

conforme termo lavrado no livro de óbito da referida paróquia. Os filhos deste casal receberam o sobrenome “Alves Pereira”

Antes de vir para a Farinha Podre (Triângulo Mineiro), João Pereira da Rocha, em requerimento datado em 1800, visando regularização de terras em Congonhas do Campo, se apresentou como morador na Paraopeba, no sopé da serra da Boa Morte, freguesia de Congonhas do Campo. (Arquivo Público Mineiro - APM - Casa dos Contos - Notação: CC - Cx. 153 - 21516).

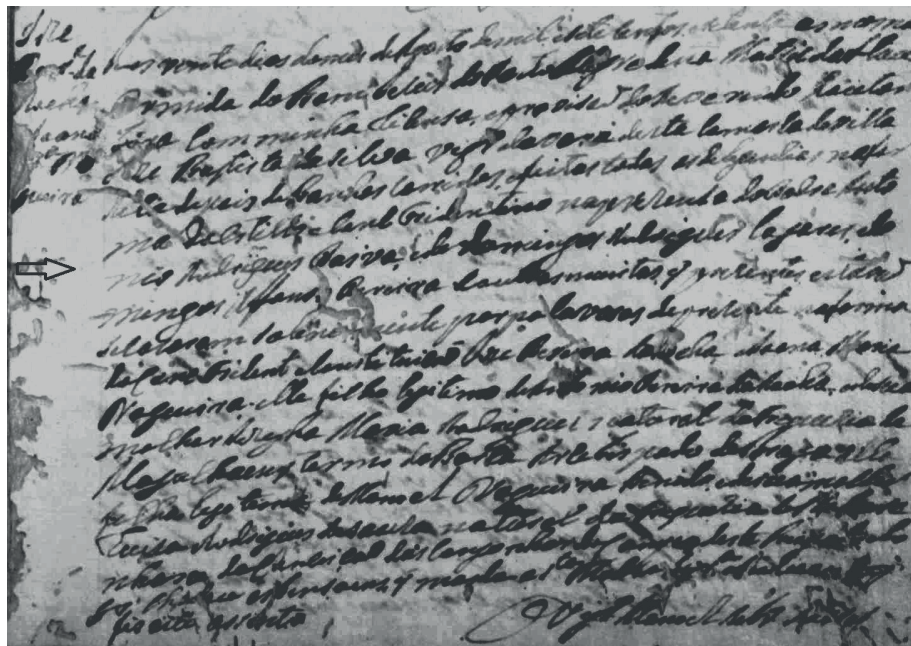
O casal chegou à Farinha Podre, por volta de 1818, apossando de terras na região entre o Rio Uberabinha e das Velhas (atual Araguari). Em 18-MAIO-1821 ocorreu a indicação para a concessão da sesmaria a João Pereira da Rocha pelo então Governador-Geral da Capitania de Minas Gerais - D. Manuel de Portugal e Castro, após não ter havido questionamentos às terras pretendidas, descritas no edital número 53, lançado em 20-ABR-1820 (Notação: SG, Cx. 121, doc. 42 -Arquivo Publico Mineiro – APM - Endereço Eletrônico : [ttp://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=113166](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=113166)).

As referidas terras foram denominadas de São Francisco de Assis em homenagem ao santo de sua predileção e eram compreendidas de três léguas de comprimento por uma de largura, na paragem denominada Joaberava legítimo (atual Uberabinha), partindo rumo do leste com a sesmaria de Bento José de Godoy, pelo rumo este com Antônio Francisco, pelo norte com o Alferes Francisco Soares Ferreira e pelo sul com o “certão inculto”. Foram nestas terras que teve início o povoamento do futuro município de Uberlândia. Consta, ainda, que em suas andanças com sua comitiva pela região, João Pereira da Rocha ainda demarcou e deu nome a outras áreas, como Fazenda Letreiro, do Salto e Estiva, que se tornaram subdivisões da São Francisco.

O desbravador João Pereira da Rocha foi batizado em 09-JUL-1774 na Ermida de Bom Jesus de Matozinho do Porto Alegre, localizada na Fazenda Porto Alegre, na Freguesia de Itaubira (Itabirito), pertencente ao seu avô - Manoel Nogueira Penido. É considerado o primeiro entrante nas terras onde hoje está localizada a cidade de Uberlândia. Chegou por volta de 1818, como Alferes (ao falecer ostentava a patente de Capitão da Guarda Nacional). Era dotado de um espírito desbravador e empreendedor. Teve posses e prestígio. Após ficar viúvo casou-se novamente com Francisca Alves Rabello, filha de Luciana Alves de Resende e Francisco Rodrigues Rabello. Faleceu por volta de 1845, já septuagenário, sendo enterrado na Aldeia de Santana do Rio das Velhas (Indianópolis). No inventário dos bens, localizado no Arquivo Público de Uberaba, aberto em pela segunda esposa, em 01-JUL-1845, na fazenda São Francisco de Assis, constam informações sobre os 15 filhos do primeiro casamento e uma filha que teve com a inventariante (menor de idade). Além destes dados, consta,

também, a sua filiação: José Pereira da Rocha e Joanna Nogueira Penido

Seu pai, José Pereira da Rocha, era natural da Freguesia de Magalhaens, Termo de Barca, Arcebispado de Braga. Era filho de Antônio Pereira da Rocha e Josepha Maria Rodrigues. Faleceu em 23-JUL-1822, sendo sepultado dentro da capela da Boa Morte, filial de Congonhas do Campo. O casamento de José Pereira da Rocha e Joana Maria Nogueira ou Joanna Nogueira Penido ocorreu na Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira do Campo, em 20-AGO-1770, sendo testemunhas Domingos Rodrigues Lagares e Domingos Afonso Pereira, conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (livro de Matrimônios - 1742 a 1801- Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito).



Casamento de José Pereira da Rocha e Joana Nogueira Penido, localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG - livro de Matrimônios - 1742 a 1801- Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito.

Sua mãe, Joanna Nogueira Penido (em alguns documentos: Joanna Rodrigues Nogueira e em outros: Joanna Maria Nogueira), nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, por volta de 1748. Faleceu em 03-DEZ-1818, sendo sepultada, também, dentro da capela da Boa Morte, filial de Congonhas do Campo. Era filha primogênita de Manoel Nogueira Penido e Luiza Rodrigues de Souza, casados em Mariana/MG em 1-AGO-1746.

Manoel nasceu por volta de 1700, na Freguesia de São Miguel de Gandra, Bispado do Porto, em Portugal e veio para Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Luiza nasceu na Freguesia de São Sebastião, Vila do Carmo, Freguesia de Congonhas do Campo/MG e foi batizada na igreja de São Sebastião, Bispado de Mariana em 25-AGO-1729. Foram moradores da Fazenda do Porto Alegre, às margens do rio Paraopeba, freguesia de Itabira do Campo e lá construíram a Ermida do Senhor Bom Jesus do Porto Alegre, local em que vários filhos e netos foram batizados. Dos filhos do casal, dois se tornaram padres: José Nogueira Penido e Manoel Nogueira Rodrigues e se destacaram em paróquias do alto Paraopeba.

Manoel ditou seu testamento na referida fazenda, já enfermo, em 15-ABR-1785. Seu inventário encontra-se no Museu da Inconfidência - Casa do Pilar (Códice 46 - Auto 501 - 2º Ofício), em Ouro Preto/MG. No referido inventário percebe-se que era fazendeiro, tinha escravos e muitas posses. O sobrenome Penido, por ele adotado, estaria ligado à terra de sua mãe – Maria Francisca Fernandes, que era da aldeia dos “Penidos”, freguesia de Santo André de Sobrado, concelho de Valongo.

Ressalte-se, por oportuno, que as informações sobre a ancestralidade de Manoel Nogueira Penido e Luiza Rodrigues Souza estão detalhadas em artigo publicado pelo confrade e parente Alan Penido na Revista ASBRAP nº 20.

10 II - CAETANO ALVES DE REZENDE C.c. ANA FERNANDES DOS SANTOS (meus hexavós)

Caetano Alves de Rezende foi batizado em 21-SET-1785, na capela de São Gonçalo do Bação, filial da matriz de Itaubira (Itabirito), conforme documento localizado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/MG (livro 38 de Batismos, fls. 63 e 63 v - Igreja N. S. Boa Viagem - Itabirito). Faleceu em 09-JUN-1856, com 70 anos de idade, no município Indianópolis e teve o inventário *post mortem*, que se encontra no Arquivo Público de Uberaba - APU, aberto em 1857, na fazenda Boa Esperança, sendo inventariante a viúva - Ana Fernandes dos Santos, que declarou a origem e filiação do inventariado, além de relacionar os 10 filhos que teve com o mesmo

Possuía a patente de Alferes. Pelo inventário, nota-se que foi um homem de posses e também de prestígio, pois era sempre chamado para ser padrinho de batismo e testemunha de casamentos. Relata o jornalista Antônio Pereira (Diário de Uberlândia), em uma de suas crônicas, que Caetano atuava também como boticário na Aldeia de Sant’Anna (Indianópolis), medicando a população com homeopatas vindas da localidade de Casa Branca, à época, um posto avançado de

comercialização às margens da antiga “Estrada de Goiás”, no interior paulista. Os filhos deste casal receberam o sobrenome “Fernandes de Rezende”

Caetano Alves de Rezende, assim como os demais membros da família, chegou à Farinha Podre (Triângulo Mineiro) por volta de 1818 e foi demarcando suas terras. Embora não tendo localizado nos arquivos públicos respectivos a documentação concernente à sesmária destinada a Caetano Alves de Rezende, é possível constatar, com base nas concessões dos outros membros da família, que os procedimentos para a sua outorga ocorreu na mesma época das outras e, também, que referidas terras, denominadas de Boa Esperança, confrontavam com a sesmária de Francisco Rodrigues Rabello, que, por sua vez, vizinhava com as terras do Alferes Inácio Pires de Miranda, que se situavam na paragem chamada “Ribeirão da Caxoeira” e tinha como referências, do “marco pião” para o leste “um capão de mato que fica na beira do Rio das velhas acima de onde faz barra com o Quebranzol”. Rumo oeste, “..até a margem de campo serrado vertente do Rio Claro” (Processo de sesmária do Alferes Inácio Pires de Miranda, oriundo do Fórum Tito Fulgêncio e localizado no arquivo da Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá). Ressalte-se que parte das terras da Fazenda Cachoeira foi, por volta de 1850, negociada pelos herdeiros do Alferes Inácio Pires de Miranda com Caetano Alves de Rezende.

Sua esposa - Anna Fernandes dos Santos nasceu em Congonhas do Campo e foi batizada em 08-ABR-1788, na igreja de Nossa Senhora da Consolação. Sua morte ocorreu após 1857 (início do inventário). Com base no Processo Matrimonial (Congonhas - 1786), fichado no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana sob nº 129404, Ana Fernandes dos Santos era filha de José Fernandes dos Santos (nascido em 22-JUL-1755, em São João da Madeira, Bispado do Porto - Portugal) e de Maria Rosa da Costa (nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo), irmã de Antônia Roza da Costa, mulher de José Alves de Rezende.

Com base nestes achados e informações disponibilizadas no Arquivo Distrital de Aveiro (Portugal), sabe-se que era neta, pela parte paterna, de Salvador da Silva Fernandes, da Freguesia de São João da Madeira e de Joana Maria dos Santos, casados na mesma freguesia em 29-JUL-1753. Era bisneta (por Salvador), de Manoel Fernandes (da Freguesia de São João da Madeira) e de Domingas Moutinha (da Freguesia de Escapaens). E, pela parte de Joana, era neta de Manoel dos Santos (da Freguesia de Arrifana) e de Anna Dias (da Freguesia de Macieira de Sarnes). Era bisneta (por Manoel dos Santos), de outro de mesmo nome e Guiomar da Costa e trineta, por esta, de Sebastião da Costa e Guiomar Leite.

Pela parte materna era neta de Francisco da Costa Leite e Ana Maria da Silva e bisneta (por Francisco da Costa), de Maria da Costa e por esta, trineta de Manoel

da Costa, da Freguesia de Santa Maria da Rifana (Arrifana) cc Izabel Dias em São Miguel de Milheirós de Poiares, em 08-MAR-1618. Era tetraneta (por Manoel da Costa) de Sebastião da Costa e Guiomar Leite (Manoel da Costa era irmão de Guiomar da Costa, acostado na árvore de José Fernandes dos Santos, casado com Maria Rosa da Costa). Era tretraneta, também (por Izabel Dias) de Antônio Dias, do lugar de Guaiate, localidade pertencente a Milheirós de Poiares.

João de Deus de Albuquerque Fernandes, e de
 sua mulher Izabel Dias por Santos de João
 e Maria dos Santos do lugar da freguesia desta freguesia
 de São Pedro da Madeira, neto pela parte paterna de
 Manoel Fernandes natural desta freguesia, e de
 Domingas Moutinho natural da freguesia de
 Escalvados, e pela materna de Sebastião dos San-
 tos natural da freguesia de Arrifana de Santa Ma-
 ria, e de Anna Dias natural da freguesia de Mali-

de Madeira de Sarnes, que se avoventou
 aos dias de antes de julho de mil e setenta e
 vinte e cinco, e sendo for baptizado nos ta-
 pa e paróquia dos ditos de João por triplicado
 de ditos nomes, e em nome de João de Deus
 e Padre Manoel de Souza de S. Maria de freguesia
 de Milheirós de Poiares, e sendo testes
 Manoel dos Santos e Anna Dias; e por testes
 Manuel Manuel Ferreira e António Ferreira
 João de lugar das freguesias desta freguesia, de
 que for este for nome que se fize
 e João Gomes de Barros
 Manoel Ferreira de S. João de freguesia

Batizado de José Fernandes dos Santos – Documento digitalizado – (PT-ADAVR-PVFR14-1-1_m0138.tif), Paróquia de São João da Madeira, disponibilizado pelo Arquivo Distrital de Aveiro – Portugal (<http://digitarq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1260463>)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves Carrijo – Pesquisa Sílvia Buttros, disponível em www.projetocompartilhar.org
- Arquivo Público de Uberaba – APU Inventários *post mortem* – Uberaba/MG
- Arquidiocese de Mariana – Livros de Matrimônios, Batismos e Óbitos – Mariana/MG
- Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência de Ouro Preto – Inventários *post mortem* – Ouro Preto/MG
- Arquivo Público Mineiro- APM – Casa dos Contos - Belo Horizonte/MG
- Arquivo Distrital de Aveiro. Portugal – Livros de Matrimônios, Batismos e Óbitos
- Arquivo Distrital do Porto. Portugal - Livros de Matrimônios, Batismos e Óbitos
- Arquivo Nacional Torre do Tombo. Portugal - inquisição
- Fundação Cultural Calmon Barreto, Inventários *post mortem* -Araxá/MG,
- Rezende, Agda de Pádua Guimarães. Os Resende em Mato Grosso do Sul – Edição própria – 2008
- Pereira, Gentil Alves. São Pedro de Uberabinha – Suas sesmarias, suas primeiras famílias e suas primeiras fazendas (1979),
- Teixeira, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil - Uberlândia Gráfica, 197
- Pereira, Antônio. Jornal Diário de Uberlândia – crônica da cidade
- Revista ASBRAP

A IMIGRAÇÃO CROATA NO BRASIL ATRAVÉS DA FAMÍLIA FUŠEK MARKO

Renato de Lucca

Resumo: *Primeira fase da imigração croata no Brasil tendo como referência a família Fušek Marko.*

Abstract: *First phase of Croatian immigration to Brazil using Fušek Marko family as a reference.*

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Milan Puh pelo incentivo e orientações, ao Felipe Martins Francisco, Rodrigo dos Santos Martins e Daniela B. Martins (família Fušek Marko) pela participação nas pesquisas, juntamente com Antônio Dias Dendevez 'Toni' e Cleiton Navarro por pesquisas genealógicas, Prof. Nilson Roberto Rodrigues e Roberto Fortes pelas fontes bibliográficas sobre Pariquera-Açu, à Jelena Pleša e Slavko Hohoš por terem cedido um rico material sobre geografia, sobrenomes croatas, Eslavônia e os eslovacos na Croácia.

Apresentação

Tendo em vista o aumento da procura por informações históricas e culturais da Croácia, em especial por aqueles com ascendentes em países membros do antigo Império Austro-Húngaro, aliado ao fato da escassez de trabalhos publicados nesta área devido à sua complexidade ou à indisponibilidade de literatura, apresento de forma concisa elementos que definem a situação da Croácia desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Este período compreende sua primeira fase de imigração ao Brasil, bem como as características do "austríaco-croata" e o estabelecimento destes em São Paulo, em especial no núcleo colonial de Pariquera-Açu. Utilizo como modelo uma família de emigrantes da Eslavônia, região no leste da Croácia, porém, o artigo menciona fatos históricos mais abrangentes para que outros pesquisadores possam ter uma visão geral das origens, destinos e características destes imigrantes no intuito de localizá-los no Estado de São Paulo.

Introdução

O escopo abrange o período histórico da primeira fase da imigração croata no Brasil, que corresponde à última década do século XIX até 1918, quando a primeira leva de imigrantes croatas veio como súditos do Império Austro-Húngaro identificados genericamente como austríacos. Portanto, o objetivo deste artigo é apontar algumas famílias que migraram, suas origens e destinos, utilizando como modelo uma família croata. A importância deste artigo não se restringe à divulgação de uma linhagem familiar, mas trata-se de um trabalho de pesquisa e consolidação de dados históricos e estatísticos, mapas, baseado em fontes primárias, relatos inéditos de imigrantes e livros já consagrados, como por exemplo, o livro do Prof. Dr. Milan Puh intitulado “*Croácia no Brasil até 1918: Primeira fase de imigração*”. Trata-se de referência de grande importância tanto pela contextualização da Croácia no cenário político que impulsionou a sua imigração, quanto por apresentar estatísticas e elementos que ajudam na identificação dos croatas. Foram também consultados alguns livros raros e históricos a respeito da colônia e imigrantes de Pariqueira-Açu, uma vez que se tratava de um destino de imigrantes da Croácia que fugia um pouco da rota tradicional de cidades do interior do Estado de São Paulo. Foi oportuno receber de dois pesquisadores residentes naquele país alguns artigos ou seus próprios livros sobre o estudo de sobrenomes croatas e as distintas comunidades étnicas que habitam na Croácia há séculos, mas com identidade própria. E por fim, dedicamos uma seção para a genealogia desta família, a qual trouxe à luz algumas revelações interessantes, e sugerimos a prévia leitura do perfil de Adam, Sofija e filhos, para uma melhor contextualização.

Situação da Croácia no século XIX / XX

Nossa meta principal não é entrar em peculiares detalhes históricos, mas apresentar de forma didática e concisa os acontecimentos mais importantes em ordem cronológica para melhor compreensão da história da imigração croata e seus desdobramentos sociais.

A história da Croácia, desde a segunda metade do século XIX até 1918, é inseparável da história do Império Austro-Húngaro, cujos acordos multinacionais, as disputas de interesses e a passagem do feudalismo¹ para o capitalismo em 1848 na Croácia, foram o estopim para sua emigração em massa. Este acontecimento impulsionou seus habitantes ao longo das décadas seguintes a deixarem as terras

¹ Entende-se por feudalismo a relação legal que perdurou até 1848 na Croácia a qual subordinava os servos ao seu senhor proprietário da terra, condição que dificultava grandes deslocamentos populacionais emigratórios.

que habitavam há séculos para se aventurarem em novas áreas, uma vez que não se sentiam mais obrigados a permanecer nas terras de proprietários feudais. Este desejo de melhores condições de vida ocasionou um deslocamento interno populacional para as cidades.

Ainda assim, a situação do camponês² croata não mudou drasticamente, pois a terra liberada não foi adequadamente distribuída pelo governo para a população. Os antigos feudais e senhores das terras ficaram com toda a terra que não estava sendo cultivada diretamente pelos agricultores-servos, incluindo pastos e florestas. Se um trabalhador rural quisesse ter posse dessas terras para uma plantação de vinho, por exemplo, tinha que comprar do antigo senhor. Por ser um pequeno proprietário seus rendimentos raramente permitiam poupança, levando-o a se endividar na tentativa de conseguir aumentar a sua propriedade rural, pois o pagamento só podia ser feito em dinheiro nos primeiros anos após o fim do feudalismo (1848-1853). Posteriormente o Estado começou a auxiliar os camponeses que, mesmo assim, não conseguiam se apropriar de modo significativo da terra que estava à disposição. Às vezes, perdiam o que possuíam por conta de prestações altas que não conseguiam pagar, provocando o endividamento dos agricultores, principal causa da emigração desta época.

As características geográficas de regiões como a Eslavônia e a Croácia central e o fato de 80% da população viver de agricultura, fizeram com que a Croácia não conseguisse absorver essa massa populacional no seu meio urbano. Conforme já sabemos, junto a isso havia a necessidade de países como o Brasil e a Argentina receberem agricultores europeus, sendo conveniente a Croácia se libertar da massa rural descontente com o seu governo.

Antes de aprofundarmos no assunto, apresentamos a seguir alguns mapas³ para melhor compreensão do universo em que a Croácia estava inserida no período tratado pelo artigo. No primeiro, vemos a Croácia dentro do Império Austro-Húngaro, cujo território atualmente engloba a Áustria⁴, Hungria, República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia (Voivodina), Itália (Trento, Alto Adige, Bacia de Tarvisio, Friuli Oriental e Províncias de Trieste e Gorizia), Montenegro (Boka Kotorska), Romênia (Transilvânia, Banat Oriental e Bucovina do Sul), Polônia (Galiza Ocidental), Ucrânia (Rutênia, leste da Galiza e norte da Bucovina). Os demais mapas mostram as suas cinco macrorregiões histó-

2 PUH, Milan. *Imigração como relato: experiências de viajantes croatas*. São Paulo: E-artigos, 2018, pág. 146, DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v5i5p139-172

3 Os mapas foram gerados pelo autor utilizando exemplos pré-existentes nos sites Berndts' Travel Site, On-Croatia.com e da ONU, mantendo idioma inglês para possíveis leitores estrangeiros.

4 TIKKANEN, Amy. *Austria-Hungary*, Chicago: Encyclopædia Britannica Inc. Corporate Site, 2019, acessado em 12-JUN/2020, disponível em: <https://www.britannica.com/place/Austria-Hungary>

ricas da Croácia e as principais cidades mencionadas neste artigo.



Por volta de 1806, época da Revolução Francesa, a cidade de Dubrovnik optou por render-se ao exército de Napoleão que estava em guerra com os Habsburgos⁵, tendo conquistado a Ístria e quase toda a região da Dalmácia, ane-

⁵ Os Habsburgos foram uma família real de origem alemã que governou a Áustria desde

xando-os ao Reino da Itália⁶. A presença francesa deixou um legado cultural e de construções importantes, sendo que algumas perduram até hoje na região de Pula. Mais tarde, em 1813, quando o general austríaco L. Nugent Westmeath se viu cercado pelo exército francês ao tentar reconquistar a Ístria, o capitão croata Josip Lazarić⁷ organizou uma revolta com camponeses da Ístria e outros cinquenta e cinco soldados retomando o controle sobre esta região em apenas dez dias, sendo premiado por bravura. Alguns anos mais tarde recuperaram também a região de Rijeka, elevando a região ao status de “Reino da Ilíria”.

Nos anos 1830 houve um Renascentismo Nacional da Croácia marcado pelo surgimento de diversas instituições croatas, como a biblioteca nacional, pela publicação do acordo ortográfico da língua croata e pelo protagonismo de Ljudevit Gaj, o que contribuiu ativamente para o ressurgimento da identidade croata e da sua vida política e cultural. Este ícone também inaugurou um jornal com viés político chamado “Notícias Croatas”, auxiliando no processo de disseminação da política, cultura e informação, bem como no processo de unificação linguística

Abrindo um pequeno parêntesis, a língua croata tem a mais longa tradição escrita de todas as línguas eslavas do sul, com documentos como a Tabuleta de Baška que data de antes do ano 1100 D.C. A moderna língua padrão é baseada no dialeto *htokaviano*. Há dois outros dialetos, o *tchakaviano*, falado na Ístria e na Dalmácia, e o *kaikaviano*, falado na região de Zagreb. Estes ficaram na função de dialetos regionais, enquanto o primeiro foi elevado à padronização e ao nível nacional⁸.

Retornando ao processo de renascimento, este não foi uniforme, pois havia mais de uma vertente no sentimento de formação nacional, como o liderado pelo Conde Janko Drašković, que pretendia formar pensadores para um futuro levante para unificação dos eslavos, mostrando que os croatas eram muito divergentes quanto ao caminho seguir. Neste contexto, existiam outras propostas contrárias à unificação cultural, ideológica e linguística da Croácia, vinda de países externos como a Áustria, Hungria e Itália.

final do século XIII até 1918. Seu domínio se estendeu também a muitos outros países como República Tcheca, Hungria e Espanha. Em 1867 o imperador Habsburgo dividiu seu império com a Hungria e o novo estado chamou-se Império Austro-Húngaro, aniquilado em 1918 (Britannica Escola, “Habsburgos”, acessado em 27-MAI-2020 em <https://escola.britannica.com.br/>)

⁶ *Le Province Illiriche: Cenni storici Più dettagliatamente*. Pazin: Istarska županija, 2010, acessado em 12-JUN-2020, disponível em:

<https://www.istra-istria.hr/index.php?id=731>

⁷ Hrvatska Enciklopedija. *Josip Lazarić*, Zagreb: Leksikografski zavod Miroslav Krleža, 2020, acesso em 27-MAI-2020, disponível em:

<https://www.enciklopedija.hr/natuknica.aspx?id=35702>

⁸ Para maiores detalhamentos da história da língua croata indico a leitura do livro “Croácia no Brasil entre 1918 e 1941: segunda fase de imigração”, de Milan Puh.

Continuando a abordagem histórica, por volta de 1840, no então chamado Reino da Croácia e Eslavônia, havia disputas em diversos planos com a Hungria, que exigia que o idioma húngaro fosse oficializado nos escritórios públicos e escolas da região, sendo isso rejeitado pelo Rei Ferdinand V, causando mais abalo na relação Croácia-Hungria. Entre 1851 e 1859 o processo de autonomia croata sofreu grande abalo, pois o conde austríaco Alexander Bach assumiu o posto de ministro do interior, impondo censuras como a substituição do sistema de governo para um regente imperial, a divisão da Croácia em cinco distritos, a introdução forçada do idioma germânico como língua oficial nos meios administrativos e instituições de ensino e o banimento da bandeira croata.

Em 1860 o Imperador Francisco José I da casa dos Habsburgos aboliu o absolutismo e reinseriu a constituição da Croácia e Hungria, reintroduzindo o idioma croata no ensino e na vida pública como resultado das demandas intensas dos croatas já envolvidos com o projeto de constituição nacional. Este despertar⁹ de consciência nacional na região litorânea da Croácia, que ficou sob comando direto da corte austríaca, teve como consequência uma disputa entre italianos e eslavos pelo domínio sobre Ístria e Dalmácia. Neste último local os italianos foram reduzidos por esse conflito. Mesmo anos mais tarde, em 1909, a língua italiana foi proibida nos edifícios públicos e os italianos foram expulsos das administrações municipais.

Em 1870 a região fronteiriça da Eslavônia finalmente foi desmilitarizada e por volta de 1881 foi incorporada ao Reino da Croácia e Eslavônia. O final do século XIX foi marcado pelo advento de avanços tecnológicos com a inauguração da primeira hidroelétrica em 1895, o primeiro telégrafo e a primeira estação telefônica em 1889.

Neste período de maior autonomia, inaugurado pelas políticas do Imperador Francisco José I, desejava-se cada vez mais a busca por um estado autônomo croata dentro do Império Austro-Húngaro. Assim, em 1904, os irmãos Antun e Stjepan Radić fundaram o “Partido Campesino Croata” que buscava a união de todos os territórios croatas dentro do império, sendo ele formal crítico contra a emigração, publicando diversos artigos jornalísticos sobre a situação do agricultor croata, criando a hipótese de que a perda de população adulta croata resultaria na chegada de milhares de colonos germânicos e húngaros em seu lugar, o que já estava sendo colocado em prática naquele momento.

Após a primeira década do século XX o mundo se viu mergulhado nas sombras da Primeira Guerra Mundial, que teve como estopim o assassinato de Francisco Fernando pelo nacionalista sérvio Gavrilo Princip em 28-JUN-1914 na cidade de Sarajevo, Bósnia e Herzegovina. Um mês após o ocorrido, o Império ⁹ *Italiani di Croazia*. Wikipedia, 2020, acessado em 12-JUN-2020, recomendado pela Comunità degli Italiani di Visinada, disponível em: https://it.m.wikipedia.org/wiki/Italiani_di_Croazia?fbclid=IwAR3W-iA7QHUL55w-0qREU4S8ZFhBaZ2vVREmdOLoG2SZQh5SaDSR3YsW0W-E

Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia, iniciando assim os conflitos. De um lado estava a Sérvia, um país vitorioso contra a Turquia na Guerra dos Balcãs em 1912-1913, e do outro lado o império que buscava aumentar posses territoriais no leste e os recursos minerais da região balcânica. A Croácia, como membro do Império, lutou ao lado da Tríplice Aliança (Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Reino da Itália) contra a Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo). Os conflitos se prolongaram até 11-NOV-1918, dia conhecido como “Dia do Armistício”, com a assinatura do Armistício de Compiègne, tratado assinado entre a Tríplice Entente e a Alemanha na cidade francesa de Compiègne, marcando o final da Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, ocorreu a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (futuro Reino da Iugoslávia em 1929), sendo importante mencionar que, devido a tantas instabilidades desde o início do século XIX, sempre houve um grande deslocamento populacional, especialmente nas regiões da Eslavônia e Dalmácia em função da fronteira com a Hungria.

A primeira fase da imigração (Até 1918)

Uma vez apresentado o cenário social e geopolítico em que se encontrava a Croácia, discutiremos sobre os acontecimentos históricos da primeira fase da imigração, suas origens e destinos, números dos deslocamentos e desdobramentos na Croácia e Brasil.

Diferente do que se pode imaginar, a primeira fase da emigração croata não foi somente por motivos econômicos, como tem sido colocado por muitos estudiosos do assunto, mas devido às decisões políticas nacionais e internacionais que influenciaram diretamente na vida econômica dos croatas. Outro fato interessante é que a emigração não provinha majoritariamente do seu litoral. Por outro lado, como em muitos outros países europeus, também existiu na sociedade croata um forte sentimento de “fazer a América” e conquistar a sua própria terra, que se agregava à já mencionada real necessidade financeira. Houve na época grandes e articuladas agências de propagandas que tiveram um grande papel no despertar de necessidades e desejos de emigração.

Ljubomir Antić, um grande especialista da emigração croata desta primeira fase, escreveu um importante artigo publicado muitos anos atrás no jornal da SAIUG (Sociedade Amigos da Iugoslávia), atual SADA (Sociedade Amigos da Dalmácia) apresentando os primórdios da presença croata em São Paulo. Nesta publicação ele diz que a imigração mais intensa dos croatas na América Latina iniciou-se na década de 1880 na Argentina, Chile, Bolívia e Peru. Segundo recentes estimativas¹⁰ do governo croata estes países possuem atualmente cerca de 10 NUKIC, Ina. *Croatia's Government Turning A Deaf Ear To Concerns From Diaspora - Third Meeting of Croatian Government's Advisory Council for Croats living outside*

250.000, 200.000 e 14.000 (referente à soma de Bolívia e Peru) croatas e seus descendentes. Apenas para fins comparativos, outros países receptores são os Estados Unidos com 1.2 milhões, Canadá com 350.000, Venezuela, Equador e Paraguai somando 18.000, países do sul da África com 25.000, Austrália com 350.000 e Nova Zelândia com 100.000 croatas.

Apesar de o Brasil ser o maior país da América do Sul e Central, não atraiu em larga escala os imigrantes croatas em sua primeira fase. A forte exploração inicial dos imigrantes nas fazendas paulistas fez com que se propagasse no exterior que tal situação era permanente, afetando a vinda dos croatas ao país. Sabendo deste cenário os jornais na Croácia desaconselhavam a mudança ao Brasil, unindo-se a eles jornais de outros países.

É importante relatar que a emigração começou primeiro no Reino da Dalmácia, aonde chegou a ter proporções massivas. Sua economia no século XIX se desenvolvia lentamente em meio a diversas crises já mencionadas durante o período de Renascimento Nacional Croata. A região somente era interessante para a monarquia como ponto militar estratégico e sua política visava deixá-la assim. A maioria das propriedades era de pequena extensão e quem possuía grandes fazendas eram comerciantes que investiam na compra da terra e as alugavam aos camponeses sem terra para fins de cultivo, integrando o sistema de colonato. Em sua maioria era aplicada a monocultura para produção de vinho, tendência forte nas ilhas e região litorânea. Por falta de terra arável e produtiva, o dalmata tinha que comprar a maioria dos seus alimentos e suprimentos.

Em relação aos Reinos da Eslavônia e da Croácia, sua emigração massiva teve outras razões e aconteceu depois da região da Dalmácia, iniciando-se por volta de 1890, época do *ban*¹¹ (a mais alta autoridade estatal da Croácia e da Eslavônia nomeada pelo rei) Khuen Hedervary. Nessa época houve uma política de favorecimento ao Reino da Hungria em detrimento de outros reinos, direcionando 55% dos impostos croatas para projetos compartilhados entre os dois países, em que a elite húngara tinha maior representatividade e poder. Como consequência, houve falta de investimentos nas cidades ocasionando um crescimento lento.

Durante o século XIX¹², um número considerável de artesãos italianos

Croatia, Varaždin: Croatia the war and the future, 17-NOV-2019, acesso em 20-DEZ-2019, disponível em <https://inavukic.com/2019/11/17/croatias-government-turning-a-deaf-ear-to-concerns-from-diaspora/>

11 Enciclopédia croata edição online. *Ban*, Zagreb: Lexicographic Institute Miroslav Krleža, 2020, acesso em 10-JUN-2020, disponível em:

<http://www.enciklopedija.hr/Natuknica.aspx?ID=5627>

12 *Croatizzazione*. Wikipedia, 12-ABR-2020, acessado em 12-JUN-2020, recomendado pela Comunità degli Italiani di Visinada, disponível em:

https://it.m.wikipedia.org/wiki/Italiani_di_Croazia?fbclid=IwAR3W-ia7QHUL55w-

mudou-se para viver em Zagreb e Požega (Eslavônia), onde muitos de seus descendentes ainda vivem. Os croata-italianos passaram por um processo de “croatização” nos últimos dois séculos. Esse processo foi contundente, especialmente na Dalmácia onde, em 1865, os censos austríacos registraram 55.020 falantes de italiano, equivalentes a 12,5% do total, reduzidos em 1910 para 18.028 (2,8%). Por outro lado, as regiões da Ístria e Rijeka receberam maiores investimentos e crescimento econômico devido ao interesse austríaco em desenvolver sua frota comercial em virtude do porto de cargas em Rijeka e do porto de passageiros em Trieste, bem como sua frota militar localizado no porto na cidade de Pula. Devido ao crescimento econômico das cidades litorâneas, o excesso de população agrícola que não conseguia viver da terra mudou-se para esses centros urbanos, desfavorecendo uma maior emigração para fora da Croácia neste período. Na revista “Zadrugar” de 1913 menciona-se que na região da Dalmácia havia municípios com fortes emigrações, como em Makarska, Supetar, Hvar, Korčula, Dubrovnik e Kotor, sendo que nestas cidades, ao longo de 30 anos de emigração, houve uma melhora de vida aos que permaneceram na região, já que se libertaram do sistema de colonato, aumentaram suas propriedades e conseguiram poupar dinheiro, o que mostra o outro lado da emigração e seus efeitos no país de origem. Em relação aos municípios ou regiões com fraco índice de emigração estavam Split, Benkova, Knin, Metković, Sinj, Šibenik e Zadar.

Outro fator gerador de emigração foi a Cláusula do Vinho, um acordo comercial realizado em 1891 entre o Império Austro-Húngaro e a Itália, com o interesse político em atrair a Itália como membro da Aliança Tripartite, no qual foram reduzidos os impostos para importação dos vinhos italianos que eram de qualidade superior, cujos gastos com transportes eram menores e tinham maior rentabilidade, passando a dominar o mercado do império. Para piorar a situação, os franceses que antigamente compravam o vinho da Dalmácia para completar sua baixa produtividade, conseguiram retomar a produção de vinho nas últimas três décadas do século XX. A Dalmácia, com sua monocultura da uva, não conseguiu como província do império impedir a assinatura do contrato e, dessa forma, tanto a procura interna e externa diminuíram causando transtornos econômicos nesta região litorânea croata.

Ainda no século XIX, outro motivo que impulsionou a emigração foi a Legislação Trabalhista Agrícola de 1898 que sujeitava os trabalhadores a diversas obrigações perante o Estado. Isto interferiu nas cooperativas familiares, cuja importância era grande na cultura croata, causando¹³ desestruturação com a dimi-

0qREU4S8ZFhBaZ2vVREmdOLoG2SZQh5SaDSR3YsW0W-E

13PUH, Milan. *Croácia no Brasil até 1918: Primeira fase de imigração*, São Paulo: Milan Puh(Org.); Rafael Padula Maradei, Roger Cavalheiro Silva, 2017, pág.147

nuição das terras disponíveis para cultivo. Essa estrutura social tribal privilegiava as relações entre os membros da extensa família que se ajudavam, difundida desde a chegada dos eslavos, e que entrou em decadência no final do século XIX devido ao liberalismo que corroía as relações familiares tradicionais, provocando muitos deslocamentos internos e fora dele. Além disso, naquela época havia uma nova lei da emigração italiana que não exigia que os estrangeiros apresentassem o passaporte, documento mais difícil de ser concedido, permitindo que os croatas saíssem com outros documentos, mesmo após a proibição da emigração pelo governo croata em 1897, que não impediu totalmente as emigrações. Desde 1893 a emigração já estava sob supervisão da polícia e a partir de 1898 os governantes croatas decretaram a coleta de estatísticas a respeito da emigração. Em 1901 saiu um decreto que regulava a venda de passagens pelas agências de viagens e proibia qualquer tipo de persuasão por meio de folders, itinerários e materiais de propaganda.

Um motivo menos conhecido e distinto do fator político-econômico que impulsionou a emigração é que a sociedade croata tem um histórico de deslocamentos internos e externos, possibilitando novas mobilidades em cadeia com mais facilidade. Outro motivo interessante está relacionado a uma tradição milenar croata de viajar e servir em diferentes companhias de navegação, possibilitando que o povo tivesse contato além das suas fronteiras comuns, uma vez que possivelmente tinham algum familiar ou conhecido residindo no exterior.

Para o público estrangeiro que não têm intimidade com a história da imigração no Brasil vale a pena comentar resumidamente que, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram as primeiras leis sobre a imigração que visavam à captação de mão de obra estrangeira a fim de suprimir a futura escassez de braços escravos nas lavouras. O país, por intermédio de agentes captadores na Europa, trabalhou por muitos anos com forte propaganda de imigração. Paralelamente ao processo de abolição da escravidão que se finalizou na década de 1880, o Brasil passou a favorecer ativamente a imigração, proporcionando passagens subvencionadas ou gratuitas para imigrantes europeus, bem como concretizando a fundação da Sociedade Promotora de Imigração que fomentava a entrada dos imigrantes, especialmente ao sudeste brasileiro. O Estado de São Paulo, por exemplo, optou em 1893 por manter a imigração subvencionada, pagando pela vinda desses imigrantes para a lavoura paulista. Em 1888 já havia sido construído na cidade de São Paulo um dos pontos mais marcantes na vida dos ancestrais de muitos paulistas e paulistanos: a Hospedaria dos Imigrantes do Brás. Após o desembarque¹⁴ no porto de Santos os imigrantes eram transportados de trem até a Hospedaria dos Imigrantes na capital, onde os que não possuíam um contrato prévio de trabalho eram

14 HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo: 1880-1889 Os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

matriculados e abrigados por um período não superior a oito dias, até que as autoridades escolhessem uma cidade de destino com um posto de trabalho definido

Esta primeira fase de imigração croata também ficou conhecida pelo senso comum de “segunda escravidão”, pois a maioria dos croatas chegados entre 1880 e 1918 vinha de uma estrutura social marcada pelo feudalismo e sua servidão, integrando um quadro brasileiro de recém-libertação dos escravos, mostrando atitudes escravistas agora aos imigrantes. A mesma tendência continuou nos anos 1920, durante a chamada segunda fase da imigração, encerrando-se nos anos 1930 com a instauração do regime de Getúlio Vargas que começou a incentivar a economia nacional, a industrialização e a urbanização.

Através do livro do prof. Milan Puh, que exemplifica a emigração croata através de relatos dos próprios, vemos que esta emigração teve um ápice no ano de 1897, quando foi proibida em função da exploração. Houve propaganda emigracionista, realizada por grandes companhias de navegação para atrair imigrantes com condições que pareciam perfeitas para um agricultor empobrecido croata que recém tinha deixado de ser servo, reforçando a imagem de uma terra de oportunidades sem grandes investimentos. Já na Europa os propagandistas italianos, austríacos e alemães, contratados pelas grandes companhias de navegação faziam circular cartas, publicação em jornais e chamadas oferecendo travessias gratuitas ao Brasil, além de oito hectares de terras para cada família, com direito a uma casa provisória, equipamentos para a agricultura e pagamento parcelado em até dois anos. A propaganda enganosa foi tão significativa e perceptível que o governo croata teve que propor uma legislação para reprimir os agentes. Os croatas mais afetados foram aqueles das regiões agrícolas mais empobrecidas da Croácia, onde seus habitantes venderam casas e terrenos inteiros para a compra da passagem até algum grande porto e pagamento dos agentes organizadores da viagem.

Existem relatos documentados e relatórios policiais croatas que mostram que houve imigrantes croatas que uma vez chegados ao Brasil não quiseram ou não conseguiram permanecer, retornando meses depois à Croácia e denunciando a exploração a que foram submetidos, acarretando na proibição temporária pelo governo austríaco de novas emigrações ao Brasil no final do ano de 1897. Em um destes relatórios havia uma lista elaborada pelo consulado do Império Austro-Húngaro com o nome de 200 imigrantes em sua maioria croatas, com alguns eslovenos, húngaros e sérvios, que seriam encaminhados para a formação de uma colônia no Rio Grande do Sul.

Estabelecimento dos croatas no Brasil

Não há dados concretos a respeito da data de chegada dos primeiros croatas ao Brasil como imigrantes. Algumas fontes, como as do Cônsul Venceslau Paeta, apontam para a metade do século XIX. Outro membro destacado da co-

munidade, Dušan Tvrdoreka, mencionou que havia cinco imigrantes em 1891 e no ano seguinte oito deles vivendo na própria cidade de São Paulo, o que indica que a cidade de São Paulo não era o principal destino da maioria dos imigrantes, que se apresentam em maior número só nos anos 1920. O próprio Venceslau Paeta foi viver em São Paulo no ano de 1891 com seu parente e farmacêutico, Tito Srdoč, desembarcado em 1886, época em que havia apenas mais um croata de seu conhecimento, Petar Ivanjko. No ano de 1893 chegam à cidade de São Paulo Djuro Kraljević, Mirko Hibšer, Stipan Gradac, Pasko Baranović, Pavao Luketin e poucos outros. Diz Paeta que, ao chegar novos croatas, estabeleciam contato e acabavam trabalhando na mesma fábrica onde tomavam as refeições e possuíam um quarto e refeitório em comum, vivendo como uma família. Liam poesias e tocavam tambura, instrumento de cordas típico da Croácia e sua região. Em 1895 esta fábrica foi liquidada e foram trabalhar na fábrica Bavária, que veio a acolher os que chegaram posteriormente. Com o aumento no número de imigrantes e por não terem uma organização própria, os croatas se associaram ao “Viribus Unitis”, uma sociedade austro-húngara. No começo do século XX, Mirko Hibšer, Peroslav Hibšer e Franjo Turk organizaram um conjunto instrumental e de canto em 1902. Mais tarde em 1907 convidaram muitos croatas da cidade para a sociedade recreativa “Falcão Iugoslavo”, constituído pelos citados acima mais Franjo Košut, Pavao Luketin e Baldo Pavičić.

Existem também relatos de dois croatas conhecidos como Irmãos Seljan, de nome Mirko e Stevo Seljan, naturais da cidade de Karlovac que vieram ao Brasil não como imigrantes, mas contratados pelo governo brasileiro com a missão de exploração do oeste do país, após ficarem conhecidos por explorações na Etiópia. Em 1903 no Rio de Janeiro criaram a empresa *Misión Científica Croata*, iniciando a viagem pelas Cataratas do Iguaçu, explorando a parte paraguaia e brasileira, descendo até Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, onde foram contratados para explorar um caminho de Cuiabá até Santarém, no Pará. Deixaram rico material em livros, contos, cartas e diários de viagens, contribuindo para uma exposição na Croácia em 2018 no Museu Etnográfico de Zagreb¹⁵. Mirko acabou desaparecido em 1914, mas seu irmão morreu em 1936 em Ouro Preto, onde constituiu família, sendo pai da Aracy e Zora Seljan, escritora sobre a África e a questão afro-brasileira. Zora casou-se com o jornalista Rubem Braga com quem teve em 1937 Roberto Seljan Braga.

Outros imigrantes, por não concordarem com o tratamento recebido nas fazendas ou não conseguindo comprar terras, migraram para a cidade de São Paulo, fazendo com que a comunidade croata em São Paulo seja essencialmente urbana, ao contrário das estabelecidas no Paraná. Semelhante aos escravos negros

¹⁵ *Explorations by the Seljan Brothers*, Zagreb: Ethnographic Museum, 2017, acesso em 03-MAI-2020, disponível em <http://bracaseljan.emz.hr/DefaultEN.aspx>

brasileiros, os imigrantes croatas também se deslocavam em busca de melhores condições, resistindo ou fugindo para conseguir seu direito a terra. Parte dos imigrantes que acabaram regressando ao seu país origem estavam inseridos na situação de produção agrícola latifundiária com a obrigação de trabalhar para os barões de grandes terras, enquanto outra gama de imigrantes recebeu um terreno virgem para transformar em terra arável. Certamente uma parte conseguiu pagar suas dívidas e comprar antigas fazendas formando pequenos núcleos de imigrantes. Este foi o caso das famílias Fijacki e Ban que habitaram a região de São José do Rio Preto e Mirassol, após estada na fazenda Veridiana da família Prado, tornando-se proprietário de terras, loteando e vendendo para a população.

A situação do imigrante naquela época era extremamente difícil, porém a condição das pessoas na Croácia, o pouco conhecimento da situação no Brasil e o discurso sedutor dos agentes de imigração fez com que as pessoas quisessem sair de suas terras de qualquer modo. Um importante indicador dessa realidade de más condições encontradas pelos imigrantes é o relatório da Secretaria da Agricultura, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde notamos que o governador da época, Campos Salles, relata que imigraram cerca de 74.000 ao Estado de São Paulo e que no período de 1894-1896 cerca de 23% dos imigrantes retornaram aos seus países. No livro do Prof. Milan Puh foi anexado um relato prestado à polícia da cidade de Mrkopalj pelo imigrante Nikola Kučan retornado em 1897, onde ele relata a duração de vinte e um dias até chegar ao Brasil, as famílias que viajaram juntas, o valor pago ao agente imigratório, o valor ganho com a venda do seu terreno na Croácia e a trajetória percorrida partindo desde a estação de trem de Lokve até o porto de Rijeka. Posteriormente, a viagem de trem até cidade de Udine e do porto de Genova até o porto de Santos. Em suas palavras, conta que na viagem de Santos a São Paulo foram colocados em um vagão de carga com barras e trancados como se fossem animais selvagens, viajando desde o meio-dia até dez e meia da noite quando chegaram a São Paulo. Lá foram levados a um prédio enorme perto da estação de trem, a Hospedaria dos Imigrantes, onde os barões¹⁶ os inspecionavam da cabeça aos pés, querendo ver quem tinham comprado, tratando-os como se fossem escravos. Uma vez nas fazendas, foram colocados nas antigas casas de escravos, em péssimo estado, dantes abandonadas e tiveram que compartilhar o mesmo espaço, gerando um forte sentimento de rejeição a qualquer tipo de tratamento que se aproximasse de escravos¹⁷.

16 Título nobiliárquico imediatamente inferior ao de visconde. Senhor feudal. Homem ilustre por seus feitos e por sua riqueza, conforme *Barão*. Dicionário brasileiro Michaelis Online, São Paulo: Editora Melhoramentos, 2020, acessado em 10-JUN-2020, disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/barao>

17 PUH, Milan. Croácia no Brasil até 1918: Primeira fase de imigração, São Paulo: Milan Puh(Org.), 2017, pág.125

Em relação à família Fušek Marko, Adam é mencionado em uma carta escrita por um companheiro de imigração que residira na mesma vila de Markovac na Croácia de nome Andrija Hohoš, cujo conteúdo descreve o enorme descontentamento e engano sofrido por ele e pelas famílias de Josip Helegda, Andro Povinecz, Adam Marko, Stefan Katorjenčik e Ivan Segeš, todas localizadas na região de Pariquera-Açu e Cananéia. A carta foi endereçada ao prefeito Stjepan Kovačević da cidade de Našice com um pedido de prisão do agente de imigração pelo nome de Gergolet, citado também por outros croatas como fraudulento, por prometer ganhos irreais. Andrija pede ao prefeito que mostre a carta carimbada por ele a toda população desejosa de ir ao Brasil, em especial à sua esposa Ana, para que não caiam na mesma armadilha. Durante as pesquisas foi possível localizar Slavko Hohoš, neto do imigrante e residente em Osijek, que gentilmente cedeu uma cópia do jornal local com a carta publicada em idioma croata arcaico¹⁸, conforme segue¹⁹:

18 Tradução livre. Por ser uma escrita arcaica mantive ao máximo sua originalidade com receio de desvirtuar a mensagem.

19 Cópia do jornal do condado de Virovitica (Vjesnika Virovitičke županije) com publicação da carta de Andrija Hohoš ao prefeito de Našice, 15-FEV-1897, em posse de Slavko Hohoš, extraído do Arquivo Estadual de Osijek, Croácia.

(Pismo iz Brazilije.) Andrija Hohoš, postolar iz Markovca u kotaru našičkom, koji se iselio u Braziliju 11. studenog 1896., piše slijedeće: »Colonia Velha, Brazilija, 13 siečnja 1897. — Blag. g. Stjepanu Kovačeviću, načelniku u Našicah. Dajem Vas na mnogo hiljada puta liepo pozdraviti i gospoju Vašu, cielu obitelj i sve naše občinskog poglavarstva činovnike, kao moje pretpostavljene.

Dajem Vami znati, da smo mi došli svi zdravi do ove proklete Brazilije, ali svatko je stradao, indi odlučio sam, da Vami po Vašoj želji sve najavim, što je i kako je.

Mi smo došli kavu kopati i imamo dobre zaslužbe po obećanju lopova Gergoleta. Ima nadnica od 50 i 60 n, a sve je skupo. Kila brašna žitnoga stoji 35 n., krumpir 30 n, i svakoja stvar, što košta u našoj miloj Slavoniji 1 for, ovdje košta 10 for.; samo ta jedina kava je jeftina, jerbo tu i drugo tako nerodi. Što je rekao naš g. predstojnik, da se crvi zalegnu izpod noktiju, to ne samo izpod noktiju, nego makar gdje na zdravom mjestu; ja ih već imam u ovo kratko vrijeme do 100, to će me pojest do devete kože.

Indi Vas uljudno molim, odgovarajte narod, da se netope naše ljudi. Nek naši Slavonci sjede na mjestu, kad smo se mi njekolicina utopili, nek se svi bar neutope; pokažite molim Vas ovaj list svakome, koji bi rad ići u Braziliju, kojega sa mojim pečatom potvrđujem.

Ujedno molim, da izručite mojoj supruzi Ani Hohoš u Markovcu moj ovaj drugi listak, ali samo čim brže, da se nebi i ona prevarila, pa ovamo došla, a toga lopova iz onih Budimaca Lalića (valjda agent?), toga da možete zatvorom kazniti. Ako meni g. Bog pomože doći natrag, taj mora onda proseći tci, tog ću ja uvrebat, ma gdje bio.

Sada Vam dajem znati, mi smo zajedno nas 6 familija t. j. moj brat Gjuro Hohoš i Helegda Josip i Povinjec Andro i Marko Adam i Katorjenčik Stefan i Segeš Ivan; a oni drugi su se drugomu grofu podpisali, jerbo tu se mora svaki dati grofu podpisati, a onda jedva da zasluži toliko, koliko pojede.

Za sada Vas još jedan put liepo dajem pozdraviti i svu našu štovanu gospodu obč. poglavarstva. Ujedno pozdravljam na mnogo puta i g. predstojnika Josipa Zulechnera i svu gospodu kot. oblasti.

Ostajem Vaš prepoznizan sluga Andrija Hohoš, postolar.

Samo molim izručite mojoj supruzi i ovaj isti kovert, da Vami povjeruje, da je to od mene priposlani list.

Slijedeći put donijet ćemo list od drugog iseljenika, koji ništa bolje nepiše. Da li će se jošte i sada naći ljudi, koji će Gergolu i drugim izjelicam vjerovati?

Andrija Hohoš, sapateiro de Markovac, distrito de Našice que emigrou ao Brasil em 11 de novembro de 1896, escreve o seguinte:

Colônia Velha, Brasil, 13 de janeiro de 1897.

Senhor Stjepan Kovačeviću, prefeito de Našice,

Gostaria de cumprimentá-lo milhares de vezes e à sua senhora, toda a familia

e todos os nossos funcionários municipais, como meus superiores.

Avisei que todos nós viemos para este maldito Brasil saudável, mas decidi que todos foram mortos para anunciar tudo a você, a seu pedido, o que é e como é.

Vimos plantar café e ter bom mérito, como prometido pelo ladrão Gergolet. Ele tem um salário de 50/60 n., E tudo é caro. Um quilo de farinha de grão custa 35 n., Batatas 30 n., e tudo o que custa em nossa querida Eslavônia 1, por aqui custa 10 vezes; só que um café é barato, porque aqui e ali não funciona assim.

O que nosso diretor disse, que os vermes estão sob as unhas, não apenas sob as unhas, mas pelo menos em algum lugar em um local saudável; Eu já os tenho neste curto espaço de tempo até 100, ele vai me comer até a nona pele. Indi, peço a gentileza de responder ao povo, para não derreter o nosso povo. Que nossos eslavos fiquem quietos, se alguns de nós se afogaram, nem todos se afogarão; por favor, mostre este documento a qualquer pessoa que queira ir ao Brasil, o que eu confirmo com o meu selo.

Ao mesmo tempo, peço que você entregue minha segunda lista à minha esposa Ana Hohoš, em Markovac, o mais rápido possível, para que ela não seja enganada e venha aqui, e aquele ladrão Budimac Lalić (adivinhe o agente!), que você pode punir com prisão. Se o Senhor Deus me ajudar a voltar, então ele deve implorar para vir; eu o perseguirei, onde quer que ele esteja.

Agora que eu saiba, estamos juntos 6 famílias t. j. meu irmão Gjuro Hohoš, Helegda Josip, Povinjec Andro, Marko Adam, Katorjencik Stefan e Segeš Ivan; e os outros assinaram para a outra contagem, porque todos devem ter permissão para assinar a contagem, e então ele dificilmente merece tanto quanto come.

Por enquanto, gostaria de cumprimentá-lo mais uma vez e cumprimentar todos os nossos estimados senhores. Ao mesmo tempo, saúdo o Sr. Josip Zulechner e todos os senhores muitas vezes. Continuo sendo seu humilde servo, Andrija Hohoš, sapateiro. Por favor, entregue para minha esposa este mesmo envelope, para que ela acredite em você, que é uma carta enviada por mim. Da próxima vez, traremos uma folha de outro emigrante, que não escreve nada melhor. Ainda haverá pessoas que confiarão em Gergol e em outros comedores?

Percebemos assim que a imigração era um negócio lucrativo naquela época e, portanto, havia grande articulação entre as companhias, os governos, fazendeiros brasileiros, agências internacionais e agentes locais para que o maior número possível de imigrantes fosse levado especialmente para o Brasil que subsidiava as passagens.

Todavia houve também alguns trabalhadores que foram empregados nas ferrovias e portos, como é o caso de Toma Marko, filho de Adam Marko, que deixou a colônia de Pariquera-Açu em data desconhecida e foi residir em Santos/SP. Conforme o seu prontuário de estrangeiro²⁰ emitido em 1939, ele estava solteiro com 50 anos de idade residindo na Rua São Bento nº15, localizada no bairro do Valongo, efervescente centro histórico da cidade. Este endereço está praticamente às margens do Rio Pedreira, local onde ele usava pequenas embarcações para chegar ao sítio Chacrinha com sede na enseada de Santa Rita, pertencente à Adelino da Rocha Brites, cuja família é famosa até os dias atuais. No sítio dele tinha uma olaria e plantação de bananas, sendo vendido pouco depois para a Companhia de Siderurgia Paulista (COSIPA)²¹ por ter uma enorme extensão.

Nota-se dessa forma, que na imigração ao Brasil, os croatas e outros eslavos do sul iam principalmente para a grande lavoura paulista, enquanto os poloneses e ucranianos foram em sua maioria para o sul do Brasil. Imigrantes que viam de climas mais frios, como os germânicos, poloneses, ucranianos e russos, iam para as regiões mais ao sul do país ou para regiões mais altas do sudeste, enquanto os de climas mais quentes como espanhóis, italianos, portugueses ou eslavos meridionais, como os croatas, eslovenos e montenegrinos, foram destinados em substancial quantidade para as fazendas do sudeste.

Problemática na identificação de croatas

Em busca de trabalhos robustos na área encontrei o projeto do Prof. Milan Puh e Roger Cavalheiro Silva que atuaram diretamente nos acervos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, em documentos entre 1882 e 1918. O enfoque foi resgatar, dentro do universo da “nacionalidade austríaca” oriunda do Império Austro-Húngaro, quem verdadeiramente eram os croatas imigrados ao Brasil.

Primeiramente deve-se ter em vista que a Croácia sofreu diversos deslocamentos sociais internos e externos e, por isso, nem todo cidadão nascido na Croácia é necessariamente etnicamente croata, podendo haver grupos étnicos com culturas e pertencimentos diferentes, ainda que habitem por diversas gerações em um determinado local. Como diziam muitos antigos imigrantes: “gato que nasce no forno não é biscoito!”.

20 Prontuário de Estrangeiro, SPMAF Santos, RNE nº197, 1939, Delegacia de Polícia de Santos/SP, Thomaz Marko, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

21 COUTO, Joaquim Miguel. *Entre estatais e transnacionais: O polo industrial de Cubatão*, Campinas: Unicamp, 2003, pág.114, 232p, Tese(Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

Uma evidência²² deste fato na história da Eslavônia é que, desde os tempos mais antigos, refleti do ainda nos dias atuais, vemos naquela região a presença de alemães conhecidos como Suábios do Danúbio (ex: família Wirges que imigrou ao Brasil), de eslovacos como mostra a própria imigração das famílias Hohoš, Povinecz e Fušek (de origem eslovaca, portanto Fuszek), techos, sérvios (família Han), húngaros (família Balingask) e outros.

Uma realidade de muitos países com forte tradição imigratória como é a brasileira e que gera muitos infortúnios aos pesquisadores e aos próprios descendentes são as crassas distorções sofridas nos nomes e sobrenomes dos imigrantes ao logo do trajeto imigratório ou no seu estabelecimento no país, muitas vezes obrigando os descendentes a irem à justiça para retificações. Um exemplo corriqueiro é a italianização dos nomes em listas de navio vindas dos portos da Itália ou germanização em portos da Alemanha. Há também erros de escreventes em hospedarias, cartórios, paróquias, registro dos estrangeiros nas instituições brasileiras e outros, sem contar que muitos imigrantes não sabiam escrever no idioma pátrio ou se comunicar no país que o recebia. Apenas para exemplifica, apesar do seu grande movimento, a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo possuía até 1889 somente um intérprete para tratar com todos os imigrantes²³.

Para conhecermos um pouco destas variações²⁴, listamos alguns nomes croatas que aparecem em documentos imigratórios brasileiros²⁵, seguido das versões em português, italiano e alemão para facilitar o entendimento.

<i>Croata</i>	<i>Português</i>	<i>Italiano</i>	<i>Alemão</i>
Adam	Adão	Adamo	Adam
Alen, Alan	Alan	-	-
Alojz, Alojzije	Luís	Luigi	Ludwig
Anna, Anica Anita, Aneta, Anka	Ana, Anita	Anna	Anke, Antje
Andrej, Andrija, Andro	André	Andrea	Andreas
Andreja, Andrea	Andréia, Andréa	Andreina	Andrea

22VARGA, Szabolcs. *Croatia and Slavonia in the early modern age*, Pécs: College of Divinity, Akadémiai Kiadó, 2013

23 HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo 1880-1889 Os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

24CAMPBELL, Tara. *Names*, Canada: Behind the name - The etymology and history of first names, 2019, acessado em 01-JUN-2020, disponível em <https://www.behindthename.com/>

25 *Croatian name*. Portugal:Wikipedia, acessado em 2020, disponível em https://pt.qwe.wiki/wiki/Croatian_name

Ante, Antun	Antônio	Antonio	Anton
Antea	Antônia	Antonia	Antonia
Blanka, Branka	Branca	Bianca	Bianka
Blaž, Blaženko	Brás	Biagio	-
Đuro, Juraj, Juro	Jorge	Giorgio	Georg
Filip	Felipe	Filippo	Philipp
Franko, Franjo, Fran, Frano, Franc	Francisco	Francesco	Franz
Grgur	Gregório	Gregorio	Gregor
Ilija	Elias	Elia	Elias
Iva, Ivka, Ivanka	Joana	Giovanna,	Jana, Johanna
Ivan, Ivano, Ivica Jovan (<i>sérvio</i>)	João	Giovanni, Zuane (<i>arcaico</i>)	Johann, Hans
Jadran	Adriano	Adriano	Adrian
Jakov	Jacó, Jaime	Giacomo, Gia- cobbe	Jakob
Janja, Jana	Inês	Ines, Agnese	Agnes
Jelena, Helena	Helena	Elena	Helena, Elen
Josip, Jozo, Joz, Joško	José	Giuseppe	Josef, Joseph
Jula, Julija	Júlia	Giulia	Julia, Julie
Katja, Kata, Katarina	Catarina, Cátia	Caterina, Catia	Katrina
Lana	Svetlana (<i>eslovaco</i>), Alan (<i>masculino em português</i>)		
Lovro	Lourenço	Lorenzo, Enzo	Lorenz
Lucija, Luči	Lúcia	Lucia, Luce	Luzia
Luka	Lucas	Luca	Lukas
Maja, Marica, Mirjana	Maria, Miriam	Maria, Miriam	Maria, Miriam
Matija, Matej, Mate, Matjaž	Matias	Matteo	Mattias
Marija	Maria	Maria	Maria
Marko	Marcos	Marco	Marco, Mar- kus
Martin	Martim	Martino	Martin
Maša	Miriam	Miriam	Mirjam
Mihaela, Mia	Micaela, Miguela	Micaela	Michaela

Mihael, Mijo, Miho, Mihovil, Miško	Miguel	Michele	Michael
Nika, Nikolina	Nicole	Lina, Nicolina	Nicole
Nikola	Nicolau	Nicola	Nikolaus
Pavao, Paval	Paulo	Paolo	Paul
Pero, Petar, Pejo	Pedro	Pietro, Piero	Petrus
Petra	Pedra	Pietra, Pierina	Petra
Sofij	Sofia, Sôni	Sofi	Sofia, Sonj
Stanislav, Stanko	Estanislau	Stanislao	Stanislaus
Stjepan, Stipe, Stjepko	Estevão	Stefano	Stefan
Šimun	Simão	Simone	Simon
Tomislav, Toma, Tomo, Tomica	Tomás, Tomé	Tommaso	Thomas
Vicko, Vice	Vicente	Vincenzo, Enzo	Vinzenz
Vjera	Vera	Vera	Vera
Vladislav, Vlado, Ladislav	Ladislau	Ladislao	Waldemar
Žuva (<i>arcaico</i>)	Joana	Giovanna, Zuana (<i>arcaico</i>)	Jana, Johanna

Para dar mais vida ao artigo, os exemplos a seguir foram coletados nas comunidades croatas da capital de São Paulo e evidenciam a dificuldade na confirmação da croaticidade, ocultando aos próprios descendentes pistas da sua ascendência original: Simon (*Siman*), Pacovsky (*Pacovski, Pacowsky, Pasovsky*), Hrala (*Harala, Rala*), Štefančić (*Stefangens, Stefani*), Moslavac (*Moslavacz*), Radanović (*Radanoves, Rodanoves*), Tandarić (*Tandariche*), Paravić (*Paravich*), Štoković (*Stocovich*), Hrgović (*Hergovic*), Horvatić (*Horvatich*), Pribanić (*Pribanic*), Andrijić (*Andrijic*), Lukrić (*Lukric*), Stanić (*Stanic*), Franulović (*Franulovich*), Bašić (*Baxhix*), Madjar (*Magyar*), Šeparović (*Separovic*).

Atenção à grafia dos sobrenomes com terminação “ić” (“filho de”), pois parecem ter sido os mais afetados: Vincović (para *Vincovich*), Kosić (para *Cositz*), Maršić (para *Marchig*) e outros.

Não foi diferente com a família Fušek Marko. A matriarca Sofija Fušek deixou sua vila natal na Eslováquia e teve seu sobrenome original Fuszek adaptado à sonoridade croata para Fušek. Ao desembarcar do navio italiano *Raggio* em terras brasileiras tiveram seus nomes italianizados: Adamo, Sofija, Martino, Maria, Caterina e Giuseppe. A nacionalidade austríaca atribuída à família toda foi

assumida conforme a do chefe da família, Adam Marko, que é croata de nascimento, mas pertencia ao Império Austro-Húngaro. Por sorte foi anotado o último endereço em “Vrpolje, Croazia”, deixando pista de sua origem. Esse proceder por inúmeras vezes ocultava a real nacionalidade dos demais membros, conforme ocorrido com Sofija, que foi registrada com o sobrenome do marido. Nos documentos os sobrenomes foram alterados de Marko para Marcos, Marke ou até mesmo Marques, dando a impressão de nacionalidade portuguesa, e de Fušek para Fussek, Fuchs, Fuks, Foks e outras variações.

Uma dica importante é que raramente vinha sozinho um croata, mas sempre em grandes grupos num mesmo navio, havendo certos vapores que com mais frequência traziam croatas. No navio em que a família Fušek Marko desembarcou vemos algumas famílias que tiveram última residência na Eslavônia ou Croácia e cujo sobrenome nos dá uma altíssima possibilidade de serem croatas²⁶: Brozović (em Saborsko), Štanfel (Delnice), Varga (Đakovo), Vukomanovic, Bošnjak e outros.

Tendo em vista a importância de conhecermos mais sobre as origens dos sobrenomes e suas quantidades, transcrevemos²⁷, do censo de 2011 reportado pelo Departamento Central de Estatísticas da Croácia (*Državni zavod za statistiku*), os dez mais populares sobrenomes na Croácia dentre os 33.000 publicados. O objetivo é vermos que não são necessariamente exclusivos ou típicos deste país, devido aos deslocamentos e etnias já mencionados.

HORVAT: Originou-se do nome húngaro Hrvate ou Horvati, existente desde o século XVI. É mais presente em Čakovec e Lika, nos arredores de Zagreb e Turropolje, utilizado por cerca de sete mil famílias na Croácia. A propósito, devemos mencionar que na Croácia existem vários sobrenomes baseados nele, como Horvatek, Horvatović, Horvatinčić, Horvatiček e assim por diante.

KOVAČEVIĆ: sobrenome nomeado para a profissão de ferreiro sumarizando na Croácia 15.160 pessoas (seis mil famílias). Existem outros, como Kovačić que é o sétimo em número, e Kovač. Este sobrenome também está representado entre sérvios e bósnios.

BABIĆ: Usado por 12.840 pessoas (cinco mil famílias), é conhecido desde o século XVII, possivelmente proveniente de *baba* (avó, velha) ou da palavra turca *babo*, ou do árabe *baba* que significa pai. O sobrenome é de Senj, de acordo com ²⁶ Seria necessário encontrar o assento de nascimento e histórico familiar para uma afirmação final, mas o parecer é baseado na região e histórico do sobrenome conforme fontes já mencionadas.

²⁷ BOŽIĆ, Ivan. *We have a list of more than 33,000 surnames in Croatia and the number of people who bear each of them*, Zagreb:Srednja.hr, 28-OUT-2018, acesso em 26-MAI-2020, disponível em: https://www.srednja.hr/istaknuto/imamo-popis-vise-33-000-prezimana-hrvatskoj-te-broj-ljudi-nose-svako-njih/?fbclid=IwAR1p2PiYfCTOdcW_PI-PxxP-fdsadXbopFTq86FO-5Q-01AnjOLnoB8B-BAU

algumas fontes de Pridraga, perto de Zadar e Perušić, em Lika.

MARIĆ: Com 11.555 habitantes (quatro mil famílias), é originário da Herzegovina oriental e algumas fontes indicam Podravina. Deriva do nome pessoal Mara/Maria. Existem vários outros sobrenomes semelhantes derivados do nome Mara, como Maričić, Maričević, Maričković. A maioria dos Marić, no século XX, nasceu no município de Stolac na Bósnia e Herzegovina.

JURIĆ: Usado por 11.163 habitantes (quatro mil famílias), originário do centro da Bósnia e da vizinhança de Šibenik, Knin e Grude. É derivado do nome pessoal Jura/Juro. Nos últimos cem anos a maioria dos Jurić nasceu no município central da Bósnia chamado Kakanj.

NOVAK: São 10.794 pessoas (quatro mil famílias), estando a maioria em Čakovec. O sobrenome vem da palavra “novak”, no sentido de um novo colono. Este é um dos sobrenomes mais comuns na República Tcheca e está bem representado na Eslováquia. Nos últimos cem anos a maioria dos Novak nasceu em Čakovec, onde cada trinta habitantes tinha esse sobrenome.

KOVAČIĆ: Há 10.546 pessoas (quatro mil famílias), principalmente de Zagreb, Lika e Podravina. Deriva, como Kovačević, da profissão de ferreiro, e apareceu no século XVI. Nos últimos cem anos, a maioria dos Kovačić nasceu em Celina, perto de Omis. Naquela aldeia, quase todos os habitantes tinham o nome de família Kovačić.

KNEŽEVIĆ: Com 10.334 pessoas (quatro mil famílias), tem origem na vizinhança de Zadar. Também está representada na Sérvia e Montenegro. O nome é derivado do título “príncipe”. Nos últimos cem anos a maioria dos Knežević nasceu em Boraja perto de Šibenik, Struga Banjska perto de Hrvatska Kostajnica, e Vinjerac perto de Zadar.

VUKOVIĆ: São 10.191 habitantes principalmente na área de Slunj e Brinje em Lika. Existem duas explicações possíveis de origem: vem do substantivo “vuk” ou do nome pessoal Vuk com o sufixo “ović”. É representado em parte na Sérvia e Montenegro. A maioria dos Vuković nasceu em Saborsko, perto de Slunj.

MARKOVIĆ: Existem 9.854 pessoas e o sobrenome vem do nome pessoal Marko, sendo originário de Krajina na Bósnia, local onde nasceu a maioria dos Marković nos últimos cem anos. É mencionado desde o século XV, e estão localizados em 355 municípios croatas e 881 assentamentos.

Naturalmente, há nomes como Ivan que não são exclusivamente croatas, existindo na Eslovênia, Ucrânia, Polônia, Bósnia. Há sobrenomes como Kučan que pode ter origem croata ou eslovena, Horvat com origem húngara ou croata, Novak podendo ser croata ou polonês. Existem sobrenomes etnicamente croatas com formas e terminações mais específicas da Croácia. Pesquisadores notaram uma tendên-

cia entre famílias croatas de nomearem seus filhos com Ivan, Antun e Matija.

Na primeira fase da imigração a maioria dos escreventes não anotava o nome da vila ou cidade de naturalidade, deixando apenas como Áustria, austríaco ou Império Austro-Húngaro. Este seria o critério mais seguro para se combinar com o nome, mas também é problemático vincular o nome à etnia, pois na Croácia o pertencimento a terra é mais étnico do que geográfico, já que existem gerações de cidadãos croatas que se consideram de outra nação por terem recebido outra cultura em casa. Isso significa que um Ivan Zanetti do litoral croata da Ístria, onde há forte influência italiana, poderia ter fluência total do idioma italiano, mesmo sem nunca terem ido à Itália.

Conforme reportado pela *Comunità Nazionale Italiana*²⁸, órgão de organização dos italianos na Croácia e Eslovênia, durante o século XIX e a primeira metade do século XX houve uma significativa comunidade étnica e de língua italiana na Croácia, concentrada principalmente na costa oeste da Ístria, nas cidades de Rijeka e sua região imediata de Kvarner, região da Dalmácia, existindo também na história mais recente na Eslavônia.

Segundo reportado, a primeira escola italiana na Ístria existiu em 1612, em Koper (ou *Capodistria* em italiano) na Eslovênia. Em 1910, em Rijeka (ou *Fiume* em italiano), por exemplo, o mais simples cidadão sabia falar quatro idiomas (italiano, húngaro, alemão e croata) e dos 49.806 habitantes, 24.212 eram italianos.

Após a Primeira e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos italianos croatas emigrou para a Itália²⁹. Nos dias atuais³⁰ quase três quartos dos italianos croatas vivem no condado de Ístria, onde eles representam 6,03% da população e têm o direito constitucional de usar o idioma e a bandeira em muitos municípios e cidades.

Voltando às estatísticas consultadas, dos 31.169 austríacos que vieram ao Brasil no período de 1882 e 1918, cerca de 3.698 foram reconhecidos como croatas, correspondendo a 12%.

No gráfico a seguir³¹ vemos a distribuição da chegada dos imigrantes

²⁸ ZANI, Norma. *La comunità nazionale italiana in Croazia e Slovenia*, Eslovênia: Comunità Nazionale Italiana, 2014, acessado em 01-JUN-2020, disponível em:

http://unione-italiana.eu/Backup/documents/2010-2014/Presentazione_CNI_27-03-2014.pdf

²⁹ *Talijani u Hrvatskoj*, Wikipedia, 18-FEV-2018, acesso em 01-JUN-2020, disponível em:

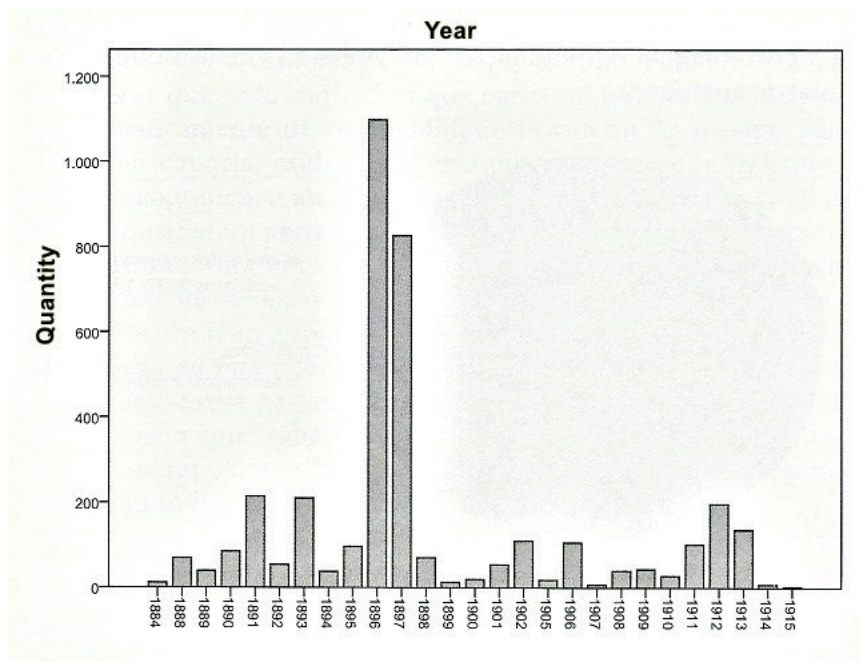
https://hr.wikipedia.org/w/index.php?title=Talijani_u_Hrvatskoj&oldid=5193571

³⁰ *Population By Ethnicity, By Towns/Municipalities*, Zagreb:Croatian Bureau of Statistics, 2011 Census, acesso em 01-JUN-2020, disponível em:

https://www.dzs.hr/Eng/censuses/census2011/results/htm/E01_01_04/e01_01_04_zup18.html

³¹ Gráfico Ano x Quantidade de entradas extraído do livro: PUH, Milan. *Imigração como relato: experiências de viajantes croatas*. São Paulo: E-artigos, 2018, pág. 148

croatas no Brasil:



As entradas foram mais volumosas em 1896 com 1.098 pessoas e em 1897 com 826 entradas, correspondendo a 52% de toda a primeira fase da imigração, gerando as restrições de emigração pelo governo da Croácia mediante os abusos já relatados. Vemos que, imediatamente após um pico no número de saídas do país, em 1891, 1893 e 1912, há em seguida grande diminuição como resposta rápida do governo. Já a diminuição drástica nos anos prévios à Primeira Guerra se deve às dificuldades em sair do país pelas turbulências entre diversos países na Europa. Portanto, as ondas migratórias croatas no Brasil no período abordado neste artigo estão relacionadas aos distúrbios na economia e por guerras.

Analisando a idade e o gênero dos imigrantes vemos dentre todos os indivíduos que 18% eram solteiros (possível busca de novas perspectivas de trabalho ou filhos mais velhos de uma família) e 65,5% eram casados ou menores de idade, evidenciando que se tratava de famílias em busca de um recomeço em outras terras, em sincronismo com a política migratória brasileira que preferia famílias para trabalhar em fazendas ocupando terras de maneira permanente, já que a profissão de agricultor era a maioria esmagadora

Dos 1948 indivíduos que tiveram seus destinos assinalados dentro do Es-

Quanto às embarcações que trouxeram os croatas ao Brasil, as principais partiram dos portos de Gênova e Trieste na Itália, Bremen e Hamburgo na Alemanha, Marselha e Cherbourg na França, Amsterdã na Holanda e em menor escala, Liverpool e South Hampton no Reino Unido. A maioria destas linhas tinha mais de uma parada na costa brasileira e grande parte tinha Buenos Aires na Argentina como destino final, país este que teve uma quantidade de imigrantes croata muito maior do que a brasileira. O vapor que mais trouxe croatas ao Brasil no período estudado é o Minas com cerca de 18% do contingente, seguido por Re Umberto proveniente da Itália (7%) e Agordat (6%).

Vale lembrar que a análise feita na Hospedaria dos Imigrantes é uma aproximação quantitativa da presença croata no Brasil mediante critérios estabelecidos em um projeto de pesquisa complexo finalizado em 2017 e que também contemplou registros de emigrados encontrados em relatórios do governo na Croácia, que oferecem mais dados ajudando nas estatísticas. Em uma estimativa feita pelo primeiro cônsul croata, Venceslau Paeta, teria em solo brasileiro entre 25 e 30 mil croatas antes da Primeira Guerra Mundial, ainda que não haja uma confirmação oficial desse dado por alguma instituição daquela época. A dificuldade com o levantamento destes números é que, dependendo da noção de identidade croata, pode-se aumentar ou diminuir as estatísticas, pois nem todos os croatas eram etnicamente eslavos/croatas, mas haviam muitos imigrantes da Croácia com ascendência italiana, húngara, germânica, tcheca, eslovaca e ucraniana.

Houve uma expressiva emigração da Eslavônia, não sendo, portanto, exclusividade do litoral da Croácia nesta primeira fase de imigração. Muitos sobrenomes não são necessariamente etnicamente croatas (Baroš, Bučko, Janiček, Jarabek, Helegda), já que naquela época havia uma heterogeneidade de etnias em boa parte da Eslavônia que foi recolonizada por diversas etnias depois dos turcos serem expulsos nos séculos XVIII e XIX. Observando as “listas de intenção” que as delegacias faziam em cada município croata contando os habitantes que estavam migrando para outras localidades internas com a intenção de saírem do país, vemos um considerável deslocamento social entre condados, fazendo da migração interna uma migração externa com mais facilidade. Dessas listas vemos os seguintes sobrenomes: Antoljak, Bačer, Barčanac, Blažević, Blejavčić, Boljevac, Bradarić, Brlas, Cindrić, Erdelji, Faketija, Fektija, Fučkar, Gasparić, Gjuras, Gjurašević, Gradinjan, Hrgić, Hrgović, Indijić, Ivoš, Jelak, Jovanović, Kapelčan, Karoš, Kolar, Komar, Kovač, Kranjec, Krapac, Kršić, Kućan, Kunić, Lelek, Lorenec, Magenheim, Majstorović, Matuzalem, Mikulić, Mioković, Misković, Mitin, Moslavac, Mustai, Nedjeljković, Novosel, Oblak, Peić, Perić, Petrović, Podravac, Ponedeljak, Posavac, Račan, Rekić, Selember, Šimeta, Števarić, Veg, Veličan, Venkar, Virovac, Zalogaj e Zec.

Dentre os reportes dos distritos que contabilizavam a população que tinha partido para o Brasil, podemos citar na Eslavônia o distrito de Nova Gradiška com as famílias Lukačević, Bunjevac, Glogovac, Petrikić, Bošnjaković, Kastmuller, Perzulj, Gudlin, Vujić, Šeatović, Brkljačić e Sudarević. Algumas são de origens étnicas distintas, como germânica (Kastmuller) ou com a terminação “ović” mais comum em sérvios. Outro grupo de croatas da Eslavônia imigrados ao Brasil foram as famílias Petrikić (de Rešetari), Janiček e Pumendjić (de Andrijaševci), Oravec e Krul (de Našice), Klaić (de Merzović/Đakovo), Kutjevo, Zdinjak, Papdanko, Bučko, Jarabek, Pekanić e Baroš (de Vukovar), Bauer (Osijek), Helegda (Markovac/ Našice), Hohoš, Povinecz, Katorjenčik e Segeš.

O Núcleo Colonial de Pariquera-Açu

Com o intuito de conhecermos um pouco mais como era a vida dos primeiros imigrantes neste local, abordaremos a formação do núcleo colonial de Pariquera-Açu no Estado de São Paulo, suas características, produção, problemas, dados estatísticos sobre a etnia das famílias pioneiras, como era o dia-a-dia das pessoas, etc. Entre essas famílias está a Fušek Marko, que após desembarcar no porto de Santos, foi direcionada imediatamente à colônia.

Muito tempo antes da chegada da família em estudo neste artigo³⁴, a região do litoral sul do Estado de São Paulo, onde se encontram Cananéia, Xixirica e Iguape, já era conhecida pelas suas terras férteis, clima excelente e sem presença de varíola ou febre amarela. A colônia de Pariquera-Açu estava localizada neste cenário, em um terreno ondulado na margem direita do rio Pariquera-Açu a 18 km de sua foz, num altitude de 58 metros sobre o nível do mar, distando da cidade de Iguape em 43 km, do porto de Sabaúna em 21 km e da freguesia de Jacupiranga em 14 km³⁵.

As colônias de Cananéia e de Pariquera-Açu foram fundadas aproximadamente em 1834 e durante alguns anos foram sustentadas pelo Governo Imperial. A demarcação do território da colônia foi iniciada no ano de 1856 e logo depois o governo imperial nomeou um diretor com a missão principal de preparar casas para o recebimento dos colonos. Essa tentativa abortou em virtude do diretor desviar o dinheiro para construir uma bonita vivenda, recusando-se receber a primeira leva de colonos, jazendo a colônia abandonada até 1874, quando foi autorizada a construção de uma estrada de rodagem entre a colônia e o porto de Cubatão.

34A Imigração, Rio de Janeiro, 01-ABR-1885, Ano II, nº 10, pág.1

35Correio Paulistano, São Paulo, 22-FEV-1895, Ano XLI, nº 11.485, pág.2, coluna 7, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Em 1876, o Dr. Manoel Barata Góes, então diretor da antiga Colônia de Cananeia, tentou estabelecer colonos no território desprezado de Pariquera-Açu, quando por um período de dois anos pequenas quantias foram dispendidas com a abertura e melhoramento de caminhos, construções de casas e medição de lotes, porém, a colônia voltou a ser abandonada pelo governo, permanecendo lá residentes apenas algumas famílias de suecos, alemães e italianos, habituados ao trabalho e animados pela fertilidade do solo, obtendo bons ganhos com o café. A respeito destas famílias, encontramos informações³⁶ de uma colônia em Cananéia, a mesma reportada pela família Hohoš, chamada Colônia Velha³⁷. Suas terras são ocupadas desde 1860, e se formou a partir de famílias provenientes de um quilombo existente em Jacupiranga, e de escravos fugidos da cidade. Nesta região foram albergados ingleses, sendo alguns de Birmingham, trazidos para trabalhar na construção de uma estrada de ferro, que ligaria Cananeia a lugares mais remotos. Como a construção da estrada de ferro não deu bons resultados, os colonos ingleses apelaram para sua rainha, que mandou um navio recolhe-los. Alguns, porém, optaram por ficar e foram transferidos para a colônia de Pariquera-Açu.

Conforme registros existentes no Arquivo do Estado de São Paulo³⁸, estavam assentados em Pariquera-Açu³⁹: Guilherme Goedke em 1868, Eugênio Fazoli, Angelo Simonetti e João Hanson em 1875, a viúva de Gustavo Melcher e alguns ingleses em 1876, Fernando Melcher e Gustavo Nielsen em 1878, Júlio Michaelis em 1880 e Inácio Schultz em 1886.

Estes foram progredindo e posteriormente serviram de apoio aos novos colonos recém-chegados da Europa em 1887, quando o governo novamente ordenou nova colonização em Pariquera-Açu, instruindo com exemplos práticos a correta utilização do solo na região. Esse cenário mostra a má utilização da lavoura nos primórdios desta colônia, pois se dedicavam exclusivamente à plantação de café com abandono dos cereais, empobrecendo parte do solo.

Os colonos assentados a partir de 1887 foram Giuseppe Zanella, Marcello Marietto, Baptista Zanella, Domingos Marietto, Raymundo Candido, Angelo Bar-

36 SIMONETTI, Irineu João. *Capital do Mundo*, Pariquera-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.110, Prefeitura de Pariquera-Açu

37 Portal do Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, *SP reconhece mais uma comunidade quilombola no Vale do Ribeira*, 22-NOV-2015, acessado em 2020, disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-reconhece-mais-uma-comunidade-quilombola-no-vale-do-ribeira/>

38 Devido às restrições impostas pelos arquivos públicos no ano de realização deste artigo, não foi possível ir fisicamente a diversos arquivos. Portanto foram priorizados livros e artigos de notoriedade como o de SIMONETTI.

39 SIMONETTI, Irineu João. *Capital do Mundo*, Pariquera-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.116, Prefeitura de Pariquera-Açu

duco, Luiz Zanella, Giuseppe Pandovani, Alberto Barduco, Fortunato Zanella e João Olivia. Em 1888 foram Pedro Santini, Tancredo Cafravier, Giovanini Arcari, Enrico Ramponi, Vincenzo Rizzi, Paulo Coppi, Franc Constante, Carmine Cian-della, Alberto Goedke, Luiz Cardillo, Luigi Pellegrini, João Haytzmann, Fava Vitto Guido, Augusto Abissa, a viúva de Vincenzo Lodi, Luigi Carmine, Giulio Ma-rietto, Angelo Butturi e Giuseppe Battarini. Em 1889 foram Godlibe Barkmann, Pedro Bellini, David Dafoneli, Biagio Franciosi, Guiuseppe Sanson, Pietro Fran-ciosi, Carlos Buttini, Erik Erkson, Maximiano Gibertoni, Ercole Navilli, Vincenzo Lamagne, Angelo Bertolleti, Ana Grelte, Vincenzo Marcon, Secondo Bonni, Luigi Bonni, Angelo Vichi, Angelo Maria Lamagne.

Conforme o Almanaque Iguapense⁴⁰, podemos verificar como uma ja-nela do tempo o funcionamento daquela região, constituída de quatro distritos de paz, sendo eles o de Iguape, Santo Antônio de Juquiá, Prainha e Jacupiranga, sendo que neste último município se encontrava o bairro e colônia de Parique-ra-Açu. A população de toda a comarca de Iguape já somava no ano de 1890 o total de 10.614 habitantes.

Naquele ano de 1890 a colônia de Pariquera-Açu recebeu uma razoável quantidade de imigrantes poloneses oriundos da Galícia⁴¹, sendo assentados sem qualquer preparo, sem apoio, sem identificação étnica, linguística ou conhecimen-to das condições locais. O primeiro grande período imigratório polonês⁴² abrange de 1890 até 1897, quando o governo brasileiro proporcionou transporte marítimo gratuito aos imigrantes. Dentre as principais razões do movimento migratório, pode-se citar o excesso de mão-de-obra nas aldeias e vilas, o elevado crescimento demográfico, a falta de terras para as novas gerações, a ausência de legislação agrária, o êxodo rural para os centros industriais devido à mecanização rural, per-seguições políticas e religiosas. Sem dúvida, a grande razão da imigração foi a possibilidade de imigrar para uma nação onde fosse possível tornar-se proprietário de terra. O camponês era visto e tido como simples força braçal e os impostos territoriais eram tão pesados que os proprietários não podiam pagar e, para não caírem na prisão, eram forçados a vender suas propriedades.

Os nomes deles são⁴³: Valentim Olbnisz, Casemiro Blaski, João Ocho-cinski, Miguel Patykavski, Josepp Paukowski, Ignacio Kochorek, Gianni Ponsoni,

40 Almanach Iguapense para o ano de 1899, Iguape, 1899, Francisco Eduardo de Castro, Tipografia Castro, pág.23 e diversas posteriores

41 SIMONETTI, Irineu João. *Capital do Mundo*, Pariquera-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.113, Prefeitura de Pariquera-Açu

42 WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. II Guerra Mundial e Imigrantes Poloneses no Bra-sil: reflexos, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 201

43 ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória Histórica de Pariquera-assú, São Paulo, 1939, pág.39-45. O autor foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de S.Paulo

Alexandre Weschesky, Lourenço Coppi, André Schiskwist, João Guttard Halon, Peter Zumbur, João Hardt, Maria Kinchin, Theophilo Redys, Wladislau Helegda, Pedro Witascki, Joseph Zelisky, Adão Brzezinski, José Kugler, João Paulkosky, João Kugler, Adão Paulkosky, Antonio Valdosky e André Paulkosky.

Ainda neste período foi emitido um novo relatório minucioso⁴⁴ pelo engenheiro Jerônimo Francisco Coelho, chefe da Comissão de Terras de Pariqueira-Açu, confirmando a terra como de excelente qualidade, onde encontravam matas com abundância de madeiras de lei, útil para toda espécie de cultura. Menciona a terra propícia ao plantio de cana de açúcar, do arroz de alta qualidade⁴⁵, cacau, feijão, milho, fumo, ovos, batata doce e alguns cereais, sendo cortada por rios navegáveis e com vegetação ainda virgem. O plantio do café dava lucros aos colonos, mas que as suas casas eram de péssima qualidade, mal construídas e cobertas de palha, pouco higiênicas. Os imigrantes recém-chegados eram acolhidos num barracão da colônia. Logo davam início à construção da própria casa e às atividades agrícolas em um dos lotes disponibilizados. O governo provia o sustento e as sementes, mas nada era de graça. Quem não tinha dinheiro, pagava com seu trabalho, como por exemplo, na abertura de estradas. Ao mesmo tempo em que o engenheiro apontava a possibilidade de a colônia vir a ser a melhor do Estado de São Paulo, afirmava categoricamente a grande falta de gestão

Nos anos seguintes foram registrados, em 1891, Emilio Orbelli, Concetta Buzzo, Giovanni Bonni, Giuseppe Bonna, Arnoldo Lamagne e Archangela Grupione. Em 1892, Raphael Gruppioni e Casemiro Berthoriko. Em 1893, José Kinchin Jor, Antonio Hovilosky e João Garcia Alano. Em 1894, Giacomo Felice Bazoli, Giacomo Simone, Jacomo Arcine, Affonso Bouillet, Leon Bouillet, Francisco Iwanski, Edmundp Bouillet, Delai Bartholo, Giovanni Rossini, Pedro Salleti, Giuseppe Antomdi, Felix Bouillet. Em 1895, Netis Adestem, João Boaski, Gregório Graviniski, Himon Joan, G. Roechi, Michol Hemon, Mihoto Savokio, Liko Janovo.

Foram registrados, em 1896: Carlos Munkhammer, Godofredo Humphiers, Joseph Kuprich, Giroli Annibal, Antonio Brosmann, Matheus Ilek, Matheus Grozz, João Batista Bromler, Augusto Abraham, Stephan Kern, João Owe-raxski, Andreas Powieniecz, Christian Pulhl, Hermann Arnord, Josep Sanin, Franz Lemberg, Voichetz Stonoga, Pedro Izaroski, João Owezarski, Mathias Krimm, José Mireider, João Schmidt, João Schule, Ignacio Schule, Demetrio Forme, Ernesto Forme, Francisco Brosmann, Giovanni Siberna, Pedro Palinkas, João Verneck, Valentim Siedlarczyk, Venceslau Siedlarczyk, Francisco Siedlarczyk, Emilio Bouillet, Mattes Yrlek, Previd Paschoal, Luigi Cremor, João Pandovan, Itala Ca-

⁴⁴ SIMONETTI, Irineu João. Capital do Mundo, Pariqueira-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.112, Prefeitura de Pariqueira-Açu

⁴⁵ ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória Histórica de Pariqueira-assú, São Paulo, 1939, pág.25

sela, Stanislau Kugler, Stanislau Vesguerber.

Foram registrados, em 1897: Andreas Povinecz, José Helegda, Stephan Senik, George Engel, Stanislau Kwiatkowski, Michel Kotona, Giovanini Valerio, Rodolpho Shlenp, Luigi Menon, Augusto Knauft, Ernesto G. Wolff e Adam Marko, apesar de ter dado entrada ainda em dezembro de 1896.

Em 1898: Antônio Bauer, Louis Chalet, Carlos Oscar Sohn, José Jacob, Jacob Hans, Floriano Kubalat, Francisco Bauer, Francisco Chirom, Francisco Jacob, João George Madeleir, Simon Giuseppe, Juliens Richard Dietrich, George Lane. Em 1899: Frederico Wenda, Stephan Piocker, Max Alter, Otto Donath, Henrique Klepa, Joseph Ambach e Stephan Klettlinger.

Detalhando um pouco mais a situação do núcleo em 1897, ano em que a família Fušek Marko já estava estabelecida, notamos que o núcleo era administrado pelo Estado de São Paulo, juntamente com os núcleos de São Bernardo, Sabaúna, Piaguhy, Bom Sucesso e Campos Salles. Juntos estes núcleos somavam cerca de 4.613 habitantes, em sua maioria brasileiros (2.272), seguido de italianos (649), austro-húngaros (444), poloneses (408), espanhóis (351), alemães (283), suíços (109), suecos (23), belgas (20), russos (18), franceses (15), dinamarqueses (10), ingleses (3) e um número mínimo de outras nacionalidades⁴⁶.

O núcleo de Pariquera-Açu era o mais populoso, pois já contava com 351 famílias, sumarizando 1.669 habitantes, com 50% mais habitantes do que a colônia de São Bernardo, 80% mais que Sabaúna e o triplo da população de Piaguhy⁴⁷. Destas 351 famílias, cerca de metade era composta de família de brasileiros e a outra metade composta em sua maioria por 83 famílias italianas, 61 austríacas ou polonesas (ora se identificavam como austríacos, ora como poloneses), 12 alemães, 8 suecas, 6 suíças, 3 portuguesas, 2 inglesas, uma família belga, dinamarquesa e francesa.

O núcleo estava dividido⁴⁸ em lotes urbanos, suburbanos e rurais, distribuídos em dezesseis distritos. Eram 159 lotes urbanos, dos quais já estavam concedidos 45, reservados 9 e pagos 7, representando uma área de 10.504 m². Eram 46 lotes suburbanos, sendo 41 concedidos e 3 pagos, ocupando uma área de 67.260 m². Os distritos existentes eram Nova Itália, Arataca, Senador Dantas, Bom Retiro, Nova Cremona, Antunes Junior, Braço Preto, Treze de Maio, Braço Magro, Braço Grande, Senador Prado, Ribeirão Vermelho, Quinze de Novembro, Pariquera-mirim, Jurubatuba e Linha Pequena, onde se situava a família Fušek Marko.

⁴⁶Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1898, pág.62, Núcleos Coloniais, Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁴⁷Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1898, pág.83, Núcleos Coloniais, Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁴⁸Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1898, Núcleos Coloniais, Arquivo Público do Estado de São Paulo

Na sede dos lotes urbanos funcionavam duas escolas públicas para ambos os sexos, para o ensino a língua portuguesa e operações matemáticas básicas, não sendo restrita somente às crianças. Ainda não existia uma estrada que facilitasse o transporte dos produtos da lavoura para os mercados próximos em Jacupiranga e Iguape, e que fizesse chegar máquinas agrícolas necessárias para o desenvolvimento da colônia. O sistema usado nas plantações e colheita era um dos mais primitivos, colhendo arroz cacho por cacho, cortando-os com canivetes. Mesmo assim, a colônia de Pariquera-Açu conseguia uma produção maior do que outras colônias que recebiam a devida infraestrutura e investimentos, como por exemplo, a colônia de São Bernardo e Sabaúna. Devido a esse cenário precário em infraestrutura⁴⁹, o maior volume de produção era o do café, produto que conseguia suportar as elevadas despesas de transporte. Em 1899, o núcleo contava com um engenho para aguardente, um engenho de café, engenho de cerveja e um moinho, cerca de onze casas comerciais e um par de sapateiros, funileiros, ferreiros e marceneiros. Algumas casas tinham telhas, mas, em sua maioria, eram cobertas de palha. Naquela época o clima em Pariquera-Açu oscilava entre 21 e 32°C no verão e 10 e 20°C no inverno, de característica amena⁵⁰ sem a umidade das localidades próximas ao Rio Ribeira de Iguape, não ocorrendo grandes variações climáticas em cada estação, favorecendo a saúde e bem estar dos moradores locais. A região possuía boa quantidade de chuvas e, devido ao fato de não haver um único dia durante o ano sem ventos, a evaporação estava em sincronia com as chuvas, contribuindo para a mitigação de epidemias contagiosas. Outras características geográficas impediam estiagens dos invernos e devastações por cheias, ainda que a região fosse irrigada por rios. A taxa de mortalidade na região era abaixo da média do Estado de São Paulo e não era caso excepcional pessoas que faleciam com mais de 80 ou 90 anos de idade.

Para o transporte dos produtos da lavoura dos municípios de Iguape e Xixirica ao porto de embarque, uma única via de comunicação que existia em 1899, sendo o próprio rio Ribeira, sistema arcaico usado há séculos atrás, por meio de canoas. A verdade era que os vapores da Companhia Lloyd, incertos de suas viagens, apareciam pouco mais de uma vez ao mês.

Para se ter uma ideia da dificuldade de locomoção, ao abandonar a colônia de Pariquera-Açu, obrigatoriamente seguia-se pelo único caminho existente, saindo da região de Iguape em canoa percorrendo uma distância de 30 quilômetros até o porto de Suamirim. De lá se seguia a pé até o porto do Prelado por 12 quilômetros, embarcando outra vez em canoa, para descer o rio Una do Prelado até a casa do

⁴⁹ Relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1898, Núcleos Coloniais, Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁵⁰ SIMONETTI, Irineu João. *Capital do Mundo*, Pariquera-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.24, Prefeitura de Pariquera-Açu.

cidadão João Sabino, no total de uma distância de 48 quilômetros. Outra vez a pé, percorria-se mais 13 quilômetros até a freguesia de São João de Peruíbe, de onde se seguia em carroça até a margem do Rio Conceição por 25 quilômetros. Atravessando este rio, seguia-se em carroça por mais 46 quilômetros até o porto do Rei, onde se atravessava um braço do mar em canoa para chegar a São Vicente, de onde se seguia em bonde a vapor até a cidade de Santos, onde havia trens para São Paulo.

Quanto à família em estudo, o chefe familiar Adam Marko estabeleceu-se como colono no Lote rural n.º 8 na Linha Pequena, logo ao chegar em 1896. Por algum motivo foi transferido para o Lote suburbano⁵¹ n.º 43, sendo aquela área de responsabilidade do Dr. Antunes Arataca. Podemos observar o nome de todos os familiares que desembarcaram juntos em Santos, inscritos no mesmo lote (ainda que com nomes traduzidos), como a sua esposa Sofia, os filhos Ana Marques, Catharina, Thomaz, Maria, José, e seus cunhados Anna Fussek e Martino.

No Livro de Contas Correntes do núcleo⁵², consta na data de 26-JAN-1897 alguns gastos com alimentos para oito pessoas para um período de oito dias “no Carmine”, a compra de um caldeirão para o banheiro, medicamentos e uma foice, dando a entender que foram os primeiros gastos para o estabelecimento familiar. No ano de 1898 vemos novamente o registro da família apontando um empréstimo de 113\$800 réis, sem o nome do cunhados Martino e Anna, talvez por haverem contraído matrimônio ou por terem mudado para outros núcleos⁵³. Entre maio de 1898 e julho de 1899 vemos empréstimos referentes ao lote suburbano n.º 43 para alimentação, ferragens, cerca de 1\$200 réis em medicamentos para feridas⁵⁴.

⁵¹Matrícula de colonos, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1896, Pariquera-Açu, Adam Marko, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE12010137.jpg

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE12010138.jpg

⁵²Conta Corrente dos colonos, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1897, Pariquera-Açu, Adam Marko, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCPAE01741070.jpg

⁵³Registro de Matrícula de colonos, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1898, Pariquera-Açu, Adam Marko, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCPAE12004062.jpg

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE12004063.jpg

⁵⁴Conta corrente de colonos, Repositório Digital, Escritos, Núcleos coloniais, 1898, Pariquera-Açu, Adam Markos, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link:

Dentro do período acima mencionado Adam Marko faleceu no próprio núcleo de Pariquera-Açu de “*morte natural e moléstia desconhecida por não haver médico assistente*”, conforme sua própria esposa e outro colono chamado José Pelinkas declararam nos livros do núcleo colonial, antes mesmo do funcionamento do cartório civil. Este livro extraoficial armazenado no cartório de Jacupiranga/SP⁵⁵ apenas tem fins históricos, sem valor jurídico. O curioso é que este registro aconteceu apenas em 11-AGO-1901, sem citar o real dia do seu falecimento e três anos depois das segundas núpcias de Sofija Fušek com o polonês Estanislau Boaski (ver seção de genealogia), ocorrido em 08-DEZ-1899 na Paróquia de Jacupiranga, registrado no civil apenas no ano de 1911.

Em 1899 os negociantes⁵⁶ de Pariquera-Açu cadastrados no Almanaque de Iguape eram Angelo Simonetti, Antônio Grothe Foschini, Carmine Ciandella, Feliz Biallé, Henrique Ferreira Monteiro, João Euzébio Rodrigues, Pedro Nolasco Rangel, Romeo Monti.

Não eram muitos numerosos os colonos estrangeiros na colônia, havendo cerca de 354 famílias no início do ano de 1898, apenas 151 de estrangeiros. A colônia de Pariquera-Açu tinha um grande valor devido à sua grande produção, que alcançava 1:282\$735 Réis por família. Para que a colônia atingisse um grau maior de prosperidade era necessário que o governo concluísse a estrada que a ligaria com o porto de Sabaúna e melhorasse o caminho de Sabaúna até Iguape, cidade de maior porte consumidora de seus produtos.

Em outubro de 1900, sendo Alerino Ernesto Meanda⁵⁷ o Diretor⁵⁸ do Núcleo Colonial de Pariquera-Açu, ainda em nome de Adam Marko é solicitado o retorno ao Lote nº 8 da Linha Pequena⁵⁹. Seu pedido é deferido em novembro do mesmo ano, por ser um “*agricultor de bom procedimento e têm cinco filhos todos trabalhadores; o lote que requer é vago e não tem benfeitores*”. Seu lote anterior suburbano nº

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE01848090.jpg

55 Assento de óbito de Adam Marko, Livro nº 1 do Núcleo colonial de Pariquera-Açu, folha 101 verso, termo 277, data de 11-AGO-1901, comarca de Iguape/SP, link: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSKK-2S7P-3?i=1057&cat=1387920>

56 Almanach Iguapense para o ano de 1899, Iguape, 1899, Francisco Eduardo de Castro, Tipografia Castro, pág.7

57 ALMEIDA, Antônio Paulino de. *Memória Histórica de Pariquera-assú*, São Paulo, 1939, pág. 47

58 Almanach da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo, São Paulo, pág.780

59 Requerimento de lotes, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1900, Pariquera-Açu, Adam Marko, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE01849062.jpg

43 foi cancelado⁶⁰. No ano de 1901, Sofija passou a ser a colona do lote nº 8 junto com seu filho Thomaz com 13 anos de idade, deixando de aparecer o nome dos outros filho ⁶¹.

Encontrei um interessante livro chamado *Capital do Mundo*⁶² escrito por um descendente dos primitivos italianos do núcleo, cujo relato do próprio autor e de seus antigos familiares se passa no início do século XX. Porém, estes familiares dizem que funcionalmente nada havia mudado muito desde a década de 1890, citando⁶³ que não havia luz elétrica, só lampiões. Banhos no rio ou de banheira. Não havia água encanada, nem banheiro. Água do poço tirada a balde. Fossa ou mato. A vida era simples e primitiva, com panelas de ferro, chaleiras com água sobre a chapa de fogão de lenha. O café era a gosto e o perfume da casa. Cilindro para abrir massa para macarrão, as roupas eram confeccionadas em casa. Dentro de casa os móveis eram rústicos. A vida objetivava a sobrevivência. O homem da casa tinha uma jornada no campo de cem horas semanais, a mulher se dedicada à cozinha, roupa, costura, aos filhos e às galinhas, havendo estabilidade familiar. A relação entre as famílias era amistosa e cooperativa. Se uma casa matava um porco, parte era distribuída entre os próximos e amigos. Se um canteiro de alface estava no ponto, colhia-se por inteiro e era distribuído na vizinhança. Se uma fruta abundava era distribuída. Essa prática tribal abastecia a todos, proporcionando surpresas a cada dia. Não havia muros entre as casas e a noite só havia três luzes: o lampião, o pé do fogão ou vaga-lumes. No inverno ficava-se na cozinha ao calor do fogão à lenha, aproveitando o borralho. Enquanto se conversava, os que tinham mãos úteis operavam trabalhos manuais. No verão aguardava-se a hora de deitar, no terreiro ao ar livre ou à frente da casa. Esporadicamente visitava-se um familiar. Aos domingos frequentava-se a missa católica, trajando os homens calça de brim, camisa de abotoar, paletó, chapéu de feltro. As mulheres vestido alongado e lenço na cabeça. Após a missa havia comércio, encontro social, bar e jogos. Eventualmente, a autoridade policial arbitrava litígios, principalmente entre famílias

60 Repositório Digital, Escritos, Núcleos coloniais, Registro de Matrícula, 1900, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE01847096.jpg

61 Área de cultivo, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1901, Arquivo Público do Estado de São Paulo, link:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE01842020.jpg

62 Alguns relatos aqui expressos foram coletados do livro “*Capital do Mundo*” e adaptados em sua linguagem por apresentar o estilo de vida de muitos imigrantes austro-húngaros, poloneses da Galícia e de outras nacionalidades nesta colônia em específico, possuindo um valor histórico em seus relatos.

63 SIMONETTI, Irineu João. *Capital do Mundo*, Pariquera-Açu: Editora ao Autor, 1996, pág.28-32, Prefeitura de Pariquera-Açu

polonesas, mas que em nossos dias modernos são considerados irrisórios: a cerca que avançou o terreno, o gado que destruiu a plantação, etc.

Quanto ao comércio, os Zanella abasteciam os italianos e os Kugler os poloneses, uma vez que havia uma barreira linguística entre os grupos, mas superada pelas gerações seguintes, falantes de português e miscigenadas. O comércio principal era dos Zanella e secundariamente dos Kugler, Siedlarczyk, Saletti, Mirraider, Bazolli, Adrião, etc. Porém ofereciam somente o básico, como alimentos, calçados, tecidos, armarinhos e ferragens, sendo tudo anotado à caderneta. A primeira igreja foi construída por volta de 1903. As demais religiões, como os poucos protestantes, espíritas e benzedeiros não eram toleradas, bastando lembrar que a colônia era formada por imigrantes italianos e poloneses tradicionalmente católicos romanos, ainda que na década de 1890 o país declarasse o contrário. Com o passar das décadas nota-se que os muitos imigrantes assentados em Pariquera-Açu abandonaram a terra e foram em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, principalmente por verificarem que o minifúndio mal dava para o sustento e aquilo que produziam tinham que entregar para quem lhes havia fornecido o necessário durante a entre safra. O produtor como devedor não tinha poder de barganha e aceitava sem protestos o preço que lhe era oferecido, ficando permanentemente devedor.

Não somente Pariquera-Açu, mas toda a região era desprovida de assistência médica. Utilizavam-se remédios caseiros, chás, pós, pomadas, sendo tudo sofrido. Não funcionando, havia ainda curandeiros para os desenganados ou pobres. Médicos eram chamados apenas para complicações de parto ou quadros clínicos complicados. A alimentação era de boa qualidade: a base de arroz, feijão, verduras e legumes, mais frequentemente carnes brancas.

O cemitério do núcleo colonial de Pariquera-Açu ficava na esquina da Rua Romeu Monti com a Avenida Dr. Carlos Botelho e lá foram sepultados os primeiros imigrantes da colônia. Posteriormente, o cemitério foi removido para o atual endereço. Restou ainda por muitos anos naquele local uma única reminiscência viva do cemitério, um arbusto de camélia de flores cor-de-rosa, que resistentemente aguentou a algazarra dos jovens das gerações futuras em seus galhos. Cansada e esquecida, como muitos dos imigrantes que lá habitaram, uma vez desarraigada de seu ambiente original e plantada em uma nova terra a contragosto, ainda assim cumpria sua missão de sorrir com camélias a cada primavera, a cada estação, a cada nova geração, para que não se esquecessem da força de suas raízes, que com perseverança tanto lutou pela vida. Olvidando-se das injustiças do passado e no solo firme dos nossos antepassados, ensinava que seu esforço nunca foi em vão. Hoje, a antiga árvore já não existe mais, cumpriu sua missão e foi vencedora. Entretanto, nunca será esquecida, pois as suas sementes o tempo espalhou

por todo o vale e pelo mundo afora, em novos solos, em novos ciclos. Não é mais a mesma flo , mas provém da mesma raiz e, através de nossas lembranças, faz florescer a cada geração o seu suave aroma, nos alegrando como aos meninos que desfrutaram de sua robustez em dias passados.

Núcleo Colonial Campos Salles: outra família croata

Outro fato histórico interessante é saber que no recém-criado Núcleo Colonial Campos Salles no ano de 1897, uma das famílias pioneiras no local foram croatas. Trata-se da família Wirges, cuja origem familiar mais remota é de Kirrlach na cidade de Waghäusel, Alemanha. Conforme entrevista realizada com Lucas Xavier Wirges⁶⁴, descendente direto desta família, no fim do século XVIII imigraram para a cidade de Apatin, às margens do Rio Danúbio, divisa entre a Croácia e a Sérvia. Cem anos depois, nasceu Adam Würges em 12-SET-1875 em Svinjarevci, condado de Vukovar-Srijem, região da Eslavônia croata, pertencente ao Império Austro-Húngaro. Deixou sua última residência em Semeljci no condado de Osijek-Baranja, embarcando no navio Minas e desembarcando no Porto de Santos em janeiro de 1897 com a esperança de dias melhores, pois nesta viagem conheceu a senhorita Elizabeth Peitl, também da Eslavônia (Sokolovac). Ambas as famílias se estabeleceram na fazenda Rocinha de propriedade de João D'Assis Lopes Martino, aonde vieram a se casar pouco depois. No ano de 1899 deram entrada na colônia de Campos Salles⁶⁵, onde nasceram alguns filhos. Anos depois a família se mudou para o núcleo Nova Europa, que mais tarde se tornou município do mesmo nome.

Este novo núcleo não teve um rápido crescimento e desenvolvimento em seus primeiros anos e tinha sido colocado exclusivamente para colonos suíços e, por motivo não identificado , não deu os resultados esperados, uma vez que quatorze famílias suíças o abandonaram. Ao cumprir seu primeiro ano de estabelecimento lá residiam 93 suíços, 19 brasileiros, 70 alemães, 23 austro-húngaros e 2 italianos. Os bens imóveis foram todos construídos pelo governo, os terrenos já estavam medidos e demarcados, juntamente com duas pontes construídas, apesar de ainda estarem quase todos desocupados.

Genealogia e História da família Fušek Marko

64 Entrevista e análise de documentos comprobatórios realizada com Lucas Xavier Wirges na data de 28-MAI-2020 em São Paulo, capital.

65 Livro de matrícula de colonos, Nº ordem E00126, pág.61, 1899, Wirges Adam, Site do Arquivo Público do Estado de S.Paulo, acessado em 15-JUN-2020, disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCCSE00126061.jpg

Esta família de imigrantes da região da Eslavônia é uma das mais antigas no Brasil, uma vez que desembarcaram dentro do período histórico conhecido como a primeira fase da imigração croata em nosso país. Diferente do usual direcionamento para as lavouras paulistas, o litoral sul de São Paulo foi o local onde lhes coube a sorte, exatamente no núcleo colonial de Pariquera-Açu, onde há descendentes até hoje. É inevitável observar que, mesmo os ramos familiares perdendo contato por mais de 100 anos, nota-se que algumas habilidades parecem se repetir nas famílias. Por exemplo, o número de pessoas que exercem função direta ou indiretamente na área da Saúde. Outro fato interessante é o entrelaçamento familiar dos croatas com famílias polonesas, ocultando a nacionalidade croata, em menor número, especialmente no caso das mulheres, pois perdiam o sobrenome original, e dessa forma, parte de sua identidade cultural.

Capítulo único - Família Fušek Marko

§ 1º

I- ADAM MARKO. Nasceu próximo a 1860 em Novi Čepin, condado de Osijek-Baranja, região da Eslavônia na Croácia, sendo filho de Toma Marko e Ana Bestvina. Casou-se⁶⁶ com SOFIJA FUŠEK, que merece algumas notas. Seu nome de batismo⁶⁷ é SOPHIA FUSZEK, natural da vila de Radôstka, cidade de Stará Bystrica, condado de Čadca na Eslováquia, filha de Laurentius Fuszek e Sophia Tabacsek. Seu nascimento em 21-JUN-1861 precedeu na cidade uma tempestade⁶⁸ de grandes proporções e danos, cuja população já tinha sofrido há poucos anos um terremoto e grave fome. Não muito depois disso, o alto endividamento, a divisão incessante de propriedades, fuga do serviço militar e a fome foram motivos suficientes para toda a família deixar o país. A maioria destes emigrantes de Stará Bystrica foi para a Croácia, onde se estabeleceram em Ledenik, Zokov Gaj,

66Certidão de Casamento, Coleção de Livros de registros HR-DAOS-500 n° 716, 05-FEV-1883, Markovac/Našice, pág. 26, n° 12, Adam Marko e Sofija Fušek, Arquivo Estadual de Osijek na Croácia

67Assento de nascimento, Sophia Fuszek, Livro de Batismos 1821-1865 (Krsty), Fol.455, pág.343, n°59, 21-JUN-1861, Radôstka 16, Stará Bystrica, Čadca, Eslováquia, Arquivo Nacional da Eslováquia, 01-JUN-2020, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-9RQD-YD1?fbclid=IwAR3QJI5d4Nyp6egSAXTT_RMchsdwspXeUNTkf4VEZ0OE18MI0KtfiO-Guus&i=17&cc=1554443

68HOHOŠ, Slavko. *Obiteljska Povijest Hrvatskih Hohoša (1746-2012)*: História da família de Hohoš na Croácia, Osijek: Matica Slovenská Martin, 2012, págs. 24 e 25.

Miljevice, Jelisavac, Josipovac e Markovac, local onde os familiares de Sophia se fixaram. Essa massa de imigrantes, na esperança de dias melhores, semeou cereais nos campos do Conde Pejačević durante o verão e, no inverno, derrubaram carvalhos centenários em suas vastas florestas. Assim, tornaram essas terras aráveis e puderam comprá-las mais tarde, onde construíram casas e sobreviviam da terra. Onde antigamente havia uma floresta, hoje o trigo e o milho crescem. Adam e Sofija contraíram matrimônio em 05-FEV-1883 na vila de Markovac, onde nasceram todos os filhos, e que está próxima à cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia. Por volta de dezesseis anos mais tarde, mediante as decisões políticas que influenciaram a vida econômica das pessoas, junto ao discurso sedutor dos agentes de imigração quanto ao conquistar a sua própria terra na América, impulsionou o casal a deixar sua última residência na Eslavônia para desembarcar⁶⁹ em Santos/SP⁷⁰ na data de 11-DEZ-1896.

Pouco depois Adam Marko teve seu falecimento registrado em 11-AGO-1901 no Núcleo Colonial de Pariquera-Açu/SP⁷¹, local da primeira residência no Brasil juntamente com a esposa, os cunhados Martino e Anna Fušek, e filhos. O casal teve a seguinte geração:

- 1(II)- ANA FUŠEK MARKO, que segue.
- 2(II)- KATA MARKO, que segue.
- 3(II)- TOMA MARKO, que segue.
- 4(II)- MARIJA MARKO, que segue.
- 5(II)- JOSIP MARKO, que segue.
- 6(II)- FRANCISCA MARKO, brasileira, que segue.
- 7(II)- JULIA, brasileira, que segue.

Após o falecimento do esposo Adam Marko, Sofija Fušek contraiu segundas núpcias⁷² em 08-DEZ-1899 na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

69 Lista de bordo do vapor Raggio, 11-DEZ-1896, Museu da Imigração, link http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/listas/BR_APESP_MI_LP_000248.pdf

70 Matrícula na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, Livro nº 56A, folha 235, família nº 53.160, 11-DEZ-1896, Museu da Imigração de S. Paulo. Site: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/livros/pdfs/L56A_235.pdf

71 Cartório civil de Jacupiranga/SP, Livro de Óbitos nº 1 do Núcleo Colonial de Pariquera-Açu, folha 101 verso, termo 277, assento de óbito de Adão Mark, em 11-AGO-1901, acessado em Maio-2020, Disponível em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSKK-2S7P-3?i=1057&cat=1387920>

72 Assento de Casamento, Livro nº 4, pág.7, nº 25, 08-DEZ-1899, Jacupiranga/SP, Estanislau Boski e Sofia Fusik, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Jacupiranga/SP,

de Jacupiranga e fez o ato civil⁷³ em 22-JUL-1911 com ESTANISLAU BOASKI (BLASKI). Este era polonês, lavrador, filho de Casimiro Boaski e Francisca Boaski, falecido⁷⁴ em Pariquera-Açu em 11-OUT-1945. Passou a se chamar SOPHIA BOASKI e faleceu⁷⁵ na data de 20-JAN-1949 com 88 anos, deixando apenas uma filha :

8(II)- HELENA BOASKI (MARKOSKI): descrita no § 2º adiante

II- ANA FUŠEK MARKO. Nasceu em 27-FEV-1885 na vila de Markovac, cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia⁷⁶. Residiu tanto na capital como em cidades do interior paulista como Penápolis, Birigui, Araçatuba, Garça, Vera Cruz e Gália⁷⁷. Usou o nome de solteira ANNITA FUKS MARQUES, teve dois matrimônios e faleceu⁷⁸ em São Paulo/SP em 15-MAR-1960, após nove anos acamada devido a um derrame.

Por ter alguma instrução retirou-se de Pariquera-Açu à São Paulo para administrar cuidados de enfermagem em Maria Joanna Quintão de Carvalho. Essa era a esposa do advogado Dr. Antônio Teixeira da Silva e irmã do Cons. Leôncio de Carvalho, ex-ministro do Império de Dom Pedro II na pasta de Negócios, Diretor da Academia de Direito de São Paulo, fundador do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, do Instituto dos Advogados de São Paulo, dentre outras realizações. Ela também era irmã do Dr. Carlos Antônio de França Carvalho, fundador da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da Baronesa de Massambará e da Viscondessa de Cananéia, cujas famílias e acontecimentos históricos estão detalhados na Revista nº 26 da ASBRAP⁷⁹. Estando à cabeceira de Maria Joanna até esta falecer

acessado em 2020, disponível em:

https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-S297-FW?fbclid=IwAR0dMfJCI8m-6n9APgNlxc32fYYNP3dWk12_1eIJ4OCx_Vh56lJrFn6ZIBEY&i=18&cc=2177299&-cat=334693

73 Certidão de casamento, Livro B-4, folha 15, nº 657, 22-JUL-1911, Jacupiranga/SP, Estanislau Boaske e Sofia Tabatchek, 1º Cartório civil, acessado em 2020

74 Certidão de Óbito, Livro de 1945, Fls. 228, nº 795, 11-OUT-1945, Pariquera-Açu/SP, Estanislau Boaski, 1º cartório civil

75 Assento de óbito, Livro de 1949, folha 298V, nº 1.013, 20-JAN-1949, Jacupiranga/SP, Sofia Boaski, 1º Cartório civil

76 Certidão de Nascimento, Coleção de Livros de registros HR-DAOS-500, nº Registro 707, pág. 223, nº Ordem 50, 27-FEV-1885, Markovac, Ana, Arquivo Estadual de Osijek na Croácia (*Državni arhiv u Osijeku*)

77 Prontuário de Estrangeiro, SPMAF DI, RNE nº 95, 1939, Delegacia de Garça/SP, Annita Fucks Martins, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

78 Certidão de Óbito, Livro C-28, Fls. 127, nº 23.046, 15-MAR-1960, São Paulo, Annita Fucks Martins, 22º cartório civil

79 LUCCA, Renato de. Genealogia e história da família do Conselheiro Leôncio de Carva-

no final de 1902, Ana residia no mesmo sobrado de dois pavimentos no estilo *Art-Nouveau*, em plena Avenida Paulista, no atual número 266, esquina com a Rua Teixeira da Silva. Por isso, pode ter sido a primeira cidadã croata a residir na mais nobre das avenidas. Literalmente ela deixou os campos de arroz de Pariquera-Açu para morar na Avenida Paulista. Ana continuou a trabalhar ainda por muitos anos como governanta em tempo integral cuidando dos filhos do viúvo, residindo posteriormente na Rua Direita e na Rua General Osório até 1920.

Ana contraiu primeiras núpcias⁸⁰ em São Paulo/SP em 10-MAR-1913, passando a utilizar o nome ANNITA TEIXEIRA DA SILVA ao se casar com o viúvo Dr. ANTÔNIO TEIXEIRA DA SILVA, não sendo localizado o matrimônio religioso, ainda que mencionado no batismo dos filhos. Com esse casamento teve mais um salto em qualidade de vida, colhendo bons frutos, permanecendo fotos raras e ainda inéditas de personagens históricos paulistanos no acervo familiar. Seu esposo era natural de Tietê/SP, nascido em 14-OUT-1863, filho de Mathias Teixeira da Silva Pinto e Francisca Maria de Almeida, descendente do entrosamento de famílias constantes na obra *Nobiliarquia Paulistana* de Silva Leme (Tit. Pedroso Barros, Arruda Botelho e Furquim). Dentre muitas realizações foi advogado da Colônia Italiana em São Paulo, Diretor da Hospedaria dos Imigrantes do Brás, membro honorário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros do RJ, Diretor da Academia Prática de Comércio e ganhou notoriedade no Fórum paulitano, quando em 1897 teve seu nome cedido à Rua Teixeira da Silva dita acima. Deste casamento teve os filhos

1(III) ANNA TEIXEIRA DA SILVA. Nasceu em 20-NOV-1907 em São Paulo e foi batizada⁸¹ como Annita na Catedral da Sé em 12-ABR-1914, sendo padrinhos o Dr. Joaquim Antônio de Moraes Dantas e Maria do Carmo Baumann. Neste batismo consta que seus pais também se casaram na Catedral da Sé, mas este assento nunca foi localizado. Estudou na Escola Americana⁸² (Mackenzie) até 1920, quando sua mãe teve segundas núpcias e foi residir em Penápolis/SP. Nesta cidade casou em 08-SET-1926 com DOMINGOS MATHEUS MARTINS (irmão mais novo do segundo marido de sua mãe), barbeiro, natural de Descalvado/SP,

lho, *Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*, São Paulo, Revista da ASBRAP n.º 26, págs.447-474, 2019. Disponível em:

http://asbrap.org.br/documentos/revistas/rev_26_2019/1-leoncio_de_carvalho.pdf

80 Certidão de Casamento, Livro B-8, folha 125V, N.º 41, 10-MAR-1913, São Paulo, Antonio Teixeira da Silva e Annita Fuks Marques, 1.º cartório civil da Sé.

81 Assento de batismo católico, Estante 28/prateleira 1, livro 7, folha 72, no índice do livro A2 de 1913-1915, pág.13, 12-ABR-1914, São Paulo, Annita, Igreja da Sé, Cúria Metropolitana de São Paulo

82 *Mackenzie College President's Annual Report to the Board of Trustees*, São Paulo, 31-DEZ-1919, pág.86, Acervo Histórico da Universidade Mackenzie

nascido em 28-DEZ-1902, filho de Gregório Matheus Martins e Maria Amaro⁸³. Depois da morte do marido foi residir com seu irmão Archibaldo em São Paulo e trabalhou como governanta em um dos ícones que marcaram a vida dos moradores: a Chácara Valparaíso. Dentro do seu amplo espaço havia a casa que pertenceu a Chafik Lutaif, que possuía grandes portões, árvores frutíferas e coqueiros que subiam até a sua entrada na Avenida Tucuruvi. Naquela área Lutaif fundou o Cine Valparaíso, conhecido na época como a maior sala de projeções da América Latina⁸⁴. Todas essas edificações foram demolidas, mas permanecem como ícones na história da região, sobretudo para os moradores mais velhos. Faleceu em São Paulo/SP⁸⁵ em 26-SET-1963 sob os cuidados de seu irmão, deixando os filhos

1(IV) WALDEMAR. Nascido em Penápolis/SP.

2(IV) MAURÍCIO. Nascido em Penápolis/SP.

2(III) ARCHIBALDO TEIXEIRA DA SILVA. Nasceu em 11-JAN- 1910 em São Paulo/SP e foi batizado⁸⁶ na Catedral da Sé em 12-ABR-1914, sendo padrinhos seu meio-irmão estudante da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, João Baptista de Carvalho Teixeira da Silva, e Maria Antonietta Alves de Lima. Recebeu esse nome em homenagem ao cunhado e grande amigo de seu pai, o industrial Archibald Kinnear, natural da Montrose na Escócia, lá formado em engenharia naval, vindo a ser pioneiro na construção de vapores fluviais na Bahia. Ele trabalhou posteriormente na empresa Lidgerwood Manufacturing Company Ltda para beneficiamento de café em cidades como Sorocaba, Botucatu e Bofete/SP, onde faleceu em 22-MAR-1917 sem deixar geração⁸⁷. Também era sobrinho do juiz supremo da Escócia⁸⁸, o Lord Alexander Smith Kinnear (Lord Kinnear), condecorado pelo Rei Edward VII no Palácio de Buckingham e participante da comunidade YMCA na Inglaterra. Archibaldo estudou na Escola Americana e re-

⁸³Certidão de casamento, Livro B-6 folha 68 n° 67, 08-SET-1926, Penápolis/SP, Domingos Matheus e Anna Teixeira da Silva, 1° cartório civil

⁸⁴SERRA, Jennifer Jane. *A Vida animada: (Re)Construções do mundo histórico através do documentário animado*, Campinas:[s.n.], 2017, pág.249, 301p., Tese (Doutorado)Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2017

⁸⁵Certidão de óbito, Livro C-30, fls. 283, n° 26.325, 26-SET-1963, São Paulo, Ana Teixeira da Silva, 22° Cartório civil

⁸⁶Assento de batismo católico, Estante 28/prateleira 1, livro 7, folha 72, no índice do livro A2 de 1913-1915, pág.14, 12-ABR-1914, São Paulo, Archibaldo, Igreja da Sé, Cúria Metropolitana de São Paulo

⁸⁷Certidão de óbito, Livro de 1917, folha 68v, n° 36, 22-MAR-1917, Bofete/SP (antigo Rio Bonito), Archibalde Kinnear, 1° Cartório civil

⁸⁸O Estado de S.Paulo, São Paulo, 20-MAI-1917, pág.8

cebeu bolsa integral após o falecimento do seu pai⁸⁹. Em 1920 residiu em Penápolis/SP devido ao segundo casamento da sua mãe. Ao atingir a maioridade, foi à Araçatuba para tomar posse de terras por herança. Casou em 26-FEV-1930 em Birigui/SP com AMÁLIA MORO⁹⁰, nascida em Orlândia/SP em 30-SET-1914, filha dos italianos Giuseppe Moro e Genoveffa Eufemia de Marchi, falecida⁹¹ na capital em 27-SET-1976. Após a morte do pai e devido a problemas com seu padrasto, Archibaldo não concluiu os estudos e tampouco fez carreira acadêmica como seus primos paternos⁹²: Erasmo de Carvalho Braga⁹³ (fundador da Academia Paulista de Letras, pastor, professor, poliglota e com nome de avenida no centro do Rio de Janeiro), Dr. Hermas Braga (médico e diretor do Hospital Vera Cruz em Campinas, onde residiu e recebeu nome de avenida), Irineu Braga (engenheiro membro da Associação Brasileira de Estradas de Ferro), Dr. Rubem Braga (catedrático da Faculdade de Direito de Niterói, escritor e jornalista) e Laércio Braga (comandante da marinha mercante do RJ), cujo pai foi prefeito de Sorocaba em 1902. Archibaldo contava⁹⁴ que um dia visitou um de seus primos em Campinas/SP, possivelmente Hermas Braga, e muito bem recebido, mas que ao pisar em um volumoso tapete na sala que lhe afundava o pé, sentiu-se tão envergonhado pela sua pobreza que nunca mais fez contato. Durante sua vida trabalhou como chofer ou no comércio em geral, sofrendo um duro golpe econômico na década de 1930, conforme mencionado por Erasmo Braga em cartas da família. Deixou o interior e passou a residir em São Paulo, mantendo muita proximidade com a família de seu sogro Moro e a de seu meio-irmão José Martins. Deixou testemunho da sua integridade para muitas famílias no bairro, onde ele próprio construiu residências para si e seus filhos na década de 1950. Faleceu⁹⁵ em 01-DEZ-1981, deixando geração na cidade de São Paulo até os dias atuais. São seus filhos

3(IV) ELCIA TEIXEIRA DA SILVA. Nascida em Birigui/SP em 07-OUT-

89 *Mackenzie College President's Annual Report to the Board of Trustees*, São Paulo, 31-DEZ-1919, pág.86, Acervo Histórico da Universidade Mackenzie

90 Certidão de casamento, Livro B-09, folha 244, nº 199, 26-FEV-1930, Birigui/SP, Archibaldo Teixeira da Silva e Amália Moro, 1º Cartório civil

91 Certidão de óbito, Livro C-45, folha 251, nº 1.717, 26-SET-1963, São Paulo/SP, Amália Moro Teixeira, 22º Cartório civil

92 MATOS, Alderi Souza de. *Erasmo Braga o protestantismo e a sociedade brasileira*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008, Apêndice pág. 377

93 MATOS, Alderi Souza de. *Os Pioneiros presbiterianos no Brasil 1859-1900*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, pág. 344 e 419

94 LUCA, Elcia Teixeira de. Entrevista concedida ao autor em São Paulo, 2008, Acervo particular dos familiares de Archibaldo Teixeira da Silva.

95 Certidão de óbito, Livro C-9, fls.51, nº 9.894, 01-DEZ-1981, São Paulo, Archibaldo Teixeira da Silva, 27º Cartório civil

1931, adotou o nome Elcia Teixeira de Luca ao casar em São Paulo/SP⁹⁶ com o ítalo-brasileiro e vulcanizador ROMILDO DE LUCA em 11-SET-1948. Já são falecidos e deixaram:

1(V) ROMILDO DE LUCCA FILHO: paulistano, auxiliar de enfermagem, divorciado, já falecido sem deixar geração.

2(V) JOSÉ ARQUIBALDO DE LUCCA: paulistano, médico, casado com sua prima CACILDA MORO (DE LUCCA) natural da capital, filha de Antônio Moro, um dos primeiros alfaiates de Birigui/SP (Alfaiataria Ferro & Moro), e de Olivia Miranda Moro, filha da imigrante eslovena Marija Sežun. Possuem filhos com geração, entre eles Rafael, Renato e Alessandra, enfermeira.

4(IV) JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA. Nascido em Birigui/SP em 06-JAN-1938, casou-se em São Paulo/SP⁹⁷ com DIVINA DE PÁDUA em 19-MAI-1960. Ambos são falecidos, sem deixar geração.

Ao falecer o Dr. Teixeira da Silva, Ana continuou a residir na Rua General Osório nº 157 até 1920, quando se viu obrigada a retirar os filhos da Escola Americana e a mudar para Penápolis/SP. Nessa cidade contraiu segundas núpcias⁹⁸ na data de 23-JUN-1920 com MATHEUS MARTINS, lavrador, nascido em 10-JUN-1888 na Espanha, filho de Gregório Matheus Martins e Maria Amaro, adotando o nome de ANNITA FUCKS MARTINS. Tanto Ana quanto seus filhos possuíam boas condições de vida deixadas pelo falecido esposo, porém, este segundo lhes tomou os bens e pôs tudo a perder por não saber administrá-los, causando profundo impacto na família que só pode se restabelecer décadas depois. Ana residiu em Vera Cruz/SP com seu filho José Martins até a década de 1950, mas faleceu em 01-MAR-1960 em São Paulo na casa de seu filho Archibaldo, deixando apenas um filho do segundo casamento

3(III) JOSÉ MARTINS. Nasceu em 06-ABR-1924 em Penápolis/SP⁹⁹, morou em Artur Alvim na zona leste da cidade de São Paulo, falecendo em 21-OUT-1982 na capital¹⁰⁰. Casou em Vera Cruz/SP na data de 18-SET-1943

⁹⁶Certidão de casamento, Livro B-21, folha 96, nº 3.487, 11-SET-1948, São Paulo, Romildo de Luca e Elcia Teixeira da Silva, 22º Cartório civil

⁹⁷Certidão de casamento, Livro B-53, folha 111, nº 12.846, 19-MAI-1960, São Paulo, José Teixeira da Silva e Divina de Pádua, 22º Cartório civil

⁹⁸Certidão e habilitação de casamento, Livro B-3, folha 46, nº 54, 23-JUN-1920, Penápolis/SP, Matheus Martins e Annita Teixeira da Silva, 1º Cartório civil

⁹⁹Certidão de nascimento, Livro A-13, folha 46, nº 240, 06-ABR-1924, Penápolis/SP, José Martins, 1º Cartório civil

¹⁰⁰Certidão de óbito, Livro C-4, folha 204, nº 4.402, 21-OUT-1982, São Paulo/SP, José Martins, 37º Cartório civil

com MARIA PAULO (*Maria Cotinha*)¹⁰¹, nascida em Avaí/SP em 09-JAN-1926 e falecida em São Paulo/SP em 14-JAN-2009, filha de Celestino Rosa Paulo e Christina Bueno Paulo, deixando larga geração¹⁰², conforme segue:

5(IV) LASARA MARTINS (SILVA): Nasceu em 1946 em Gália/SP, casou em 1970 em São Paulo/SP com ALMIR DE SOUZA SILVA, já falecido, com quem teve os filhos Marcelo, Márcia e Andréa, todos com geração.

6(IV) APARECIDA BENEDITA MARTINS (FRANCISCO): Nasceu em 1949 em Gália/SP, casou em 1970 na capital com GERALDO FRANCISCO FILHO, já falecido, militar da aeronáutica, e tiveram:

3(V) ALEXANDRE: teve Agatha e Matheus.

4(V) ADRIANA: teve os filhos Juliana, Giovana, Michel e Bruna, que é auxiliar de enfermagem.

5(V) SILVANA: casada, teve Yasmin.

7(IV) JOSÉ MARTINS FILHO: Nasceu em 1951 em São Paulo/SP, casou em 1975 com CLEUZA OLIVEIRA DA SILVA, que teve:

6(V) ROSANA MARTINS: divorciada, antes teve:

1(VI) RAFAELA: solteira, estudante de biomedicina.

2(VI) BIANCA: casada, teve Guilherme, Fábio Augusto e Yago.

7(V) ÂNGELA: casada.

8(V) LEANDRO OLIVEIRA MARTINS: casado, pais de Leandro Filho, Lara e Laís.

8(IV) RUBENS MARTINS: Nasceu em 1952 em São Paulo/SP, casou em 1979 em Itaquaquecetuba com MARIA DO CARMO BITENCOURT e tiveram:

7(V) RENATA BITENCOUT MARTINS (BEVILAQUA): casada, teve os gêmeos João Paulo e Lucas.

8(V) DANIELA BITENCOUT MARTINS: divorciada, nutricionista, teve Matheus.

9(V) DANIEL BITENCOUT MARTINS, casado, teve Giovanna e Giulia.

9(IV) TERESINHA MARTINS (FRANCISCO): Nasceu em 1954 em São Paulo/SP, onde casou em 1977 com ANTÔNIO FERNANDES FRANCISCO, já falecido, e tiveram:

10(V) FELIPE MARTINS FRANCISCO: casado, teve Lorenzo e Cecília.

101Certidão de casamento, Livro B-5, folha 175v, nº 1.433, 18-SET-1943, Vera Cruz/SP, José Martins e Maria Paulo, 1º Cartório civil

102MARTINS, Daniela Bitencourt. Entrevista concedida ao autor em São Paulo, 2020, onde foram consultadas todas de certidões civis dos filhos de José Martins 3(III). As fontes não foram citadas por questões de privacidade.

11(V) VANESSA MARTINS FRANCISCO: auxiliar de enfermagem, teve Gustavo.

10(IV) JOÃO MARTINS: Nasceu em 1955 em São Paulo/SP, onde se casou em 1982 com MARIA HELENA DE MOURA e tiveram Jeferson, falecido, e Carlos Henrique.

11(IV) ANTÔNIO MARTINS: Nasceu em 1957 em São Paulo/SP, onde se casou em 1988 e divorciou em 2007 de MARIA REGINA GONÇALVES DOS SANTOS e teve:

12(V) VAGNER DOS SANTOS MARTINS, casado.

13(V) RODRIGO DOS SANTOS MARTINS, casado, teve Leonardo e Beatriz.

12(IV) PEDRO MARTINS: Nasceu em 1959 em São Paulo/SP, casado em Itaquera/SP, com geração.

13(IV) LUIZ MARTINS: Nasceu em 1961 em São Paulo/SP, casado com geração.

II- KATA MARKO (CATHARINA MARKO). Nasceu em 13-NOV-1886 na vila de Markovac, cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia¹⁰³. Assim como seus pais e irmãos, desembarcou em Santos no ano de 1896 com 10 anos e foi alocada no Núcleo Colonial Pariquera-Açu. Casou na Capela de Pariquera-Açu¹⁰⁴ em 24-JUL-1909 e no civil¹⁰⁵ em 21-OUT-1916 com LADISLAU REDIS, russo, nascido cerca de 1885, filho de Theophilo Redis e Paulina Redis. Catharina faleceu¹⁰⁶ na mesma cidade em 07-SET-1977 aos 88 anos de idade viúva do esposo, com quem teve cerca de seis filhos

II- TOMA MARKO. Nasceu em 17-DEZ-1888 na vila de Markovac, cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia¹⁰⁷. Assim como seus pais e irmãos,

103 Certidão de Nascimento, Coleção de livros de registros HR-DAOS-500, 13-NOV-1886, Markovac, Kata, Arquivo Estadual de Osijek da Croácia (Državni arhiv u Osijeku)

104 Assento de casamento, Livro nº 4 de matrimônios, Folha 103v, Nº 28, 24-JUL-1909, Capela de Pariquera-Açu, Wadislau Redic e Catharina Marcus, armazenado na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Jacupiranga/SP, acessado em 2020, disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-S297-4D?i=121&wc=M5N1-S-P8%3A372018201%2C371868902%2C372059201&cc=2177299>

105 Assento de casamento, Livro de casamentos de 1916, Folha 118, Nº 818, 21-OUT-1916, Jacupiranga/SP, Ladislau Redis e Catharina Marko, 1º Cartório Civil de Jacupiranga/SP, disponível no Family Search.

106 Assento de óbito, Livro C-8, folha 44, nº 444, 07-SET-1977, Pariquera-Açu/SP, Catharina Marko, Cartório civil de Pariquera-Açu/SP.

107 Certidão de Nascimento, Coleção de livros de registros HR-DAOS-500, nº Registro

desembarcou em Santos no ano de 1896 com 8 anos e foi alocado no Núcleo Colonial Pariquera-Açu. Em seu prontuário de estrangeiro¹⁰⁸ de 1939, com o nome THOMAZ MARKO, declarou que residia em Santos/SP na Rua São Bento nº 15 (bairro Valongo), no efervescente centro histórico da cidade. Este endereço está praticamente às margens do Rio Pedreira, local onde ele usava pequenas embarcações para chegar ao trabalho no sítio Chacrinha, com sede na enseada de Santa Rita, pertencente à Adelino da Rocha Brites. Neste sítio havia uma olaria e plantação de bananas, sendo vendido pouco depois para a Companhia de Siderurgia Paulista (COSIPA)¹⁰⁹. Estava com 50 anos de idade e solteiro, portanto, provavelmente não deixou geração.

II- MARIJA MARKO. Nasceu em 04-JUL-1892 na vila de Markovac, cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia¹¹⁰. Assim como seus pais e irmãos, desembarcou em Santos no ano de 1896 com 4 anos de idade e foi alocada no Núcleo Colonial Pariquera-Açu. Desconheço qualquer outra informação.

II- JOSIP MARKO (JOSÉ MARKO). Nasceu em 10-FEV-1895 na vila de Markovac, cidade de Našice, condado de Osijek-Baranja na Croácia¹¹¹. Assim como seus pais e irmãos, desembarcou em Santos no ano de 1896 com 1 ano de idade e foi alocado no Núcleo Colonial Pariquera-Açu. Casou na capela de Pariquera-Açu¹¹² em 08-ABR-1923 com HELENA CARPINSCHI, natural desta colônia com vinte anos de idade, filha de Alberto Carpinski e Maria Carpinski. Desconheço geração.

II- FRANCISCA MARKO. Nasceu em Pariquera-Açu/SP por volta do ano de 1897 e casou¹¹³ em 16-JUL-1916 no mesmo local com JOÃO HIPOLITO JU-707, pág. 403, nº Ordem 319, 17-DEZ-1888, Markovac, Toma, Arquivo Estadual de Osijek da Croácia (Državni arhiv u Osijeku)

108Prontuário de Estrangeiro de Thomaz Marko, SPMAF Santos, RNE nº197, 1939, Delegacia de Polícia de Santos/SP, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

109COUTO, Joaquim Miguel. *Entre estatais e transnacionais: O polo industrial de Cubatão*, Campinas: Unicamp, 2003, pág.114, 232p, Tese(Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

110Certidão de Nascimento, Coleção de livros de registros HR-DAOS-500, 04-JUL-1892, Markovac, Marija, Arquivo Estadual de Osijek da Croácia (Državni arhiv u Osijeku)

111Certidão de Nascimento, Coleção de livros de registros HR-DAOS-500, 10-FEV-1895, Markovac, Josip, Arquivo Estadual de Osijek da Croácia (Državni arhiv u Osijeku)

112Assento de casamento, Livro nº 5 de Matrimônios de 1915-1925, pág. 83, nº 8, 08-ABR-1923, Jacupiranga, José Marko e Helena Carpinski, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-9RGL-D?fbclid=IwAR226DiRsnhRUCrLFmDK6rY1NE2Q1I_BChoRy-BaN-GP9lrxmElydZ2rbR0&i=90&cc=2177299&cat=334693

113Assento de casamento, Livro 5, Folha 8, nº 28, 16-JUL-1916, Pariquera-Açu/SP, João

NIOR, com 27 anos, natural e morador desta freguesia, filho de João Hippolito Pinto e Domingas Maria da Silva. Desconheço geração.

II- JULIA. Nasceu em Pariquera-Açu/SP por volta do ano de 1898, pois consta seu nome e idade de 2 anos no livro de matrícula e controle de produção dos colonos. Porém, não possuímos mais informações¹¹⁴.

§ 2º

II- HELENA BOASKI (MARKOSKI). Nasceu em Pariquera-Açu/SP em 28-DEZ-1903, filha de Estanislau Boaski e Sophia Boaski (Sofija Fušek). Casou¹¹⁵ na paróquia em 30-SET-1923 na mesma cidade e no civil¹¹⁶ na data de 05-ABR-1924 em Jacupiranga/SP com MIECZYSLAU MARKOSKI. Ele é lavrador, filho de Antônio Markoski e Francisca Markoski, nascido¹¹⁷ em São Bernardo do Campo/SP em 16-SET-1897 e falecido¹¹⁸ em Pariquera-Açu em 25-JUL-1969. Sua esposa Helena faleceu¹¹⁹ em Pariquera-Açu em 07-JUN-1980 com 73 anos, deixando os filhos abaixo, todos naturais de Pariquera-Aç ¹²⁰:

4(III)- ELIZABETH MARKOSKI, deixou geração conhecida, onde Renan e Renata Mendes são auxiliares de enfermagem.

Hippolito Junior e Francisca Marcos, Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Jacupiranga, disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F=9-RVH-L?i9=&cc-2177299&cat=334693>

114Registro de Matrícula de colonos, Núcleos coloniais, Repositório Digital, 1900, Pariquera-Açu, Julia, Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDI-TCINCPAE01847096.jpg

115Assento de casamento, Livro nº 5, pág. 94, nº 50, 30-SET-1923, Pariquera-Açu/SP, Mice-sinlau Markoski e Helena Boaski, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jacupiranga, disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F=9-RGJ-K?i104=&cc-2177299&cat=334693>

116Assento de casamento, Livro de 1934, folha 177V, nº 180, 05-ABR-1924, Jacupiranga/SP, Mieczyslau Markoski e Helena Boaski, 1º Cartório civil.

117Assento de batismo, Livro de 1893-1898, folha 166v, 21-SET-1897, São Bernardo do Campo/SP, Niceslaus, Paróquia de S. Bernardo do Campo, acessado em 2020, disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N=-QLZL2-?from=lyn1xUI8V&treeref-G988-N6H&i=172>

118Assento de óbito, livro C-6, folha 45, nº 5371, 25-JUL-1969, Pariquera-Açu/SP, Mieczyslau Markoski, cartório civil.

119Assento de óbito, livro C-8, folha 192v, nº 1038, 07-JUN-1980, Pariquera-Açu/SP, Helena Boaski Markoski, cartório civil

120Entrevista e análise de documentos comprobatórios realizada com Cleiton Navarro na data de 18-JUN-2020, por meio eletrônico e online.

5(III)- EDOVIRGEM MARKOSKI, s.g.

6(III)- MARIA MARKOSKI, deixou geração conhecida, onde um descendente de nome Neuci é auxiliar de enfermagem.

7(III)- LADISLAU MARKOSKI, s.g.

8(III)- LUIZA MARKOSKI, deixou geração conhecida.

9(III)- THEREZA MARKOSKI, deixou geração conhecida. Uma filha de nome Isaura foi auxiliar de enfermagem por trinta e quatro anos.

10(III)- ALBINO MARKOSKI, s.g.

11(III)- PAULO MARKOSKI, s.g.

12(III)- PAULINA MARKOSKI, nascida em 1937, foi auxiliar de enfermagem no Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua (HRLB), teve os filhos Nilson e Nilcilene, sendo esta última mãe do pesquisador Cleiton Markoski, de Pariquera-Açu.

13(III)- JOSÉ LIBERATO MARKOSKI, s.g.

14(III)- ANEZIA MARKOSKI, nascida em 1941, foi auxiliar de enfermagem na Maternidade São Paulo, s.g.

15(III)- WANDA MARKOSKI, deixou geração conhecida.

Nota sobre o autor

Pesquisador com interesse no resgate da história de personagens paulistas, das famílias de imigrantes e suas origens. Pesquisador-convidado do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (E-mail: ats1863@hotmail.com).

A FAMÍLIA LAUCAS/LAUCHES/LAUGGES – DO TIROL AO BRASIL, PASSANDO PELA ITÁLIA

Alessandra Choairy Coelho Myrrha

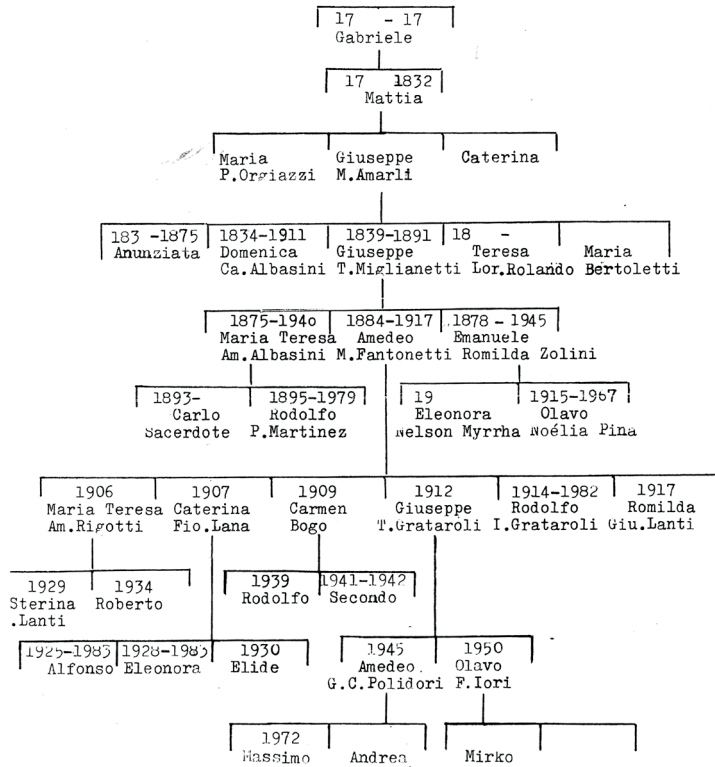
Resumo: *Este artigo, objetiva mostrar a ascendência e descendência da família Laucas, vinda do Piemonte na Itália, para o Brasil, no início do século XX, tendo Emanuele Laucas se estabelecido na nova capital mineira. As primeiras pesquisas se deram em 1989 e prosseguiram ao longo dessas três décadas, em diversos momentos e com intensidade variável, período este que nos facultou montar o quebra-cabeça desse ramo da história da família. Foram realizadas pesquisas on-line, entrevistas presenciais e, mais recentemente, visitas de campo que nos levaram não só à Itália mas também à Áustria, de onde, um século antes, Mattia Laugges/Lauches saíra para recomeçar a vida na Itália. Trata-se da história de todos nós, migrantes que somos, nesta Terra onde estamos de passagem.*

Abstract: *This article aims to show the ancestry and descent of the Laucas family, with a focus on Emanuele Laucas emigrating from Piedmont, Italy, to Minas Gerais, Brazil in the beginning of the 20th century. The first surveys took place in 1989 and continued over three decades (at different times and with varying intensity), a period that allowed us to put together the puzzle of this branch of family history. Online surveys, face-to-face interviews and, more recently, field visits took us not only to Italy but also to Austria, from where, a century earlier, Mattia Laugges / Lauches had left to start life in Italy again. It is the story of all of us, migrants that we are, on this Earth where we are passing through.*

Introdução

As pesquisas relativas a este trabalho começaram em 1989, quando Dona Eleonora, avó paterna de meu esposo, ainda vivia. Foi ela quem me apresentou um esboço do histórico da família, com cinco gerações de Laucas, a partir de Mariano Giuseppe Emanuele Laucas, objeto deste artigo (IMAGEM 1). O gráfico com a árvore da família foi elaborado por um primo distante, Xavier Albasini, residente na Suíça, na década de 1980. O documento remonta a Mattia Lauches, bisavô de Emanuele e primeiro austríaco da família a emigrar para a Itália. Xavier Albasini é

identificado como neto de Maria Teresa Laucas, irmã de Emanuele. O sobrenome Laucas, de origem alemã, Laugges, representa os familiares do Tirol austríaco concentrados em pequenas vilas, aos pés dos Alpes, nas proximidades de Innsbruck. Surpreendentemente, as motivações políticas, sociais e econômicas envolvendo a consolidação do Reino de Itália que trouxeram tantos no período áureo da imigração italiana não parece revelar a verdadeira razão da imigração solitária desse italiano que fizera parte ativa da Marinha Real Italiana em ao menos duas campanhas no exterior.



La família Laucas (Lauches in tedesco) ha le sue origine nella città di Pfunds, Tirol austriaco. Mattia Lauches fu il primo della famiglia a bilirise in Ronchi di fuori, nella casa chiamata della Piodona, che lasciò sua figlia Caterina con testamento rogato il 30.5.1831 davanti al Reg. Notaio Giuseppe Albasini.

IMAGEM 1- Árvore genealógica da família Laucas - imagem em poder da família, elaborada por Xavier Albasini e enviada ao Brasil em 1984.

Em algum momento próximo à virada do século XVIII para o XIX, não se sabe a razão, Mattia Laugges tem seu sobrenome adaptado para Lauches, ao deixar a cidadezinha de Pfunds, Tirol, Áustria, e passar ao norte da Itália, instalando-se nos mesmos já conhecidos Alpes de sua cidade natal, adquirindo casa no *Comune di Vanzone, Provincia di Novara*¹, na região do Piemonte italiano.

É possível que tenha viajado pouco mais do equivalente a 300 km, considerando-se os caminhos de hoje, cruzando a Suíça e, provavelmente, tendo passado por Davos (IMAGEM 2). Não deve ter sido viagem fácil nem realizada numa arrancada só, em virtude de tantas barreiras geográficas a superar. Não há informações quanto à data de sua chegada a Vanzone, porém existe uma referência em seu testamento de 1831: deixa a casa de sua propriedade em *Ronchi di Fuori, frazione* desse *comune*, para Caterina, sua filha

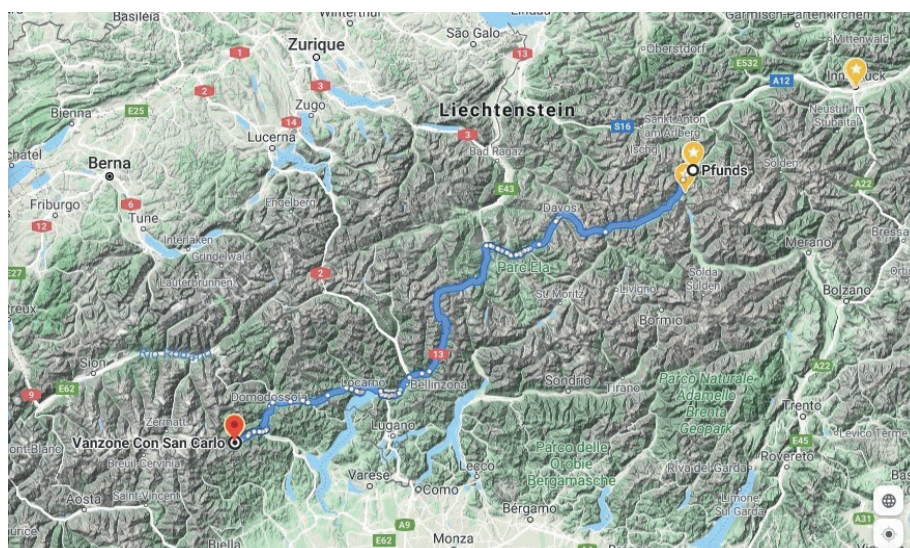


IMAGEM 2 - Mapa do caminho entre Pfunds no Tirol austriaco e Vanzone con San Carlo, na província de Verbano-Cusio-Ossola, no Piemonte, Itália. Gerado a partir do Google Maps em 10 de junho de 2020.

Há de se lembrar que as unidades políticas não eram consolidadas como são atualmente, e a região sofria com as ocupações napoleônicas e com as frequentes

¹Antes de 1875 o nome do *comune* (município) era somente *Vanzone* na província de *Novara*. Depois dessa data, une-se a *San Carlo D'Ossola*, definindo o *comune* de *Vanzone con San Carlo*, então província de *Novara*. Em 1976 institui-se a província de *Verban-Cusio-Ossola*, passando o *comune* de *Vanzone con San Carlo* a pertencer a essa província. Favor considerar todas as citações subsequentes no texto de acordo com esse critério.

trocas de domínio político nessa virada de século². O período foi efervescente em ambos os lados, com a Itália buscando sua unificação administrativa e, consequentemente, estabilidade política³.

Muitos anos se passaram até que um descendente pudesse ir ao Piemonte verificar a história. O primeiro croqui, apresentado por D. Eleonora, instigou uma visita presencial à região, em 2017. Dos dados descobertos no *Comune di Vanzone con San Carlo*, com a ajuda prestimosa da jovem funcionária Sara Rosa, seguiram-se informações que nos levaram ao Tirol, em abril de 2018, onde Peter Schwienbacher, administrador da pequena vila de Pfunds por mais de dez anos, entregou-nos uma pesquisa bem realizada, apresentando os antepassados diretos e colaterais de Mattia Laugges/Lauches. Na ocasião, explicou que, àquela época, muitos saíram da região, já que os campos não sustentavam a crescente população europeia. Uma pesquisa rápida indica que a Europa de então foi castigada por uma sequência de invernos tão rigorosos que passou para a história como a “Pequena Idade do Gelo”⁴, situação esta que

² A Áustria perdeu muitos territórios nas Guerras Napoleônicas no final do século XVIII e início do XIX. Napoleão conquistou grande parte do Sacro Império Romano-Germânico e, em 1806, aboliu o Império. O imperador Francisco II da Germânia mudou seu título de arquiduque para imperador da Áustria e governou como Francisco I. Napoleão foi finalmente derrotado em 1815. [...] As Guerras Napoleônicas foram uma dura prova para a sobrevivência da monarquia. O imperador Francisco José I da Áustria foi obrigado a abdicar da coroa do Sacro Império Romano-Germânico e viu seus domínios serem “divididos” pelos aliados de Napoleão Bonaparte; o Tirol foi ocupado pelo Reino da Baviera e pelo Reino da Itália, ocasionando na guerra de resistência tirolesa comandada por Andreas Hofer, considerado o maior herói tirolês. Também o Principado Episcopal de Trento, assim como o de Bressanone teve seu fim com a invasão francesa. <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81ustria> - acesso em 15 de junho de 2020.

³Entre 1792 e 1799, a Itália permaneceu sob a influência da França, que anexou a Sabóia e Nice e ocupou a República de Gênova. Foram instituídas efêmeras “repúblicas irmãs”. Entre 1802 e 1804, Napoleão Bonaparte conquistou o conjunto da península e instituiu, no norte, a “República Italiana”. Entre 1805 e 1814, esta tornou-se Reino de Itália, tendo Napoleão Bonaparte como soberano; o reino de Nápoles, ocupado em 1806, foi confiado a José Bonaparte e depois (1808) a Joaquim Murat. [...] Em 1814, a Itália reassumiu a divisão anterior (12 estados). A dominação austríaca foi restaurada no norte e no centro. A oposição dos italianos ao domínio austríaco manifestou-se em um sentimento cada vez mais forte em favor da unidade nacional e da independência, cujo primeiro sintoma foi o nascimento de uma rede de sociedades secretas que desempenharam um papel de vital importância no transcurso das revoluções de 1820, fortemente reprimidas pela *Áustria*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_It%C3%A1lia - acesso em 15 de junho de 2020.

⁴ No inverno de 1780, a zona fluvial de Nova Iorque congelou e podia-se ir a pé da ilha de Manhattan à de Staten Island, tendo as conexões comerciais bloqueadas por via marítima. Os canais holandeses costumavam ficar completamente congelados. As geleiras nos Alpes cobriam aldeias inteiras, matando milhares de pessoas, e se formou uma grande quantidade

provocou consideráveis impedimentos ao plantio, pelo congelamento dos vales por mais tempo que o normal. Eram famílias simples que lutavam diariamente pela sobrevivência. Quando Emanuele e sua irmã Maria nasceram, seu pai Giuseppe, já registrado com o sobrenome Laucas, estava fora a trabalho, e a certidão de nascimento desses filhos foi feita por outra pessoa, fato que se repete em muitos registros e em muitas gerações. Giuseppe Laucas declara-se *lattaio* (leiteiro) em um registro e *stagnai* (funileiro) em outro, profissão essa herdada do pai

A família Laucas no Brasil começa com a vinda de Marianno Giuseppe Emanuele Laucas instalando-se em Minas Gerais. A emigração tornara-se um fenômeno social na Itália unificada. Havia muitos motivos envolvidos nesse movimento, sendo eles socioeconômicos e políticos, bem como por questões pessoais⁵. Não temos registro de sua entrada no Brasil, mas trabalhou na Marmoraria Lunardi, estabelecida em 1899, à Rua dos Caetés, em Belo Horizonte, fazendo frente às demandas de instalação da nova capital do Estado. Foi lá que conheceu sua futura esposa Romilda Zolini, com quem se casa em outubro de 1905, cuja irmã Letizia Leonida Zolini era casada com Estêvão Lunardi. Romilda, também italiana do *Comune di Minerbe, Provincia di Verona, Veneto*, viera com toda a família em 1896, aos 11 anos de idade, no navio Colombo⁶. Aqui, imigrantes, famílias italianas se uniam e mantinham a tradição e os vínculos sociais, adicionando a estes, vínculos profissionais. Belo Horizonte, recém-inaugurada, oferecia oportunidades para empreendedores como os Lunardi, para construtores, como se declara Emanuele, ao registrar uma procuração no Consulado da Itália, no Rio de Janeiro, em 1907⁷, ou para agricultores, como Antonio Giovanni Zolini, sogro de Emanuele que, segundo informação familiar, colaborou ativamente na implantação do Parque Municipal, onde chegou mesmo a morar com a família.

de gelo no mar, a tal ponto que não existia mar aberto em torno da Islândia em 1695. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pequena_Idade_do_Gelo - acesso em 17 de junho de 2020.

5 Para saber mais: https://pt.wikipedia.org/wiki/Emigra%C3%A7%C3%A3o_italiana - acesso em 12 de junho de 2020.

6Registro de entrada dos Zolini: (ZOLINI GIOVANNI - 40 anos Livro: SA-902 pág.: 11 Data: 05-ABR -1896 (Data de entrada na Hospedaria) Nacionalidade: Italiana Dependentes: ZOLINI EMILIA - 41 anos - mulher ZOLINI CLODOVEO - 15 anos - filho ZOLINI ANGELA - 13 anos e 1/2 - filha ZOLINI ADRIANO - 12 anos - filho ZOLINI ROMILDA - 11 anos - filha ZOLINI LEONIDA - 9 anos - filha ZOLINI ANTONIO - 4 anos - filho VECCHIETTI GIUSEPPE - 43 anos - parente <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs/photo.php?lid=963> p.12 - Arquivo Público Mineiro | Imagens dos Imigrantes).

7Em 1907 apresenta-se ao Consulado Geral da Itália, no Rio de Janeiro, e nomeia Giacomo Molgatini, na ocasião, prefeito do *Comune di Vanzone con San Carlo*, como seu procurador em território italiano. Este mesmo Molgatini é quem assina a certidão de nascimento emitida em janeiro de 1902, que Emanuele apresenta na habilitação de casamento. Para dados genealógicos, recordações, documentos disponíveis e árvore familiar, favor buscar no site www.familysearch.org o nome de Marianno Giuseppe Emanuele Laucas ID 2M24-RVH e familiares correlatos - acesso em 22 de junho de 2020.



IMAGEM 3 - Medalha da Campanha na África, frente e verso, com faixa de prata que determina o período de 1895-1896, em poder de Rodrigo Myrrha.

Emanuele, de espírito aventureiro, já era viajado. Entre 1895-1896, por volta dos 18 anos, participa de uma campanha militar na África, onde recebe uma medalha pelo *Decreto real n. 231, de 21 de junho de 1896, que acrescenta a letra c) do art. 5 disso em 3 de novembro de 1894 no. 463, que estabelece uma medalha em memória das campanhas africanas, publicada no Diário Oficial do Reino da Itália n. 150 de 26 de junho de 1896.*⁸

⁸ https://it.wikipedia.org/wiki/Medaglia_commemorativa_delle_campagne_d%27Africa - acesso em 22 de junho de 2020.



IMAGEM 4: Certificado de reconhecimento datado de 30 de março de 1899, em Roma, Itália, que assinala Emanuele como *sottocapo cannoniere della Regia Marina Militare d'Italia* (subchefe de artilharia da Marinha Real Italiana).

Pela data gravada na faixa em anexo à medalha, e por relatos familiares de que quase morreu nessa empreitada, imaginamos que tenha participado da Batalha de Adwa, em março de 1896, onde as forças italianas enfrentaram em desvantagem o exército etíope.⁹ Apesar do alto número de mortos entre os italianos

⁹ A Primeira Guerra Ítalo-Etíope (em italiano: *Guerra di Abissinia* ou *Campagna d'Africa Orientale*) corresponde à invasão italiana à Etiópia ocorrida entre os anos 1895 e 1896. É um dos poucos casos existentes de resistência armada ao colonialismo europeu no século XIX.^[1] na noite de 1º de março de 1896, 18 mil italianos abandonaram as fortificações e se moveram pelas colinas de Adwa, mas seus mapas eram precários e as forças acabaram isoladas. Esperavam encontrar 30 mil etíopes, mas haviam mais de 100 mil, 80% com

nessa batalha, Emanuele sobreviveu e, posteriormente, foi fotografado na China como marinheiro da Marinha Real Italiana, em 28 de dezembro de 1899. A foto foi tomada por um dos mais famosos fotógrafos chineses, Lai Fong, de Hong Kong.

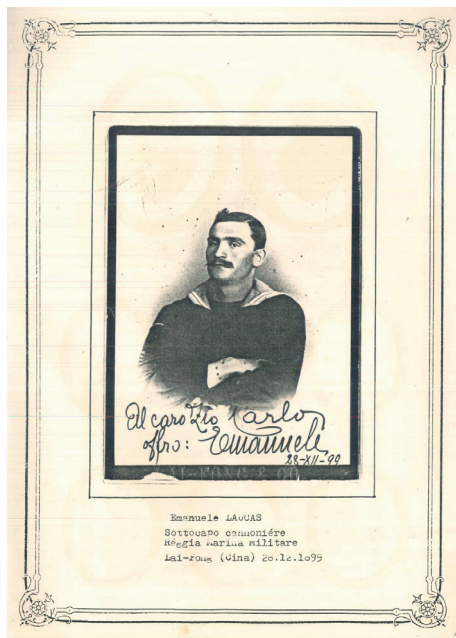


IMAGEM 5: Emanuele fotografado por Lai Fong, em 28 de dezembro de 1899. O estúdio de Lai Fong era em Hong Kong, o que nos permite depreender que, nessa data, Emanuele estava no sul da China. Cópia em poder de Giannina Laucas.

Havia interesses colonialistas no envio de militares à China. Segundo Smith (2012, p. xi), "late nineteenth-century imperialism had become global"¹⁰, e muitas nações buscavam na China uma das últimas oportunidades de domínio. Emanuele seguramente marcava presença italiana na China naquele momento conhecido como "O século da Humilhação", e pode ter participado como soldado da Aliança das Oito Nações (Japão, Rússia, Reino Unido, Áustria, Itália, Estados

armas modernas. Foi um massacre. Horas depois, 7 mil deles estariam mortos, 1,5 mil feridos e 3 mil capturados."

https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Guerra_Mundial - acesso em 23 de junho de 2020.

¹⁰Tradução livre: "o imperialismo do final do século XIX tinha se tornado global". Smith, Shirley Ann. *Imperial Designs: Italians in China 1900-1947*. Fairleigh Dickinson University Press, 2012. p. xi-xiii.

Unidos, França e Alemanha) que, com um contingente próximo a 20 mil homens, fez frente ao cerco de Pequim, o que ficou conhecido como “Levante dos Boxers”. Bays (2012, p. 84) complementa: “The ‘siege at Beijing’ was lifted by a large eight-nation expeditionary force in August 1900, which occupied the city as the empress dowager and the court fled to live in exile in Xi’an until returning to Beijing in early 1902”.¹¹

Estranhamente, a família pouco sabe dessas incursões. Emanuele deixou a impressão de homem calado, obviamente, com pouco domínio da língua portuguesa. Não fossem as poucas pistas deixadas, seus netos nada saberiam sobre as aventuras desse italiano. Por que veio a se fixar tão precocemente em Belo Horizonte, não sabemos. O certo é que não deve ter sido a fome, que tantas vezes está por detrás dos movimentos migratórios, que o motivou, visto ter tido posição social e profissão. Aqui estabeleceu família, gerando um casal de filhos. Veio a falecer na casa de seu genro, Nelson Myrrha, na Rua Curitiba, 1979, no Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, às 12:00 h do dia 02-JAN-1943, de neoplasma do pulmão, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim, na capital mineira

Esta é uma obra de muitas mãos. Correndo o risco de ser injusta, não posso deixar de agradecer à parceria tão amigável de Stanley Savoretti que, mais persistente que eu, nos levou a descobertas fantásticas. À Giannina Laucas, que prestimosamente realizou a dura tarefa da revisão do texto, oferecendo aconselhamento e estímulo. Aos familiares, que compartilharam o que sabiam. Àqueles desconhecidos, que estiveram nos *comuni* e repartições detentoras dos registros. Ao www.familysearch.org, que vem fazendo o milagre de unir os povos nessa paixão pela história das famílias. E a meu esposo, Rodrigo Myrrha, que feliz me acompanha nessas andanças atrás da nossa gente.

§ 1º

I - MARIANNO GIUSEPPE EMANUELE LAUCAS nasceu em 10-JAN-1878 em Vanzone con San Carlo, na província de Verbano-Cusio-Ossola, no Piemonte, Itália. Faleceu em 02-JAN-1943, em Belo Horizonte, MG. Casou-se em 3-OUT-1905, em Belo Horizonte, MG, com ROMILDA ZOLINI, nascida em 28-MAIO-1885, Minerbe, Verona, Veneto, Itália, vindo ele a falecer em Belo Horizonte, MG, na casa de seu genro, Nelson Myrrha, na Rua Curitiba, 1979, no Bairro de Lourdes, Belo Horizonte, às 12:00 h, de neoplasma do pulmão, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim, na capital mineira, em 2-JAN-1943, enquanto Romilda viveu até 22-JUN-1958. Foram pais de pais de ao menos:

¹¹ Tradução livre: “O ‘cerco a Pequim’ foi levantado por uma grande força expedicionária de oito nações, em agosto de 1900, que ocupou a cidade enquanto a imperatriz e a corte fugiram para viver no exílio em Xian, até retornar a Pequim no início de 1902.” BAYS, Daniel H. *A New History of Christianity in China*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 84-87

- 1 (II) ELEONORA LAUCAS, que segue,
- 2 (II) JOSÉ OLAVO LAUCAS, § 12 °.

II- ELEONORA LAUCAS, nascida a 22-JUL-1910, no Rio de Janeiro, RJ, batizada em dezembro de 1911, na Igreja da Boa Viagem, em Belo Horizonte e falecida em 03-OUT-1995, em Belo Horizonte, MG. Casou-se em 21-JUN-1931, em Belo Horizonte, MG, com NELSON MYRRHA, nascido em 13-NOV-1907, em Vasouras, Rio de Janeiro e falecido em 21-FEV-1987, em Belo Horizonte, MG. Este foi coletor de impostos, iniciando sua vida profissional nesse cargo em 1931, em Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, onde permaneceu até 1937. Aposentou-se em 1965, depois de longos anos de service em Belo Horizonte. Nelson era filho de Manoel Ferreira Myrrha (nascido em 13-SET-1877, em Valença, RJ e falecido em 26-NOV-1975, em Itaúna, MG) e de Iole Maria Chelotti (nascida em 8-JAN-1880, em Livorno, Toscana, Itália e falecida em 9-OUT-1970, em São Bernardo do Campo, SP). Iole, provavelmente, migrou da Itália para o Brasil pouco depois de 1880. Temos somente a entrada de seu pai Adamo Chelotti em 03-SET-1880. O casal Nelson e Eleonora gerou ao menos:

- 1 (III) - MARCOS RALPH LAUCAS MYRRHA, nascido em 23-ABR-1932, que segue;
- 2 (III) - HUGO MYRRHA, nascido em 15-SET-1933, que segue § 2°;
- 3 (III) - NELSON MYRRHA JUNIOR, nascido em 16-FEV-1935, que segue § 3°;
- 4 (III) - RENATO MYRRHA, nascido em 20-DEZ-1936, que segue § 4°;
- 5 (III) - ROBERTO LAUCAS MYRRHA, nascido em 02-MAIO-1938, que segue § 5°;
- 6 (III) - FLÁVIO LAUCAS MYRRHA, nascido em 28-ABR-1939, que segue § 6°;
- 7 (III) - NOEMITA MYRRHA, nascida em 17-DEZ-1940, que segue § 7°;
- 8 (III) - EDSON MYRRHA, nascido em 16-NOV-1942, que segue § 8°;
- 9 (III) - JOSÉ EUSTÁQUIO MYRRHA, nascido em 03-FEV-1944, que segue § 9°;
- 10 (III) - MARINA MYRRHA, nascida em 23-FEV-1946, que segue § 10°;
- 11 (III) - LUIS CARLOS MYRRHA, nascido em 04-JUL-1951, que segue § 11°.

III - MARCOS RALPH LAUCAS MYRRHA, nascido em 23-ABR-1932 em Conselheiro Lafaiete, MG. Casado com ALDA GUASTI FURTADO,

nascida em 19-SET-1937, em Belo Horizonte, MG e pais:

1 (IV)- MARCUS FURTADO MYRRHA, nascido em Belo Horizonte, MG em 12-AGO-1963.

§ 2º

III - HUGO MYRRHA, nascido em 15-SET-1933, em Conselheiro Lafaiete, MG, e falecido em 02-OUT-2013, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Casado em primeiras núpcias com DORA LÚCIA BICALHO, nascida em 20-AGO-1937, no Rio de Janeiro, RJ e falecida em 5-JUN-2013, em Guarapari, ES. Pais de:

1 (IV)- ANA REGINA ASSUMPTÃO MYRRHA, nascida em 05-JUN-1961;
2 (IV)- HUGO LAUCAS E MYRRHA JUNIOR, nascido em 18-JUN-1963, em Belo Horizonte, MG e falecido em 8-JAN-2016, em Contagem, MG;

Casado em segundas núpcias em 30-DEZ-1980, em Belo Horizonte, com LENILDA MENDES MIRANDA, nascida em 26-JAN-1949, em Montes Claros, MG e pais de:

3 (IV)- SIMONE MIRANDA MYRRHA, nascida em 15-JAN-1981, em Belo Horizonte, MG;
4 (IV)- FREDERICO MIRANDA MYRRHA, nascido em Belo Horizonte, MG, em 03-JAN-1983 e falecido em Belo Horizonte, MG, em 03-JAN-1983;
5 (IV)- YGOR MIRANDA MYRRHA, nascido em Belo Horizonte, MG, em 30-ABR-1984.

§ 3º

III- NELSON MYRRHA JUNIOR, nascido em 16-FEV-1935, em Conselheiro Lafaiete, MG, e falecido em 23-ABR-1983, em Belo Horizonte, MG. Casado em 10-NOV-1956, em Carangola, MG, com EMERITA INÊS DE LIMA, e pais de seis filhos, todos nascidos em Belo Horizonte, MG

1 (IV) -ALEXANDRE DE LIMA E MYRRHA, de 17-ABR-1958;
2 (IV)- MARCO AURÉLIO DE LIMA E MYRRHA, do dia 30-MAIO-1960;
3 (IV)- RODRIGO DE LIMA E MYRRHA, do dia 03-SET- 1961;
4 (IV)- ELEONORA DE LIMA E MYRRHA, do dia 01-JAN-1964;
5 (IV) - DÉBORA DE LIMA E MYRRHA, do dia 31-OUT-1965;
6 (IV)- JULIANA DE LIMA E MYRRHA, do dia 11-03-1970.

§ 4º

III- RENATO MYRRHA, nascido em 20-DEZ-1936 em Conselheiro Lafaiete,

MG e falecido em 14-MAIO-2019, em Belo Horizonte, MG. Casado em 20-MAIO-1960, em Belo Horizonte, MG, com MARIA AUXILIADORA MACIEL, nascida em 05-MAR-1938, em Belo Horizonte, MG. Pais de cinco filhos, todos naturais de Belo Horizonte, MG:

- 1 (IV)- PAULO DE TARSO MACIEL MYRRHA, em 30-MAR-1961;
- 2 (IV)- RENATO MACIEL MYRRHA, em 18-JUL-1962 e falecido em 23-JUL-1993, em Belo Horizonte, MG;
- 3 (IV)- MARIA DE FÁTIMA MACIEL MYRRHA, em 11-DEZ-1963;
- 4 (IV)- MARIA LETICIA MACIEL MYRRHA, em 27-JAN-1965 e falecida em 03-MAIO-2008, em Belo Horizonte, MG;
- 5 (IV)- MARIA BEATRIZ MACIEL MYRRHA, nascida em 07-FEV-1968.

§ 5º

III- ROBERTO LAUCAS MYRRHA, nascido em 02-MAIO-1938, em Belo Horizonte, MG. Casado que foi com MARIA DE LOURDES PEREIRA, nascida em 25-MAIO-1929 em Viçosa, MG e falecida em Belo Horizonte, MG, no dia 22-SET-2011. Pais de:

- 1(IV)- MARCUS VINICIUS PEREIRA MYRRHA, nascido em 20-ABR-1962, em Belo Horizonte, MG;
- 2 (IV)- ROBERTO MÁRCIO PEREIRA MYRRHA, nascido em 23-NOV-1965, em Viçosa, MG e falecido em Carmo do Cajuru, MG, em 13-OUT-2007;
- 3 (IV)- EDUARDO AUGUSTO PEREIRA MYRRHA, nascido em 03-AGO-1967, em Viçosa, MG.

§ 6º

III- FLÁVIO LAUCAS MIRRA, nascido em 28-ABR-1939, em Belo Horizonte, MG, casado com BEATRIZ TEIXEIRA COSTA, nascida em SeteLagoas, MG, no dia 03-SET-1934, pais de:

- 1 (IV)- LUIZ FLÁVIO COSTA MIRRA, nascido em 03-NOV-1970;
 - 2 (IV)- LUCIANA COSTA MIRRA, nascida em 03-ABR-1972;
 - 3 (IV) - ADRIANO COSTA MIRRA, de 25-SET-1973;
- Todos os filhos naturais de Belo Horizonte, MG

§ 7º

III – NOEMITA MYRRHA, nascida em 17-DEZ-1940, em Belo Horizonte, MG, casada com JAIR RABELLO GUIMARÃES, nascido em 26-SET-1935, em Nova

Iguaçu, RJ e falecido em Belo Horizonte, MG em 29-JUN-2015. Pais de quarto filhos naturais de Belo Horizonte, nascidos nas seguintes datas

- 1 (IV) - JÚLIO CÉSAR MYRRHA GUIMARÃES, de 24-JUN-1963;
- 2 (IV) - ANDREA MYRRHA GUIMARÃES, de 24-ABR-1964;
- 3 (IV) - ROGÉRIO MYRRHA GUIMARÃES, de 10-OUT-1967;
- 4 (IV) - CRISTIANO MYRRHA GUIMARÃES, de 29-JAN-1974.

§ 8º

III- EDSON MYRRHA, nascido em 16-NOV-1942, em Belo Horizonte, MG, e falecido em 24-FEV-2018, em Belo Horizonte, MG, casado com PRISCILA BERNARDES DE OLIVEIRA, nascida em 28-ABR-1951, em Santo Antônio do Monte, MG. Pais de:

- 1 (IV) - HENRIQUE DE OLIVEIRA MYRRHA, nascido em 06-AGO-1975 em Belo Horizonte, MG;
- 2 (IV) - BERNARDO DE OLIVEIRA MYRRHA, nascido em 21-JAN-1984 no Rio de Janeiro, RJ.

§ 9º

III- JOSÉ EUSTÁQUIO MYRRHA, nascido em 03-FEV-1944, em Belo Horizonte, MG, e falecido em 12-JUN- 2020 casado que foi com ELIANA EL KARIM, nascida em 25-JUL-1950 no Rio de Janeiro, RJ. Pais de:

- 1 (IV) - LAÍS MYRRHA, nascida em 27-NOV-1974, em Belo Horizonte, MG;
- 2 (IV) - RAQUEL MYRRHA, nascida em 01-MAIO-1976, também em Belo Horizonte, MG.

§ 10º

III- MARINA MYRRHA, nascida em 23-FEV-1946, em Belo Horizonte, MG. Casada que foi com OLAVO SANTÓRIO KRAUS, nascido em 11-ABR-1947 em Lambari, MG e falecido em 30-OUT-2006, em Goiânia, GO. Pais de:

- 1(IV) - GIOVANNI MYRRHA KRAUS, nascido em 14-SET-1971, em Belo Horizonte, MG.

§ 11º

III- LUIS CARLOS MYRRHA, nascido em 04-JUL-1951, em Belo Horizonte, MG. Casado que foi com MARIZA MONTEIRO SANTOS, nascida em 25-MAR-1953, em Porto Alegre, RS. Pais de:

- 1 (IV)- LUIS CARLOS MYRRHA JR, nascido em 31-JUN-1979, em Belo Horizonte, MG;
- 2 (IV)- MARÍLIA EMANUELA MYRRHA, nascida em 05-JUN-1982, em Belo Horizonte, MG;
- 3 (IV)- CARMELA MYRRHA, nascida em 24-MAIO-1995, em São Paulo, SP.

§ 12º

II - JOSÉ OLAVO LAUCAS, nascido em 11-FEV-1915, em Belo Horizonte, MG e falecido em 14-DEZ-1967, também em Belo Horizonte, MG. Foi casado com NOELIA PINA DE OLIVEIRA, nascida em 22-OUT-1921, em Santo Amaro das Brotas, SE, e falecida em 5-JAN-2015, no Rio de Janeiro, RJ.

Foram pais de ao menos 8 filhos

- 1.(III)- ENIO GIUSEPPE LAUCAS, nascido em 23-FEV-1947, que segue;
2. (III)- CLÁUDIO LAUCAS, nascido em 15-ABR-1948, em Belo Horizonte, MG, e falecido em 19-JUL-2013, no Rio de Janeiro, RJ. Solteiro, sem geração, que segue.
3. (III)- VANESSA BIANCALAUCAS, nascida em 06-ABR-1950, que segue § 13º,
4. (III)- GIANNINA LAUCAS, nascida em 04-SET-1951, que segue § 14º,
5. (III)- WAGNER LAUCAS, nascido em 26-AGO-1954, que segue § 15º,
6. (III)- MARCO TÚLIO LAUCAS, nascido em 31-AGO-1957, que segue § 16º,
7. (III)- ADRIANA LAUCAS, nascida em 22-ABR-1959, que segue § 17º,
- 8.(III)- CARLA ROMILDA LAUCAS, nascida em 16-ABR-1964, que segue § 18º.

III- ENIO GIUSEPPE LAUCAS, nascido em 23-FEV-1947, em Belo Horizonte, MG e falecido em 02-DEZ-2012, em Belo Horizonte. Casado em primeiras núpcias com SANDRA MARIA PIRES, em 07-DEZ-1967 e pais de:

- 1(IV) - GIULIANO LAUCAS, nascido em 28-MAIO-1968, em Belo Horizonte, MG;
- 2(IV)- OLAVO LAUCAS, nascido em 24-MAIO-1972, em Belo Horizonte, MG.
Casou-se uma segundavez com MARLENE BUZINARI, em 23-ABR-1993, em Belo Horizonte e foram pais de:
- 3(IV)- NINA BUZINARI LAUCAS, nascida em 13-FEV-1984, em Belo Horizonte, MG;
- 4(IV)- MARCELA BUZINARI LAUCAS, nascida em 20-JUL-1988, em Belo Horizonte, MG.

§ 13º

III- VANESSA BIANCA LAUCAS, nascida em 06-ABR-1950, em Belo Horizonte, MG, casada com ENIVALDO PEREIRA, nascido em 8-MAR-1951, em Lins, SP, com casamento em 03-MAIO-1972, no Rio de Janeiro, RJ, pais de 8 filhos legítimos e 2 adotados, todos nascidos no Rio de Janeiro, RJ, nas seguintes datas:

- 1 (IV)- SANDRO LAUCAS PEREIRA, 4-JUN-1973;
- 2 (IV)- LEONARDO LAUCAS PEREIRA, 05-MAIO- 1975;
- 3 (IV)- LAILA LAUCAS PEREIRA, 06-JUN-1976;
- 4 (IV)- SÂMIA LAUCAS PEREIRA, 13-SET-1978;
- 5 (IV)- RAFAEL LAUCAS PEREIRA, 29 -SET-1981;
- 6 (IV)- SAULO LAUCAS PEREIRA, 04- MAIO- 1984;
- 7 (IV)- GIUSEPPE LAUCAS PEREIRA, 12- JUL-1986;
- 8(IV)- ALLAN LAUCAS PEREIRA, 01-NOV-1988;

e adotados:

- 9(IV)- SANDRA REGINA DA CONCEIÇÃO ELIZIÁRIO, 15-DEZ-1965;
- 10(IV)- TIAGO LAUCAS PEREIRA, 22-JUN-1986.

§ 14º

III- GIANNINA LAUCAS, nascida em 04-SET-1951, em Belo Horizonte, MG e casada que foi com SÉRGIO RICARDO CORTINES CAMPOS, nascido em Niterói, RJ, no dia 7-JUN-1952, com casamento em 27-JUL-1973, pais de:

- 1 (IV)- ANDRÉ LUIZ LAUCAS DE CAMPOS, nascido em 26-JUN-1972, no Rio de Janeiro, RJ;
- 2 (IV)- TITO LAUCAS DE CAMPOS, nascido em 08-JUN-1975, no Rio de Janeiro, RJ;
- 3 (IV)- RENATO LAUCAS DE CAMPOS, nascido em 08-JUN-1975, no Rio de Janeiro, RJ;
- 4 (IV)- EDUARDO LAUCAS DE CAMPOS, nascido em 27-DEZ-1979, no Rio de Janeiro.

§ 15º

III- WAGNER LAUCAS, nascido em 26-AGO-1954, em Belo Horizonte, MG, e falecido em 26-DEZ-1997, solteiro.

§ 16º

III- MARCO TÚLIO LAUCAS, nascido em 31-AGO-1957, em Belo Horizonte, MG. Do relacionamento com FÁTIMA PEREIRA BORGES, nascida em 17-OUT-1957, no Rio de Janeiro, RJ, foram pais de:

- 1 (IV)- DANIEL LAUCAS, nascido em 30-ABR-1978, no Rio de Janeiro, RJ;
 - 2 (IV)- LUANA LAUCAS, nascida em 07-ABR-1984, no Rio de Janeiro, RJ;
- Casou-se em 08-JUL-1993, no Rio de Janeiro, com ROSEMARY FIGUEIREDO DE ARAÚJO, nascida em 13-OUT-1967, em Guajaramirim, RO, e tiveram dois filhos
- 3 (IV)- LÍVIA LAUCAS, nascida em 18-MAR-1994, no Rio de Janeiro, RJ;
 - 4 (IV)- LÚCIO LAUCAS, nascido em 19-DEZ-2003, no Rio de Janeiro, RJ.

§ 17º

III- ADRIANA LAUCAS, nascida, em 22-ABR-1959, em Belo Horizonte, MG, casada com ROCCO IMBICO, nascido em 20-OUT-1957, no Rio de Janeiro, RJ e pais de:

- 1 (IV)- GUILHERME LAUCAS IMBICO, nascido em 29-SET-1979 no Rio de Janeiro, RJ;
- 2 (IV)- MÁRIO LAUCAS IMBICO, nascido em 19-ABR-1981, no Rio de Janeiro, RJ;
- 3 (IV)- BERNARDO LAUCAS IMBICO, nascido em 25-NOV-1985, no Rio de Janeiro, RJ.

§ 18º

III- CARLA ROMILDA LAUCAS, nascida em 16-ABR-1964, em Belo Horizonte, MG. Do relacionamento com EDUARDO MARTINS SAMPAIO, nascido em 22-FEV-1962, em Jequié, BA, foram pais de:

- 1 (IV)- LUMINA LAUCAS SAMPAIO, nascida em 09-AGO-1988, no Rio de Janeiro, RJ;

Gráfico Ahnenthafel
A ascendência de ELEONORA LAUCAS

1. ELEONORA LAUCAS, citada no § 1º da primeira parte deste artigo.
2. MARIANNO GIUSEPPE EMANUELE LAUCAS, citado no § 1º e cuja descendência foi objeto da primeira parte deste artigo.
3. ROMILDA ZOLINI, também já citada no § 1º.
4. GIUSEPPE LAUCAS, nascido em 1839, no Comune di Vanzone con San Carlo,

Provincia del Verbano-Cusio-Ossola, no Piemonte, Itália (ver nota 1 para explicações) e falecido em 20-DEZ-1891, no mesmo local. Era *lattaio* (leiteiro) em um registro e *stagnai* (funileiro) em outro registro, profissão essa herdada do pai. Segundo certidão de nascimento dos filhos Maria e Marianno, estava fora do país na ocasião do registro, o que foi feito por um terceiro. Casado em 9-JUL-1867, em Vanzone con San Carlo com

5. MARIA TERESA MIGLIANETTI, nascida em 18-JAN-1875 em Vanzone con San Carlo, e falecida em 1940, segundo gráfico enviado por Xavier Albasini.

Geração conhecida:

a. Uma criança do sexo feminino, nascida em 22-ABR-1872, sem vida, em Vanzone con San Carlo.

b. Maria Teresa Laucas, 18-JAN-1875, nascida em Vanzone con San Carlo, Itália, e falecida em 1940, segundo gráfico enviado por Xavier Albasini.

c. **MARIANO GIUSEPPE EMANUELE LAUCAS**, nascido em 10-JAN-1878, em Vanzone Con San Carlo. Faleceu em 02-JAN-1943 em Belo Horizonte, MG.

d. Uma criança do sexo feminino, nascida em 27-FEV-1881 sem vida, em Vanzone con San Carlo.

e. Carlo Amedeo Ludovico Laucas, nascido em 11-FEV-1884, em Vanzone, de profissão *braciante* (trabalhador braçal), conforme citado em registros subsequentes.

6. ANTONIO GIOVANNI ZOLINI, nascido em 16-JAN-1856 em Sorgà, Verona, Veneto, Itália, e falecido em JUN-1932, em Belo Horizonte, MG. Veio ao Brasil no navio Colombo (ver nota 7). Casou-se em 4-FEV-1880 em Minerbe, Verona, Veneto, Itália com

7. GIUSTINA EMILIA VECCHIETTI, nascida em 10-OUT-1855 no *comune* de Cologna Veneta, província de Verona, no Veneto, Itália, e falecida por volta de 1933, em Belo Horizonte, MG.

Geração conhecida:

a. Clodoveo Silvio Zolini, nascido em 04-MAIO-1881, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecido em MAIO-1957, em Belo Horizonte, MG.

b. Angela Carmela Zolini, nascida em 03-JUL-1882, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecida em 16-FEV-1973, em Belo Horizonte, MG.

c. Adriano Alfonso Zolini, nascido em 18-NOV-1883, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecido em 16-AGO-1956 em Belo Horizonte, MG.

d. **ROMILDA ZOLINI**, nascida em 28-MAIO-1885, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecida em 22-JUN-1958, em Belo Horizonte, MG.

e. Letizia Leonida Zolini, nascida em 01-JAN-1887, em Minerbe, Vero-

na, Veneto, Itália, e falecida em 06-ABR-1965, em Belo Horizonte, MG.
f. Lucila Zolini, nascida em 20-DEZ-1889, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecida, aproximadamente, em 1894.

g. Giovanni Baptista Zolini, nascido a 23-JAN-1893, em Minerbe, Verona, Veneto, Itália, e falecido em 23-DEZ-1959, em Belo Horizonte, MG. Mudou seu nome ao entrar no Brasil para João Baptista Zolini.

8. GIUSEPPE LAUCAS, nascido na Itália e falecido antes de 9-JUL-1867, conforme registro de casamento da filha Maria Teresa. Era *stagnai*o (funileiro) por profissão. Casado com

9. MARIA AMARLI, falecida depois de 9-JUL-1867, conforme registro de casamento da filha Maria Teresa.

Geração conhecida:

a. Domenica Laucas, nascida em 1834, em Vanzone con San Carlo, conforme sugere o *atto di nascita* do neto Carlo Albasini.

b. Teresa Laucas, nascida em 1837, em Vanzone con San Carlo, conforme sugere o *atto di nascita* do filho Giuseppe Rollando

c. **GIUSEPPE LAUCAS**, nascido em 1839, conforme citado no *atto di nascita* do neto Amedeo, e falecido em 20 de dezembro de 1891, em Vanzone con San Carlo

d. Anunziata Laucas, citada no croqui de Xavier Albasini, mas sem registro localizado.

e. Maria Laucas, citada no croqui de Xavier Albasini, mas sem registro localizado.

10. BATTISTA MIGLIANETTI. Vivia em Alessandria, Piemonte, e era *pizzicagnolo* (queijeiro).

11. MARIA FILIPA

Geração conhecida:

a. **MARIA TERESA MIGLIANETTI**, nascida em 1844, conforme *atto di nascita* de vários filhos

b. Maddalena Miglianetti, nascida em 1851, em San Carlo, Cusio-Ossola, Itália.

12. GIOVANNI BATISTA ZOLINI

13. ANGELA BONVICINI

Geração conhecida:

a. **ANTONIO GIOVANNI ZOLINI**, nascido em 16-JAN-1856, em Sorgà, Verona, Veneto, Itália, e falecido em JUN-1932, em Belo Horizonte, MG.

14. FRANCESCO VECCHIETTI

15. CAROLINA VACCARI

Geração conhecida:

a. GIUSTINA EMILIA VECCHIETTI, nascida em 10-OUT-1855, em Cologna Veneta, Verona, Veneto, Itália, e falecida, aproximadamente em 1933.

16. **MATTIA LAUCHES**, nascido em 23-FEV-1763, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, e falecido em 1832, já na Itália, após imigração.

Geração conhecida:

a. GIUSEPPE LAUCAS, nascido, aproximadamente, em 1813, na Itália, e falecido antes de 09-JUL-1867;

b. Maria Laucas.

32. **GABRIEL LAUGGES**¹², nascido em 24-MAR-1722, em Pfunds, Tirol austríaco, e falecido em 18-JAN-1785, Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

33. **ANA MARIA KLEINHANS**, nascida em 1730, em Nauders, Landeck, Tirol, Áustria, e falecida em 4-OUT-1771, Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria

Geração conhecida:

a. M. Kunigunde Laugges, nascida em 1755, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, e falecida em 1813, em Stanzbei Landeck, Tirol, Áustria;

b. Thomas Laugges, nascido em 14-DEZ-1755, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

c. Anton Laugges, nascido em 30-AGO-1757, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

d. Katharina Laugges, nascida em 27-NOV-1759, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

e. Andrea Laugges, nascido em 29-NOV-1761, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

f. MATTIA LAUGGES OU LAUCHES, nascido em 23-FEV-1763, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, e falecido por volta de 1832, na Itália;

g. Katharina Laugges, nascida em 9-NOV-1765, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

h. Anna Laugges, nascida em 22-FEV-1769, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria.

Gabriel foi casado em primeiras núpcias com GENOVEFA DRENER, sem geração conhecida.

64. **CRISTIAN LAUGGES**, nascido em 8-ABR-1686, em Pfunds, Landeck, Tirol,

¹² A partir do casal 32/33, Gabriel Laugges e Anna Maria Kleinhans, todos os dados foram compartilhados por Peter Schwienbacher, administrador do lugarejo de Pfunds, no Tirol austríaco, durante nossa visita à região, em 2018, pelo que somos muito gratos. Dada a dificuldade de pesquisa em registros locais e mesmo digitais, usamos essa genealogia, com a ressalva de que não foram dados coletados por nós, embora estes nos pareçam confiáveis.

Áustria, e falecido em 28-JAN-1758, na mesma cidade.

65. MAGDALENA SALZGEBER

Geração conhecida:

- a. Andrea Laugges;
- b. Mathias Laugges;
- c. **GABRIEL LAUGGES**, nascido em 24-MAR-1722, em, Pfunds, Tirol austríaco, e falecido em 18-JAN-1785, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;
- d. Katharina Laugges, que provavelmente faleceu antes do nascimento de outra irmã que recebeu o mesmo nome em seguida;
- e. Katharina Laugges;
- f. Rosalia Laugges;
- g. Pius Laugges;
- h. Anton Laugges;
- i. Jakob Laugges;
- j. Thomas Laugges.

66. GEORG KLEINHANS

67. MARIA MANGWETH, ambos falecidos antes de 1720.

Geração conhecida:

- a. **ANA MARIA KLEINHANS**,

128. MICHAEL LAUGGES, nascido em 29-AGO-1643, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, e falecido em 23-JUL-1710, na mesma cidade natal;

129. ANNA MARK, nascida em 22-JAN-1655, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, e falecida em 30-DEZ-1734, na mesma localidade.

Geração conhecida:

- a. INGEMUN LAUGGES, nascida em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1675;
- b. MARIA LAUGGES, nascida em Pfunds, em 1677;
- c. SUZANNE LAUGGES, nascida em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1680;
- d. BARTIMAEUS LAUGGES, nascido em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1682;
- e. **CRISTIAN LAUGGES**, nascido em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 8-ABR-1686, e falecido no mesmo lugar, em 28-JAN-1758;
- f. URSULA LAUGGES, nascida em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1689;
- g. JOHANN, nascido em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1693;
- h. ANDREA LAUGGES, nascido em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria, em 1696.

130. PAUL SALZGEBER

131. KATHARINA ONNIN

Geração conhecida:

a. MAGDALENA SALZGEBER

256. JOHANN MICHAEL LAUGGES, nascido em Prutz, Landeck, Tirol, Áustria, e falecido em 2-ABR-1676, em Pfunds, Landeck, Tirol, Áustria;

257. ANNA HIEZIN, no registro fornecido em Pfunds dizia Anna Hienzin “von Grins”, ou seja, de Grins, ou morando em Grins, Landeck, Tirol, Áustria.

Geração conhecida:

a. MICHAEL LAUGGES

258. CHRISTIAN MARK e

259. URSULA KRANEWITTER

Geração conhecida:

a. ANNA MARK

FONTES ARQUIVÍSTICAS

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantesdocs/photo.php?lid=963>

Decreto real n. 231, de 21 de junho de 1896, que acrescenta a letra c) do art. 5 disso em 3 de novembro de 1894 no. 463, que estabelece uma medalha em memória das campanhas africanas, publicada no Diário Oficial do Reino da Itália n. 150 de 26 de junho de 1896.

SÍTIOS DA INTERNET

<https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81ustria>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_It%C3%A1lia

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pequena_Idade_do_Gelo

https://pt.wikipedia.org/wiki/Emigra%C3%A7%C3%A3o_italiana

www.familysearch.org

https://it.wikipedia.org/wiki/Medaglia%2%AC_commemorativa_delle_campagne_d_%27Africa

https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Guerra_%C3%8Dtalo-Et%C3%ADope

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SMITH, Shirley Ann. *Imperial Designs: Italians in China 1900-1947*. Fairleigh Dickinson University Press, 2012. p. xi-xiii

BAYS, Daniel H. *A New History of Christianity in China*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 84-87

**Correções e Acréscimos ao Título *Bicudos da Genealogia Paulistana* –
1.ª Parte – O casal JOÃO MENDES DE PAIVA e SUA MULHER FRANCISCA DE BRITO**

Luiz Gustavo de Sillos

Resumo: *Correções e Acréscimos ao Título Bicudos da Genealogia Paulistana – Identificação de mais um ramo desta grande árvore, ao trazer o casal João Mendes de Paiva e Francisca de Brito.*

Abstract: *Corrections and Additions to Bicudos' Title of The Paulistan Genealogy - Identification of another branch of this large tree, when bringing the couple João Mendes de Paiva and Francisca de Brito.*

APRESENTAÇÃO

Caros amigos genealogistas, quando escrevi o artigo sobre a descendência do casal André Bernardes e Domingas Ribeiro¹, não imaginava o quanto as pessoas iriam me questionar sobre João Mendes de Paiva e s/m., cujo nome, à época, não tinha certeza, mas que acreditava, fielmente, ter sido filha de Francisco Bicudo de Brito e de sua mulher Tomásia Ribeiro de Alvarenga (SL, vol. VI, p. 360, n.º 2-6).

Esta afirmação não fora vislumbre de uma mente criativa. Estava pautada em uma fonte primária, ainda que, aparentemente insignificante: um pequeno recibo (ou quitação) apenso ao inv.º de Margarida de Brito, tia de Francisco Bicudo de Brito, do qual trataremos adiante.

Como sabemos, Margarida de Brito faleceu sem filhos, se fez inv.º, com início em MAIO-1675 (DAESP, INVENT. E TEST., vol. 19, fls. 41-8) e foram herdeiros seus irmãos, e, na falta destes, seus sobrinhos, e assim sucessivamente, na ordem em que se deveria herdar etc. Neste sentido, sendo a mulher de Antônio Bicudo, por nome Maria de Brito, irmã desta senhora, já falecida, não foi diferente, cabendo aos filhos de Maria de Brito, a parte que seria herdada por sua mãe. Ocorre que, em 1675, ano deste inv.º, alguns filhos dela, também haviam morrido, até que, finalmente, seus netos (então, sobrinhos-netos de Margarida de Brito),

¹ ASBRAP n.º 23, pp. 73-186.

recebem, cada um, o seu respectivo quinhão.

No tocante ao herdeiro Francisco Bicudo de Brito, sendo ele falecido em 1654, conforme informou-nos Silva Leme, diz este inv. ° ao citá-lo no título dos herdeiros: “*E os herdeiros de Francisco Bicudo que se não sabem quantos são...*”.

Aos consultarmos à Genealogia Paulistana, constam os seguintes filhos de Francisco Bicudo de Brito e Tomásia Ribeiro de Alvarenga, bem como, seus respectivos estados:

- 1) Ana Ribeiro, casada com Manuel da Costa Cabral;
- 2) Francisco Bicudo de Brito, casado com Isabel Cabral de Quevedo;
- 3) Maria Leme Bicudo, casada com Cornélio da Rocha;
- 4) Luzia Leme, falecida na infância;
- 5) **Francisca, falecida solteira;**
- 6) Maria Ribeiro, casada com Manuel Antunes Barbosa.

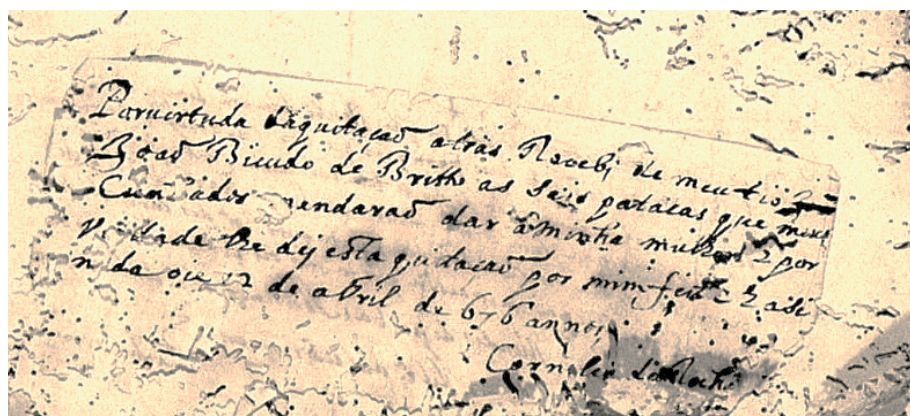
Destes, é de conhecimento, que pelo menos a filha de n.º 5, Luzia, de fato, faleceu na infância, pois que, seu avô materno (Francisco de Alvarenga) em 07/10/1661 em Santana de Parnaíba (DAESP, INV. E TEST., vol. 470, ano 1654), noticia a morte da menina.

Assim, voltemos ao tema central deste artigo. No meio dos inúmeros documentos consultados no inv. ° de Margarida de Brito, cujo motivo da pesquisa, à época, era descobrir mais informações sobre Mariana Bicudo de Brito, mulher de Henrique Tavares da Silva, personagens de outro artigo por mim escrito, deparei-me com a tal quitação de dívida. Nele aparecem João Mendes de Paiva, Ana Ribeiro de Alvarenga (n.º 1 acima) e Maria Ribeiro de Alvarenga (n.º 6 acima), onde podemos extrair, exatamente, estas informações (DAESP, INV. E TEST. JÁ PUBLICADOS, vol. XIX, ano de 1675):

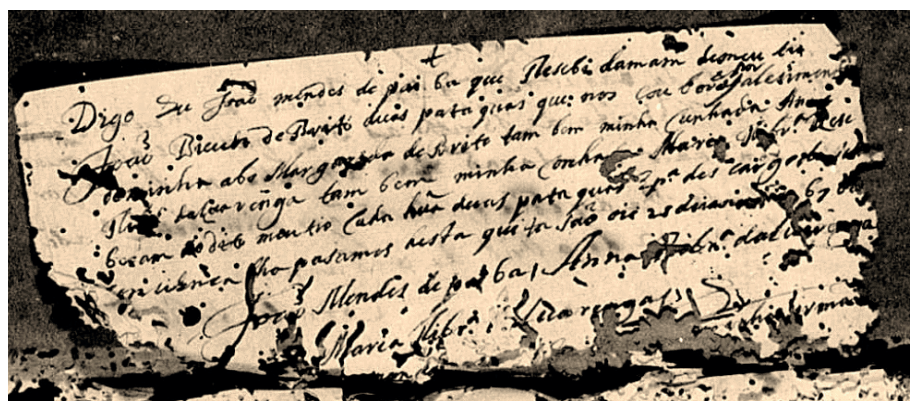
Digo eu João Mendes de Paiva que recebi da mão de meu tio João Bicudo de Brito duas patacas que nos coube por falecimento de minha avó (sic) Margarida de Brito também minha cunhada Ana Ribeiro de Alvarenga também minha cunhada Maria Ribeiro receberam do dito meu tio cada uma duas patacas e para desencargo [e com ciência] passamos esta quitação aos 25 de janeiro de 1676. João Mendes de Paiva, Ana Ribeiro de Alvarenga [e] Maria Ribeiro de Alvarenga, minha irmã.

Ainda, na sequência, identificamos outra quitação, agora, assinada por Cornélio da Rocha (casado com a n.º 3 acima):

Por virtude da quitação atrás recebi de meu tio João Bicudo de Britto as seis patacas que meus cunhados mandarão dar a minha mulher por verdade lhe dei esta quitação por mim feita e assinada hoje [22] de abril de 1676 anos. Cornélio da Rocha.



Recibo de quitação de dívida assinado por João Mendes de Paiva e cunhadas, ano de 1676, parte integrante do Inv.º de Margarida de Brito.



Recibo de quitação de dívida assinado por Cornélio da Rocha, ano de 1676, parte integrante do inv.º de Margarida de Brito

Ora, tomando por base o próprio Silva Leme, onde João Mendes de Paiva se encaixaria na genealogia, por nós parcialmente conhecida, da família de Francisco Bicudo de Brito? E como ele conseguiria ser, ao mesmo tempo, cunhado de Ana Ribeiro de Alvarenga, Maria Ribeiro de Alvarenga e Cornélio da Rocha? Talvez Francisco Bicudo de Brito tivesse uma filha ilegítima, que teria se casado com João Mendes de Paiva? Ou quem sabe sua mulher? Pois que, a única filha de legítimo matr. ° foi a Francisca, falecida solteira...

A resposta para este mistério é mais simples do que se parece – sem que haja necessidade de grandes debates – o documento que se trará aqui, se associado às quitações de dívida acima, fala por si. Confesso, porém, estar feliz pelo feito, pois que, ao escrever em 2017 sobre o casal João Mendes de Paiva e sua mulher, e levantar a possibilidade desta, ser filha de Francisco Bicudo de Brito, e, mesmo acreditando estar no caminho certo, tinha certeza absoluta que nunca teria minha suspeita confirmada

Um pequeno erro, perpetuado até os dias de hoje, dão por solteira aquela que viria a ser a mulher de João Mendes de Paiva, a n.º 5, Francisca, que, pela fonte primária encontrada, chamou-se, na verdade, **FRANCISCA DE BRITO**, e que, foi moradora com seu marido na V.ª de Guaratinguetá ou Taubaté, lar de tantos outros Bicudos, cuja história, os convido a conhecer.

São Bernardo do Campo, 26 de junho de 2020.

Luiz Gustavo de Sillos

O CASAL JOÃO MENDES DE PAIVA E FRANCISCA DE BRITO

João Mendes de Paiva, n. por 1640, cuja naturalidade e filiação se ignora, já estava casado em 1665 em Santana de Parnaíba, SP, com Francisca de Brito, n. por 1651 também em Santana de Parnaíba, SP, f.^a de Francisco Bicudo de Brito e de s/m. Tomásia Ribeiro de Alvarenga, ambos falecidos no ano de 1654, ele, em MAR-1654 e ela, em 11-MAIO-1654.

Mais precisamente, aos 15-NOV-16652 em Santana de Parnaíba, João Mendes de Paiva figura em um auto de quitação de dívida por parte de João Bicudo de Brito, onde este, efetua pagamentos aos herdeiros de seu irmão Francisco Bicudo de Brito (o casado com Tomásia Ribeiro), por ter sido o testr.^o e curador dos órfãos – seus sobrinhos. Nele, com exceção de Francisco Bicudo de Brito (o Filho), as demais herdeiras, Ana Ribeiro de Alvarenga, Maria Leme Bicudo, Maria Ribeiro de Alvarenga, e, “Francisca de Brito”, suas irmãs, são representadas por seus maridos (Manuel da Costa Cabral, Cornélio da Rocha, Manuel Antunes Barbosa, e, João Mendes de Paiva).

Logo na primeira página deste documento, findo em Santana de Parnaíba aos 24-DEZ-1677 há uma observação por parte do vigário, que respondera por estes autos duas vezes. Ainda, mesmo tendo o referido processo se encerrado no ano de 1677, teve início em 1665.

Neste sentido, fiquei com a impressão de que este documento é inédito, pois nunca ouvi falar sobre ele³ Inclusive, no test.^o e inv.^o de Francisco Bicudo de Brito, ano de 1654 em São Paulo, e, apenso o de sua mulher Tomásia Ribeiro, e que é parte integrante dos volumes de inventários publicados pelo Arquivo do Estado de São Paulo, não há qualquer referência sobre estes autos, pois que, se isto tivesse ocorrido, seguramente, Francisca de Brito não figuraria falecida solteira em Si va Leme.

Voltando um pouco, a parte que nos interessa, e que diz respeito à Francisca de Brito e a seu marido João Mendes de Paiva. Temos dois momentos em que ele é citado, e sua mulher, em apenas um:

Digo Eu João Mendes de Paiva que é verdade que recebi de Bartolomeu da Rocha do Canto dezesseis mil e setecentos reis [do] Capitão João Gonçalves dez mil e oitocentos reis os quais a dever no inventário de Francisco Bicudo de Brito e de Tomásia Ribeiro sua mulher e assim mais recebi do Capitão João Bicudo de Brito curador dos órfãos um negro do gentio da terra por nome Luís com sua mulher Estácia negra velha a qual por haver a parte dos órfãos foi [dada] em quantia de seis mil reis as quais por haver aos dois [ilegível] que ficam aos dois as digo e por levar a negra com seu marido tomei a minha
2 DAESP, INVENT. E TEST., vol. 485, ano de 1665.

3 Trata-se de prestação de contas, e não do inv. ° do casal.

parte com o qual assim de dinheiro como de peças esta inteirada⁴ a parte de Francisca de Brito minha mulher que como tal cobre e remi a dita [quantia] de tudo qual passei por mim feito e assinado hoje quinze dias do mês de novembro de mil e seissentos e sessenta e cinco anos. João Mendes de Paiva.

Termo de dinheiro que se tornou a tomar a ganhos⁵

Aos três dias do mês de outubro do [papel danificado] e seiscentos e sessenta e seis anos nos [papel danificado] de Santana de Parnaíba nas pousadas [papel danificado] ordinário e dos órfãos o Capitão João Bicudo [de Brito] apareceu o Capitão João Gonçalves de Aguiar e por [ele] foi dito ao dito [ilegível] que [ilegível] era a dever neste [danificado] necessário algum dinheiro por dois termos [danificado] tinha pago a João Mendes de Paiva termos de quitação requerendo o dito hoje [...]

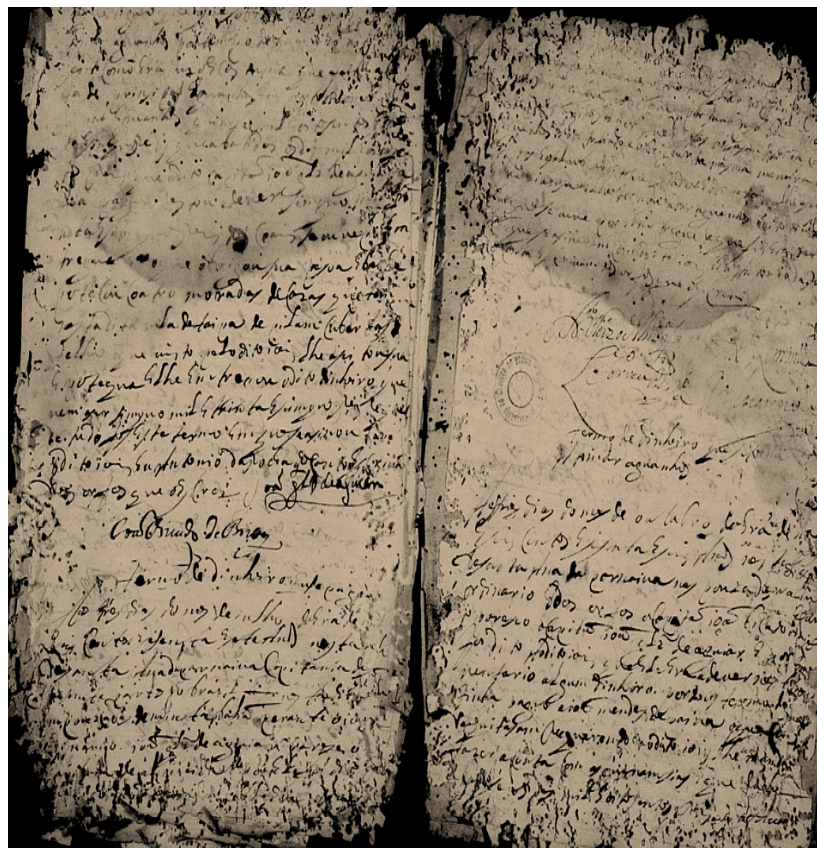
4 Expressão muito usada neste tipo de documento quando a herdeira tem o valor do seu dote pago. Por exemplo “inteirada de seu dote”.

5 De maneira simples, alguém fazia uso de uma quantia específica do dinheiro arrolado no inv. ° e em um prazo X, o herdeiro resgatava o valor com juros – uma caderna de poupança ou outra aplicação.



João Mendes de Paiva e Francisca de Brito - Prestação de Contas do inv.º de Francisco Bicudo de Brito, ano de 1665

Apesar de não constar nos trechos dos documentos acima que Francisca de Brito é filha de Francisco Bicudo de Brito e Tomásia Ribeiro, fica subtendido quando seu marido usa a expressão acerca da mulher como em “fica inteirada da sua parte”, ou ainda, quando ele reivindica o que caberia aos órfãos do inv.º do sobredito casal.



Termo do Dinheiro que se tornou a tomar a ganhos da parte que caberia a mulher de João Mendes de Paiva

O mesmo ritual narrado nas duas citações a João Mendes de Paiva neste documento, ocorreu de forma semelhante aos de seus cunhados.

Obviamente, este documento, se analisado individualmente, pode gerar dúvidas, porém, se juntarmos com as quitações pagas por João Bicudo de Brito, da herança deixada por sua tia-avó Margarida de Brito, citadas na apresentação deste artigo, ocorridas em 25-JAN-1676 - onde João Mendes de Paiva assina, juntamente com as cunhadas Ana Ribeiro de Alvarenga (mulher de Manuel da Costa Cabral) e Maria Ribeiro de Alvarenga (mulher de Manuel Antunes Barbosa) - e em 22-ABR-1676 por Cornélio da Rocha, referindo-se aos anteriores como seus cunhados, não há mais o que se discutir.

Após as explanações dos fatos acima, outra questão que rodeia a vida do casal João Mendes de Paiva e Francisca de Brito, diz respeito ao fato de que teriam

eles deixado descendentes ou não.

Antes disso, porém, há dúvidas, inclusive, de onde teriam vivido. À princípio, com base no próprio inv.º de sua tia-avó Margarida de Brito, temos a impressão de que em 1676 viviam em Taubaté (onde, pelo menos, viveram Ana Ribeiro de Alvarenga e Maria Ribeiro de Alvarenga) ou em Guaratinguetá. Mas isto não está bem claro.

E, no tocante aos descendentes, o fato é, conforme indiquei na própria revista da ASBRAP n.º 23 (páginas 82 e 83), “**QUE ACREDITAVA**” ser este casal, o tronco de uns Mendes de Brito (representados por Sebastião Mendes de Brito e João Mendes de Brito), Mendes Ribeiro (estes, filhos de Justina de Paiva, casada com Inácio Ribeiro das Neves) e Ribeiro Leme (representados por Tomásia Ribeiro Leme, mulher de André Bernardes do Prado⁶ por Francisca Ribeiro Leme, casada com João da Costa Lima e pela irmã desta, Maria de Marins do Prado⁷, todos moradores e naturais da Vila de Guaratinguetá (entende-se aqui, também Lorena, que, à época, era termo desta vila).

Pois bem - ocorre que, Guaratinguetá é um celeiro de nós genealógicos e perguntas sem respostas, devido às lacunas dos registros paroquiais no período de interesse. Porém, sem medo de errar, o fato é, pelo menos, no que diz respeito aos Mendes de Brito, estes, certamente eram “**BICUDOS**”, quer pelos nomes e sobrenomes que adotaram (como exemplo, **Francisco Bicudo** Leme, filho de Sebastião Mendes e Ana Cabral – e o apelido não viria pelo lado da mãe), como também, por graus de parentesco de consanguinidade indicados em processos de dispensas matrimoniais existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo⁸ **CONTUDO**, por ainda carecer de mais estudos e documentações comprovatórias, encerro este artigo com passos mais lentos e a busca por tais filhos, será objeto de um próximo estudo. Para o momento, retificar a Genealogia Paulistana, no que diz respeito ao casal Francisco Bicudo de Brito e Tomásia Ribeiro já está de bom tamanho, visto ter passado, da publicação do título Bicudos (1904) até a presente data, 116 anos, para se ter notícia inédita sobre este ramo.

Assim, pelas razões e provas expostas acima, entendo que, em SL, vol. VI, à pág. 434, este trecho deve ser lido como se segue:

“3-4 Luzia Leme, filha de 2-6, falecida na infância.

3-5 Francisca de Brito, foi casada com João Mendes de Paiva.

*3-6 Maria Ribeiro de Alvarenga, foi casada com Manoel Antunes Barbosa, **com geração.**”*

6 Cujo marido se dizia cunhado de Sebastião Mendes de Brito.

7 No inventário de seu primeiro marido, Marcos Lopes de Faria, declara que João da Costa Lima é seu cunhado, e, em outro momento, este se diz tio dos filhos órfão de Marcos Lopes.

8 Ver processo matrimonial de Nicolau Soares Louzada com Tomásia Ribeiro Leme (filha de Sebastião Mendes de Brito e Ana Cabral), onde a testemunha Estevão Caetano Barbosa, bisneto de Margarida Bicudo de Brito, que era irmã do já referido Francisco Bicudo de Brito (o marido de Tomásia Ribeiro de Alvarenga), se diz parente em 4.º grau de consanguinidade dos tradores.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. SP: Livraria Duprat, 1903 a 1904, 09 volumes.

DAESP, INVENT. E TEST., vol. 485, ano de 1665 – Prestação de contas do inv.º de Francisco Bicudo de Brito e Tomásia Ribeiro.

**CORREÇÕES E ACRÉSCIMOS ao *Título Bicudos da Genealogia Paulistana* –
2.ª PARTE – JOÃO BICUDO DO ESPÍRITO SANTO, UM LEGÍTIMO BICUDO...**

Luiz Gustavo de Sillos

Resumo: *Correções e Acréscimos ao Título Bicudos da Genealogia Paulistana, ao confirmar por fontes primárias, a ascendência de João Bicudo do Espírito Santo.*

Abstract: *Corrections and Additions to Bicudos' Title of The Paulistan Genealogy, when confirming by primary sources, the ancestry of João Bicudo do Espírito Santo.*

APRESENTAÇÃO

Caros amigos genealogistas, aqui apresento-lhes um novo adendo ao título Bicudos, de forma semelhante ao artigo apresentado anteriormente. Também, este trabalho se desenrolou após a mesma publicação sobre a descendência de André Bernardes e Domingas Ribeiro¹, por haver entre meus ancestrais Inácio Álvares Negrão e Ana Aires Pedroso, uma relação de parentesco consanguínea com o pindamonhangabense Antônio Correia Leme, filho de João Bicudo Correia e s/m. Maria Leme do Prado, acabei me deparando com outro casal do clã Bicudo, muito confundido com os anteriores, João Bicudo do Espírito Santo e Maria Lemes Soares (ver Anexo I), cujos ascendentes procurei pesquisar, pois que, tendo este João Bicudo do Espírito Santo, carta de sesmaria registrada em 26-OUT-1717 em São Paulo – SP na “*paragem chamada cabeceira do ribeiro de Guayauna*”², que é Guaiaúna, nos arredores da Penha (bairro da capital paulista, mas à época, tomava uma área bem maior do que nos dias atuais), onde morava, antes de migrar com a família para Carrancas -MG³, esta última, cidade onde findou seus dias (faleceu aos 04-ABR-1730), estando sua história intimamente ligada as primeiras famílias

¹ Ver Revista da ASBRAP, n.º 23, pp. 119-121.

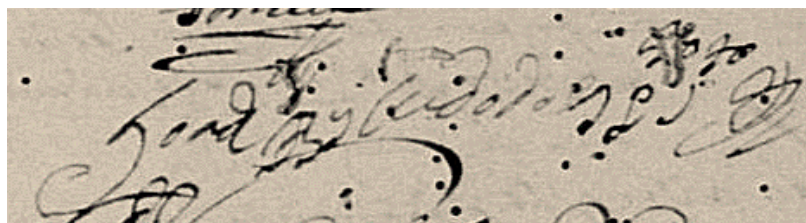
² Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1710-1734 Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. IV, São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917, pp. 288-290

³ E não Pindamonhangaba, esta sim, terra de Antônio Correia Leme e sua família.

da Vila de São Paulo, certamente, não só pela questão do apelido, descenderia dos primeiros troncos paulistas da região, pois que, para obtenção de tal carta, assim alegou (aqui se verá, que dos Bicudos legítimos, por linha feminina, pois que descenderia de Mécia Nunes Bicudo, como veremos, f.^a de Antônio Bicudo, o primeiro desta linhagem em terras brasileiras):

João Bicudo do Espírito Santo, morador desta cidade, representando-me que no termo dela na paragem chamada cabeceira do ribeiro de Guaiatuba estão umas terras que foram de seus avós, e de seus pais⁴[...]

Ora, estando ali, pelo menos três gerações da família (ele, seus pais e avós), teria sido esquecido pelos genealogistas paulistas?



Assinatura de João Bicudo do Espírito Santo, em 1708, quando do pagamento de sua legítima – Inv.^o de Maria Leme

Não, na verdade Silva Leme cita-o no vol. VII, Tt^o Siqueiras Mendonças, p. 509, onde é o filho n.^o “3-4 João Bicudo”, do n.^o “2-2 Sebastião Bicudo”. Ocorre que, ao analisar o inv.^o de sua mãe Maria Leme, no ano de 1708, na V.^a de São Paulo, com exceção de um único momento, todas as vezes que seu nome vem citado, é apenas referido como João Bicudo – nunca acompanhado pelo sobrenome devocional, “do Espírito Santo”. Por sorte, graças à sua marcante assinatura, ajudou-nos esclarecer todo o mistério acerca de suas origens.

Assim, este artigo não tem intenção alguma de ser demasiadamente longo, ou refutar outros genealogistas, tão pouco, informar quem foram os filhos de João Bicudo do Espírito Santo⁵, etc. Genealogia é assim, como todos os apaixonados

⁴Os avós aqui, os maternos, pois que, Domingos Leme e s/m. Maria da Costa, também foram moradores na Penha. Ver BOMTEMPI, Sylvio. O bairro da Penha (Penha de França, sesmaria de N.ª S.ª). São Paulo: Prefeitura Municipal, Departamento de Cultura, 1969, pp. 49 a 52, onde verifica-se que os avós de João Bicudo do Espírito Santo são considerados os fautores deste bairro.

⁵ Na Revista ASBRAP n.^o 23 trouxe expressamente minha opinião, baseada em fontes primárias – para além do complemento informado no Anexo I.

nados por ela, muito bem sabem. Tudo se pode mudar (incluindo opiniões), à face de novas documentações. Neste sentido, aqui só traremos as fontes primárias que, confirmam, sem deixar rastro de dúvida, que, João Bicudo do Espírito Santo, com vasta descendência nas Minas Gerais, foi filho legítimo de Sebastião Bicudo de Siqueira e de s/m. Maria Leme (de Lima); n. p. de Sebastião Bicudo de Mendonça e Isabel Ribeiro e n. m. de Domingos Leme e Maria da Costa. E, por Sebastião Bicudo de Mendonça, bisneto de Mécia Nunes Bicudo (a mulher de Manuel de Siqueira), e trineto do progenitor desta família em São Paulo, que, aqui, chamarei apenas Antônio Bicudo “o velho”.

A todos, uma boa leitura.

São Bernardo do Campo, 28 de junho de 2020.

Luiz Gustavo de Sillos

JOÃO BICUDO DO ESPÍRITO SANTO, UM LEGÍTIMO BICUDO...

JOÃO BICUDO DO ESPÍRITO SANTO, n. por 1682⁶ em São Paulo, SP, tendo falecido no sítio “da Caveira”, em Carrancas, MG, aos 14-MAR-1730. Casou-se, provavelmente, em Conceição de Guarulhos – SP com **MARIA LEMES SOARES** (ou, **MARIA DE LIMA SOARES**), natural desta, creio, f.ª legítima de Mateus Leme do Prado e de s/m. Maria Soares Freire⁷. Mateus Leme do Prado e s/m. foram pais, também, de José Lemes Soares, batizado em Guarulhos, aos 24-NOV-1690, que, em Itu, SP, se casa aos 04-FEV-1710 com Cecília Ribeiro, f.ª de Sebastião Pedroso Baião e de s/m. Florência Correia.

João Bicudo do Espírito Santo, conforme brevemente relato na apresentação deste artigo, teve carta de sesmaria registrada em São Paulo aos 26-OUT-1717 (ver nota 2), na paragem chamada cabeceira do ribeiro de Guaiúna, a qual transcrevo com grafia atualizada

Registro de uma carta de sesmaria do senhor general dom Pedro de Almeida passada a João Bicudo do Espírito Santo.

Dom Pedro de Almeida e Portugal, comendador da comenda de São Cosme e São Damião de Azere da Ordem de Cristo do conselho de Sua Majestade sargento mor dos seus exércitos, e governador e capitão general da capitania de São Paulo, e Minas Gerais etc. faço saber aos que esta carta de sesmaria digo aos que esta minha carta de sesmaria, virem, que havendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer, João Bicudo do Espirito Santo, morador desta cidade, representando-me que no termo della na paragem chamada cabeceira do ribeiro de Guaiúna estão umas terras que for.am de seus avós, e de seus pais, as quais venderam havia dez anos pouco mais ou menos que o dito João Bicudo do Espirito Santo as resgatou, tornando-as a comprar, e na vizinhança destas mesmas terras comprou também duas taperas, feitorias antigas com alguns arvoredos, de espinho, e uma fe ... que em si contém um pomar de marmelos, e algum arvoredo de espinho, das quais terras está de posse, fabricando-as, e cultivando-as, e nelas tem as suas criações de gado vacum e cavalgadas, começando a testada

6L.º de Óbitos de Carrancas – MG, anos de 1730 a 1801, fls. 1. No assento paroquial de óbito, leio “de idade de quarenta e oito anos”. Creio que era um pouco mais velho, mas não muito, pois que seu avô paterno se casou em São Paulo em 1639.

7Casal morador em Guarulhos. Foi Maria Soares Freire foi madrinha de batismo da primeira filha de João Bicudo do Espírito Santo, por nome Maria, ocorrido em Guarulhos, SP, aos 15-NOV-1701.

do caminho e serventia de José Pires, até dar na paragem chamada Rio Verde, e de comprimento tomando desde o cercado de Francisco Pinheiro de Sepeda, o rumo direito pela estrada do dito Francisco Pinheiro, até dar na ponte: e passagem do ribeirão Aricanduva e da mesma sorte pela outra banda, de onde começa a testada se tomará rio direito digo rumo direito para o comprimento partindo com as terras que foram de Anna Pereira, e atravessando o mesmo ribeiro de Guayauna, até dar no dito rio Aricanduva, ficando de fora das ditas terras o cultivado que nelas tem Pedro de Mattos, nas quais terras sem embargo da posse, me pedia fosse servido mandar-lhe passar carta de sesmaria, para as possuir, com mais títulos, ficando livres de todo o foro pensão ou tributo, e só dizimos a Deus Nosso Senhor, e visto seu requerimento e resposta do procurador da coroa, a quem se deu vista, e não se ofereceu duvida, Hei por bem fazer mercê, ao dito João Bicudo do Espírito Santo, em nome de Sua Majestade que Deus guarde, de lhe dar de sesmaria as ditas terras declaradas em sua petição sem prejuízo de terceiro, assim e do mesmo modo que são com as suas referidas confrontações com condição, de que por nenhum título sucederão nelas religiões e no caso de as chegarem a possuir, o que não poderão fazer sem licença de Sua Majestade que Deus guarde será com o encargo de pagarem dizimos delas como se fossem possuídas por seculares, e faltando-se a isto, se houverão por devolutas, dando-se a quem as denunciar, e o dito João Bicudo do Espírito Santo, procurará beneficiar e povoar, as ditas terras dentro de dois anos, e não o fazendo neles, se lhe negará mais tempo, e se julgarão por devolutas, na forma da ordem de Sua Majestade de 22 de outubro de 1698. E outrossim, será obrigado a mandar confirmar esta carta de data por Sua Majestade dentro de tres anos, pelo seu Conselho Ultramarino pelo que mando a todas as justiças desta capitania e seus distritos a que o conhecimento desta pertencer, deem posse das ditas terras acima referidas, ao dito João Bicudo do Espírito Santo, na forma do estilo, e do pedido em sua petição, e façam cumprir, e guardar, esta minha carta de sesmaria tão inteiramente como nela se contem que por firmeza de tudo, lhe mandei passar por mim assignada e selada com o sinete de minhas armas, a qual se registará nos livros da secretaria deste governo, e nos mais a que tocar. Dada nesta cidade de São Paulo aos vinte de setembro de mil e setecentos e dezessete. Paschoal Esteves, que ora serve por impedimento do secretário do governo a fez // Dom Pedro de Almeida // Carta de sesmaria pela qual vossa excelência ha por bem de conceder, a João Bicudo do Espírito Santo, umas terras, na paragem chamada cabeceiras do ribeiro de Guayauna com as confrontações, e na forma acima declarada para vossa excelência ver // Registada a folhas 3 verso do livro do registo das cartas de sesmarias, que serve na secretaria deste governo, São Paulo vinte e um de setembro de mil e setecentos e dezessete Paschoal Esteves // A qual carta de sesmaria eu Manuel Luiz Ferraz, escrivão da Camara, registei bem e fielmente, da própria a que me reporto, porque a li, conféri, escrevi, concertei e assignei; São Paulo 26 de outubro de 1717. Manuel Luiz Ferraz. Conferida com a própria. Ferraz.

Voltando um pouco no tempo, mesmo quando residia em Guarulhos, João Bicudo do Espírito Santo é figura recorrente nos registros paroquiais da Sé de São Paulo, como por exemplo, quando batiza o sobrinho Inácio, em 22-OUT-1700, f.º de Gabriel Barbosa de Lima e s/m. Ana Leme de Lima (esta, sua irmã). De Guarulhos, passou à Penha (onde nasceu a f.ª Josefa Leme de Lima) e, depois, à Guaiaúna - localidade situada nos arredores também do bairro da Penha, e, hoje, mais precisamente, onde temos, entre outros, Vila Matilde e Itaquera⁸ - onde obteve a sesmaria ao qual nos referimos anteriormente.

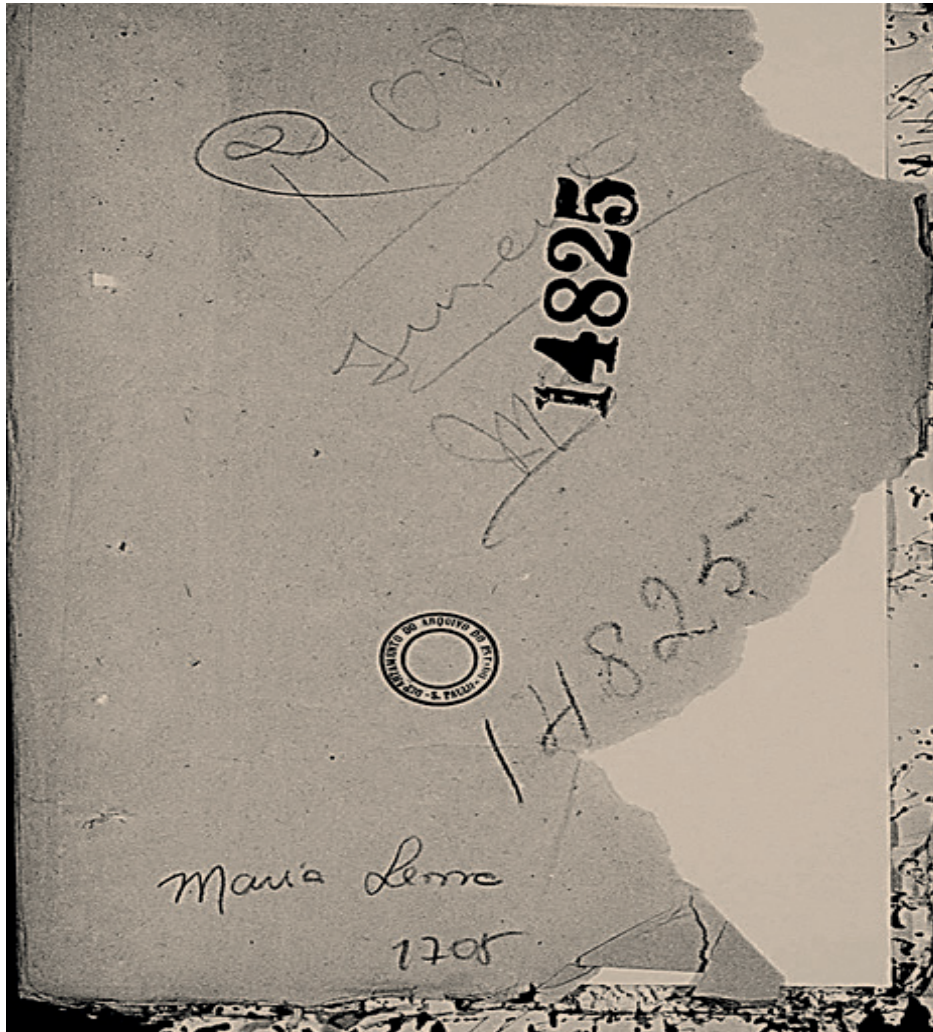
Pela data de seu falecimento em Carrancas, se comparada à de concessão da sesmaria, creio que tenha vivido muito pouco tempo nas Minas Gerais, talvez, só o tempo de chegar para morrer.

No tocante à ascendência de João Bicudo do Espírito Santo, objeto deste estudo, já, na revista da ASBRAP 23, apresentei aos senhores minhas suspeitas em torno do casal Sebastião Bicudo de Siqueira e Maria Leme de Lima. Baseei-me nos apadrinhamentos de batismos, sobrenomes adotados por suas filhas, às proximidades entre as famílias de João Bicudo do Espírito Santo e do casal acima referidos, entre outros. Como achava os indícios bem fortes, e que iam além dos já descritos, fui atrás das respostas que buscava. Para tal, meu ponto de partida foi a própria Genealogia Paulistana, pois que, é dito na referida obra (SL, vol. VII, p. 506), que Maria Leme, mulher de Sebastião Bicudo, faleceu em 1707.

Maria Leme foram muitas, porém, ao consultar a lista dos inventários de São Paulo, encontrei apenas uma que atendia os critérios por mim estabelecidos - aqui, obviamente, o cronológico, inventariada nesta vila em 1708 (DAESP, INV. E TEST., 1.º Ofício, vol. 716, Mç. 138).

Bingo – era a própria. Apenas para “matar a curiosidade”, vamos aos dados compilados de interesse genealógico - porém trarei o fac-símile de algumas páginas, para demonstração da veracidade das informações:

⁸LEMOS, Amália Inês Geraiges. Itaquera. Departamento do Patrimônio Histórico, Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”, 1999. Segundo a autora, à pág. 25, esta sesmaria foi muito importante, e hoje, “representa grande parte do solo urbano de Itaquera”.



Capa do Inv.º de Maria Leme - DAESP, 1708



Identificação da Inventariada e Inventariante

DAESP, INVENT. E TEST., 1.º Ofício, vol. 716, Mç. 138

Maria Leme (Inventariada)

Sebastião Bicudo de Siqueira (Inventariante) – cabeça do casal

Data do Inventário: 07-MAIO-1708

Local: Vila de São Paulo, em casas de morada do capitão Manuel Bueno da Fonseca, Juiz de Órfãos

Pelo “... viúvo cabeça do casal foi declarado que ficaram cinco filhos machos e três filhas a saber Antônio Bicudo de Siqueira, casado; Sebastião Félix Bicudo casado; Domingos Bicudo, casado; João [nome danificado] Bicudo, casado; Salvador Bicudo, defunto que foi casado e deixou um filho de seis anos por nome Francisco e uma filha de nome Ana, de quatro anos assim mais, Maria Leme casada com Jacinto Simões do Canto; Isabel Bicudo, solteira; Ana Leme de Lima, casada com Gabriel Barbosa”

Data de falecimento de Maria Leme: “um ano pouco mais ou menos”

Dívidas que se devem ao casal (entre outras): “Declarou mais o dito inventariante que a esta fazenda estava devendo seu filho João Bicudo oito mil reis”.

Partilha: Fazenda avaliada em um conto novecentos e trinta mil e vinte reis - Rs 1:930\$020⁹

Colaço de João Bicudo¹⁰

Aos onze dias do mês de Maio de mil setecentos e oito anos em as casas de morada do Juiz de Órfãos o Capitão Governador Manuel Bueno da Fonseca, o que foi [ilegível] pelo dito Juiz do juramento dos Santos Evangelhos sobre um livro deles ao herdeiro João Bicudo, o que bem e verdadeiramente com boa e sã consciência declarou que tudo o que tivesse em a conta de sua legitima ou dote, prometeu de assim fazer de baixo de juramento que tinha recebido para [ilegível] a Colaço na [ilegível] dos mais, com ela se continuou este termo que assinou com o dito Juiz eu Domingos Fernandes Gigante e tabelião o escrevi. (a) Fonseca (a) João Bicudo do Espírito Santo.

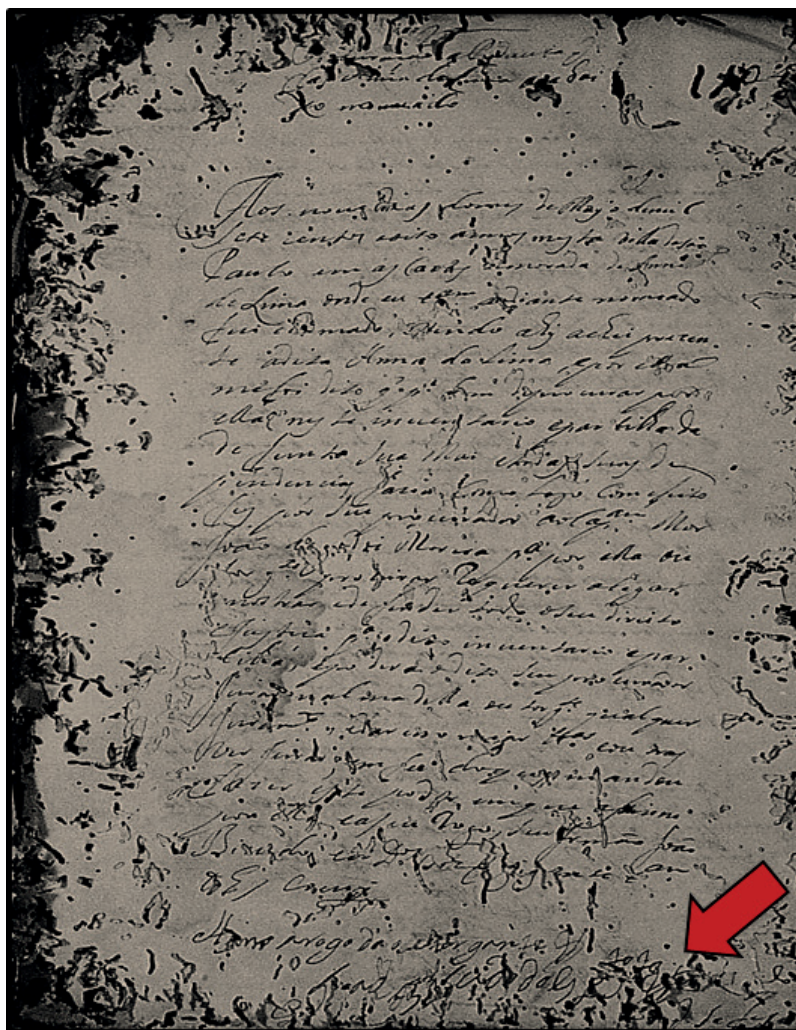
⁹ Aqui, não estamos avaliando as dívidas, nem o montante pago aos herdeiros.

¹⁰A colaço tem por fim iguala, na proporção estabelecida no Código Civil, as legítimas dos descendentes e do cônjuge sobrevivente.

Procuração Bastante de Ana de Lima ao abaixo nomeado

Aos nove dias do mês de Maio de mil setecentos e oito anos nesta Vila de São Paulo em as casas de morada de Ana de Lima onde eu tabelião adiante nomeado fui chamado, vindo ali achei presente a dita Ana de Lima, e por ela me foi dito que [...] de procurar por ela neste inventário e partilha da defunta sua mãe [ilegível] suas dependências, fazia como logo com efeito fez por seu procurador ao Capitão Mor João de Godói Moreira [...] em fé do que mandou fazer este [...] em que assinou por ela e a seu rogo, seu irmão João Bicudo eu Domingos Fernandes Gigante tabelião o escrevi. Assino a rogo da outorgante João Bicudo do Esp.to S.to

Assinatura ampliada de João Bicudo do Espírito Santo, da Procuração constante na próxima página, ao qual assinou a rogo da irmã Ana de Lima



Neste sentido, apesar de em quase todos os momentos em que ele foi referido no inventário materno como apenas “João Bicudo”, ele sempre assinou “João Bicudo do Espírito Santo”, e, foram justamente estas assinaturas, que permitiram a sua devida e inquestionável identificação, ao mesmo João Bicudo, de Silva Leme, f.º legítimo de Sebastião Bicudo de Siqueira e Maria Leme de Lima.

Assim, com a certeza de dever cumprido, e parafraseando o colega Roberto Farah, também genealogista, ainda que singela contribuição, encerro este artigo, afirmando ser João Bicudo do Espírito Santo, “um Bicudo legítimo”, e, por meio da apresentação das fontes primárias trazidas, em especial o inv.º materno,

entendo que, em SL, vol. VII, Tt. ° Siqueiras Mendonças, pág. 509, deverá ser lido, a partir desta data, assim:

“3-3 Domingos Bicudo, f.º de Sebastião Bicudo n.º 2-2, em 1707 já estava casado.

3-4 João Bicudo do Espírito Santo, casado com Maria Lemes Soares, c.g. em Carrancas, MG.

3-5 Salvador Bicudo, **casado que foi com Maria de Siqueira¹¹**. Teve **(conforme inventário materno)**:

4-1 Anna Antunes de Siqueira, casada em 1719 com Manoel Pimenta de Andrade, viúvo de Michaela de Lima. V. 1.º pág. 55.

4-2 Francisco, com seis anos no inventário da avó paterna.

3-6 Maria Leme, f.ª de 2-2, foi casada com Jacintho Simões do Canto, f.º de João Simões e de Maria de Oliveira. Teve q. d.:

4-1 Antonio Leme de Oliveira, casado em 1756 em S. Paulo com Maria da Conceição, f.ª de João de Miranda de Godoy e de Catharina Ribeiro. V. 6.º pág. 119.

3-7 Izabel Bicudo

3-8 Anna Leme, casada com Gabriel Barbosa de Lima, f.º de Gaspar João Barreto e de Maria Barbosa de Lima. Com geração no V. 6.º pág. 224.”

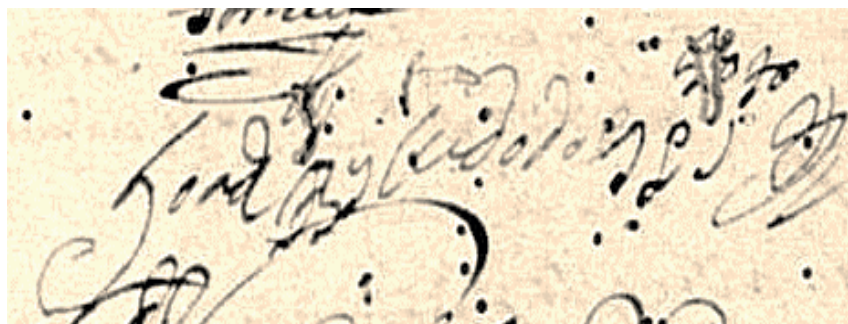
¹¹Nome da mulher de Salvador Bicudo, também revelado, pois que, seu marido era falecido no inventário materno, bem como o acréscimo de mais um filho do casal

ANEXO I

Comparativo das Assinaturas de João Bicudo Correia e João Bicudo do Espírito Santo



Assinatura de João Bicudo Correia - pai de Antônio Correia Leme - Pindamonhangaba



Assinatura de João Bicudo do Espírito Santo

Casamento de Bernardino Correia Leme em Curitiba, PR, onde ele se declara filho de Antônio Correia Leme, e neto de João Bicudo Correia de Pindamonhangaba¹²

Capam alto se casaram solemnemente por p[re]s[en]ça de p[re]s[en]te
Bernardino Thernardino correa seme, filho de Antonio correa seme, e de sua mu-
Correia Leme - lher Francisca de almeida Sara, e de sua mulher Francisca de almeida
Com - da Sara, neto de Joam Bicudo correa natural da villa de Pindamonhangaba,
e della parte materna neto de Francisco da Silva Ribeiro, natu-
ral de São Paulo, e de Maria de Sara de Toledo, natural de Taubaté. Com Ma-
rta Rodrigues de Freytas - ria Rodriguez de Freytas, filha de Manoel Jose Cavalleiro, natural de São
Paulo, e de sua mulher Izabel Pinta de Sampaio, natural desta fre-
quencia; neto pela parte paterna de Lucas Mendes do Prado, e de Ma-
ria Rodriguez Mascada, natural da cidade de São Paulo. e della
parte materna neto de Matheus de Freytas, natural de Foz de Iguaçu,
e de sua mulher Izabela Pinta de Freytas, natural da villa de Curitiba,
morador dos campos gerais, desta frequencia, e logo heis duas as b[en]edições
conforme as Cerimonias do Ritual Romano, e para constar foi
presente q[u]alq[ue]m que n[on]do metto u[em]peram a certidão.
M[ag]i[st]ro Manoel Domingos Freytas

¹²Casamento celebrado aos 28-NOV-1760 na Matriz de Curitiba, PR. L.º Casamentos, anos de 1758 a 1835, fls. 19-19v.º. Créditos ao grande genealogista e amigo Diego de Leão Pufal.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. SP: Livraria Duprat, 1903 a 1904, 09 volumes.

Inv.º de Maria Leme, 1709 - DAESP, INV. E TEST. DE SÃO PAULO, 1.º Ofício,
Vol. 716, Mç. 138

RELATÓRIOS DA ORDEM MONÁSTICA DE S. BENTO NO BRASIL

(Archivio Segreto Vaticano atual Archivio Apostolico Vaticano)

Decio Ferraz da Silva Junior

Resumo: *Transcrição dos Relatórios da Congregação dos Beneditinos do Brasil existentes no Arquivo Apostolico Vaticano – AAV, antiga denominação para Arquivo Segreto do Vaticano, enviados pelo Delegado Apostólico, Encarregado dos Negócios da Santa Sé na Côrte do Rio de Janeiro, Exmo. Rev. Sr. Scipião Domingos Fabbrini.*

Abstract: *Transcript of the Reports of the Congregation of Benedictines of Brazil existing in the Vatican Apostolic Archives - AAV, old denomination for the Vatican Secret Archives, sent by the Apostolic Delegate, responsible for Holy See Business in the Court of Rio de Janeiro, Exmo. Rev. Sr. Scipião Domingos Fabbrini.*

Quando me propus a pesquisar no Archivio Apostolico Vaticano - AAV, nova denominação para Archivio Segreto Vaticano - ASV, da minha estadia na cidade de Roma, esperava encontrar documentos que pudessem, de alguma forma, contribuir para preencher algumas lacunas existentes na genealogia paulistana, principalmente informações que remontassem aos primeiros séculos do nascimento da capitania/província. Ledo engano! Os documentos depositados no prestigioso arquivo relativos ao Brasil são escassos e pouco contribuem para um trabalho genealógico, com exceção de algumas poucas dispensas matrimoniais do século XIX, que em grande parte estão incompletas e mal documentadas.

Todavia, garimpando ao máximo o que havia disponível nos índices, contando com um breve tempo de consulta - apenas uma semana - deparei-me com dois documentos que lançam um pouco de luz sobre o assunto, mas que certamente exigirá pesquisa mais acurada nos arquivos públicos e privados do Rio de Janeiro

a procura de confirmação dos dados aqui coletados, trabalho por demais ambicioso devido à falta de zelo por parte de nossas autoridades públicas e eclesiásticas na guarda e conservação dos documentos antigos sobre a história do Brasil.

São correspondências e relatórios elaborados pelas autoridades máximas da Congregação dos Beneditinos do Brasil, dando conta do enorme conflito existente no interno da instituição, que naquele momento contava com a presença de um Delegado Apostólico nomeado pelo Vaticano para acompanhar não só a presente instituição, como também as demais congregações sediadas na Corte do Rio de Janeiro.

O primeiro documento analisado, de quarenta e quatro páginas, sem data e autoria aparente, entremeado a uma série de cartas da Congregação dos Beneditinos do Brasil, denominado **Observações sobre a Ordem Monástica de S. Bento**¹, traça uma cronologia da presença dos frades beneditinos no Brasil, desde o descobrimento até o ano de 1835, contendo entre outros dados o patrimônio da congregação na Província do Rio de Janeiro, além de um descritivo sobre a administração de cada Monge Presidente Capitular. Sem dúvida alguma esse documento foi preparado por alguma autoridade eclesiástica, que não só conhecia profundamente a história da instituição no Brasil, mas também teria em mãos extensa documentação a subsidia-lo com dados precisos sobre lugares, datas e pessoas, em especial doações de terras por particulares para formação do patrimônio da congregação, seja na cidade do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Angra dos Reis e outras localidades. Um relatório por demais elogioso para com seus membros, provavelmente preparado em contraposição ao outro relatório apócrifo, extremamente crítico sobre a atuação de cada membro diretivo da instituição.

O segundo texto, também sem data e autoria, contém comentários críticos a respeito do perfil, comportamento e administração dos monges beneditinos mais antigos, aqueles eleitos para os cargos de direção da Congregação no Brasil, seguido de relação nominal dos demais monges noviços existentes no ano de 1835, submetido ao Delegado Apostólico, Encarregado dos Negócios da Santa

¹ Archivio Apostolico Vaticano – Arch. Nunz. In Brasile 1808-1920 // indice 1153 – Busta 9 - Fascicolo 39 – Ordine Benedittino // Relacion de Los Monjes Ancianos Existentes en La Congregacion de San Benito en Brasil, sus Edades, Naturalaes y Residencias

Sé na Côrte do Rio de Janeiro, Exmo. Rev. Sr.º. Scipião Domingos Fabbrini, incumbido de relatar às autoridades máximas de Roma os percalços enfrentados pela Congregação no Brasil.

Pois bem. Com esse breve comentário inicial, segue abaixo a transcrição dos textos, como consta do original, suprimido trechos repetitivos que não contêm informações relevantes sobre pessoas e a história da capitania do Rio de Janeiro, grifando-se aqui em negrito e caixa alta os nomes dos particulares:

**OBSERVAÇÕES SOBRE A ORDEM MONASTICA
DE S. BENTO**

Disse Voltaire na Carta à M.ª. Dinis

*Eu estimo S. Bento, q. aos Religiozos
Manda ao menos, q. tendo trabalhos proveitoso
Mereciam o de q. vivem; ja no arado pegando,
ja canaes dirigindo, ja Bosques desmontando.*

NINGUEM ignora que na Europa os Benedictinos se occuparão em copiar os escriptores Ecclesiasticos e profanos, e deste modo perpetuaram a sabedoria nas escolas, e por isso quando os Normandos ...

(...)

*Anteriorm^e as reformas das Constituições vieram p^a OR^o de Janr^o os Benedictinos em qualidade de missionarios em 1565, visto q. em 7 de 10^{bro} da q^{de} anno, **MARGARIDA FERR^a** lhes doou meia légua de terra no R^o Iguassú: he com tudo, certo q. os habitantes da Cid. Da Bahia no Cap^o G^{al} celebrado em Lx^a em 1581 pedirão q. se mandasse fundar aqui 1 Com^o ao P^e G^{al} a Fr. Placido de Villas boas, o q^l no m^{mo} anno enviou-lhes o Pe Fr. Ant^o da Ventura com outros monges, q. derão principio a aquella Most^o reonido a Congreg^m de Portugal, pelo Capo celebrado em Pombeiro, no anno de 1584, onde fora eleito Abbe, e foi depois desta fundação q. os do R^o de Janr^o sollicitarão o P^e M^e Fr. Ant^o Vansuela, q. em 1589 chegarão os P^{es} Fr. Pedro Ferras, Fr. João Porcalho enviados, do Abbe da Bahia, q. governou varios anos em qualid^e de Presidente, tendo por sucessor a Fr. Luiz do Espirito S^o em 1587, dando-lhes o Governador Salvador Corrêa de Sa, p^a*

a sua residencia a Capella de N. Senr^a do O, onde he hoje a Capella Imperial, e ali pouco tempo estiveram p^r q^{to} se passarão p^a o Morro, onde existem em virtude da doação q. daquelle lugar lhe fizeram M^{EL} DE BRITO e sua mulher THOMAZIA DE VASCON^{OS} na Comprehenção do Mostr^o, cercas, horta, Rua da Prahinha até o Morro da Correição onde a Rezidencia ordinaria dos Bispos, em 25 de M^o de 1590, q. foi ratificada na nota de JORGE DE S^ZA em 31 de Jan^o de 1620, na Abb^{ia} de Fr. Placido das Chagas, estando ja naq^{le} monte edificada a Capella da Senr^a da Conceição, onde a actual Igreja edificada p^r ALEIXO M^{EL} com consentim^{to} daq^{le} Brito teve principio a edificação deste Mostr^o em 13 de Maio de 1589 pelo Prezidente Fr. Clemente das Chagas, sendo confirmada pelos Dotadores com o onus de hum annual solenne p^r suas almas, tendo sahido os P^{es} da Capella do O com copiosa chuva, depois de se ter sentido larga secca, apenas Fr. João Porcalho entoou o Benedictus Dominus Deus p^a a Capella do Monte, mudando a invocação da Conceição pela do Monserrate em obsequio de D. Fran^{co} de Sz^a Marquez das Minas.

No Gov^o daq^{le} Abb^e obteve este as terras do Iguassú, ao 4^o Abb^e Fr. M^{el} de Moura lhe forão doadas 2 legoas de terras na Ilha Grd^e p^r JORGE CORRÊA em 26 de Junho de 1598, sendo em 25 de Abril de 1602, confirmada a sesmaria do Iguassú. Em 1608 sendo reeleito o Abb^e Fr. Roberto de Jezus fez este em 1611 a medição da terra da doação do Monte p^r MANOEL DE BRITO, e alcançou do Capitão Mór AFFONSO DE ALBUQUERQUE sesmaria de 7 de Junho daq^{le} anno de 1611 as pontas e voltas do R^o Iguassú com os sobejos da medição das terras do Salgado, compradas a THOMÉ DE ALVARENGA e sua mulher, q. constava de 750 braças de testada e 1200 de comprim^{to} junto a fazd^a dos Coqueiros, denominada Umbujuca, onde o Mostr^o tinha 3 sitios com curraes e gados, e comtendo cada hum daq^{les} sitios 750 braças, obtendo por Sesmaria em 30 de Jan^o de 1612, nesse m^{mo} anno BELCHIOR TAVARES e sua mulher MARGARIDA DE FIGUEIREDO fizeram doação ao Mostr^o de outras terras, adiante em Inaijatiba, correndo os campos e matos de Juarihundo do caminho q. seguia p^a Tamandoa, olhando p. gandus, os q^{es} constavão de 2 legoas em 4 datas de semarias p^a Salvador Corrêa de Sa, em 9 de 7^{bro} de 1591, ficando metade p^a o Doador e PEDRO LUIZ TEROA, da q^l meação o Mostr^o se apossou por seo Proc^{or} Fr. Izidoro da Trind^e começando do curral de LAZARO FERNANDEZ, per^{te}

o Tabelião **M^{EL} VELHO DAS NEVES** em 13 de maio de 1614, estando na Nota do Tabellião **ANT^o DE ANDRADE** a sesmaria da Doação em 7 de 7^{bro} de 1612.

Comprou immediatam^e o Abb^e Fr. Jorge da Fon^{ca} p^r 6\$^rs 50 braças de terras em 19 de Maio de 1606 a **ESTEVÃO DE ARAUJO** e sua mulher, ao longo daq^{le} Iguassú, com 750 braças p^r ambos os lados: alli m^{mo} comprou mais o Abb^e Fr. Bernardino de Oliver^a 300 Braças de largo e 750 de comprido, a **M^{EL} DE PONTES** e sua mulher **JOANNA LOPES** p^r escript^a de 23 de Abril de 1615: Fez também a medição da praça da ponta do muro do Mostr^o até a pedra fronteira, como 1 forte com 20 braças de terreno p^a serventia, e abriu a rua nova da Cid^e denominada dos Quarteis. Fr. Placido das Chagas principiou o muro do canto da Igreja Velha até o riacho da horta e conceguiu do Cap^m **ESTEVÃO GOMES** huma sesmaria em Cabo Frio, a 20 de julho de 1620, q. foi confirmada p^{lo} Gov^{or} G^{al} em 20 de junho de 1622.

Faziase então de taipa de pilão o Mostr^o, e o dormitorio q. era térreo, e levantou-se sobre as paredes as celas e oficinas necessarias reparando a Capella, entrouse a ajuntar pedra p^a principiar a nova Igreja, parecendo mais necessario a aquisição dos meios pecuniarios pela cultura das terras: felism^e obteve e mais outra doação de terras em Paraty p^r **PEDRO LUIZ FERR^A** e sua mulher **BARBARA DE BRITO** em 24 de maio de 1622; e do Cap^m Mór **JOÃO DE MOURA FOGASSA** de sesmaria dada em S. Paulo a 18 de maio de 1623, huma data de terras em Cabo Frio e obteve do Gov^{or} G^{al} hum alvara de 9 de Maio de 1612, e ordinaria para guzam^o e ajuda dos Officias divinos a requerimento de Fr. Remualdo de Carv^o q. consistia e huma Pipa de Vinho, hum quarto de azeite doce, huma quarta de farinha e duas arrobas de cera, q. então se avaliava em 90\$ reais. O Abb^e Fr. Ant^o dos Anjos também obteve de sesmaria os sobejos das terras que tinha na Ilha Grande dada por **JOÃO DE MOURA FOGASSA** em 26 de M^{co} de 1625 e lhe forão igualm^e doadas huns chãos na q^{la} Villa p^r escript^a de 15 de Julho dito anno; e em 24 de Agosto de 1622 conseguiu de **DIOGO DE BRITO** huma escript^a de bens dados ao Mostr^o debaixo de varios encargos pios.

Fr. Bernardino de Azevedo Prezid^e em 20 de Junho de 1627 acabou de levantar o muro da Prainha e fez construir 1 Bergantim p^a a condução dos materiais das obras da Igreja, então **DIOGO MAR^Z MOURÃO** p^r escript^a de 21 de Agosto de 1627 doou ao Mostr^o as terras da Itascaia, e **MATEUS FERNAND^Z**

e sua mulher em 4 de 10^{bro} d^o anno as terras q. possuem na Ilha Grd^e, sendo Prez^d^{te} Fr. Pedro dos S^{tos} comprou ele em Marica a **DIOGO FERR^d DE CARVALHO** 1 legoa em quadra na Ponta Negra p^r escrip^{ta} de 2 de 10^{bro} de 1634, e p^r outra de 26 de M^{co} de 1635 meia legoa a **PEDRO DE SIOR^d** e sua mulher **ANASTACIA DE TAVORA**. O sucessor Fr. Romano conseguiu do Gov^{or} Rodrigo de Miranda Henriques 1 sesmaria de 3 legoas de terras em Marica em 31 de 8^{bro} de 1635, e além disto comprou a **DIOGO TEIXR^d** huma data de terras em 10 de 9^{bro} de 1635, em 6 de Fevr^o de 1636, q^{do} m^{mo} Mostr^o estava ja de posse de 2 legoas mais de comprido e 1 de largo nos campos dos Goytacazes doadas p^r **ANTONIO DE ANDRADE** com o ônus de huma missa semanaria perpetuam^e m^{dou} vir de Portugal a cantaria como 2 sinos grandes. Foi Fr. Bento da Esperança, q. acabou a Igreja nova, solemizando o transito do S^{to} Patriarcha e demais sagradas images da Igreja velha p^a a nova, com Procissão e Sermão assim na véspera como no dia em 1641, 60 annos depois da fundação do Mostr^o.

Em 1642 o Abb^e Diogo comprou em Marica 1 sorte de terras da Mizericordia p^r escrip^{ta} de 15 de 9^{bro} de 1643. Fr. Mauro das Chagas em 1645 comprou p^r escrip^{ta} de 8 de 7^{bro} da q^{le} anno a **ANDRE AFFONSO**, 400 braças de testada com 1500 de certão, em Iguassú, aonde chamavão Bahi, e ahi fabricou de novo Engenho de moer as canas: alcançou a doação da meação das terras dos Campos de Goytacazes de **ANT^o PINTO**, com o encargo de 1 Capella de missas em 29 de 10^{bro} de 1646, bem como a de **ANT^o DE ANDRADE**. Pelo credito e estima q. gozava, obteve as ricas propried^{es} de **GONCALO CORRÊA DE SA**, e depois de **D. VITORIA DE SA**, do R^o Pirantigui até entestar com as datas povoadas e terras entre os pontos determinados na sesmaria, q. abrangem os famosos Engenhos de Camorim e Vargem, q. o Abb^e Fr. Lourenço de Espectação o reedificou de novo corr^e e moente com grandissima utilid^e do Mostr^o, terrenos q. abrangem a restinga da Tijuca, correndo ao longo da Costa embravecida, e p^{lo} certão e terra firme, hindo de ca a mão di^{ta} p^a a Guaratiba e datas de **M^{EL} VELOSO** até entestar com as dos antigos proprietarios, debaixo de encargos pios, q. p^r m^{tas} vezes e de prez^{te} se não tem cumprido.

Não foi menos dilig^{te} em augmentar o Patrimonio dos Mostr^o Fr. Fran^{co} da Magdalena em 1652, além das obras do dormitorio da Igreja p^a o mar, bem

como o seu sucessor Fr. Ignacio de S. Bento em 1657, além de continuar as obras do Mostro, seguindo o m^{mo} plano Fr. João de S. Bento em 1663, q. concluiu o dormitório da parte da Cid^e, e proseguio no 2^o do lado da Ilha das Cobras, levantou o alpendre da Portaria, e foi q^m abriu o Noviciado: fez o frontespicio da Igreja o sucessor Fr. Ant^o da Trind^e em 1666, emmadeirou o Cóis, e deo principio à 2^a torre do lado da Conceição, augmentou consideravelm^e o patrimonio do Mostro, q. generozam^e p^{la} defesa da Cid^e despendeo no receio da invasão dos Hollandezes; dêo ao Gov^{or} não só gr^de porção de gado vacum, e cavalos, como fossem 400 bois, m^{tos} cavalos, porém m^{tos} esc^{os} p^a o serviço das fortificações, segundo atestou o m^{mo} Gov^{or} em 15 de Fever^o de 1668. Fr. Bento da Cruz q. o succedeo em 8^{bro} de 1669 começou o retabulo da Capella mor, onde fez m^{tas} obras, e p^r todo o corpo da Igreja, e mandandose naq^{le} tempo crearse 1 Fabrica de Fragatas na Ilha Gr^de, ele não só dêo o terreno p^a o edificio da fabrica, e a telha p^a a cobertura, porem as madeiras p^a a construção da Fragata Madre d'D^s em 1669, e pode augmentar a cultura e rendim^{to} dos prédios. Fr. Ant^o da Nativid^e em 1673 proseguindo com a mais viva applicação no adiantam^{to} das obras da Igreja ultimando com a perfeição o retabulo da Capella mór, principiou o das Capellas collateraes e tribunas, abriu e preparou o Salão da sua excelente Bibliotheca, mas ainda pode comprar diversos predios; sua activid^e e zelo foi imitado p^{lo} Abb^e Fr. Fran^{co} do Roz^o em 1676, q. não só arreou o arco da Capella mór, que o alargou em 10 palmos, mas além de abrir os 7 imborios da Capella e tribuna; entrou a levantar as Capellas do lado da Epistola, acabando 2 completam^e, fez de novo o refeitório, reparou os claustros e oficinas: os q. o sucederão com mais ou menos eficacia proseguirão nas obras do Mostro, acabando algumas Capellas, porem, Fr. Christovão de Christo, além das obras que proseguio, p^a acabam^{to} e perfeição do Mostro principiou as Tribunas e Capellas do lado do Evangelho, q. as deixou perfeitas, fez o telhado da Igreja, prateou e dourou a Tribuna da Capella mór, poz os paineis do teto e colocou no coro a imagem do S^o Christo, poz as cadeiras do lado da Epistola, mas ainda enviou p^a as Faz^{as} 50 escravos; e conseguiu augmentar o patrimônio da Religião com as casas na Rua Dirt^a, e mais heranças de seu Religiozo Fr. João Montr^o, donde houve também a faz^a de **PERO DE SOUZA PER^A** nos Goytacares p^r cabeça do seu outro Religiozo Fr. João de Sz^a e a doação q. lhe foi feita p^r escrip^{ta}

de 9 de Janrº de 1687; comprou também ao Cap^m **GONSALO TXR^A TIBÃO** e a varios humas terras naq^{les} Goytacazes p^r 150\$^rs p^r escrip^{ta} de 30 de Janrº dº anno, e p^r 60\$^rs 1 sitio a **BRAZ GOMES DA S^A** p^r escrip^{ta} de 17 de 10^{bro} do m^{mo} anno.

Fr. Fernando da Trind^e não só ganhou pela sua prudencia o socego e obediencia dos Monges tão alterada, mas fez as obras do novo dormitorio, assentando 5 janellas, q. proceguiu naq^{le} outro da parte do outrº, deixando acabado, prontificou as madr^{as} do forro; da Biblioteca, fez varias casas p^a a habitação dos escr^{os}, edificou e completam^e concluiu as das 5 novas, na Rua dos Quarteis, consertou os predios do q. carecião, augmentou consideravelm^e o rendim^{to} do Mostrº q. lhe davão as fazd^{as}, as q^{es} forneceo de todas as couzas necessarias e uteis, enviando lhes 22 escr^{os}, reforçou a Capella e Engº de Camory, fabricou de novo a Sumaca da Relig^m fabricando até embarcações miudas p^a serviço do Mostrº e pode fornecer a sacristia de ornam^{to} e roupas brancas, e ramalhetes p^r cabeça de seos Religiozos teve predios na R^a Dir^{ta} e na de S. Pedro tendo huma doação de humas cazas na R^a do Ouvidor, q. trocara p^r outra na R^a de S. Pedro com o onus de duas Capellas de missas: Fez as preces as mais solemnes, p^a as q^{es} convidou ao Bispo D. Fran^{co} de S. Jeronimo p^a pontificar, p^{la} recuperação da saude do Rei D. Pedro 2º com Santissimo exposto; bem como depois reдео à D^s incessantes acções de graças p^r El Rey D. João V e depois as exegirão p^{la} morte do Rey D. Pedro. Consternado dos males publicos da peste, q. grassava, e q. empobrecêra m^{tas} fam^{as}, pela perda dos chefes delas, esc^{os} e gados, infecundid^e da terra p^r prolongada secca, fez m^{tas} preces a S. Escolastica, com Novenas p^a obter de D^s as chuvas em 1706 e 1707.

O seo succedor Fr. Bento da Victoria não foi menos sollicito, fez a ultima Capella da Epistola, cobrio e acabou a caza Capitular, e m^{tas} outras obras, comprou os escr^{os} q. enviou para as fazd^{as} levantou na granja da Carioca 1 Caza de vivenda, com fabrica d'Olaria, e p^r baixo della construiu 1 gr^de barca além de embarcações miudas, e teve ainda de augmentar o patrimônio do Mostrº com 1 faz^{da} nos Goytacares da Legitima de 1 seo Religiozo Fr. Jacinto em 1683. Dos m^{mos} bons sentim^{tos} foi dotado Fr. Thomaz d'Assumpção, q. ladrilhou a ladeira do monte, como hoje se conserva, fez a enfermaria dos doentes, e cazas p^a os escr^{os}, rompeo a rocha p^r mais de 25 palmos d'alto e 40 de largo, forrou o teto da Igreja

de boas madeiras, puntadas de óleo, de q. ainda se goza, armou de talha dourada a Capella mor, e m^{tas} outras obras na sacristia, como caixões de jacarandá, obra prima do tempo, enchêoa de uteis e ricos ornatos, além de 4 calices 1 ambola, e outras alfaias sagradas tão bem colocou excelente órgão no coro, augmentou e enriqueceo a Biblioteca de bons L^{os}, assoalhou as cellas, pôz grades de ferro nas janela dos domitor^{os} debaixo, pintados de verde, caiou e aseou todo o Mostr^o e Igreja, levantou 1 Botica bem provida, junto a Portaria em grandissimo socorro de humanid^e; melhorou os predios rusticos assim com as obras necessarias, como augmentando os com as terras q. comprou a ANT^o RIB^{RO}, pegadas ao Engenho, desmembradas delle em vida de D. VICTORIA DE SA; comprou outras em Marica, na ponta do Barbalho p^a nella descansar o gado vindo dos Campos, p^a onde remettheo varios escr^{os}, reconhecendo q. as terras não tendo braços erão improductiveis; pôde ainda comprar as terra de S. Gonçalo; comprou chãos na R^a dos Pescadores e violas, fontes de incalculaveis rendim^{tos} do Mostr^o. Fr. Christovão da Luz q. o succedeo consumando as obras do Arco da Capella mór da parte do Evangelho, sobre postos em algarismos dourados os anos de 1693, 1694, levantou o alpendre, portarias, e campanario, e dando preses a excelentes alfaias sagradas adquierio a herança do Religiozo Fr. João do Rozr^o de 11\$ cruzados em moeda e 1 Caza de Sobrado na R^a do Sabão velho, além da doação de outra de sobrado na R^a Dirt^a de ANTONIO DE SZ^A com o ônus de 1 missa as 2^{as} fr^{as} além de 2 outras nas R^a Dirt^a e do Sabão da legitima de Fr. Marçal, comprou m^{tos} escr^{os} com q. fornecêo as fazd^{as}, e pode ainda dar aos Religiozos, q. erão em tão grd^e n^o a cada 1: 1 colher e garfo de prata.

Foi 1 dos grdes Luminares do Mostr^o Fr. João de S. Anna de distinto nascim^{to} e merecim^{to}. Elle ornou a sacristia de ricas alfaias Pontificaes: comprou embarcações muidas: edificou 1 armazem no Caes, dêo principio as maravilhozo cunhal q. sustenta os dormitorios da parte da Ilha das Cobras e sacristia, abrio os alicerces, rompendo a vivo fogo a rocha, benzendo com m^a Solemnide a 1^a pedra principiou as paredes com 22 palmos de largura athe ficar em suficiente altura, q. se efetuou e 1695. Teve aquisição de varias heranças de seos subditos, entre as q^{es} humas terras no Boqueirão de Marica, fez compras de sitios cereas, gado e cavallgaduras: obteve a doação do Cap^m M^{EL} FERND^Z CAMPOS p^r escrip^{ta} de 4

de maio de 1695, do seo Eng^o huma parte principal da Ilha do Gov^{or} com encargo de sufragios, comprou a **M^{EL} RODRIGUES RAIMUNDO** e sua mulher **M^A DA S^A** as terras do Carahy d'outra banda chamada de S. D^{mos}, com 1 pequeno campo p^a q. nelle pudessem suas boiadas tomar refeição e descanso: mudou o Eng^o de Iguassú, e escolheu a vargem pequena de melhor localid^e; fez finalm^e doação a El Rey p^r escrip^{ta} de 26 de Abril de 1669 do terreno hoje Arcenal da Marinha.

Retirouse o Abb^e p^a Portugal, consultando ao Prezid^{te} da Caza Capitular o P^e Fr. J^e da Nativid^e, q. deixou p^r Prezid^{te} ao P^e. Proc^{or} Fr. André da Cruz; rebelarão se porem os P^{es} Collegiaes, q. constituio a maiorid^e da Communid^e, e ahi m^o bem se comportou o Prelado sendo depois eleito p^{la} Congreg^m tomou posse em 13 de 8^{bro} de 1725, entretando q. não foi eleito ficou na Prezidencia Fr. Fernando da Trindade, este foi mui activo no proceguim^o das obras do Mostr^o, forrou a Caza da Bibliotheca, provêo na decencia da Sacristia, levantou 1 Eng^o de fazer a farinha de mandioca, solemnizou com Pontifical q. celebrou o Bispo D. Fran^{co} de S. Jeronimo, com luminarias p^r 3 dias, as milhoras de El Rey, porém desgostoso de seos Irmãos se embarcou p^a Lx^a, deixando a Prezidencia em Fr. Mathias D'Assumpção; este augmentou consideravelm^e o patrimônio da sua Relig^m; julgou convir a seo interesse vender a Irmand^e de S. Braz, a sua Capella p^r escrip^{ta} de 13 de Janr^o de 1698, e p^r outra de 23 de Fever^o vendeo o Eng^o de Moriguipari q. herdou o Mostr^o da legitima de Fr. Christovão de Christo: ele impetrou, bem como seos antecessores Fr. Calixto de Faria em 1629 do Papa Urbano 2 Breves p^a o Jubileo das 40 horas nos dias determinados p^o Ordinario em 1630 e 1638, p^r tempo de 15 annos, Breves q. renovarão Fr. M^{el} do Roz^o de Alexandre 8^o, como p^a ser privilegiado o Altar de S. amaro, e o de N. Senr^a do Monserrate as 2^{as} e 6^{as} fr^{as}. Fr. Bento da Cruz, conseguiu de Clemente 10^o 2 Breves assim em 12 de Ag^{to} p^a ser privilegiado o Altar mor todos os dias p^r 10 annos, assim aos Regulares como Seculares, bem com o de S. Christovão as 2^{as} e 6^{as} fr^{as}. Elles teve a satisfação de completar a talha do frontespicio da Capella mór da cornija p^a cima, obra do Donato Fr. Dom^{os}, e bem assim as imagens, retabolo e mais obras da Capella mor e Tribuna, mandando vir de Lx^a o retabolo e imagens da Senhora da Conceição, preparada e ornada de sua corôa de prata, além do de S. Amaro, a talha dos pulpitos prateada; fez as grades de divisão do Corpo

da Igreja com a Capella mor; de jacarandá, ficando quazi concluidas as outras q. dividem as Capellas: reformou as alfaias necessarias na sacristia, além de 1 ornam^{to} branco de ouro, com 8 capas do d^o damasco, e aranja d'ouro, e 1 ornam^{to} roxo, mitra, tunicellas, luvas, e outros ornatos p^a os Pontificaes, bem como 3 missaes dourados com capas de veludo carmesim e broxas de prata, varios moveis de prata, e sem faltar com as despesas das obras do dormitorio da parte da Ilha das Cobras, acressentou o Caes da pedra, levantou a roda do Guindaste do armazém; concertou e reparou gr^de n^o de Cazas, construiu de novo varias na R^a Dirt^a e Quarteis e pode ainda m^{dar} p^a as fazd^{as} ruraes 50 escr^{os} q. produzio a riqueza das safras, deixando em ser, não obstante ter pago somas imensas 67 caixas d'assucar e a dispensa assas provida de mantim^{to}.

O seo sucessor Fr. Gabriel do Desterro em 1698 tão zeloso foi do culto Divino, como na eficacia das obras dentro e fora do Mostr^o, q. pode ter rendim^{to} a saldar suas despesas: o m^{mo} succedêo com Fr. J^e de S. Catharina em 1711, q. fez guardar a Disciplina Monastica, sem faltar aos neg^{os} da Relig^m, reparando as casas, edificando outras, levantando tercenas p^a guarda de materiaes das obras e dos generos agricultados, teve também a adquisição d'avultadas heranças de seos religiosos em terras e cazas: mas teve o desgosto de soffrer a devastação das fazd^{as} de Camory e Vargem pl^{as} Tropas Francezas conduzidas p^r Duclere da Guaratiba p^a a Cid^e. Com a sua retirada p^a fóra ficou administrando o Prior Fr. Pedro de S. Thomas, aq^m o Gov^{or} Fran^{co} de Castro escreveu p^a o coadjuvar na defenção, e ele se portou de huã maneira tão patriotica e valorosa, q. não cabe na expressão, louvor, m^{dou} vir das fazd^{as} da relig^m gr^de copia de escr^{os} com os q^{es} se repararão, e se levantarão 3 reductos p^r baixo do dormitorio da Ilha das Cobras, onde assestou 12 Canhões sendo destes 4 de bronze, conduzidos p^{las} barcas e gentes do Mostr^o; estabeleceo 2 outros Reductos no alto do m^{te} com 7 Canhões, municiado aos defensores de comestiveis e aguoadas e sustentou 3 comp^{as} d'armada da Junta do Commercio, além dos paizanos accupados nos reductos, e até ao Gov^{or} enviou 12 bois p^a o seo sustento, além do ouro q. deo da contribuição lancada a favor do Gen^{al} Francez. Retirando-se os Franceses p^a a França, voltou dos Campos de Goytacares o Abb^e e mandando avaliar o estrago q. soffrêo o Mostr^o, foi este avaliado em 18:790# r^s, elle em breve tempo reedificou as paredes

e Salas destruidas p^{lo} bombardeam^{to}, q. plenam^e ficarão ainda de maior belleza, o Salão da Aula, sacristia, portico e torre q. estão desarrumados; proceguio nas obras do Mostr^o, ostentando a sua moralid^e em mandar satisfazer 358 missas dos legados, q. se não haviam cumprido dur^{te} a invasão, adornou o côro de 1 órgão gr^d, m^{dou} vir de Lx^a 1 lampadario de prata e outros ornatos de valor e belleza p^a a Igreja, além de 1 relógio p^a o qual remetteo p^a Lx^a 200\$^r p^a effeiturar a sua compra e preparou de mobilia decente a Cella dos Abb^{es}, augmentou a fabrica do Eng^o da Vargem, determinou q. o da Ilha destillasse em agoardente as suas canas. Em obsequio ao soberano Solemnizou com gr^d pompa o nassim^{to} da Princeza da Beira D. Thereza Barbara, pontificando o Bispo D. Fran^{co} de S. Jeronimo em 1712, repetindo com a m^{ma} pompa as ações de graça p^{lo} nassim^{to} do Principe da Beira D. Pedro, suposto q. logo falecesse.

(...) transcrição suprimida entre as paginas 13 anverso e 17. Segue página 17 anverso.

*Tendo falecido bem como o q. lhe succedêo, tomou posse em 26 de Julho de 1743, Fr. Fran^{co} de S. Jozé, o q. não só se prestou ao douram^{to} da Igreja, mas ultimou as obras do novo dormitorio da parte do Norte; fornecêo o refeitório de estanho fino, toalhas e outros utensilios respectivos ao asseio e decência do Mostr^o, augmentou a livreria com mais 50 volumes de obras escolhidas e uteis, fez construir huma barca e escaleyr^a a serviço do Mostr^o, levou a ultima perfeição a fabrica da Olaria, q. então era objeto de commercio p^r isso q. a Cid^e pelo suave Governo de Gomes Freire rapidam^e progredia em população e edificação: adquerio varias heranças de seos Religiozos, entre as q^{es} a de Fr. Felipe de S. Bernardo de 37 braças de chãos na pedreira da Conceição q. então era rejustada p^a suburbio da Cid^e, a doação de **ANTONIO VIEIRA** e sua mulher de 100 braças de testada e 3 legoas de sertão em Traruama, termo de Cabo Frio, com 2 Cazas na Cidade e 18 escr^{os}, com o onus de dezoito missas em virtude da escriptura celebrada em 22 de Maio de 1746, e igualm^e teve outra em Verba testamentaria de **ESMERIA PEREIRA DE LEMOS** por escriptura de 7 de Setembro de 1746, q. constava de huma fazenda na ponta de S. Gonçalo; e assim também diversas outras doações de terras em Inhumerin e Dendê, 12 escravos além de outros bens 600\$^r com que instituiu huma Capella administrada pelos Prelados.*

(...) transcrição suprimida entre as páginas 17 anverso a 24 anverso. Segue página 24 anverso.

*Não forão menos prosperos os resultados das suas providencias nos Campos de Goytacares; comprou no lugar do Jurado 2 sitios que d'Algodoeiros tinhas nome, por 950\$rs. a **D. CATHARINA DE BARCELLOS**, e herdeiros p^r escriptura de 12 de Agosto de 1762. Na Villa de S. João da Barra comprou a Ilha do Valeta por 25600 por escriptura de 9 de 9^{bro} daquelle anno, bem como a fazenda que se chamava do Viegas: Pagou 5:590\$260rs à **D. MARIA DE MENEZES** e **D. JOSEFA DO SOBRAL** Religiozas de Olivellas, valor das suas legitimas p^r escrip^{ta} em Lx^a. de 18 de Março de 1763, e 2:798\$630 a Fr. Christovão de Souza de sua legitima por escriptura de 12 de Outubro dito anno que montou a 21 mil cruzados comprou também a **ANTONIO JOSE FERREIRA** a fazenda de **MARTIM CORRÊA** por 45 mil cruzados com aprovação do Conselho do Mosteiro, tomando a juro 20 mil cruzados para o 1º pagamento e o restante a 800\$rs annuaes por escriptura de 9 de Novembro de 1763, o que foi de incalculaveis vantagens. Segurou a doação da fazenda de **ESMERIA PEREIRA** pela outorga de **D. MARIA DE S. ANTONIO GOUVEIA** mulher de **SEVERINO FERREIRA DE MACEDO**, a q^m aq^{la} havia comprado dando lhe 400\$rs por escrip^{ta} celebrada em Lx^a a 23 de M^o de 1750, e assim com aq^{la} outorga fez firme o direito do Mostr^o, e a doadora falecida e sepultada na Capella de S. Amaro em 11 de Maio de 1751, perpetuou a administração do Legado aos Abb^{es}, q. com huma Capella de missas q. dizem p^r sua alma, tem o seo proveito hoje huma renda de 400\$rs, além de outras transações, recusou receber; e assim venceu no Conselho dos seus Padres 10\$ cruzados p^r huma missa quotidiano:*

(...) transcrição suprimida entre as páginas 24 anverso a 27. Segue página 27.

*Alli fez huma compra de 100 braças à **AMARO FURTADO DE MORAES** e sua mulher p^r escritura de 14 de Julho de 1755 p^a prevenir contestações fez prosperar os trabalhos da Olaria; suprimindo de escr^{os}, comprou além disso nos Campos humas terras chamadas a Marreca, junto à ponte de Thomé a **D. MARIANA PEDROZA DE MORAES** p^r 18\$rs p^r escrip^{ta} de 4 de Jan^{ro} de 1757. Teve o mais desvelado zelo na terminação das demandas com a Ordem 3^a de S. Francisco sobre os limites das terras da Prainha.*

*Elle em sua administração acumulou o espolio de diversos outros Religiosos, como o de Fr. João da Conceição q. passou de 8\$ cruzados em dinrº e 2 casas terreas na rua dos Pescadores, em chãos do Mostrº compradas a **GONCALO GOMES SARDINHA** pº escriptª de 12 de 10^{bro} de 1675, huma outra de 20 braças na travessa pª a Candelaria q. fora comprada a **MARIANA GUERRA** pº 480\$^{rs} em escritura de 10 de Janrº de 1753; 2 terreas na rua das Violas compradas ao Capitão mor **GASPAR DE MATOS** por 818\$^{rs} pº escriptª de 30 de Abril de 1691, e outras na Prainha da parte do Morro, das quaes huma com consentimento do Conselho dêo de patrimonio para o altar de S. Anna do Mostrº de S. Paulo.*

(...) transcrição suprimida entre as páginas 27 a 34. Segue página 34 .

*Possuindo o Mostrº a 4 legoas distante da Villa de Paraty 2 legoas de testada, sempre invadida p^{los} visinhos, deq. procedião enfados e contestações com o conselho dos P^{es} as vendêo pº 1.800\$^{rs} ao Alferes **FRANCO J^E DE ALMD^A** pº escriptª de 20 de Agosto de 1772, e querendo prevenir iguaes desinquietações vedeo também meio legoa de terras na Ilha comprida termo da Ilha Grdº a **M^{EL} HOMEM DE AZD^O** pº 250\$^{rs} pº escriptª de 15 de 9^{bro} de 1779, e igualmº as terras e casas da m^{ma} Ilha Grande a **M^{EL} FERZ MONTR^O** por 640\$^{rs} pº escriptª de 7 de 9^{bro} dito anno.*

(...) transcrição suprimida entre as páginas 34 a 44 final

RELAÇÃO DOS MONGES ANCIÃOS EXISTENTES NA CONGREGAÇÃO DE SÃO BENTO NO BRASIL, SUAS IDADES NATURAES, E RESIDENCIAS

1º O R^{mo}. P^e. M^e. Doutor Ex Geral Frei Jose de Santa Escolastica e Oliveira acha-se com 71 annos de idade: occupou varios empregos e foi o primeiro Geral da Congregação, eleito no anno de 1829; e sendo reeleito por Breve no anno de 1832, governou seis annos: no primeiro triennio do seu Generalato nada fez, reservando todas as providencias para o segundo Capitulo; mas

nessa occazião, ele tudo occultou do mesmo Capitulo, quando muito havia a propor; e sendo reeleito Geral, deixou-se ficar todo o segundo triennio no Mosteiro da Bahia; e mandou o seu Secretario Vezitar a Congregação; resultando disso graves, e transcendentales males: rezide no Mosteiro da Bahia, e ocupa emprego Capitular.

- 2º *O R^{mo}. P^e. M^e. Ex Geral Frei Antonio do Carmo acha-se com sesenta e nove annos de idade: era o Provincial quando se expedio a Bulla – Inter gravissimas Curas – e demorou a sua execução quazi dous annos: rezide no Mosteiro de Pernambuco: he bastante zelozos dos deveres claustrales, e em quanto esteve no Rio de Janeiro mostrou-se submisso à Santa Sé.*
- 3º *O R^{mo}. P^e. M^e. Ex Geral Frei Manoel da Conceição Neves acha-se com setenta annos de idade: foi segundo Geral eleito no anno de 1835, tendo sido antes nomeado Geral reformador foi quatro annos Geral, porque quazi no fim do triennio, requereu a prorrogação do Capitulo, alegando simuladamente ter de fazer algumas reformas no Mosteiro da Corte; e assim obteve mais hum anno: no quatriênio do Seu Generalato justificou completamente as bem fundadas arguições, que alguns Monges anteriormente fazião ao seu gênio ardente, intrigante, e arbitrario, o que ele com affectadas exterioridades punha em duvida: mas vindo de vizita ao Mosteiro da Corte, fomentou abrazadas intrigas, semiou a discórdia entre o Prelado, e os subditos, que no Geral acharão sempre apoio contra o Abbade do Mosteiro: o seu Generalato foi huma verdadeira calamidade para a Congregação, e athe assaz prejudicial para os Mortos, por hum Breve de redução de Legados, impetrado para todos os Mosteiros, quando em alguns destes, o patrimônio havido em compensação de taes Legados he de mais avultado rendimento: obteve outro Breve de dispensa de idade natural aos Monges novos, para se ordenarem de Presbiteros; e do qual muito se tem obrigado: este Monge rezide*

no Mosteiro da Bahia, onde se acha ensinando Philofosia, na falta de outro mais apto para occupar a Cadeira.

- 4º *O R^{mo}. P^e. M^e. Prelado Imperial e atual Dom Abbade Geral Frei Jose de São Bento Damazio acha-se com 50 annos de idade: tendo sido Abbade do Mosteiros de Pernambuco e da Graça, foi ultimamente eleito o terceiro Geral da Congregação no anno de 1839: no seu generalato tem-se singularizado pela nimia facilidade, com que recorre ao auxilio da força armada para se fazer obedecido: na Bahia por duas vezes lançou mão desse meio, e no Rio de Janeiro huma vêz; dando assim muito motivo a fallar-se publicamente contra semelhante passo; o qual ele procurou justificar por meio da imprensa, caluniando aos subditos, quando a causa verdadeira he a falta, que ele tem de força moral, especialmente entre os Monges da Bahia, que muito tem de memoria suas heroicas façanhas: tem excedido a todos os seus antecessores nas arbitrariedades, e despotismos: quando lhe parece, que deve reprehender a algum subdito, não espera occasião, nem escolhe logar; e sempre os re reprehende envolvendo pessoas seculares das Familias dos subditos, a quem reprehende. Admittio para Noviços no Mosteiro do Rio de Janeiro a três Sujeitos; que não rezidem o Noviciado, nem fazem exercicios, ou estudos alguns proprios de Noviços: morão em cellas do Mosteiro, onde podem ter as pessoas q. muito quiserem; conversão com todos os Seculares, e occupão ja empregos do Mosteiro, contra o que determina a Constituição Monastica no L^o. 2º Const. 2ª § De Educatione Novitiorum N^o 46 – pag. 119 – e acaba agora de admitir a Profissão religiosa hum desses Noviços, que nada absolutamente sabe da vida, que professou. Detterminando a Bulla = Inter gravissimas Curas – que nos Mosteiros hajão Aulas de Filosofia, e devendo principiar agora o curso Theologico, deo por concluido o estudo, e passou patentes de Pregadores nos Monges, que nada sabem, nem estudarão de Theologia; isto em*

contrario ao que determina a Constituição Monastica na parte das confirmadas pela Santa Sé a pag. 318 = De Prodicatoribus = incorrendo por isso na pena de privação de voz activa por tres annos, fulminada na mesma Const. Monastica L.º 1.º Const. 5.º Cap. 4.º nº 1 pag 49 – e para maior requinte de seu arbitrio, nomeou a hum desses novos pregadores [sem alguma previa dispensa, pois que ainda não tem Sete annos de vida religioza] Prezid.º para o Mosteiro de Santos, e a outro mandou para São Paulo, sendo que as Constituições Monasticas prohibem a mudança dos Monges no fim dos triênios = L.º 3. Const. 5.º Cap.º 6.º no 1 pag 247 – não podendo dizer, que isso fizesse por castigo ao Monge mudado, por que castigo demanda crime, ou delito, e a hum criminoso, ou delinquente não se dão titulos, ou patentes = ultimamente não tendo obtido a nomeação para algum dos Bispados vagos, consta que pertende ser reeleito no Generalato em virtude do Breve que solicita, contra o que ordena a Constituição Monastica no L.º 1 Constituição 3.ª Cap.º. 2.º nº 5 pag 23 – e quando não consiga a reeleição no Generalato, espera ser o D. Abbade do Mosteiro do Rio de Janrº, para o que muito se tem insinuado aos Monges Capitulares aqui rezidentes, relevando-lhes tudo quanto querem fazer, só afim de ganhar-lhes os votos. Devendo rezidir no Mosteiro da Bahia por ser o seu prelado local, e estar a testa da Sua administração conforme Ordena a Bulla, com tudo ha anno e meio, que se acha nesse Mosteiro, authorizando com sua presença e assenço quantas illegalidades, e excessos de authoridade quer praticar o prelado local no principio de sua estada neste Mosteiro fingio querer-se ocupar no ensino de Moral aos novos Monges, porem apenas duas vezes deo aula, e nada mais.

5.º *O M. R. P.º. M.º. D.ºr Frei Manoel da Piedade Borba acha-se com 78 annos de idade: ensinou por algum tempo, e foi Abbade do Mosteiro de Nossa Snr.ª da Graça, onde ainda reside na*

Bahia: sua idade, impossibilitando-o de ocupar os empregos Capitulares, faz que ele tenha huma velhice abandonada, e algum tanto penoza.

- 6º *O M. R. P. M. Frei Damazo Mauricio de S. Thomaz acha-se com 61 annos de idade: ensinou algum tempo, depois passou-se a Congregação de Portugal, e voltando foi administrar huma Fazenda do Mosteiro da Bahia; mas desintelligenciado com o Prior daquelle Mosteiro, teve de ser lançado p^a fora da administração p^o R^{mo} Geral actual acompanhado de força armada, e degradado p^a Mosteiro de Pernambuco: obtendo porem do Governo Imperial huma licença p^a viver fora da clausura, vive em Maceió, ensinado meninos.*
- 7º *O M. R. P. P. Frei Ignacio de São Joze Soares acha-se com 70 annos de idade; tem servido alguns cargos; e actualm^{te} he o 1º Vizitador da Congregação; tem mui pouca instrução; he bastante condescendente para tudo quanto querem os prelados: o abatimento das forças proveniente da idade o tem feito mas regular.*
- 8º *O M. R. P. P. Frei Luiz de Nossa Snr^a da Penna acha-se com 60 annos de idade ou mais; foi por algum tempo Abbade de hum dos Mosteiros pequenos da Bahia, onde só cuidou do seu comodo; esta administrando huma Fazenda, e de hum dos Capitulares residentes na Bahia: não tem opinião propria, segue o que querem, ou o q. lhe ensinão.*
- 9º *O M. R. P. P. Frei Antonio de Jezus Maria Jozé acha-se com 50 annos de idade e he actualmen^{te} o D. Abbade do Mosteiro de Nossa Snr^a das Brotas na Bahia; consta ser operario, e que tem utilizado aquelle Mosteiro; e athé onde alcança a sua curta comprehensão, não se deixa seduzir.*
- 10 *O M. R. P. P. Frei Francisco de São Jose Abreu acha-se com 60 annos de idade; consta que foi muito bom Prior no Mosteiro da Bahia; mas presentem^e se tem tornado inhabil para tudo.*
- 11 *O M. R. P. P. Frei Gaudencio de Jezus Maria acha-se com 72*

annos de idade; tem occupado alguns cargos: entrou na Ordem para Donato, mas depois estudou e ordenou-se: reside no Mosteiro da Parahiba do Norte.

- 12 *O M. R. P. P. Frei Leandro acha-se com 71 annos de idade: reside no Mosteiro da Parahiba do Norte.*
- 13 *O M. R. P. P. Frei Manoel da Natividade Marques acha-se com 66 annos de idade: foi algum tempo Prior no Mosteiro do Rio de Janeiro; depois Abbade do Mosteiro de São Paulo; onde perseguido pelo Secretario da Congregação Frei Arsenio da Natividade Moira, alcançou do Ex^{mo} Bispo daquella Dioceze a administração de huma Capella filial, onde se acha como Monge, e apprezentou-se aos R^{mos} Geraes; quando ali vão visitar o Mosteiro de São Paulo.*
- 14 *O M. R. P. P. M^e. Jubilado Frei Rodrigo de São Jozé Silva Pereira acha-se com 52 annos de idade: he o Monge de mais conhecimentos scientificos, que tem a Congregação: tem servido de varios cargos, e ultimam^{te} foi Abbade do Mosteiro do Rio de Janeiro, a sua boa fé, e muita probidade o fizeram victima de nojentas intrigas, manejadas pelo Prior do Mosteiro, que avidamente procurava tirar-lhe a prelazia, mesmo antes de concluido o triennio: findo o qual soffreo rezignadamente muitas injustiças, e calunnias athe que chamado pelo Governo Imperial para Vice Reitor do Collegio de Pedro 2º, ali se acha servindo com muita dignidade, e estima publica.*
- 15 *O R^{mo}. P^e. M^e. Doutor Frei Paulo da Conceição Moira acha-se com 55 annos de idade: ensinou algum tempo neste Mosteiro Filosofia e Theologia: depois sahio com Breve de habito retento p^a hir tratar de sua saude [quando a tinha assaz vigorosa] vivia secularmente e como tal obteve huma Cadeira p^a ensinar em Minas; mas querendo ali seguir o mesmo sisthema, q. observava no Claustro, de frequentar mais as companhias, e divertimentos, do que a cadeira de ensino, foi dimittido dela: teve hum ataque de*

Partezia q. m^o. lhe affectou o cerebro, athe hoje: neste estado em que o Breve tinha validade, foi que se recolheu ao claustro; onde seus exemplos são máus: encarregou-se de ensinar Filosofia aos Monges novos, mas nunca hia a aula, e quando no Capitulo ultimo por esse encargo que ele não cumpria, se lhe conferirão os privilegios de Ex Geral, ja ele aqui tinha abandonado completamente o ensino, mas entrou no gozo dos privilegios, e tendo vivido doze annos fora da Clauzura, e secularmente, sendo empregado publico de que percebia ordenado, quer no claustro contar esses doze annos em antiguidade, para preferir a outros Monges, que constantemente tem sofrido todo o pezo do dia, e da calma.

- 16 *O M. R. P. P. Geral Frei Marcelino da Coração de Jezus, actual D. Abbade do Mosteiro do Rio de Janr^o, acha-se com 55 annos de idade ocupou alguns empregos na Congregação: involvido em huma rebelião Claustral contra o Prelado, de quem era ele Prior, serenada a desordem, foi p^a o Rio Grande do Sul, onde esteve doze annos: aparecendo a Proposta do Governo às Camaras para suprimir-se este Mosteiro, dando-se a cada hum dos Monges a quantia anual de 1:200#000 voltou logo ele do Rio Grande para o Mosteiro, afim de ser contemplado na folha da partilha, que senão realizou: celebrado o Capitulo de 1835 o Abbe do Rio de Janeiro o nomeou Prior, e Procurador do Mosteiro, mas em breve tempo, abusando ele da probidade, e confiança do prelado, foi-se introduzindo no total governo do Mosteiro, que tudo dispunha sem consultar o Prelado, e algumas vezes contrariava as Ordens deste: vindo o Geral visitar o Mosteiro, oportuna occazião p^a o presidente Abbade expender suas queixas, teve de ver o mesmo Geral protegendo o Prior, e mesmo ensinuando a mais inquietar, e menoscabar o Abbade: de maneira tal se ensinou, forjando intrigas, e calunnias, q. ficando impune em todas as suas arbitrariedades, foi o Prelado local o arguido: desta maneira foi eleito Abbade sucessor daquelle*

contra quem machinava, e não entendendo couza alguma das Leis Monasticas, governava arbitrariam^{te}; e com abuzo manifesto das leis; huma grande parte do patrimonio urbano do Mosteiro, ele tem como convertido em patrimonio de amigos a titulo de empraijamentos: acha-se o Mosteiro empenhado, só em dividas de tempo do seu actual governo, em mais d'vinte contos de reis, e diminuindo as renda, ele emprehende obras de avultadas despesas, e as principia sem consultar, como devera: de mãos dadas com o actual R^{mo}. Geral, condescendendo com todos os desvarios do P^e. M^e. D^{or}. Fr. Paulo, fazendo todas as vontades ao P^e. Secretario da Congregação; relevando tudo quanto querem fazer o Prior, e Superior, tem a estes para lhe prestarem apoio, e assim seguro no Claustro, e fora do Claustro coadjuvado por pessoas, q. mais ou menos disfructão o patrimonio luzido de São Bento, se tem tornado dispotico em tudo.

- 17 *O M. R. P. P. Geral Frei Jozé de São Carlos Dutra acha-se com 50 annos de idade: tem servido alguns cargos, e ultimamente he o Prior, e o Procurador do Mosteiro: dotado de genio assaz, condescendente, e pouco instruido nas Leis, faz quanto se lhe manda, e m^{tas} vezes jura em verba Prelati: sofre repetidas enfermidades, depois de ter estado p^r algum tempo invalido por desordem de vida.*
- 18 *O M. R. P. P. Frei Antonio de S. Bento acha-se com 51 annos de idade: he o D. Abbade actual do Mosteiro de Pernambuco, onde coadjuvado pelo R^{mo}. P^e. M^e. Ex Geral Fr. Antonio do Carmo, consta ter feito bom governo.*
- 19 *O M^e. R. P. P. Frei Jozé da Conceição Pupe acha-se com 55 annos de idade: esta Prezidente do Mosteiro de São Paulo, onde consta que não tem procedido bem, abusando muito do emprego.*
- 20 *O M. R. P. P. Fr. Joze de Santa Ursula [irmão carnal e Fr. Galdino] acha-se com 40 annos de idade, e protegido pelo P^e. M^e. Fr. Arsenio foi nomeado em 1832. [sendo então o Monge mais moço da Congregação, e com preferencia a alguns outros*

quinguagenarios] Presidente do Mosteiro de Sorocaba em São Paulo, por morte do Abbade de S. Paulo, foi presidente p^a o Mosteiro viduado, e ultimamente eleito Abbade, não chegou a tomar posse da sua prelazia, porque na Vespera do dia da posse matou a tiro hum escravo do Mosteiro, e sendo perseguido pela Justiça, evadio-se para o Rio de Janeiro, e daqui foi desterrado para Pernambuco.

- 21 *O M. R. P. P. Frei Antonio da Rainha dos Anjos acha-se com 49 annos de idade e reside em huma Capella do Mosteiro de Pernambuco.*
- 22 *O M. R. P. P. Fr. Galdino de Santa Ignez acha-se com 39 annos de idade, e protegido pelo P^e. M^e. Frei Arsenio da Natividade Moira, foi eleito em 1829 Abbade do Mosteiro da Prahiba do Norte, onde existem dous Monges muito mais antigos: ali envolvido em negócios politicos, acha-se refugiado no Mosteiro de Pernambuco.*
- 23 *O M. R. P. P. Fr. João Baptista Pereira das Dores acha-se com 53 annos de idade: tem occupado alguns cargos; e de hum deles abuzou do Livro das despesas dos Mosteiro, ministrando-o a hum litigante com o mesmo Mosteiro, p^a delle extrahir certo assento, afim de comprometer tanto ao Mosteiro, como a probidade de hum Magistrado: magoado por ter sido desempregado, obteve licença do Governo p^a viver extra Claustro, em quanto tractava de sua Secularização; e então desencaminhou hum escravo do mesmo Mosteiro, q. ainda hoje esta fugido, e o induzio a propor hum Libello de Liberdade, com o caluniozo titulo de ser o mesmo escravo filho daquelle prelado, que o havia desempregado: sendo regular, servio de Capellão de Navios de Guerra durante a lucta da Independencia, e trajava de secular, usando da fardela da Marinha: impetrou finalmente Breve de Secularização, e com ele se recolheu ao Mosteiro do Rio de Janr^o; onde he em extremo turbulento, e intrigante, com jactancia destas suas notaveis qualidades: servio de cego instrumento das atrocidades do R^{mo}. Geral anteacto; e ultimamente no Capitulo passado foi escolhido,*

e nomeado pelo actual R^{mo}. Geral p^a seu socio, e Secretario; que bastante o tem comprometido com intriga; ao mesmo tempo, que o R^{mo}. Geral tem delle grande medo, temendo-se, que aqui publique a sua ida anterior.

- 24 *O M. R. P. P. Frei Joaquim do Desterro acha-se com 47 annos de idade e he o D. Abbade do Mosteiro de N. Snr^a. da Graça na Bahia: foi Secretario do R^{mo}. Geral anteacto, a quem muito ajudou nas intrigas, e maledicencias, unido ao actual Abbade do Rio, ao actual Secr^o., e ao P^e. M^e. D^{or} Frei Paulo.*
- 25 *O M. R. P. P. Frei Antonio da Rainha dos Anjos acha-se com 49 annos de idade actualmente he o Prior do Mosteiro Capitular da Bahia: astucioso com hipocrezia, tem-se constituido o Dictador da Congregação, e talvez seja ele a principal causa do desmantelamento em que tudo se acha: sua conducta privada consta ter sido assaz escandaloza no Mosteiro da Bahia, e se constão factos bastante tristes.*
- 26 *O R. P. P. Frei Joze de São João Evangelista acha-se com 40 annos de idade: soffre lacunas, e mesmo assim foi mandado pelo actual R^{mo}. Geral p^a Presidente do Mosteiro de Sorocaba, donde voltou, e chegando ao Rio de Janr^o a 24 de Dezembro, foi recluso, e não se sabe o crime.*
- 27 *O R. P. P. Frei Joaquim de São Bartholomeu acha-se com 52 annos de idade, e completamente doudo, encarcerado em huma cella, entregue à discripção de hum escravo, q. bastante o maltrata o R^{mo}. D. Abbade Geral, e mesmo o Prelado local em anno e meio ainda não o forão ver, ou visitar huma só vez!!!
O irmão Donato Frei Jacinto Antonio de Santa Barbara acha-se com 49 annos; no Mosteiro da Bahia.*

Note-se

De alguns destes vinte e sete Monges, e residentes nos Mosteiros

da Bahia, he que se compõem sempre os Capitulares Geraes (...)

RELAÇÃO DOS MONGES NOVAMENTE ADMITIDOS NA CONGREGAÇÃO BENEDICTINA DO BRAZIL DESDE O ANNO DE 1835 EM QUE SE FACILITARÃO OS INGRESSOS ATHE O PREZENTE SUAS ACTUAIS REZIDENCIAS; REGULANDO EM IDADE DE 20 A 27 ANNOS QUAZI TODOS

- 1 – Frei José da Exaltação Marques ----- Bahia*
2 – Frei Joaquim do Monte Carmelo ----- Prez^{te} em Santos
3 – Frei Eugenio de Santa Escolastica ----- Sub Prior Rio de Janr^o
4 – Frei João de São Bento ----- no Riode Janr^o com ordemp^a. B^a.
5 – Frei Fran^{co} da Madre de Deos ----- São Paulo
6 – Frei Antonio do Patrocinio ----- Bahia
7 – Fr. Jozé da Purificação ----- Rio de Janr^o
8 – Fr. José da Natividade ----- D^o D^o Secularizou-se

Segue a relação com 42 Monges no total, mais Noviços próximos a professarem em numero de nove.

Note-se

Dos quarenta e dous Monges novos ja foi hum nomeado Subprior para o Mosteiro do Rio de Janr^o, e outro Prezidente do Mosteiro de S^{tos}, onde tem de vier entregue a si mesmo, e na flor dos annos: para tal nomeação não foi precisa dispensa alguma da Lei; nem servio de embaraço a triste experiencia do mal, que tem resultado de Monges moços em os Mosteiros pequenos, nos quaes nenhuns exercicios monasticos se praticão, a excessão de dizer Missa: ao mesmo tempo q. nos Mosteiros maiores existem alguns anciãos, que melhor estarião nos Mosteiros pequenos.

(...)

REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE MAGÉ (SÉCULOS XVII-XIX)

Antônio Seixas¹

Resumo: Os registros paroquiais são a principal fonte da pesquisa genealógica. A partir dos assentos de batismo, de casamento, de óbito e de terras podemos reconstituir a estrutura social e fundiária do país. Os arquivos públicos e eclesiásticos preservam os livros de registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, no recôncavo da Baía de Guanabara. O presente estudo tem por objetivo a identificação e a análise dos livros de assentos da paróquia de Magé que chegaram aos nossos dias. A metodologia, com base no método dedutivo, concentrou-se na pesquisa documental. O levantamento de informações nos arquivos em Niterói, Petrópolis e Rio de Janeiro revelou os livros e fragmentos de livros existentes, testemunhos materiais da sociedade escravista mageense dos séculos XVII-XIX.

Introdução

A pesquisa genealógica tem nos registros paroquiais sua principal fonte de informação. Já os livros de terras são uma das principais fontes para a investigação da propriedade fundiária no Império do Brasil. O cruzamento de tais informações nos fornece quadros sobre a ocupação dos territórios, as dimensões populacionais, o acesso à terra e o regime jurídico fundiário. Daí a importância da preservação dos acervos, bem como o seu franqueamento à consulta pública.

Na América portuguesa, do pouso, da fazenda e da paróquia surgiram a aldeia, o arraial e a vila, o que não esconde o nomadismo da sociedade colonial, que transferia seus núcleos populacionais, reconstruindo povoados e sedes de distritos.² Foi assim com o povoado de Magepe, surgido no entorno do Santuário de Nossa

¹ Advogado e historiador. Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ) e em História Militar (UNISUL). Mestre em História (UNIVERSO). Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Sócio-Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira - CEIB. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antseixas@bol.com.br.

² LAMEGO, Alberto Ribeiro. A planície do solar e da senzala. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996, p. 152

Senhora do Monte da Piedade, no século XVII, e transferido, a partir de 1750, para o largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.

A metodologia foi desenvolvida com base no método dedutivo, utilizando-se a pesquisa documental nos arquivos eclesiásticos e públicos. A busca pelos livros de assentos de batismo, matrimônio e óbito de Magé se concentrou nos arquivos eclesiásticos de Niterói, de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Já a localização do respectivo livro de terras foi feita no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Na reconstituição da trajetória do Município de Magé, fundado em 9 de junho de 1789, se evidencia no cruzamento da história das instituições com a história das famílias, dos grupos sociais e dos indivíduos, daí a importância dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, criada em 18 de janeiro de 1696.

Uma freguesia no Recôncavo da Guanabara

A colonização portuguesa do Recôncavo da Baía de Guanabara remonta a reconquista do Rio de Janeiro, em 1565, com a expulsão dos franceses e a concessão das primeiras sesmarias nas proximidades e à margem da Guanabara. Neste contexto, os rios que deságuam na baía foram estratégicos, diante das largas faixas de manguezais que dificultavam a movimentação pelo litoral

Nas margens dos rios Meriti, Sarapuí, Iguassu, Pilar, Inhomirim, Suruí, Magepe, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba estabeleceram-se os primeiros engenhos e fazendas, ao mesmo tempo em que os colonizadores seguiam por eles em direção da Serra do Mar e a produção agrícola do recôncavo descia para a cidade do Rio de Janeiro.³

Cristóvão de Barros, filho de Antônio Cardoso de Barros, donatário da Capitania do Ceará e primeiro provedor-mor da Real Fazenda do Brasil (1548-1549), foi agraciado, em 1566, com uma sesmaria na barra do Rio Magepe, ampliada com a concessão de mais terras, em 1579.⁴

O engenho de Magepe foi o primeiro a ser erguido no Recôncavo da Baía de Guanabara, entre 1572 e 1575, período em que Cristóvão de Barros sucedeu a Salvador Correia de Sá, no comando da Capitania do Rio de Janeiro.⁵

Frei Vicente do Salvador (1564-1635) menciona que Cristóvão de Barros, depois da pacificação do Rio de Janeiro, dedicou-se à lavoura, à produção de açú-

3 LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p. 191-195.

4 ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 25-28.

5 MELLO, Carl Egbert H. Vieira. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo: Editora Giordano, 1996, p. 147-148.

car em seu engenho e à pesca da tainha, no Rio Magepe, cuja carne era salgada e a cabeça cozida, produzindo o azeite que iluminaria as casas.⁶

Segundo Simão de Vasconcellos (1597-1671), foi no engenho de Magepe que ocorreram dois milagres atribuídos ao Padre José de Anchieta: o amansar de um boi bravo e a cura de Baltazar Martins Florença, com a água de uma fonte que havia junto ao engenho.⁷

Próxima do porto por onde se escoava a produção da fazenda de Magepe, foi erguida, num outeiro, uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, iniciativa do sargento-mor João Dantas (falecido em 1668), que encomendou ao escultor Sebastião Toscano, no Rio de Janeiro, a confecção da imagem, que logo alcançou fama de milagrosa.⁸

O escritor francês Charles de Sainte-Foy (1806-1861) menciona que os fiéis faziam peregrinações até o Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe e tomavam a água do poço do Padre Anchieta, eficaz contra várias espécies de enfermidade.⁹

Em 1723, Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) menciona que as paredes do Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe estavam cobertas de testemunhos dos sinais e memórias dos milagres e maravilhas, sendo vistos muitos quadros, mortalhas e outros ex-votos.¹⁰

Assim, o engenho de Cristóvão de Barros, o poço bento de Anchieta e o Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade foram os responsáveis pelo desenvolvimento do primeiro povoado de Magepe.

6 SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 178-179.

7 VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 52.

8 SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo e último. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002, p. 42-45.

9 SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora, 1997, p. 198-199

10 SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo décimo e último. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002, p. 45



Sítio histórico do Poço Bento de Anchieta (IBGE, 1969)

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, de natureza colativa, foi criada pelo alvará régio de 18 de janeiro de 1696. O Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade principiou a ter párocos próprios em 1697, com a posse do Padre José Carvalho, que ficou à frente da paróquia até 1701.¹¹

As paróquias instituídas, no contexto do Padroado Régio, eram designadas de natureza colativa, pois a elas estariam vinculados padres, mantidos, em caráter vitalício, pela Coroa portuguesa. Uma paróquia colada representava o reconhecimento da consolidação da ocupação do território, com certa representatividade econômica ou política. Assegurava, ainda, uma ascensão social ao padre a ela colado, que o distinguiu do baixo clero, por sua condição de funcionário régio.

O reconhecimento das paróquias coladas decorria da pressão dos próprios fregueses, que o requeriam à Coroa portuguesa. Foi o que aconteceu com a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. Com a concordância do Bispado do Rio de Janeiro e da Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa, os moradores do povoado de Magepe passaram a contar com a administração contínua dos sacramentos e a produção dos registros paroquiais, que conferiam

¹¹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 135.

direitos, privilégios e prestígio social.¹²

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe não se limitava ao continente, pois incluída em sua jurisdição eclesiástica estava a ilha de Paquetá, que passou a contar, em pouco tempo, com duas capelas, a de São Roque (1698) e do Senhor Bom Jesus do Monte (1758).

Em 1748, a doação de terras no Caminho Grande da Fazenda Magepe-mirim, para a construção da nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, motivou a mudança de todo o povoado da Praia da Piedade para o novo sítio, dando origem ao Centro Histórico de Magé. A atual Igreja Matriz foi concluída em 1751, quando lhe foram transferidas as imagens sacras do velho Santuário no Morro da Piedade, que acabou demolido.¹³

Em 21 de junho de 1769, Dom Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, criou a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá, nela incluindo as ilhas de Itaoca e de Jurubaibas, anteriormente pertencentes à freguesia de São Gonçalo. Essa decisão não agradou nem ao pároco de São Gonçalo nem aos moradores do entorno da capela de São Roque que, desejando permanecer com a paróquia de Magepe, recorreram à Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa. Em 1771, a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Paquetá foi extinta, retornando os moradores de Paquetá a pertencerem a paróquia de Magepe.¹⁴

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe foi elevada a sede da Vila de Magé, criada por ato do Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, em 9 de junho de 1789, sendo a Câmara Municipal instalada dias depois, a 12 de junho.¹⁵

O Município de Magé foi formado pelas antigas freguesias do distrito rural de Magepe (Nossa Senhora da Piedade de Magé (incluindo Paquetá), São Nicolau de Suruí, Nossa Senhora da Guia de Pacobaiba e Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim), desmembradas da Cidade do Rio de Janeiro, e pela freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, desmembrada da Vila de Santo Antônio de Sá.

No centro das vilas coloniais, a Igreja Matriz, quase sempre grandiosa, contrastava com o casario modesto e centralizava no entorno de si, o comércio e as instituições, ao mesmo tempo em que em sua praça aconteciam os comícios, os protestos, as cavalgadas, o bumba-meu-boi, as pastorinhas e as congadas.

12 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 99.

13 SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 222.

14 COARACY, Vivaldo. *Paquetá, imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964, p. 32-34.

15 ABREU, Antônio Izaías da Costa Abreu. *Municípios e Topônimos Fluminenses: histórico e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994, . 56-57.

ruas, inclusive as que confluíam para o Largo da Matriz, apenas casas térreas e assobradadas, com seus quintais, com pomares, roças e estábulos.¹⁶

O centro urbano no entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé foi descrito por Monsenhor Pizarro e Araújo, em 1794; pelo Padre Aires Casal, em 1817; e pelo viajante inglês John Luccock, em 1820.

No relatório de sua visita pastoral, em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo (1753-1830) menciona que as 16 casas assobradadas e as 173 térreas são posteriores a construção da nova Matriz de Magé, uma das melhores igrejas do recôncavo.¹⁷

Em 1817, o Padre Aires Casal (1754-1821) descreve Magé como uma vila abastada de pescado, com algum comércio e um porto movimentado, com a exportação de gêneros alimentícios, ornada com uma magnífica igreja paroquial.¹⁸

Já o viajante inglês John Luccock, em 1820, afirma que Magé possuía várias ruas bem arrumadas, muitas casas de superior qualidade, um bom mercado de peixe e uma ótima igreja, sendo uma das localidades mais importantes das vizinhanças do Rio de Janeiro.¹⁹

16 OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA/INL, 1971, p. 22-24.

17 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 99-116.

18 CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 34.

19 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridional do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 230.



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé (Museu Imperial, 1922)

Fora do pequeno centro urbano de Magé, novos povoados surgiram em volta das capelas rurais. Em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo menciona que a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé contava com seis capelas filiais: a de São Roque (1698), em Paquetá; a de Nossa Senhora de Nazareth (1734), na fazenda de Manuel Ferreira Feital; a de Sant'Anna (1737), na fazenda do Capitão-mor Domingos Vianna de Castro; a de Santo Aleixo (1747), na fazenda de José dos Santos Martins; a do Senhor Bom Jesus do Monte (1758), em Paquetá; e a de Sant'Anna, na fazenda da Ordem do Carmo.²⁰

Em 1855, por força da regulamentação da Lei de Terras, o Padre Agostinho de Mattos ficou responsável por abrir e controlar os livros e registrar as declarações dos proprietários ou posseiros de terras na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé.

Quando a Vila de Magé foi elevada à categoria de cidade, em 2 de outubro de 1857, o Município de Magé estava dividido em cinco freguesias, a de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé, a de São Nicolau de Suruí, a de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, a de Nossa Senhora Aparecida e a de Santo 20ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INE-PAC, 2009, p. 105-112.

Antônio do Paquequer (Teresópolis).²¹

Antônio de Paiva Fernandes menciona que para a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Magé convergiram os capitalistas da Corte, adquirindo terras e instalando empórios comerciais, interessados no movimento das tropas de mulas que traziam os produtos de Minas Gerais para ser escoados, pelo porto do Canal de Magé, para o Rio de Janeiro.²²

O movimento dos tropeiros pela estrada de Magé até o Rio Paraíba do Sul, pela Serra dos Órgãos, contribuiu para a criação das freguesias de Nossa Senhora Aparecida (1842), de Santo Antônio do Paquequer (1855) e de Santo Antônio de Sapucaia (1871).

A inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1858), o fim do trabalho escravo (1888) e os desdobramentos do golpe militar contra a monarquia (1889) impactaram diretamente o comércio, a agricultura e o desenvolvimento do Município de Magé. Neste contexto, o município perdeu, ainda, grande parte de sua área agrícola, com as emancipações das freguesias de Sapucaia (1874), que ainda levou consigo a Freguesia de Nossa Senhora Aparecida, e de Teresópolis (1891), e reincorporou suas antigas freguesias de Guia de Pacobaíba e de Inhomirim, com a extinção da Vila de Estrela, em 1892.

Em 1892, a própria Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Magé viu seu território eclesiástico ser dividido, dando origem aos distritos de Magé e de Santo Aleixo. Assim, o Município de Magé passou a ser dividido em seis distritos: Magé, Santo Aleixo, Guapimirim, Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim.

Em seguida, eclodiu a Segunda Revolta da Armada (1893-1894), cujo episódio mais sangrento ficou conhecido como Horrores de Magé (1894), ocasião em que as tropas do Exército saquearam a Câmara Municipal, o cartório da comarca e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade.²³

Nos últimos trezentos anos, a jurisdição eclesiástica da Paróquia de Magé sofreu cinco desmembramentos: o primeiro, em 1723, quando foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; em 1755, com a criação da Paróquia de São Nicolau de Suruí; em 1810, com a criação da Paróquia do Bom Jesus do Monte de Paquetá; em 1960, com a criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santo Aleixo; e, por fim, em 2016, com a criação da Paróquia de Santo Antônio de Nova Marília.

21 Biblioteca Nacional. Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1857, p. 199-204.

22 FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da Republica*. Rio de Janeiro: Gráfica Hélio, 1962

23 DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé, 1894*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 2002, p. 57-73

Os registros paroquiais de Magé

Os primeiros registros de batismo, matrimônio e óbito em Magepe foram feitos, entre 1565 e 1634, pelo pároco da Igreja Matriz de São Sebastião do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, passando a responsabilidade, em seguida, ao pároco da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (1634-1696).

Monsenhor Pizarro e Araújo menciona que o primeiro livro de assentos do Santuário de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe foi iniciado em 1668, portanto, antes da criação da freguesia (1696). Era prática comum no Bispado do Rio de Janeiro, em que os registros de batismo, matrimônio e óbito se faziam em cadernos avulsos, sem a formalidade prevista no Concílio de Trento. Os livros regulares somente tornaram-se obrigatórios, em 1728, quando o Bispo Dom Frei Antônio de Guadalupe adotou, no Bispado do Rio de Janeiro, as Constituições do Arcebispado da Bahia (1707).²⁴

O território mageense esteve subordinado ao Bispado da Bahia (1565-1575), à prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro (1575-1676), ao Bispado do Rio de Janeiro (1676-1892) e ao Bispado de Niterói (1892-1946). Essas alterações na jurisdição eclesiástica explicam a existência de livros paroquiais de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, por exemplo, no Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói.

Em 13 de junho de 1946, o Papa Pio XII criou o Bispado de Petrópolis, com território desmembrado das dioceses de Niterói e de Barra do Pirai. Desde então, a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Magé é a mais antiga da Diocese de Petrópolis.

Especificamente para o caso dos registros paroquiais de Nossa Senhora da Piedade de Magé, os encontramos nos arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e da Cúria Diocesana de Petrópolis e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

No arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro estão três fragmentos de livros de registro, dois de batismo de livres (1669-1676 e 1677-1696) e um de batismo de escravizados (1754-1756). Os assentos do século XVII confirmam a informação de Monsenhor Pizarro de que os registros de Magepe começaram a ser feitos antes da criação da freguesia.

A Paróquia de Magé teve seus livros de registros recolhidos à Cúria Diocesana de Petrópolis, por decisão do Bispo Dom Manuel da Cunha Cintra, 1.º Bispo de Petrópolis (1948-1984).²⁵ No arquivo diocesano encontramos, da freguesia de Magé, livros e fragmentos de livros com assentos de batizados (1670-

24ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 133-135.

25CARVALHO, Áurea Maria de Freitas. *Arquivos Eclesiásticos de Petrópolis*: Cúria Diocesana e Catedral. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1981, p. 3.

1743, 1743-1766, 1756-1771, 1841-1851, 1851-1864, 1864-1878), de casamentos (1702-1766, 1766-1838, 1809-1819) e de óbitos (1809-1815, 1816-1840, 1827-1840, 1841-1854) de brancos e forros, bem como de batismos de escravizados (1719-1782, 1809-1814, 1834-1855).

Os registros paroquiais de Magé deveriam seguir as instruções do Concílio de Trento (1545-1563) e, a partir de 1728, das disposições das Constituições do Arcebispo da Bahia (1707). As informações básicas nos assentos são a data do evento (batismo, casamento ou óbito), o nome dos pais, avós e cônjuges (havendo, em alguns casos, menção a naturalidade, a nacionalidade ou a símbolos de distinção, como as patentes militares), padrinhos e testemunhas.

Considerando que, na América portuguesa, a cor definia o lugar social dos indivíduos, as hierarquias sociais do Antigo Regime nos trópicos, que se mantiveram no Império do Brasil e repercutem negativamente até os dias atuais, estão presentes nos registros paroquiais de Magé.

Podemos observar nesse pequeno *corpus* documental que havia livros para livres (brancos, pretos forros e pardos) e para escravizados. Nos assentos paroquiais vemos alusões às chamadas qualidades de cor dos fregueses de Magé, parda, preta ou crioula. Há, inclusive, registros com os nomes de nação dos pais ou avós (do Congo, de Angola etc.) ou com a indicação de oriundos da Costa da África.

No século XVIII, o termo pardo geralmente se referia a filhos de forros, ou seja, seria a primeira geração de descendentes de escravizados nascida livre.²⁶ Assim, os pardos mencionados nos registros paroquiais de Magé apresentavam uma condição diferenciada de liberdade, vinculada a um passado de escravidão.

Essas distinções sociais na sociedade mageense colonial são visíveis também na organização das irmandades religiosas. Por exemplo, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim havia duas irmandades negras, a de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1737) e a de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos (1738), cada qual responsável pela conservação de seu altar no interior daquela igreja.²⁷

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro encontramos o livro de registro das terras da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila de Magé, abrangendo o período de 1855 a 1857. O registro paroquial de terras foi o primeiro instrumento jurídico regulador de acesso à propriedade fundiária, depois do fim da concessão das sesmarias, em 1822. Sobre o acesso à terra, no período colonial, encontramos no Arquivo Nacional

26 FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 137.

27 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monseñor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 33-34.

muitas cartas de sesmarias referentes ao território mageense.²⁸

Os livros de registro paroquial de terras nos fornecem informações sobre o nome do possuidor ou de seus herdeiros, o nome de seus confrontantes, a freguesia, o sítio ou núcleo populacional em que está inserido e o regime jurídico (posse ou propriedade).

Antônio Carlos Jucá de Sampaio, que estudou a estrutura de posse da terra na Vila de Magé, entre 1855 e 1857, observou que os grandes proprietários concentravam 3/4 de toda a área registrada nas cinco freguesias (Magé, Suruí, Guapimirim, Aparecida e Paquequer), a exemplo da freguesia de Magé, onde os sete maiores proprietários de terras controlavam mais de 84% da terra declarada, enquanto que havia uma esmagadora maioria de microfunditários correspondendo a 60% dos proprietários de terras registradas, que controlavam tão-somente 1,6% de toda a extensão declarada, com uma propriedade média de 1,92ha, em razão de serem ocupações seculares, que foram sendo retalhadas pelos herdeiros ao longo das gerações.²⁹

Os registros de terras da freguesia revelam a existência de uma comunidade de pretos forros em Magé, formada por Desidéria, Ignácia Moçambique, Generosa Crioula, Maria Rebolla, José Bengela e Antônio Congo, que compareceu, em 1856, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade para declarar a posse sobre um sítio, na margem do Rio Magé.

Como os dados obtidos nos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé podem ser trabalhados? Podemos citar, pelo menos, três perspectivas: a da História Social, a da Micro-História italiana e a da Demografia Histórica

A abordagem da História Social nos permite, a partir dos registros paroquiais de Magé, abordar temas como as trajetórias individuais e familiares, as hierarquias sociais e as estratégias de mobilidade social.

Já com a Micro-História italiana, a exemplo do trabalho de Giovanni Levi, podemos reconstituir os núcleos familiares dos antigos moradores de Magé, as suas redes de sociabilidade e a estrutura agrária da região.³⁰

A Demografia Histórica, pautada na análise dos registros paroquiais por métodos quantitativos, também tem apresentado resultados significativos ao privilegiar a temática da família, suas redes e vínculos com a terra.³¹

28ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

29 SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 46-55.

30LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

31 BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório*

Considerações finais

O levantamento dos livros de registros paroquiais de Magé, nos arquivos do Rio de Janeiro e de Petrópolis, revelou que a destruição provocada pelos Horrores de Magé (1894) não apagou a totalidade dos assentos referentes aos séculos XVII, XVIII e XIX.

A regularidade com que os párocos de Magé recolhiam as informações de batismos, casamentos e óbitos nos permite identificar as hierarquias sociais e reconstruir as redes de sociabilidade e as estratégias de mobilidade social que marcaram a sociedade escravista mageense.

A fim de suprir as lacunas existentes nos registros paroquiais de Magé, o pesquisador pode lançar mão de outras fontes, como os inventários *post mortem*, que estão sob a guarda do Arquivo Nacional e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O estudo de caso da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé contribuiu para compreender o processo de ocupação do Recôncavo da Guanabara, ao mesmo tempo em que evidenciou como os livros de registros de batismo, de matrimônio, de óbito e de terras são importantes testemunhos dos valores presentes na Magé colonial e imperial.

Referências bibliográficas

ABREU, Antônio Izaías da Costa Abreu. *Municípios e Topônimos Fluminenses: histórico e memória*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. *Relação de algumas cartas de sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855). Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

CARVALHO, Áurea Maria de Freitas. *Arquivos Eclesiásticos de Petrópolis: Cúria Diocesana e Catedral*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1981.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasileira*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947

COARACY, Vivaldo. *Paquetá, imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

DIOCESE DE PETRÓPOLIS. *Os Horrores de Magé, 1894*. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora, 2002

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Antônio de Paiva. *Magé, durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República*. Rio de Janeiro: Gráfica Hélio, 1962

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A planície do solar e da senzala*. 2 ed. Niterói: Imprensa Oficial, 1996.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MELLO, Carl Egbert H. Vieira. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo: Editora Giordano, 1996.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2 ed. Brasília: EBRASA/INL, 1971.

SAINTE-FOY, Charles. *Anchieta, o Santo do Brasil*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora, 1997

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: Sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. *Dissertação de Mestrado em História*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora: tomo décimo e último*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2002.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. v. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

EUCLYDES DA CUNHA EM CAMPANHA

Paulo Paranhos¹

Resumo: *A passagem de Euclides da Cunha pela cidade de Campanha – Minas Gerais.*

Abstract: *The passage of Euclides da Cunha through the city of Campanha - Minas Gerais.*

Poucos sabem dessa passagem curiosa do grande escritor pátrio Euclides da Cunha pela cidade de Campanha. Na realidade, em raríssimos livros está gravada com minúcias a estadia do autor de *Os Sertões* por terras sul mineiras. De fato isto se deu entre 1894 e 1895: Euclides fora designado pelo então presidente da República, o marechal Floriano Peixoto, para servir naquela cidade e ali chegou em 28 de março de 1894 na condição de engenheiro militar (1º tenente) que era, a fim de construir ou adaptar um quartel para abrigar o 8º Regimento de Cavalaria.

E qual o motivo para que Euclides para ali fosse enviado, considerando a qualidade e excelência da engenharia militar no estado de Minas Gerais? Na realidade, essa decisão foi tomada como uma espécie de exílio a ele imposto, com a finalidade velada de mantê-lo afastado das agitações da capital, pois a repercussão de um desentendimento que tivera com um senador do Ceará, João Cordeiro (que exigia a punição sumária dos envolvidos na Revolta da Armada), através de duas cartas publicadas na *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1894, teria ocasionado a sua transferência para a Secretaria de Obras Militares, que se via empenhada, entre outras, na construção do quartel do 8º Regimento na cidade de Campanha.

Além disso, pesava também o temperamento polêmico de Euclides, fato não desconhecido das autoridades militares que se lembravam vivamente do episódio ocorrido na Escola Militar em 1888, quando, na visita do então Ministro da Guerra, Tomás Coelho, Euclides havia liderado uma insubordinação da tropa contra a presença daquela patente, insatisfeito com a monarquia: em vão tentou quebrar a sua baioneta e, não conseguindo,

¹ Historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

arremessou-a ao chão. Por esse episódio Euclides fora desligado do Exército e somente seria reincorporado em 1889. Euclides, efetivamente, era um homem predestinado a atos de grande desassombro ao longo de sua vida.

Assim é que, após o episódio com o senador João Cordeiro, foi enviado para Campanha e ali recebido com honras, convivendo com homens do naipe de João Luís Alves, que seria posteriormente ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras; Leonel de Rezende Filho, que viria a ser ministro do Tribunal de Contas da União; Francisco Honório Brandão, médico conceituado no sul das Minas Gerais; Júlio Bueno, jornalista, professor e historiador; Brandão Filho, um grande orador campanhense.

Euclides passava grande parte do dia na livraria dos irmãos Veiga, sobrinhos que eram de Evaristo da Veiga, filhos de Lourenço Xavier da Veiga, e Bernardo Saturnino da Veiga que fundou o *Opinião Campanhense*, nos moldes do *Aurora Fluminense*. O primeiro, por sinal, foi um dos pioneiros na aquisição de terras na região onde hoje se localiza a cidade de São Lourenço.

O Dr. Júlio Bueno, um companheiro de jogo de gamão, dizia que Euclides não gostava de acatar as regras do jogo, principalmente quando estava em desvantagem e, exaltado, sempre reclamava: “Eu não sou escravo de regrinhas de jogo, ouviu, meu caro doutor? Isto é mera convenção!” E o professor aceitava pelo prazer de tê-lo como parceiro assíduo, embora fosse muito resmungão. Esse mesmo professor obsequiou Euclides com muitos livros, dentre eles *Géologie, flore, faune et climats du Brésil*, de Emmanuel Liais que, adiante, seria citado várias vezes em sua obra máxima, *Os Sertões*.

É ainda o mesmo Dr. Bueno que, em artigo publicado em *O Minas do Sul*, de Campanha, em edição de 3 de março de 1953, falou sobre o prédio onde Euclides morou e começou a escrever os primeiros capítulos de *Os Sertões*, que no primeiro esboço produzido não tinha esse título. Segundo ele, foi nessa mesma época que Euclides fizera a leitura do livro *Teoria do Socialismo*, de Oliveira Martins, com anotações de próprio punho datadas de Campanha, *a nossa Tebaida* (lugar de refúgio) *Mineira*, como se referia a essa cidade ao seu amigo Francisco Honório Brandão, quando se encontrava em São Paulo, mais precisamente na cidade de São José do Rio Pardo – já na condição de jornalista de *O Estado de S. Paulo*.

Não restam dúvidas de que a paisagem campanhense tocou-lhe a veia poética ao escrever *Catas*, versos dedicados a Coelho Neto e inspirados nas escavações auríferas que circundavam a cidade. No seu livro maior, Euclides lembrou que a Mantiqueira parecia ter por missão levar até ao âmago de Minas

Gerais as paisagens alpestres do litoral!

*Que outros adorem vastas capitais
Aonde, deslumbrantes,
Da Indústria e da Ciência as triunfais
Vozes se erguem em mágico concerto;*

*Eu, não; eu prefiro antes
As catas desoladoras do deserto,
Cheias de sombra, de silêncio e paz...*

*Não invejo, porém, os que se vão
Buscando, mar em fora,
De outras terras a esplêndida visão...
Fazem-me mal as multidões ruidosas
E eu procuro, nesta hora,
Cidades que se ocultam majestosas
Na tristeza solene do sertão.*

*E ao ritmo de esplêndidas canções
Levantou-lhes os muros triunfantes
Heroica e sonhadora,
A coorte febril dos Bandeirantes,
Nas marchas triunfais pelos sertões.*

*Viajantes que rápidos passais
Pelas serras de Minas,
Vindos de fulgurantes capitais,
Evitai as necrópoles sagradas,
Passai longe das ruínas,
Passai longe das Catas desoladas
Cheias de sombra, de tristeza e paz...*

Além disso, uma grande alegria estava destinada ao grande escritor: ali em Campanha nasceu-lhe outro filho, Euclides da Cunha Filho, o Quidinho, em 18 de julho de 1894, herdeiro que tivera com Ana Emília Ribeiro da Cunha e que teria a mesma desditosa sorte do pai, ou seja, morreu em duelo com o tenente Dilermando de Assis.

Em sua passagem por Campanha, ainda que tenha sido curta, Euclides era extremamente considerado pelos intelectuais da cidade, assim é que foi aquele que discursou na chegada do primeiro trem em Campanha, em 11 de novembro de 1894, além de ter sido, também, o orador no banquete oferecido ao comandante e oficiais do 8º Regimento de Cavalaria em 26 de agosto de 1894.

Euclides saiu de Campanha em 21 de maio de 1895, seguindo para Belém do Descalvado (hoje Descalvado), São Paulo, passando a residir na fazenda Trindade, que pertencia a seu pai. A partir daí a municipalidade campanhense deu a uma praça hoje não mais existente na cidade o nome do grande autor de *Os Sertões*.

O PERCURSO MILITAR DE FRANCISCO LUIZ REBELLO

Francisco Montanha Rebello

Resumo: *Descrição do percurso militar de Francisco Luiz Rebello, bisavô do autor, entre 1897 e 1940.*

Abstract: *Description of the military career of Francisco Luiz Rebello, the author's great-grandfather, between 1897 and 1940.*



Figura nº1: Francisco Luiz Rebello.

I – DO BERÇO À ESCOLA DO EXÉRCITO

1880 – Francisco Luiz Rebello¹ nasce em Lisboa a 6 de novembro, filho de Augusto César Rebello², natural e batizado na freguesia de Santos, Lisboa, e de sua mulher D. Margarida de Jesus e Silva, natural e batizada na freguesia de Santa Maria da Vila de Sintra. Seu pai era proprietário de uma oficina de carruagens na rua da Rosa n^os 14-16 e de uma casa de empréstimos sobre penhores na travessa de Santa Justa n^o75³.

1881 – Foi batizado a 21 abril, em Lisboa, na freguesia da Encarnação, sendo padrinhos Francisco Soares da Cruz e sua mulher D. Luísa Maria da Conceição Cruz, moradores na rua dos Calafates, numero 162.



Figura n^o2: igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa.

1897 – Em 6 de novembro, data em que faz 17 anos de idade, assenta praça⁴ para servir por 12 anos na Companhia de Alunos da Escola do Exército. Em 4 de dezembro é promovido a Aspirante de Marinha⁵ e é transferido para o serviço da Armada.

1 <https://geneall.net/en/name/34787/francisco-luis-rebello/>

2 <https://geneall.net/en/name/34783/augusto-cesar-rebello/>

3 Arquivo do Ministério das Finanças, livro 127, 2^o bairro de Lisboa, Augusto César Rebello, XV-T-136 (30), testamento feito no ano de 1898.

4 “Assentar praça” quer dizer “alistar-se numa força militar”.

5 Aspirante a oficial ou simplesmente Aspirante é o posto de um membro das forças armadas ou forças de segurança, durante o período final da sua formação para oficial, antes de ser promovido ao posto inicial de oficial subalterno. https://pt.wikipedia.org/wiki/Aspirante_a_oficial



Figura nº3: insígnia de Aspirante de Marinha.

1898 – Inicia o Curso de marinha (1898-1899) no ano em que faz 18 anos. Em 3 de agosto, está embarcado no Transporte África. De 6-9-1898 a 4-6-1900, anda embarcado na Corveta Duque da Terceira.

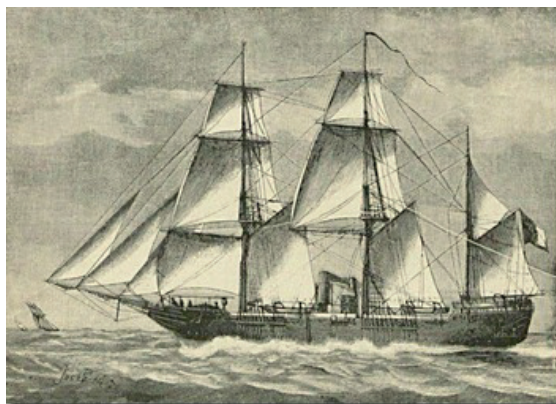


Figura nº4: Corveta Duque da Terceira⁶

1899 – Com 19 anos, acaba o Curso de Marinha (1898-1899), obtendo no final do curso a cota 10,20, no 2º grupo. Foram seus camaradas de curso:

1. **Aníbal de Sousa Dias⁷** – Nasceu em Muge em 1-4-1875. Oficial de Marinha desde 1897, após ter frequentado a Escola Politécnica. Participou ativamente na Revolução de 1910, tendo sido promovido a Capitão-Tenente pelo facto. Continuou a sua carreira militar tendo chegado a Vice-Almirante em 1937, não tendo exercido cargos políticos^{8/9/10/11}. Comendador, Grande-Oficial e Grã-Cruz da Ordem de Avis, Oficial da Ordem da Torre e Espada, etc.

6 <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/07/marinha-de-guerra-no-sec-xix-1.html>

7 <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=034856>

8 <http://alma-algarvia.blogspot.pt/2008/01/procurando-no-passado.html>

9 <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=80359>

10 <https://nenotavaicontra.wordpress.com/2014/05/11/noticia-do-dia-11-de-maio-de-1913-o-cruzador-adamastor/>

11 <http://arepublicano.blogspot.pt/2011/01/carlos-candido-dos-reis-parte-i.html>

2. **António Alemão de Mendonça Cisneiros de Faria**^{12/13/14} – Nasceu em Lisboa a 8-7-1879 e morreu em Carcavelos a 25-8-1946. Capitão-de-mar-e-guerra, Comandante do navio escola “Sagres”, Cruz de Guerra, Grande oficial da Ordem de Aviz, Comendador da Ordem de Cristo, etc. Casou com D. Matilde Sérgio de Sousa. S.g. Era parente do nº31, Luiz Couceiro, e de Domingos Augusto Rebello, irmão mais velho de Francisco Luiz Rebello.
3. **António Pereira da Fonseca** – Não foi possível encontrar informação sobre este aluno.
4. **Artur de Sacadura Freire Cabral**¹⁵ – Capitão de Fragata, nasceu em Celorico da Beira a 23 de abril de 1881 e morreu algures no mar do Norte em novembro de 1924¹⁶. Conhecido simplesmente como Sacadura Cabral, foi um oficial da Marinha portuguesa que realizou a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, junto com Gago Coutinho, em 1922.



Figura nº5: Sacadura Cabral.

Serviu no Ultramar durante a Primeira Guerra Mundial, foi um dos instrutores iniciais da Escola Militar de Aviação, diretor dos serviços de Aeronáutica Naval e comandante de esquadrilha na Base Naval de Lisboa. Ficou famoso a nível mundial, ao realizar diversas travessias aéreas, notabilizando-se especialmente em 1922, ao efetuar, juntamente com Gago Coutinho, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Morreu num desastre de aviação no Mar do Norte em Novembro de 1924, quando voava em direção a Lisboa, pilotando um avião que se despenhou. O seu corpo não foi encontrado. Não casou. Era tio-avô do político drº Paulo Portas.

5. **Augusto de Almeida Teixeira**¹⁷ – Nasce em Leiria a 19 de maio de 1877 e morre em Lisboa a 13 de julho de 1938. Capitão-de-mar-e-guerra da

12 <http://geneall.net/pt/nome/190889/antonio-alemao-de-mendonca-cisneiros-de-faria/>

13 http://www.aofa.pt/rimp/CALM_Azevedo_Pascoal_O_CM_e_o_Mar.pdf

14 Jorge Forjaz, “Os Luso-descendentes da Índia Portuguesa”, Volume I, página 312.

15 https://pt.wikipedia.org/wiki/Artur_de_Sacadura_Freire_Cabral

16 <http://geneall.net/pt/nome/16688/sacadura-cabral/>

17 <http://geneall.net/pt/nome/513411/augusto-de-almeida-teixeira/>

Armada Portuguesa, Oficial da Ordem de Avis e da Coroa da Bélgica, Cruz de Guerra. Casou com D. Maria do Céu de Queiroz Montenegro Pinto Moreira. C.g.

6. **Augusto Gonçalves de Azevedo Franco**¹⁸ – Capitão-Tenente da Marinha portuguesa, Comendador da Ordem de Cristo. Morreu em 27 de junho de 1954¹⁹.
7. **Augusto Goulart de Medeiros**²⁰ – Nasceu no Faial a 1 de fevereiro de 1878 e morreu em Lisboa em 10 de setembro de 1953. Governador Civil do Funchal, Capitão-de-mar-e-guerra. Era avô do drº Rui Patrício²¹, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1970), e do Maestro António Vitorino de Almeida²², logo, consequentemente, bisavô das atrizes Maria de Medeiros e Inês de Medeiros.
8. **Augusto Paiva Bobella da Mota**²³ – Nasceu em Coimbra em 11-10-1879 e morreu em Abrantes em 29-4-1931²⁴. Capitão-de-mar-e-guerra, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Governador do distrito de Diu, Presidente do conselho do distrito de Goa, Intendente da Baía dos Tigres (Angola), Medalha de prata por comportamento exemplar, Medalha da dedicação da cruz vermelha, Comendador da ordem de Avis. Casou duas vezes. C.g.



Figura nº6: Bobella da Mota.

9. **Ayres de Gouveia Alcoforado**²⁵ – Em 19-7-1921 era Primeiro-Tenente reformado. Morreu em 17-1-1941²⁶.

18 <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=137012&ht=cristo>

19 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2367>

20 <http://geneall.net/pt/nome/255617/augusto-goulart-de-medeiros/>

21 <http://geneall.net/pt/nome/127765/rui-manuel-de-medeiros-d-espiney-patricio/>

22 <http://geneall.net/pt/nome/234459/antonio-victorino-d-almeida/>

23 <http://geneall.net/pt/nome/105305/augusto-de-paiva-bobela-da-mota-governador-da-india/>

24 https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_de_Paiva_Bobela_da_Mota

25 <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=41452>

26 https://arquivohistorico.marinha.pt/report/?p=%2FArcheevo4_MarinhaAH%2FFrontOffice%2FPublic%2FMiscellaneous%2FDescriptionItemPublicReport&f=3&ID=2368&Locale=pt

- 10. Camilo Laroche Semedo**^{27/28/29} – Nasceu em Lisboa a 12-7-1879 e aí morreu em 30-8-1963. Não casou. Capitão-de-mar-e-guerra. “Dedicou grande parte da sua vida à cartografia, de cuja comissão foi vogal permanente por duas vezes, a segunda das quais por um período superior a 10 anos, trabalhando nas missões de delimitação das fronteiras de Angola. De Junho de 1906 a Maio de 1907 prestou serviço de hidrografia na Baía de Lourenço Marques, dirigindo os trabalhos de dragagem no canal do Polana, entre Novembro de 1908 e Dezembro de 1912”.



Figura nº 7: Camilo Semedo.

- 11. Carlos de Campos Andrada**³⁰ – Nasceu em Lisboa a 24-12-1878 e aí morreu em 2-6-1907, com 29 anos, em consequência de uma doença que adquiriu nas campanhas de África. Foi Segundo-tenente, Comendador da Ordem de Aviz e condecorado com a medalha da Rainha D. Amélia. Casou com D. Maria Cristina de Abreu Vidal. S.g.
- 12. D. Carlos de Sousa Coutinho**³¹ – 6º Conde de Linhares, Capitão-de-Fragata, Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz. Nasceu em Lisboa a 21-8-1880 e aí morreu a 25-12-1964. Não casou.
- 13. Eduardo Nogueira de Lemos**^{32/33/34} – Médico e Oficial de Marinha, foi Governador representante de São Tomé e Príncipe, de 22-10-1920 a 2-7-1921.

27 <http://geneall.net/pt/nome/348368/camilo-laroche-semedo/>

28 <http://www.hidrografico.pt/camilo-laroche-semedo-1879-1963.ph>

29 <http://www.hidrografico.pt/figuras-ilustres.p>

30 Anuário da Nobreza de Portugal, III, Tomo II, 1985, página 463.

31 <http://geneall.net/pt/nome/54196/d-carlos-de-sousa-coutinho-6-conde-de-linhares/>

32 <http://geneall.net/pt/nome/1053316/eduardo-nogueira-de-lemos/>

33 https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_S%C3%A3o_Tom%C3%A9_e_Pr%C3%ADncipe

34 http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_8196/p_7



Figura n.º8: Eduardo Nogueira de Lemos.

14. **Ernesto Garcez de Lencastre**³⁵ – Capitão-de-Fragata da Armada portuguesa. Nasceu no Porto a 10-9-1877 e morreu em Lisboa a 13-12-1935. Casou com D. Maria da Glória Cyrne. S.g.
15. **Eugénio Trajano de Bastos Guedes**^{36/37/38} – Nasce cerca de 1875. Casa em Lisboa, na freguesia de Santa Isabel, a 18-1-1900 com D. Helena Teixeira de Aragão. Oficial da Marinha de Guerra Portuguesa
16. **Fausto Artur de Brito e Abreu**^{39/40/41} – Oficial de Marinha, nasceu no Barreiro em 19-12-1879 e morreu em Lisboa em 9-12-1945. Casou com D. Maria Elisa Caldeira de Ottolini. S.g.
17. **Fernando Augusto Branco**⁴² – Nasceu em Lisboa a 24-6-1890 e aí morreu em 11-12-1940⁴³. Capitão-de-mar-e-guerra, Adido Naval em Londres, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1930-1932). Foi avô do drº Jorge Sampaio⁴⁴, Presidente da Republica Portuguesa (16º)⁴⁵.

35 <http://geneall.net/pt/nome/26935/ernesto-garces-de-lencastre/>

36 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2363>

37 [https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecoes_web/Documents/%C3%8DNDICE%2040%20e%20%2040%20A%20-%20\(Oficiais%20da%20Armada%20-%20Classe%20Marinha\).pd](https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecoes_web/Documents/%C3%8DNDICE%2040%20e%20%2040%20A%20-%20(Oficiais%20da%20Armada%20-%20Classe%20Marinha).pd)

38 <http://nosportugueses.pt/pt/nome/619431/eugenio-trajano-de-bastos-guedes>

39 <http://geneall.net/pt/nome/78159/fausto-artur-de-brito-e-abreu/>

40 <http://www.biblioteca-genealogica-lisboa.org/citacoes.php?tipo=P&nome=Fausto+Artur+de+Brito+e+Abreu&>

41 Anuário da Nobreza de Portugal, III, Tomo II, 1985, página 360.

42 <http://geneall.net/pt/nome/16768/fernando-augusto-branco/>

43 https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Branco

44 <http://geneall.net/pt/nome/16764/jorge-sampaio/>

45 <http://geneall.net/pt/nome/16764/jorge-sampaio/>



Figura nº9: Fernando Branco.

- 18. Francisco Gonçalves de Queiroz**⁴⁶ – Oficial da Marinha de Guerra portuguesa, em 1911 era Segundo-Tenente⁴⁷.
- 19. Henrique Monteiro Correia da Silva**^{48/49/50} – Nasceu em Macau a 8-12-1878 e morreu em Lisboa a 1-11-1935. Representante dos títulos de Conde e Visconde de Paço d' Arcos, Governador de Macau, Ministro do Ultramar, Capitão-de-mar-e-guerra. Pai do escritor Joaquim Paço d' Arcos⁵¹.



Figura nº10: Henrique Correia da Silva.

- 20. Hugo Stanffenger Bivar de Sousa**⁵² – Oficial da Marinha de Guerra portuguesa.
- 21. João Frederico Júdice de Vasconcellos**⁵³ – Nasceu em Tavira a 4-4-1877 e aí morreu em 1-5-1948⁵⁴. Governador do Distrito de Benguela, Angola

46 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2365>

47 file:///D:/frebello/Downloads/lei_de_diario_da_republica_281_11_serie_i_de_sabado_2_de_dezembro_de_1911.pdf

48 <http://geneall.net/pt/nome/21141/henrique-monteiro-correa-da-silva/>

49 <https://nenotavaiconta.wordpress.com/tag/henrique-monteiro-correa-da-silva/>

50 https://pt.wikipedia.org/wiki/Henrique_Monteiro_Correia_da_Silva

51 <http://geneall.net/pt/nome/21690/joaquim-paco-d-arcos/>

52 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2365>

53 <http://geneall.net/pt/nome/24728/joao-frederico-judice-de-vasconcelos/>

54 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2367>

(1910-1911). Criou a Companhia Rádio Marconi. Capitão-Tenente, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, medalha de prata da Rainha D. Amélia, Cavaleiro da Ordem Militar de Aviz, Legião de Honra de França, etc.. Casou duas vezes. C.g.

22. João Ribeiro Braga – Não foi possível encontrar informação sobre este aluno.

23. Jorge Xavier Cordeiro⁵⁵ – Oficial das Marinha de Guerra portuguesa, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada⁵⁶. Trabalhou na delimitação das fronteiras de Moçambique. Morre em 12-12-1927⁵⁷. “Partiu, em Janeiro de 1901 como guarda marinha, assinalando-se brilhantemente num combate travado pela canhoeira Chaimite no rio Naburi contra pangaios negreiros. Ficou ferido no braço esquerdo e pela “coragem e valor que deu provas” condecorado como grau de cavaleiro da Torre e Espada em 1903⁵⁸, por decreto de 9-6-1903”. Em 1913 é Primeiro-Tenente⁵⁹.



Figura nº11: Jorge Xavier Cordeiro.

24. José Afonso Valentim Pedroso de Lima⁶⁰ – Nasceu em Lisboa a 14-2-1880 e morreu em 9-5-1937. Capitão-de-mar-e-guerra, recebeu inúmeras condecorações, incluindo a Legião de Honra. Foi Ajudante de Campo do Marechal Carmona e benemérito do Concelho de Vila Nova de Poiares, Coimbra⁶¹.

55 <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD23106>

56 <http://www.biblioteca-genealogica-lisboa.org/citacoes.php?tipo=P&nome=Jorge+Xavier+Cordeiro&>

57 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2367>

58 <http://www.familiasdeleiria.com/p169.htm>

59 file:///D:/friebelo/Downloads/decreto_de_diario_da_republica_199_13_serie_i_de_terca_feira_26_de_agosto_de_1913.pdf

60 <http://www.biblioteca-genealogica-lisboa.org/citacoes.php?tipo=P&nome=Jos%C3%A9+Afonso+Valentim+Pedroso+de+Lima&>

61 http://aboreira.blogspot.pt/2007/01/alguns-poiarenses-que-fizer_m.html

- 25. José Carlos da Maia**⁶² – Capitão-Tenente, nasceu em Olhão a 16-3-1878, e foi assassinado em Lisboa, na noite de 19-10-1921⁶³. Deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 30.06.1911, Ministro da Marinha em 03.03.1918, Ministro das Colónias em 27.01.1919, Governador de Macau em 07.05.1914, Comendador da Ordem Militar de Cristo, Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre Espada. Foi o padrinho de baptismo de Gabriel Augusto Montanha, filho de Francisco Luiz Rebello



Figura nº12: José Carlos da Maia.

- 26. José de Sousa Campas** – Não foi possível encontrar informação sobre este aluno.
- 27. José Eduardo de Carvalho Crato**⁶⁴ – Nasceu em Setúbal em 14-10-1877 e morreu no Porto em 15-1-1947⁶⁵. Capitão-de-mar-e-guerra, Ministro das Colónias em 1921, Adido Naval em Paris, Capitão do Porto de São Tomé, Ordem Militar da Torre e Espada, Comendador da Ordem de Cristo, etc. O seu pai, António Xavier Crato era tio-bisavô do Ministro da Educação Nuno Crato.



Figura nº13: José Eduardo Crato.

- 28. José Luis Teixeira Marinho**⁶⁶ – Nasceu em Sanfins do Douro a 20-12-1880

⁶² <http://geneall.net/pt/nome/550457/jose-carlos-da-maia/>

⁶³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Carlos_da_Maia

⁶⁴ <http://geneall.net/pt/nome/1211050/jose-eduardo-de-carvalho-crato/>

⁶⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Eduardo_de_Carvalho_Crato

⁶⁶ <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD21705>

e morreu em Lisboa a 4-10-1952⁶⁷. Era Capitão-Tenente da Armada, quando é nomeado governador interino da Guiné em 19-4-1919⁶⁸. Capitão-de-mar-e-guerra, Comendador da Ordem Militar de Aviz, Oficial da Ordem da Torre e Espada, etc.



Figura n.º14: José Teixeira Marinho.

- 29. Luiz Denin Lobo** – Não foi possível encontrar informação sobre este aluno.
30. Luiz Maria Sérgio de Sousa⁶⁹ – Oficial da Marinha de Guerra portuguesa.
31. Luiz Maria de Almeida Couceiro^{70/71/72} – Nasceu em Sintra em 6-2-1878. Era terceiro neto do 1º Marquês de Lavradio. Casou com D. Emília da Cunha e Silva. S.g.

Em 1-11-1911, é Segundo-Tenente, ”abatido ao efectivo da Estação Naval de Cabo Verde por ter regressado à metrópole”. Morreu em 23-9-1947⁷³. Luiz Maria era primo direito de D. Maria da Conceição de Sá Viana⁷⁴, cunhada de Francisco Luiz Rebello por ser casada com o seu irmão mais velho Domingos Augusto Rebello. Era sobrinho de uma outra D. Maria da Conceição de Sá Viana⁷⁵, irmã de sua Mãe, D. Maria Luísa de Sá Viana

67 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2371>

68 <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2013/06/guine-6374-p11667-quem-dirigiu-os.html>

69 [http://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecoes_web/Documents/%C3%8DNDICE%2042%20e%20%2042A%20-%20\(Oficiais%20do%20Ex%C3%A9rcito%20e%20Estrangeiros\).pdf](http://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecoes_web/Documents/%C3%8DNDICE%2042%20e%20%2042A%20-%20(Oficiais%20do%20Ex%C3%A9rcito%20e%20Estrangeiros).pdf)

70 <http://geneall.net/pt/nome/48166/luis-maria-de-almeida-couceiro/>

71 http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0ahUKEwjggf6qrrLOAhWBPRQKHbVFADIQFgg-MAY&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fdecreto-de-diario-da-republica-255-11-serie-i-de-quarta-feira-1-de-novembro-de-1911-196238&usq=AFQjCNEH590mIc0vpL-BY95oM3P_s3IOv-A

72 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2364>

73 <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2372>

74 <http://geneall.net/pt/nome/36001/maria-da-conceicao-de-sa-viana/>

75 <http://geneall.net/pt/nome/2153110/maria-da-conceicao-de-sa-viana/>

da Cunha Travassos de Castelo-Branco⁷⁶, casada com José Alemão de Mendonça de Cisneiros e Faria Júnior⁷⁷, tio (irmão do pai) do n.º António Alemão de Mendonça Cisneiros de Faria.

32. **Manuel Correia de Almeida Mergulhão**⁷⁸ – Oficial da Marinha de Guerra portuguesa. Em 9-6-1911 é Segundo-Tenente e é nomeado para exercer o cargo de Capitão do Porto de Lagos⁷⁹. Morre em 25-12-1927⁸⁰.
33. **Manuel Gonzalez de Campos Rueda** – Engenheiro e Capitão-Tenente⁸¹, Comendador da Ordem Militar de Cristo⁸². Casou com D. Beatriz Tavares Hoppfer. C.g. Em 29-5-1911 é Segundo-Tenente⁸³.
34. **Óscar Manuel de Carvalho**⁸⁴ – Capitão-de-mar-e-guerra⁸⁵, Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz.
35. **Pedro Paulo Bon de Sousa**⁸⁶ – Nasce em 1880⁸⁷. Oficial da Marinha de Guerra Portuguesa. Casa com D. Joana de Araújo Plantier. Sócio do RCTP. Em 13-6-1912 habilita-se à herança de sua tia D. Maria Emília de Sousa⁸⁸. Era neto do 1.º Barão de Pernes. “Em 1905, foi deliberado pelo

⁷⁶ <http://geneall.net/pt/nome/6069/maria-luisa-de-sa-viana-da-cunha-travassos-de-castelo-branco/>

⁷⁷ <http://geneall.net/pt/nome/425085/jose-alemao-de-mendonca-de-cisneiros-e-faria-junior/>

⁷⁸ <http://geneall.net/pt/nome/196209/manuel-correia-de-almeida-mergulhao/>

⁷⁹ <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwjim-68sLLOAhXMPBQKHRLfBygQFgg6MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fdecreto-de-diario-da-republica-134-11-serie-i-de-sexta-feira-9-de-junho-de-1911-195285&usg=AFQjCNGOOA9ju6aSKUP-8i-Z968rY5sVJ2g>

⁸⁰ <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2368>

⁸¹ <http://geneall.net/pt/nome/513215/manuel-gonzalez-de-campos-rueda/>

⁸² <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=137990>

⁸³ <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwj9IzlsbLOAhXD7RQKHcPbAusQFggkMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fdecreto-de-diario-da-republica-124-11-serie-i-de-segunda-feira-29-de-maio-de-1911-195166&usg=AFQjCNFgMF4T4wOqYM-FFhmHAAKQlCp3TkQ>

⁸⁴ <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2365>

⁸⁵ <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=135840>

⁸⁶ [https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecões_web/Documents/%C3%8DNDICE%2040%20e%20%2040%20A%20-%20\(Oficiais%20da%20Armada%20-%20Classe%20Marinha\).pd](https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/arquivohistorico_web/fundoscolecões_web/Documents/%C3%8DNDICE%2040%20e%20%2040%20A%20-%20(Oficiais%20da%20Armada%20-%20Classe%20Marinha).pd)

⁸⁷ <http://geneall.net/pt/nome/579674/pedro-paulo-taborda-bon-de-sousa/>

⁸⁸ <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0ahUKEwi9kPfstLLOAhVFnRQKHcVBT8QFghFMAY&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fportaria-de-diario-da-republica-137-12-serie-i-de-quinta-feira-13-de-junho-de-1912-197680&usg=AFQjCNGyYm5WGOVVE->

governo que se procedesse a um levantamento hidrográfico rigoroso da baía de Lourenço Marques (hoje Maputo), em preparação da modernização do seu porto. Sacadura Cabral foi um dos oficiais escolhidos para este trabalho e, em colaboração com o seu camarada guarda-marinha, Bon de Sousa, fez uma carta hidrográfica do rio Espírito Santo e de trechos dos rios Tembe, Umbeluzi e Matola⁸⁹”.

- 36. Raul Alexandre Cascais**^{90/91/92/93} – Nasceu em Lisboa a 8-1-1879 e morreu no Tejo a 26-7-1917. “(...) Raúl Alexandre Cascais, foi um oficial da Marinha de Guerra, que tomou parte nas campanhas do sul de Angola de 1914-15 e, que em 1917 faleceu ao largo da barra do Tejo – entre Cascais e o Cabo Espichel – quando comandava o navio caça-minas Roberto Ivens e este chocou com uma mina alemã, despedaçando-se e afundando rapidamente. Da tripulação de 21 homens apenas se salvaram sete. Raúl Cascais foi então postumamente promovido a capitão-tenente por distinção e, o seu nome foi depois dado a um navio da esquadra portuguesa, para além de ter havido uma proposta da Câmara de Deputados, em 10 de Abril de 1923, para que fosse aumentada a pensão à sua viúva e 6 filhos⁹⁴”



Figura nº 15: Raul Cascais⁹⁵

- 37. Victor de Assis Duarte Ferreira**⁹⁶ – Nasceu na Ericeira a 12-4-1878⁹⁷ e

Puzf9v_6vhbtg-IUA

⁸⁹ <https://delagoabayworld.wordpress.com/2013/10/26/a-estatua-do-aviador-sacadura-cabral-no-aeroporto-da-beira-anos-1970/>

⁹⁰ <http://naufragios.blogs.sapo.pt/10977.html>

⁹¹ <http://www.jornaldaeconomiamar.com/encontrados-destrocos-do-roberto-ivens/>

⁹² <http://naviosnavegadores.blogspot.pt/2011/04/historia-tragico-maritima-ix.html>

⁹³ <http://ilustracaoportuguesa.tumblr.com/post/30235003489/ilustra%C3%A7%C3%A3o-portuguesa-no-598-august-6-1917-22>

⁹⁴ <https://toponimialisboa.wordpress.com/2014/01/07/rua-tenente-raul-cascais-i-guerra-mundial/>

⁹⁵ http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-01-marinha/001-01-05-marinha_guerra/001-01-05-08-Combates/001-01-05-08-06-19170726.html

⁹⁶ <http://geneall.net/pt/nome/1227210/vitor-de-assis-duarte-ferreira/>

⁹⁷ <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0a-hUKEWi1lfuNubLOAhXG6RQKHVw9C04QFgg7MAU&url=http%3A%2F%2Fw->

aí morreu a 4-5-1928⁹⁸. Não casou. Em 20-5-1913, é Primeiro-Tenente e está embarcado na Canhoneira Limpopo.

II – CARREIRA MILITAR E VIDA FAMILIAR

1900 – De 16 a 27 de agosto, Francisco Luiz Rebello anda embarcado no Rebocador Bérrio.

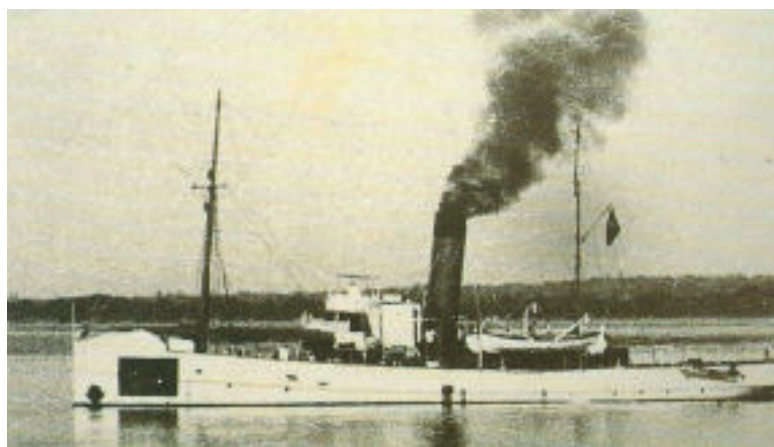


Figura nº16: Rebocador Bérrio⁹⁹

É transferido para a Fragata D. Fernando, onde anda embarcado de 27 de agosto a 3 de setembro. Em 8-9-1900 é promovido a Guarda-Marinha¹⁰⁰.

www.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fportaria-de-diario-da-republica-116-13-serie-i-de-terca-feira-20-de-maio-de-1913-200332&usg=AFQjCNFRCSVOTAHRBXm-W1sKcbGL5%20vhA4Dg

⁹⁸ <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=2368>

⁹⁹ <http://www.hidrografico.pt/n.r.p.-berrio-1930-1947.php> Este navio, construído em França no ano de 1897, deslocava 498 toneladas e tinha uma guarnição de 68 homens. Era inicialmente um rebocador, prestando serviço na barra e porto de Lisboa. Em 1930 foi transformado em navio hidrográfico, passando ao serviço da Missão Hidrográfica de Moçambique. Em 1947 foi cedido ao governo de Moçambique, passando a designar-se «Lusitano».

¹⁰⁰ **Guarda-marinha** é um posto de oficial, nas forças navais de diversos países. Conforme o país, o posto pode pertencer à subcategoria dos oficiais subalternos ou à dos alunos de uma escola superior naval. Actualmente, na Marinha Portuguesa, guarda-marinha é o primeiro posto da subcategoria dos oficiais subalternos formados na Escola Naval, sendo obtido quando da sua graduação nesta escola. A patente equivalente, dos oficiais da Marinha não provenientes da Escola Naval, é chamada “subtenente”. A patente corres-



Figura nº 17: insígnia de Guarda-Marinha

De 6-10-1900 a 10-1-1901, anda embarcado no Cruzador D. Carlos I¹⁰¹



Figura nº18: Cruzador D. Carlos I¹⁰²

1901 – É o ano em que Francisco Luiz Rebello atinge a maioridade (21 anos). De 10 a 18 de janeiro desse ano, anda embarcado na Canhoneira Vouga.

pondente, nos restantes ramos das Forças Armadas Portuguesas, é a de alferes. O posto de guarda-marinha foi criado, inicialmente, em 1761, para ser atribuído aos jovens que assentavam praça a bordo de uma embarcação de guerra para receberem formação com o objectivo de se tornarem oficiais da Marinha Portuguesa. O posto tinha características semelhantes às do de cadete do Exército, mas era equiparado, em termos de soldo e de insígnias, ao de alferes de Infantaria. Em 1782 foi criada a Companhia dos Guarda-Marinhas para os enquadrar. Mais tarde foi também criado o posto de **aspirante guarda-marinha**, de patente inferior, mas também enquadrado na Companhia dos Guarda Marinhas. Em 1796 foi criada a Academia Real dos Guarda-Marinhas. A Companhia e a Academia dos Guarda-Marinhas deram origem à Escola Naval em 1845. Apesar dos alunos da Escola Naval já não terem o posto de guarda-marinha, enquanto a frequentam, o posto ainda é reservado para os oficiais provenientes daquela escola. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda-marinha>

¹⁰¹ <http://alernavios.blogspot.pt/2010/12/dom-carlos-i.html>

¹⁰² https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzador_portugu%C3%AAs_Dom_Carlos_I

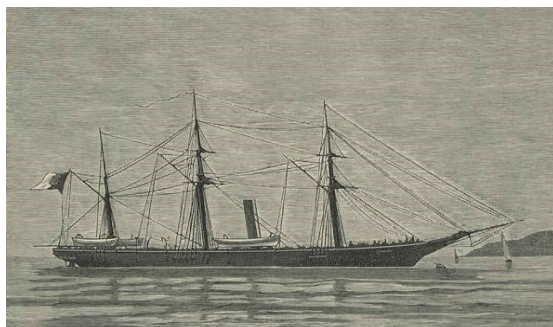


Figura nº19 ¹⁰³.

A 19 de janeiro, assume o cargo de adido¹⁰⁴ à Majoria durante 7 dias, até dia 25 de janeiro, data em que deixa de o exercer. A 26 de janeiro, embarca no Transporte Zaire, iniciando uma viagem pelo Índico, de onde é transferido a 17 de fevereiro para a Canhoneira Rio Lima, onde fica até 2 de julho



*Figura nº20: Canhoneira Rio Lima*¹⁰⁵.

De 2 a 16 de julho, anda embarcado na Canhoneira Liberal e de 16 de julho a 7 de maio, continua a viagem pelo Índico no Cruzador São Rafael.

¹⁰³ <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1065>

¹⁰⁴ Funcionário não efetivo, extranumerário, não pertencente ao quadro respectivo. Oficial do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica agregado a embaixada ou legação de seu país em nação estrangeira, cuja missão é estudar a organização militar dessa nação: **Adido** militar, **adido** naval, **adido** aeronáutico.

¹⁰⁵ http://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/colecoes_web/acervo_web/Paginas/marinhadeguerra.aspx

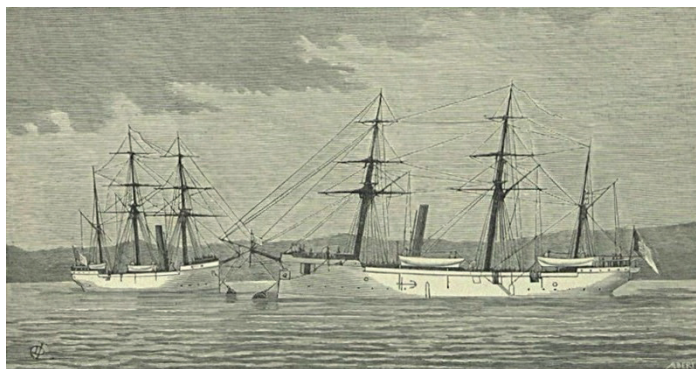


Figura n.º 21: Canhoneiras Zaire e Liberal (à direita)¹⁰⁶

1902 – Faz parte de uma força de desembarque que efetua várias operações contra a escravatura no distrito de Moçambique no rio Naburi e em Sirunco: de 20 a 26 de fevereiro e de 8 a 15 de março. Foi louvado, em telegrama de de Sua Ex^a o Major General da Armada, pelo resultado satisfatório e brilhante destas operações militares no rio de Naburi em 1902. De 7 de maio a 12 de julho, anda embarcado no Cruzador São Gabriel, continuando a viagem pelo Índico. Em 12 de julho e até 1 de novembro, é transferido para a Canhoneira Chaimite, voltando de 1 a 3 de novembro a estar adstrito ao Cruzador São Gabriel. De 3 a 25 de novembro, volta a estar embarcado na Canhoneira Chaimite onde faz 22 anos.

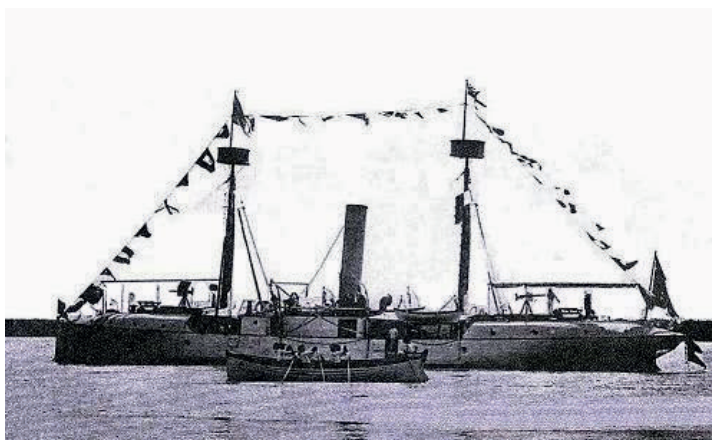


Figura n.º 22: Canhoneira Chaimite¹⁰⁷

¹⁰⁶ http://lh3.ggpht.com/-w1btYEgfjao/UI6kuqs-VXI/AAAAAAAAAIdI/wr_ac_jZp_g/s1600-h/1890%252520Canhoneiras%252520Zaire%252520e%252520Liberal%2525B5%2525D.jpg

¹⁰⁷ <http://naviosenavegadores.blogspot.pt/2014/02/>

De 25 de novembro a 5 de dezembro, termina a viagem pelo Índico embarcado no Transporte Álvaro Caminha, e a de 6-12-1902 a 15-1-1903, faz a viagem de regresso ao Tejo no Transporte África.

1903 – Chega a Lisboa e de 15 a 19 de janeiro mantém-se no Transporte África que está ancorado no Tejo. Em 19 de janeiro recebe guia para a Esquadilha Fiscal da Costa. De 20 de janeiro a 11 de março, já na Esquadilha Fiscal da Costa anda embarcado na Canhoneira Faro, apenas com o intervalo de uma semana (16 a 24 de fevereiro), na Canhoneira Tavira.



Figura n.º23: Canhoneira Faro¹⁰⁸

Em 3-3-1903 foi nomeado subalterno da coluna de operações no distrito de Moçambique e dos serviços auxiliares.

De 12 de março a 22 de junho, anda embarcado na Canhoneira Sado no Tejo e pela Costa Norte. É, nessa altura, aumentado ao efetivo do corpo (5 de junho) e, sendo Guarda-Marinha, é adido ao quadro dos oficiais da marinha militar, também desde essa data.

Em 10-6-1903 é promovido a Segundo-Tenente¹⁰⁹.

¹⁰⁸ <http://caisdosul.blogspot.pt/2013/02/naufragio-da-canhoneira-faro.html>

¹⁰⁹ Na Marinha de Guerra Portuguesa, como patentes de oficial subalterno, existem as de primeiro-tenente - equivalente a capitão no Exército - e de segundo-tenente (2TEN) - equivalente a tenente no Exército. Além dessas, existe a patente de subtenente - equivalente a alferes no Exército - atribuída aos oficiais que não são oriundos da Escola Naval. A patente equivalente, dos oficiais oriundos da Escola Naval, é designada guarda-marinha. Na Marinha Portuguesa, também existe a patente de capitão-tenente, que pertence à subcategoria dos oficiais superiores, sendo equivalente a major no Exército. A patente de tenente do Mar foi introduzida, na Marinha Portuguesa, no século XVIII, sendo equiparada a capitão do Exército. Em 1782 passou a existir o posto de segundo-tenente, passando o de tenente de Mar a designar-se “primeiro-tenente”. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenente>.



Figura nº24: insígnia de Segundo-Tenente.

De 23 de junho a 15 de dezembro, anda embarcado no Cruzador São Rafael.

Durante este ano de 1903 tira 3 licenças: a primeira de 24 de junho a 8 de julho (licença de 15 dias ao abrigo do artº 46 do decreto de 28/7/98), a segunda de 11 de outubro a 1 de novembro de 1903 (licença de 30 dias ao abrigo do §1 do artº 46 do decreto de 28/7/98), e a terceira, já com 23 anos, de 18 de novembro a 9 de dezembro (licença de 30 dias ao abrigo do artº 301 do decreto de 14/8/92). Continuou esta licença em 14 e 15 de dezembro de 1903.

Em 16 de dezembro, apresentou-se na Majoria Geral da Armada com guia do Cruzador São Rafael, ficando adido à Majoria até seguir ao seu destino no paquete de 7 de janeiro de 1904.



Figura nº 25: Cruzador São Rafael ¹¹⁰

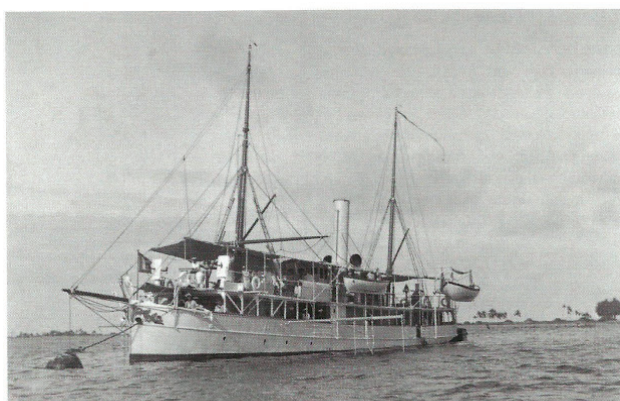
1904 – Em 5 de janeiro recebeu guia para o Comando da Divisão Naval do Atlântico Sul, devendo seguir ao seu destino no dia 7 de janeiro. Em 2 de fevereiro, é aumentado ao efetivo da Divisão Naval do Atlântico Sul, por se ter apresentado com guia da Majoria, recebendo guia para a Canhoneira Limpopo, onde fica de 2 de fevereiro a 3 de abril.

¹¹⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Classe_S%C3%A3o_Gabriel



Figura n°26: Canhoneira Limpopo ¹¹¹

De 4 a 16 de abril, anda embarcado na Canhoneira Massabi, tendo em 13 de abril assumido o Comando Interino da referida Canhoneira, que lhe foi entregue pelo Primeiro-Tenente Jaime da Fonseca Monteiro¹¹². De 13 a 16-4-1904, durante 4 dias, é Comandante interino da Canhoneira Massabi¹¹³. Em 17-4-1904 passou da Canhoneira Massabi ao Navio Depósito Bartolomeu Dias, tendo entregue o Comando interino da referida Canhoneira.



MASSABI (1886 - 1908)

PARTICIPA NA OPERAÇÃO PARA CASTIGAR O GENTIO DE NHACRE EM ABRIL DE 1902, A QUE SE seguiu o apoio ao transporte para Farim das forças que procederam ao ataque ao Oio de Maio de 1902.

Figura n°27: canhoneira Massabi.

¹¹¹ http://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/colecoes_web/acervo_web/Paginas/marinhadeguerra.aspx

¹¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_da_Fonseca_Monteiro (1870-1938) Oficial da Marinha de Guerra Portuguesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1929), Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, etc.

¹¹³ <http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.pt/2015/07/navios-da-armada-real-de-1638-1910-xiv.html>

De 17 de abril a 27 de maio, está embarcado no Navio Depósito Bartolomeu Dias de onde é transferido para a Canhoneira Limpopo onde fica de 28-5-1904 a 31-3-1905. Em 25-8-1904 assumiu o comando interino da Canhoneira Limpopo que lhe foi entregue pelo Primeiro-Tenente Henrique Quirino da Fonseca ^{114/115}



Figura nº28: Henrique Quirino da Fonseca¹¹⁶

De 25 de agosto a 16 de setembro de 1904, durante 23 dias, exerce o cargo de Comandante Interino da Canhoneira Limpopo. Exerce o mesmo cargo de 26 de setembro a 3 de novembro de 1904.

Em 16-9-1904 entregou o comando da Canhoneira Limpopo ao 1º tenente João Carlos da Silva Nogueira¹¹⁷.

¹¹⁴ <http://geneall.net/pt/nome/1018030/henrique-quirino-da-fonseca/>

¹¹⁵ <https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/07/22/150o-aniversario-de-quirino-da-fonseca-e-do-museu-de-marinha/>

¹¹⁶ <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=9956&FileID=3069> chegou a Capitão-de-mar-e-guerra.

¹¹⁷ João Carlos da Silva Nogueira (Vale de Prazeres, Fundão, 26 de Março de 1872 - Lisboa, 20 de Maio de 1954) foi um oficial da Armada Portuguesa, especialista em hidrografi, onde atingiu o posto de vice-almirante. Exerceu as funções de governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1908-1910). Assentou praça na Marinha em 1888, iniciando uma carreira de oficial naval que o levou em 1904 a primeiro-tenente, sendo promovido sucessivamente a capitão-tenente (1915), capitão de fragata (1917), capitão de mar e guerra (1930) e contra-almirante (1934), passando à reforma em 1942. Especialista em hidrografi fez várias campanhas de levantamento costeiro nas possessões ultramarinas portuguesas, com destaque para a produção das cartas dos portos, barras e enseadas de Moçambique. Notabilizou-se pelo denodo como ao comando da canhoneira Limpopo, um pequeno vaso de guerra, em 6 de Dezembro 1904 se opôs à entrada primeira divisão da esquadra russa do Báltico na Baía dos Tigres em Angola na Baía dos Tigres, em Angola. A entrada apenas foi autorizada depois de formalmente pedida, implicando um reconhecimento explícito da soberania portuguesa sobre a área. Foi governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo no período de 14 de Março de 1908 a 20 de Janeiro de 1910. Este período coincidiu com os efeitos do regicídio de 1908 e com



Figura nº 29: João Carlos da Silva Nogueira.

Em 26 de setembro assumiu novamente o comando interino da Canhoneira Limpopo, cargo que lhe foi entregue pelo 1º tenente João Carlos da Silva Nogueira. Em 4 de novembro entregou o comando interino da Canhoneira Limpopo ao 1º tenente João Carlos da Silva Nogueira.

1905 – De 1 de abril a 23 de dezembro, anda embarcado na Corveta Afonso de Albuquerque.

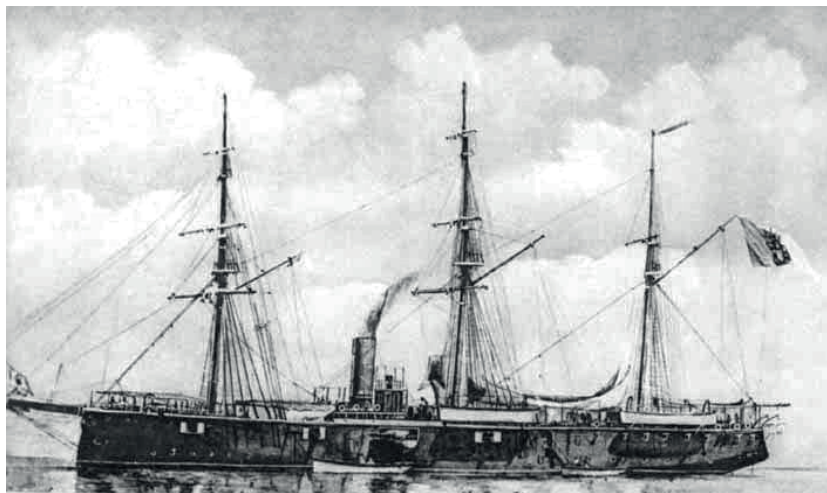


Figura nº31: Corveta Afonso de Albuquerque¹¹⁸

De 24 a 26 de dezembro, é adstrito ao Comando da Divisão Naval, e em 27 de dezembro de assume o cargo de Encarregado do Comando do Pontão – Enfermaria Cabinda.

a fase final de desagregação da Monarquia Constitucional. Era Grande-Oficial da Ordem Militar de Avis (5 de Outubro de 1932). https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Carlos_da_Silva_Nogueira

¹¹⁸ <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2011/10/corveta-afonso-de-albuquerque-1884-1909.html>



Figura nº31: pontão-enfermaria Cabinda.

É Encarregado do Comando do Pontão – Enfermaria Cabinda¹¹⁹ de 27-12-1905 a 24-2-1906.

1906 – Com 26 anos, em 24 de fevereiro, entregou o comando do Pontão – Enfermaria Cabinda ao Segundo-Tenente António da Silva Pais.

¹¹⁹ A barca “Cabinda” foi adquirida em Liverpool em 1886, tendo entrado na barra do Tejo no dia 20 de Setembro do mesmo ano. Em 3 de Janeiro de 1887 foi aumentada ao efetivo da Divisão Naval da África Ocidental. Pela Portaria de 2 de Junho de 1887, que ordenava a organização de uma esquadilha de polícia de fiscalização e operação no distrito do Congo, foi determinado que a barca “Cabinda” ficaria ao serviço exclusivo deste distrito do Congo, fazendo a sua amarração na baía de Santo António do Zaire, servindo de pontão para depósito de víveres, sobressalentes, carvão e munições de guerra, bem como de hospital flutuante, barco de luzes, estação de pilotos e depósito de pessoal. Em 2 de Setembro de 1887 foi adicionada à Esquadilha de Operações no distrito do Congo. Efetuou comissões a Moçâmedes, Santa Helena, Cabinda, Benguela, Ambrizete e Ambriz. Em 1891, com a criação da Escola de Auxiliares Indígenas, foi determinado que se fizesse um estudo para a aferir a viabilidade da sua adaptação para o funcionamento da referida Escola, o qual foi terminado em 1892. Foi aprovada a sua lotação como Navio Depósito em 26 de Abril de 1899, passando a pontão-enfermaria em 1904, tendo a sua lotação sido aprovada a 6 de Setembro de 1905. Foi mandada abater ao efetivo da Armada pelo Despacho Ministerial de 9 de Janeiro de 1909. https://arquivohistorico.marinha.pt/report/?p=%2FArcheevo4_MarinhaAH%2FFrontOffice%2FPublic%2FM_cellaneous%2FDescriptionItemPublicReport&f=3&ID=601&Locale=pt



Figura nº32: António da Silva Pais¹²⁰

De 26 de fevereiro a 22 de março, viaja no Transporte África de regresso ao reino. Coube-lhe parte no louvor dado por Sua Ex^a o Major General da Armada ao Comandante, oficiais e praças do Transporte África, pelo zelo e proficiência demonstrados na execução da delicada missão que o referido Transporte acaba de desempenhar.

De 23 a 27 de março de 1906, anda embarcado no Cruzador D. Carlos I.

Em 23-3-1906 é deferido o requerimento em que pedia 15 dias de licença nos termos do artigo 46 do decreto de 28-6-1898. De 25 de março a 8 de abril de 1906 tira uma licença de 15 dias ao abrigo do artº 46 do decreto de 28/7/98.

De 28 de março a 22 de junho de 1906, anda embarcado no Transporte África em viagem a Angola e regresso.

Em 7-5-1906, é-lhe concedida licença para contrair matrimónio com D. Virgínia Luiza de Miranda Montanha.

É adido à Majoria de 23 de junho a 26 de agosto de 1906.

De 25 de junho a 24 de agosto de 1906 tira uma licença de 60 dias ao abrigo do artº 301 do decreto de 14/8/92.

Em 4-7-1906 casa com D. Virgínia Luiza de Miranda Montanha.

De 27 de agosto a 27 de novembro de 1906, anda embarcado no Cruzador Vasco da Gama.

¹²⁰ António da Silva Pais nasceu a 15 de Novembro de 1876 na vila de Caminha, filho de Sidónio Alberto de Marrocos Pais e Rita da Silva Cardoso Pais. Foi Oficial da Armada, Chefe do Departamento Marítimo em Moçambique, Comandante do draga-minas *Margarida Vitória* da defesa da Junta do porto de Leixões e barra do Douro, Senador da República pelo Algarve (1918). Fez parte da Comissão de Colónias «para a revisão dos decretos ditatoriais publicados até a abertura do Parlamento.» <http://luisdantas.skyrock.com/3.html>

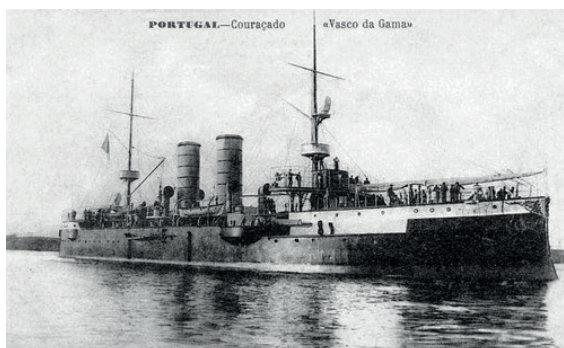


Figura n.º33: Cruzador Vasco da Gama¹²¹

Em 24-12-1906 é deferido o requerimento em que pedia permuta do lugar que atualmente desempenha com o Segundo-Tenente António de Andrade Pissarra e Gouveia^{122/123}.

Pertence ao Corpo de Marinheiros da Armada de 28-11-1906 a 11-11-1909.

1907 – A 13-4-1907 nasce a sua 1ª filha, Maria Helena Montanha Rebello

De 1 a 30 de agosto de 1907 tira uma licença de 30 dias ao abrigo do artº 1 do decreto de 12/6/907.

1908 – A 1-6-1908, tem ele 27 anos, nasce a sua 2ª filha, Maria Luiza Montanha Rebello.

De 10 de agosto a 8 de setembro de 1908 tira uma licença de 30 dias ao abrigo do artº 1 do decreto de 12/6/908.

1909 – A 27 de agosto de 1909 nasce a sua 3ª filha, Maria Manuela Montanha Rebello.

Em 11-11-1909 é nomeado ajudante da 1ª divisão do Corpo de Marinheiros.

Em 12 de novembro de 1909 apresentou-se na Majoria com guia da mesma data do Corpo de Marinheiros e recebeu guia para a “**Zaire**” onde se apresentou.

De 12 de novembro de 1909 a 28 de janeiro de 1911, embarcado na Canhoneira Zaire.

1910 – No ano em que faz 30 anos, por portaria de 16-12-1910, é nomeado para exercer interinamente o cargo de capitão do Porto de Vila Nova de Portimão.

¹²¹ <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/07/marinha-de-guerra-no-sec-xix-1.html>

¹²² <http://geneall.net/pt/nome/1127337/antonio-de-andrade-pissarra-e-gouveia/> Capitão-de-mar-e-guerra, morreu em 25 de dezembro de 1930. Foi tio avô de Teresa Patrício Gouveia, Ministra dos Negócios Estrangeiros e de seu irmão, António Patrício Gouveia, Chefe de Gabinete de Sá Carneiro e que também morreu em Camarate.

¹²³ <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=8585>



*Figura nº 34: Porto de Vila Nova de Portimão*¹²⁴

1911 – De 29 a 30-1-1911 é adjunto à Majoria General da Armada.

Em 30-1-1911 recebeu guia na Majoria General da Armada para a Direcção-Geral da Marinha, onde está destacado de 31 de janeiro a 4 de dezembro de 1911.

Em 10-2-1911, assume o cargo de capitão, interino, do Porto de Vila Nova de Portimão¹²⁵, até dia 2 de dezembro do mesmo ano, data em que deixa de exercer este cargo e que fez entrega dele ao Primeiro-Tenente José Afonso Valentim Pedroso de Lima¹²⁶.

Em 4-12-1911 apresentou-se na Majoria General com guia da Direcção-Geral de Marinha e recebeu guia para o Quartel de Marinheiros, onde está adstrito entre 5-12-1911 e 8-9-1913.

1912 – Em 18-5-1912 é exonerado do serviço que presta no Corpo de Marinheiros e, em 21-5-1912, apresenta-se na Majoria General com guia do Quartel de Marinheiros e recebe guia para o Cruzador São Gabriel onde fica embarcado de 22-5-1912 a 19-5-1913.

Por decreto de 23-11-1912, com 32 anos, é promovido a Primeiro-Tenente¹²⁷.

¹²⁴ <https://ahistorianacidade.wordpress.com/tag/portimao/>

¹²⁵ file:///D:/frebelo/Downloads/portaria_de_diario_da_republica_274_11_serie_i_de_quinta_feira_23_de_novembro_de_1911.pdf

¹²⁶ Ver, em cima, o nº24.

¹²⁷ Na Marinha de Guerra Portuguesa, como patentes de oficial subalterno, existem as de primeiro-tenente (1TEN) - equivalente a capitão no Exército - e de segundo-tenente (2TEN) - equivalente a tenente no Exército. Além dessas, existe a patente de subtenente (STEN) - equivalente a alferes no Exército - atribuída aos oficiais que não são oriundos da Escola Naval. A patente equivalente, dos oficiais oriundos da Escola Naval, é designada guarda-marinha. Na Marinha Portuguesa, também existe a patente de capitão-tenente, que pertence à subcategoria dos oficiais superiores, sendo equivalente a major no Exército. A



Figura nº 35: Insignia de 1º tenente

1913 – Em 7-1-1913 é condecorado com a Medalha Militar de prata da classe de comportamento exemplar.

A 14-2-1913 nasce o seu quarto filho, primeiro varão, Gabriel Augusto Montanha Rebello.

Em 27-4-1913 apresentou-se na Majoria General com guia do Cruzador São Gabriel e recebeu guia para o Cruzador República, de onde passou novamente ao Cruzador São Gabriel.

Em 19-5-1913 apresentou-se na Majoria General com guia do Cruzador São Gabriel e recebeu guia para o Quartel de Marinheiros onde passou a servir.

Em 8-9-1913 apresentou-se na Majoria General com guia do Corpo de Marinheiros e recebeu guia para a Canhoneira Zaire onde passou a servir embarcado de 9-9-1913 a 5-3-1915.

1915 – De 1 a 5 de março de 1915 exerce o cargo de Comandante interino da Canhoneira Zaire. Em 6-3-1915 é nomeado Comandante da Canhoneira Zaire, cargo que exerce até dia 31 de julho do mesmo ano.

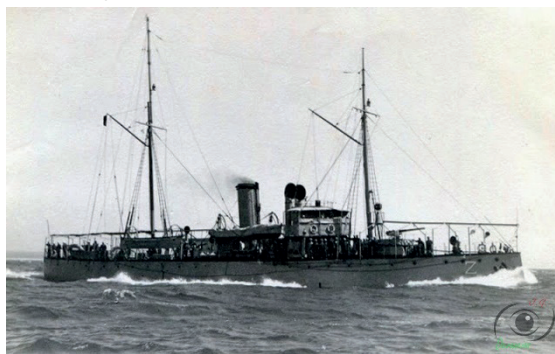


Figura nº36: Canhoneira Zaire.

Por decreto de 24-7-1915, é exonerado do cargo de Comandante da Canhoneira Zaire, a fim de ser nomeado para outra comissão de serviço. Por portaria de 28-7-1915, é nomeado instrutor da Escola Prática de Artilharia Naval.

patente de tenente do Mar foi introduzida, na Marinha Portuguesa, no século XVIII, sendo equiparada a capitão do Exército. Em 1782 passou a existir o posto de segundo-tenente, passando o de tenente de Mar a designar-se “primeiro-tenente”. https://pt.wikipedia.org/wiki/Tenente#Patente_naval

Em 31-7-1915 apresentou-se na Majoria General com guia da Canhoneira Zaire, tendo feito entrega do comando do mesmo navio ao Primeiro-Tenente António Augusto Fernando Rego e recebeu guia para a Escola Prática de Artilharia Naval. Está adstrito à Escola Prática de Artilharia Naval de 1-8-1915 a 23-2-1916, embarcado na Fragata D. Fernando.

1916 – Em 23 de fevereiro, recebeu guia na Fragata D. Fernando para a Divisão Naval de Defesa e Instrução.

De 23-2 a 24-3-1916 está na Divisão Naval de Defesa e Instrução, embarcado nos navios ex-alemães requisitados no Porto de Lisboa.

Em 8-3-1916 passou definitivamente à Divisão Naval

De 8 a 31 de março de 1916, Divisão Naval de Defesa e Instrução.

Em 24-3-1916 apresentou-se na Divisão Naval de Defesa e Instrução com guia da Comissão de Transportes Marítimos.

Em 31-3-1916 recebeu guia na Divisão Naval de Defesa e Instrução para a Esquadilha de Patrulhas.

Assume o cargo de Comandante do Vapor dos Pilotos de 1-4-1916 a 31-1-1917.

Exerce a comissão de Comando no Vapor dos Pilotos desde 1-4-1916.

De 1 de abril a 24 de julho de 1916, está no Esquadrão de Patrulhas, embarcado no vapor dos pilotos Macedo e Couto. Em 24-7-1916 passou do Vapor dos Pilotos Macedo e Couto ao Vapor República.

De 25 de julho a 8 de setembro de 1916, anda embarcado no Vapor Republica.

Em 8 de setembro de 1916 passou do Vapor República ao Vapor Kionga.

De 9 a 18 de setembro de 1916, anda embarcado no Vapor Kionga.

Em 18-9-1916 passou do Vapor Kionga ao Vapor Macedo e Couto.

De 19-9-1916 a 31-1-1917, embarcado no Vapor Macedo e Couto.

1917 – De 1 de fevereiro a 26 de junho de 1917, está embarcado no Cruzador São Gabriel.

Em 4-6-1917 assumiu interinamente o cargo de Comandante do Cruzador São Gabriel.

Nomeado Comandante interino do Cruzador S. Gabriel de 4 a 26 de junho de 1917, durante 23 dias.

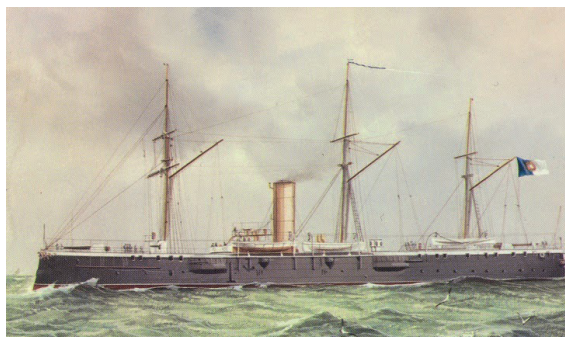


Figura n.º 37: Cruzador São Gabriel.

De 27-6-1917 a 11-3-1918, embarcado no Aviso 5 de outubro.

Em 25-10-1917 assumiu interinamente o cargo de Comandante do Aviso 5 de outubro.

Comandante interino do Aviso 5 de outubro de 25-10-1917 a 11-2-1918.



Figura n.º 38: Aviso 5 de outubro.

1918 – De 11-3-1918 a 30-4-1919, anda embarcado no Contra Torpedeiro Guadiana. Por decreto de 28-4-1918, no ano em que faz 38 anos, é promovido a Capitão-Tenente¹²⁸

¹²⁸ Na Marinha Portuguesa, capitão-tenente é, actualmente, o primeiro posto de oficial superior, sendo equivalente a major no Exército e na Força Aérea. É, hierarquicamente, imediatamente superior ao posto de primeiro-tenente e inferior ao de capitão de fragata. Até introdução do posto de capitão de fragata, em 1782, os capitães-tenentes eram equiparados a tenentes-coroneis do Exército. A partir daí, o posto de capitão-tenente passou a corresponder a major. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capit%C3%A3o-tenente>.



Figura nº39: insígnia de Capitão-Tenente

1919 – Com 39 anos, coube-lhe parte do louvor de 23 de fevereiro de 1919 por ter feito parte da guarnição do Contra Torpedeiro “Guadiana” que deu constantes comboios para Inglaterra, França e outros portos e prestou serviços de reconhecimento em águas vigiadas por submarinos e zonas infestadas de minas.

Por decreto de 24 de fevereiro de 1919, condecorado com a Medalha de Ouro Comemorativa das Campanhas do Exército Português: “No mar 1916-17-18”.

Por decreto de 6 de março de 1919 condecorado com o grau de comendador da Ordem Militar de Avis.

Em 25 de março de 1919, tem o seguinte tempo de permanência nas zonas de guerra nos termos do artigo 7º do decreto 5.075 de 28.12.918: 1 ano, 7 meses e 28 dias.

Por decreto de 15 de abril de 1919 nomeado adjunto do Departamento Marítimo de Angola.

Esteve na 2ª Direcção Geral da Marinha, Direcção Geral Militar das Colónias de 30 de abril de 1919 a 6 de maio de 1926.

Capitão do Porto de Luanda de 17 de maio de 1919 a 30 de abril de 1920.

Em 17 de maio de 1919 assumiu o cargo de Director do Observatório “João Capelo”.

Por decreto de 24 de maio de 1919 supranumerário ao quadro – mandado passar à situação de comissão nas Colónias (Marinha Colonial) a contar de 30 de abril de 1919, por ter sido nomeado adjunto do Departamento Marítimo de Angola.

Por portaria de 13 de outubro de 1919, louvado pelo esforço e boa vontade com que concorreu, como comandante, para a eficiência de todo o material empregado no serviço de defesa marítima, durante o tempo de guerra, substituindo este louvor qualquer outro que, por ventura, lhe tenha sido conferido pelo mesmo serviço.

Por despacho ministerial de 17 de novembro de 1919, deferido o requerimento em que pedia 10% sobre o soldo.

1920 – No ano em que faz 40 anos de idade, em 6 de abril de 1920, foi-lhe concedida a Medalha da Vitória.

Chefe interino do Departamento Marítimo de Angola de 30 de abril de 1920 a 17 de abril de 1921.

Por portaria provincial do Governo de Angola de 20 de maio 1920, nomeado provedor do Asilo D. Pedro V.

É Encarregado do Comando do Transporte Salvador Correia¹²⁹ de 20 de setembro de 1920 a 8 de março de 1921.



Figura nº40: Transporte Salvador Correia.

1921 – Capitão do Porto de Luanda de 17 de abril a 20 de maio de 1921.

Director privativo interino do Observatório João Capelo de 20 de maio a 24 de julho de 1921.

Em 25 de julho de 1921, seguiu no Paquete Índia com guia para o Departamento Marítimo a fim de fazer 4 meses de tirocínio no Observatório Campos Rodrigues.

Tirocínio no Observatório Campos Rodrigues em Lourenço Marques de 7 de agosto a 29 de novembro de 1921, data em que viaja para Angola.

Por portaria provincial de Angola de 24 de dezembro de 1921, nomeado diretor efectivo do Observatório “João Capelo”.

1923 – Com 43 anos, por portaria provincial de 24 de março de 1923 nomeado para exercer interinamente o cargo de Chefe do Estado Maior das Forças Navais de Angola.

De 1 de abril a 10 de julho de 1923 é Chefe do Estado-Maior interino das Forças Navais de Angola.

Em 10 de julho de 1923 regressa à Metrópole.

Por portaria de 28 de setembro de 1923 exonerado do serviço da Marinha Colonial a contagem de 20 de maio de 1921 por ter sido nomeado director privativo interino do observatório meteorológico e magnético “João Capelo”.

Por portaria de 20 de outubro de 1923, agraciado com a medalha de filantropia e caridade

1924 – Por portaria de 4 de novembro de 1924 exonerado a seu pedido do lugar de Director do Observatório João Capelo de Luanda para que fora nomeado por portaria provincial de 4 de maio de 1921.

¹²⁹ Construído em Inglaterra em 1895, este navio a vapor, ex-transporte, deslocando 300 toneladas e tendo uma guarnição de 35 homens serviu, após ser entregue ao governo de Angola, na Missão Hidrográfica do Zaire, de 1930 a 1934

1926 – Tem 46 anos e está no Comando Geral da Armada em 6 de maio de 1926, data em que é transferido para a Brigada de Marinheiros até dia 14 de agosto de 1926.

Em 6 de maio de 1926 apresentou-se no Comando Geral da Armada com guia da Direcção Geral das Colónias do Oriente por ter terminado o contrato com a companhia de Moçambique e recebeu guia para o Comando da Brigada de Marinheiros, onde se apresentou na mesma data.

Em 7 de maio de 1926 nomeado para o cargo de Chefe dos Serviços e Director de ensino de marinharia.

Por decreto de 15 de maio de 1926, mandado regressar ao serviço da arma a contar de 6 de maio do presente ano, ficando na situação de Supranumerário ao quadro, esperando vacatura, por ter-se apresentado nesta data com guia da Direcção Geral das Colónias do Oriente do Ministério das Colónias, por haver terminado o contrato com a Companhia de Moçambique.

Por despacho ministerial de 19 de maio de 1926, concedido a partir de 1 de dezembro de 1924 o aumento de 20% sobre o soldo nos termos do art. 10 do decreto nº 5.571 de 10 de maio de 1919, com a restrição da parte final do mesmo artigo

Em 14 de agosto de 1926, apresentou-se no Comando Geral da Armada com guia da Brigada de Marinheiros e recebeu guia para a Repartição do Gabinete de Sua Ex. o Ministro da Marinha a fim de ir desempenhar por ordem do mesmo Exmo Ministro da Marinha uma comissão de serviço, onde se apresentou.

Volta ao Comando Geral da Armada no dia 14 de agosto de 1926, data em que vai para o Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Marinha¹³⁰ até 17 de agosto do mesmo ano.



Figura nº41: Vice-Almirante Jaime Maria da Graça Afreixo, Ministro da Marinha.

¹³⁰ Jaime Maria da Graça Afreixo (Lisboa, 10 de Dezembro de 1867 - 1942) foi um militar e político português. Foi o líder da Armada durante a Revolução de 28 de Maio de 1926, após o qual foi nomeado para ministro da Marinha no 1.º governo da ditadura, e novamente no 3.º governo; exerceu, também o cargo de ministro do Interior. Entre 1930 e 1940, foi Director Geral da Marinha. Jaime Afreixo tirou o curso na Universidade de Coimbra, ingressando seguidamente na Escola Naval. Terminou a sua carreira de oficial da Marinha no posto de Vice-Almirante. Como Presidente do Domínio Público Marítimo, teve um papel de importante na elaboração da sua legislação. Foi um dos principais impulsores da criação do concelho da Murtosa.

Adstrito ao Comando Geral da Armada em 17 de agosto de 1926, data em segue para a Brigada de Marinheiros até dia 28 do mesmo mês, dia em volta para o Comando Geral da Armada.

De 28 de agosto de 1926 a 25 de junho de 1928, embarcado no Cruzador Adamastor.

1928 – Com 48 anos, nomeado Comandante interino do Cruzador Adamastor¹³¹ de 7 a 25 de junho de 1928.

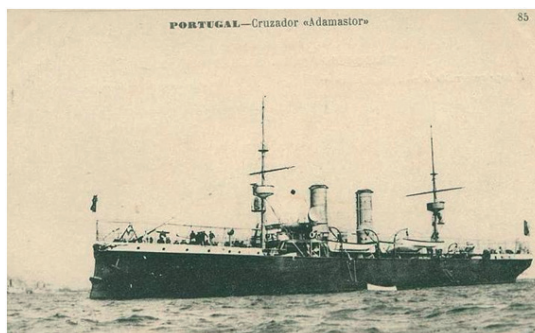


Figura n.º 42: Cruzador Adamastor.

Por portaria de 22 de junho, nomeado para o cargo de secretário do Conselho Técnico Naval, nos termos do artigo 7.º §1.º do decreto 15.555 de 7 do corrente mês.

De 25 de junho a 19 de setembro presta serviço na Superintendência dos Serviços da Armada como Chefe da Secretaria do Chefe do Estado Maior Naval.

Em 7 de julho de 1928, deferido, sem prejuízo para o serviço o requerimento em que pede para fixar temporariamente residência no Estoril

De 3 de agosto a 2 de setembro tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Por decreto de 13 de setembro, foi exonerado do cargo de Chefe da Secretaria do

¹³¹ Construído nos Estaleiros Navais de Livorno, na Itália em 1896 e financiado pelas receitas provenientes de uma subscrição pública organizada como resposta portuguesa ao ultimato britânico de 1890, o seu custo na altura foi de 381.629.000\$000 de reis (1.900€00, cerca de 8.000.000€00 de euros em valores actuais). O seu primeiro comandante foi o Capitão de Mar-e-Guerra Ferreira do Amaral. O Adamastor desempenhou um papel importante no golpe de 5 de Outubro de 1910, que levou à implantação da República Portuguesa, sendo responsável pelo bombardeamento do Palácio Real das Necessidades. Durante o seu período de serviço o Adamastor percorreu em missões de soberania quase todos os territórios ultramarinos portugueses, desde Angola a Timor. Também fez várias visitas oficiais a países estrangeiros, como o Brasil ou o Japão. Na Primeira Guerra Mundial, o Adamastor tomou parte activa nas operações militares contra os alemães, no norte de Moçambique. A 6 de Novembro de 1922 foi feito Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Foi desactivado em 1934 e vendido à Firma F. A. Ramos & C^a, pelo preço de 60.850\$00 (303€51, cerca de 52.000€00 euros em valores actuais). https://pt.wikipedia.org/wiki/NRP_Adamastor

Chefe do Estado Maior Naval a fim de ir desempenhar outra comissão se serviço. Por decreto de 13 de setembro, nomeado para o cargo de 2º Comandante da Brigada de Marinheiros.

Por decreto de 20 de setembro de 1928, concedida a medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar.

2º Comandante da Brigada de Marinheiros de 20 de setembro a 18 de outubro de 1928.

1929 – Em 4 de janeiro, mandado ingressar no respectivo quadro, a contar de 29 de novembro do ano findo, para preenchimento da vacatura resultante da passagem ao quadro de reserva do Capitão Tenente João Filipe das Dores Quadro¹³²

1º Comandante da Brigada de Marinheiros de 23 de julho a 22 de agosto de 1929 e de 7 de setembro de 1930 a 8 de outubro do mesmo ano.

1930 – De 4 de agosto a 3 de setembro de 1930 tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Por despacho ministerial de 8 de setembro de 1930, foi-lhe concedido o abono do 3º aumento do soldo.

Em 6 de novembro faz 50 anos.

1931 – Capitão-de-Fragata desde 30 de junho.

É ainda 1º Comandante da Brigada de Marinheiros de 4 de julho a 2 de setembro de 1931 e de 4 de setembro a 5 de outubro de 1932.

Em 14 de julho de 1930 apto para promoção.

Por decreto de 1 de agosto de 1931, no quadro, promovido a Capitão-de-Fragata¹³³

¹³² Nasceu na Freguesia de São Julião de Lisboa a 4/1/1874 e faleceu em Portimão a 7/7/1943. Capitão Tenente da Marinha, frequentou o Colégio Militar. Assentou praça como Guarda Marinha a 30/6/1891. Serviu na Divisão Naval do Índico e em vários navios de guerra, foi Capitão do Porto da Figueira da Foz e da Guiné de 17/4/1912 a 27/7/1915, de São Tomé e Príncipe de 17/8/1916 a 17/7/1917 e de 1/1/1918 a 16/8/1918. Condecorado com a Medalha de Prata de Mérito, Filantropia e Generosidade a 27/4/1903, Medalha de Prata de Socorro a Náufragos em 1905, Comenda da Ordem Militar de Avis a 6/3/1919. Casou em primeiras núpcias a 17/2/1900 com D. Ana Isaura Codina Telles de Castro, que faleceu a 9/4/1914, filha de Francisco Liberato Telles de Castro, Condutor de Obras Públicas e Escritor, natural de Cacilhas. Já viúvo, casou em segundas núpcias, a 24/10/1917, com D. Rosa de Lima Castelo Branco Ramos Mendes. Com geração de ambos matrimónios. <https://www.geni.com/people/Joao-Felipe-das-Dores-de-Quadros/6000000005910708428>

¹³³ Capitão-de-fragata é a designação do segundo posto de oficial superior nas forças navais de vários países - entre os quais, Portugal e Brasil - sendo equivalente ao posto de tenente-coronel no exército e força aérea. Na Marinha Portuguesa, o posto foi introduzido em 1782, ocupando o lugar até aí ocupado pelo posto de capitão-tenente. O posto de capitão-tenente deixou, então, de equivaler a tenente-coronel, passando a equivaler, apenas a major. A designação da patente refere-se ao facto de, em teoria, o capitão-de-fragata ser responsável pelo comando de uma fragata. Nos países de língua inglesa, a patente

a contar de 30 de junho de 1931 para todos os efeitos legais.



Figura n.º 43: Insignia de Capitão de Fragata da Marinha Portuguesa.

Por despacho ministerial de 31 de agosto de 1931, abonado do 2º aumento do soldo do actual posto desde 30 de junho de 1931, mas só recebe desde 1 do mês seguinte.

De 7 de setembro a 7 de outubro de 1931 tira uma licença disciplinar de 30 dias.

1932 – No ano que faz 52 anos, em 14 de julho, deferido, sem prejuízo para o serviço, o requerimento em que pedia para residir temporariamente até outubro próximo em Cascais.

De 1 a 31 de agosto tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Por decreto de 8 de outubro, exonerado do cargo de 2º Comandante da Brigada de Marinheiros, a fim de ser empregado noutra comissão de serviço

Assume o cargo de adjunto do Comando Geral da Armada a 18 de outubro de 1932 e deixa de o exercer a 24 do mesmo mês.

Em 24 de outubro de 1932 recebeu guia no Comando Geral da Armada para se apresentar ao Chefe da Missão Naval em Inglaterra, sob cujas ordens passa a servir.

De 27 de outubro de 1932 a 7 de março de 1933, cerca de 134 dias, está em Missão Naval em Inglaterra.

1933 – Por portaria de 21 de fevereiro, nomeado para fazer parte da comissão encarregada da recepção, em Newcastle¹³⁴, do Aviso de 2ª classe “Gonçalo Velho”.

Por decreto de 27 de fevereiro, nomeado para exercer o cargo de Comandante do Aviso de 2ª classe “Gonçalo Velho”.

naval correspondente é designada “commander” (literalmente “comandante”).

¹³⁴ Newcastle upon Tyne, muitas vezes referida apenas como Newcastle, é uma cidade no condado metropolitano de Tyne and Wear. Localizada a 190 quilômetros ao sul de Edimburgo e a 450 quilômetros ao norte de Londres, situa-se na margem ocidental norte da foz do Rio Tyne. Newcastle é a cidade mais populosa no Nordeste de Inglaterra, situando-se no núcleo urbano da Tyneside, a sétima maior conurbação do Reino Unido. Faz parte do Core Cities Group, grupo de defesa colaborativa das grandes cidades regionais na Inglaterra, e juntamente com Gateshead, insere-se na Eurocities, rede de cidades europeias. Newcastle fez parte do condado de Northumberland até 1400, quando se tornou seu próprio condado, estado em que permaneceu até se tornar parte de Tyne and Wear em 1974. O apelido regional e dialeto das pessoas de Newcastle e área circundante é chamado de Geordie. https://pt.wikipedia.org/wiki/Newcastle_upon_Tyne

De 7 de março de 1933 a 19 de julho de 1935, embarcado no Aviso de 2ª classe Gonçalo Velho. Comandante do Aviso Gonçalo Velho¹³⁵ de 8 de março de 1933 a 18 de julho de 1935.



Figura nº 44: Aviso Gonçalo Velho.

Em 15 de maio de 1933, foi inscrito subscritor (sócio) nº 6.070 do Cofre da Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano

1934 – Esteve no Comando da Estação Naval de Angola de 21 de julho de 1934 a 13 de fevereiro de 1935.

Por portaria de 9 de agosto, concedida a medalha de prata de Filantropia e Caridade do Instituto de Socorros a Náufragos.

Por despacho ministerial de 3 de dezembro, concedido o 3º aumento de soldo desde 1 de dezembro de 1934.

1935 – Por portaria de 14 de maio, no ano que faz 55 anos, exonerado do cargo de comandante do Aviso de 2ª classe Gonçalo Velho, por ter completado o período normal de serviço.

Em 18 de julho, entregou o cargo de Comandante do Aviso de 2ª classe Gonçalo Velho ao Capitão de Fragata Carlos Alberto de Almeida Maduro.

Em 19 de julho de 1935 embarcado no paquete.

Adjunto no Comando Geral da Armada de 19 de agosto a 21 de outubro.

¹³⁵ O NRP Gonçalo Velho era um aviso de 2ª classe da Marinha Portuguesa. Foi projectado para operar nos territórios ultramarinos de Portugal. Em 1930, Portugal estabeleceu um plano de 10 anos para modernizar a sua Marinha. Como parte deste programa, foi feito um contrato com o construtor naval britânica Hawthorn Leslie para duas corvetas, a serem chamadas Gonçalo Velho e Gonçalves Zarco. Elas foram baseadas nos navios de classe Bridgewater da Marinha Real, mas com um armamento mais pesado e omitindo o equipamento minesweeping dos navios britânicos. O seu armamento consistia em três canhões de 120 mm (4,7 pol).

De 26 de agosto a 25 de setembro de 1935 tira uma licença disciplinar de 30 dias. Por portaria de 17 de outubro, nomeado para exercer o cargo de ajudante de Campo, digo, para exercer o cargo de Chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada.

Chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada de 21 de outubro de 1935 a 1 de julho de 1936.

Por despacho ministerial de 22 de outubro, nomeado para exercer o cargo de Ajudante de Campo do Comandante Geral da Armada.

Por portaria de 9 de dezembro de 1935 exonerado do cargo de Chefe da Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada, em virtude deste organismo ter deixado de existir pelo decreto-lei nº 26.120 de 24 de novembro de 1935 e nomeado para exercer o cargo de Chefe da Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada, criado pelo referido decreto-lei.

Por despacho ministerial de 11 de dezembro de 1935, exonerado de Ajudante de Campo do Comandante Geral da Armada.

1936 – Chefe da 1ª Secção da Repartição do Pessoal de 1 de janeiro a 17 de março. Capitão-de-mar-e-guerra desde 2 de março de 1936.

Por despacho ministerial de 6 de março de 1936, confirmada a opinião da Junta de Aptidão Física que em sua sessão de 5 de março de 1936, o considerou apto para promoção.

Em 6 de março de 1936, nomeado interinamente Chefe da Repartição de Educação e Instrução, acumulando com o cargo de Chefe da Repartição do Pessoal.

Chefe interino da Repartição de Educação e Instrução de 6 a 16 de março de 1936.

Por portaria de 13 de março 1936, no quadro, promovido ao posto de Capitão-de-mar-e-guerra¹³⁶, a contar de 2 de março de 1936, para todos os efeitos legais em harmonia

¹³⁶ Capitão de mar e guerra é a designação do posto de maior patente de oficial superior na Marinha Portuguesa, sendo equivalente ao de coronel no Exército e na Força Aérea. Com as mesmas características, o posto existe também nas componentes navais das forças armadas de outros países da CPLP, como Angola e Moçambique. Nas marinhas de outros países o posto correspondente tem designações várias, como “capitão de navio” (Espanha, França, Itália, etc.), “Capitão do Mar” (Alemanha), “comandante” (Escandinávia), “Capitão de primeira classe” (Rússia) ou simplesmente “capitão”. A designação “Capitão-de-Mar-e-Guerra” tem origem na Marinha Portuguesa (burguesa) do século XVII. Até então, o comandante de um navio era simplesmente chamado “capitão”. Se comandava um conjunto de navios, além do seu próprio, era chamado “capitão-mor”, como acontecia, por exemplo nas esquadras que partiam de Lisboa para a Índia. Sempre que se reunia uma frota, ou esquadra, o seu capitão-mor era nomeado pelo Rei, sendo frequentemente escolhidos nobres sem experiência de navegação. Esta situação altera-se em 1641 quando foram nomeados capitães de mar e guerra na frota que António Teles de Meneses comandou contra os espanhóis. Na carta de patente da nomeação

com os artigos 85 e 86 do Estatuto dos Oficiais da Armada (decreto 22.705 de 20 de junho de 1933), e por satisfação às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no mesmo Estatuto.

Por despacho ministerial de 18 de março de 1936, foi-lhe reconhecido o direito ao recebimento do 2º aumento de soldo do actual posto, desde a data em que foi promovido, mas só lhe pode ser abonado a partir de 1 de abril de 1936.



Figura nº45: Insignia de Capitão-de-mar-e-guerra .

Por portaria de 27 de abril de 1936, exonerado do cargo de Chefe da Repartição do Pessoal da Superintendência dos Serviços da Armada e nomeado director do Serviço de Abastecimentos.

Superintendência dos Serviços da Armada de 1 a 28 de julho de 1936.

De 2 a 28 de julho de 1936 tira uma licença compensadora de 32 dias que interrompe.

Por portaria de 3 de julho de 1936, exonerado do cargo de Director do Serviço de Abastecimentos, cargo de que não chegou a tomar posse, a fim de ser nomeado para outra comissão de serviço.

Por portaria de 22 de julho de 1936, nomeado para exercer o cargo de Sub Inspector da Marinha.

de um destes (Miguel de Cabedo) é referida a sua experiência anterior nas armadas da Coroa e do Estado do Brasil como justificação para a sua nomeação. Na obra Memórias Militares de António de Couto Castelo-Branco (1707), surge nova referência ao posto, descrito como ...o qual mandava em tudo, como o governador de uma praça. ...devia saber saber marcar o sol... conhecer a variação da agulha..., ...safar a nau para combate e manobrá-la para ganhar barlavento. Num códice do século XVIII existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra, as funções e conhecimentos necessários para obter o posto são melhor especificados. Contudo, seria em 1722, com o Regimento do Capitão de Mar e Guerra, publicado em 31 de março, que ao longo dos seus 43 capítulos são expressos os seus deveres e funções. Uma curiosidade é que, no século XVIII, havia dois capitães de mar e guerra a bordo, sendo que o segundo - de acordo com o regimento de 24 de Abril de 1736 - exercia as funções que hoje estão mais próximas de um capitão-tenente, pois incluíam fazer a ronda do navio, acompanhado por um sargento, um condestável e um caço de esquadra que levava o lampião, mas não podia mudar o rumo, ou virar de bordo, ou outra acção relativa à navegação, sem autorização do comandante. Era este capitão de mar e guerra que orientava as manobras com a ajuda de um apito, para evitar ... gritos e ruídos que ordinariamente causam confusão., ainda segundo o seu regimento.

De 28 de julho a 2 de setembro de 1936 tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Sub Inspector de Marinha na Inspeção da Marinha de 28 de julho de 1936 a 9 de abril de 1937.

Em 14 de dezembro de 1936, nomeado Juiz efectivo do Tribunal Militar de Marinha, durante o 1º quadrimestre do ano de 1937.

Em 31 de dezembro de 1936, apresentou-se no Tribunal Militar de Marinha, com guia da Inspeção de Marinha, por ter sido nomeado Juiz efectivo do mesmo Tribunal.

1937 – Por portaria de 31 de março de 1937, nomeado para exercer o cargo de Comandante do Aviso de 1ª classe Bartolomeu Dias.

Por portaria de 1 de abril de 1937, exonerado do cargo de Sub-director da Marinha, por ter de ser nomeado para outra comissão de serviço.

Superintendência dos Serviços da Armada em 9 de abril de 1937.

De 9 de abril de 1937 a 30 de maio de 1938, embarcado no Aviso de 1ª classe Bartolomeu Dias.



Figura n.º 46: Aviso Bartolomeu Dias.

Comandante do Aviso Bartolomeu Dias¹³⁷ de 9 de abril de 1937 a 30 de maio de 1938.

¹³⁷ A classe Afonso de Albuquerque foi uma classe de avisos coloniais de 1ª classe da Marinha Portuguesa, construída em 1934. Os navios desta classe foram projetados como pequenos cruzadores ligeiros, com um deslocamento máximo de 2 440 toneladas e velocidade de 21 nós, pensados com a função de garantir a soberania de Portugal no seu Império Colonial, em complemento dos avisos de 2ª classe das classes Gonçalo Velho e Pedro Nunes. Nessa função, os avisos da classe passaram, quase toda a sua carreira, em operação nos oceanos Índico e Pacífico, assegurando uma presença naval nos territórios ultra-

Por despacho ministerial de 22 de junho de 1937, diferido o requerimento em que pede autorização para aceitar e usar a medalha “Coronation Mediel” com que foi agraciado pelo Governo Inglês.

Em 8 de setembro de 1937 frequentará o Curso Complementar Naval de Guerra no próximo ano lectivo.

Em 7 de outubro de 1937, satisfaz a todas as condições especiais para a promoção ao posto imediato, excepto Curso Naval de Guerra e exame. Não frequenta o próximo curso Complementar Naval de Guerra por ter seguido para o Oriente o navio do seu comando.

Comandante da Estação Naval do Extremo Oriente de 22 de outubro de 1937 a 15 de abril de 1938.

Em 30 de dezembro de 1937, – em 23 de novembro de 1937, tinha completado os tirocínios de embarque exigidos pelo Estatuto de 1933.

Em 30 de dezembro de 1937, – em 23 de novembro de 1937, tinha completado os tirocínios em terra exigidos pelo Estatuto de 1933.

1938 – Ano que faz 58 anos, em 6 de abril, nomeado para frequentar o Curso Naval de Guerra.

Por portaria de 25 de maio, exonerado do cargo de Comandante do Aviso de 1ª classe Bartolomeu Dias e nomeado para exercer os cargos de 1º Comandante da Escola Naval e de Director da Escola de Educação Física da Armada, durante o impedimento temporário do Capitão-de-mar-e-guerra Álvaro de Almeida Morte.

Adjunto na Superintendência dos Serviços da Armada de 30 de maio a 1 de junho de 1938.

Por despacho ministerial de 1 de junho de 1938, autorizado a aceitar e usar o grau

marinos portugueses do Oriente. Como avisos, os navios da classe estavam, sobretudo, vocacionados para o apoio a operações de desembarque anfíbio e para o apoio a forças em operação em terra. Inicialmente, os avisos das classe possuíam um hidroavião para reconhecimento e bombardeamento, sendo os primeiros navios da Marinha Portuguesa a disporem de aeronaves embarcadas. Tanto o NRP Afonso de Albuquerque como o NRP Bartolomeu Dias fizeram parte das forças navais enviadas, em setembro de 1945, para recuperarem a soberania Portuguesa em Timor, depois da ocupação daquele território por forças japonesas, durante a Segunda Guerra Mundial. A seguir à Segunda Guerra Mundial, os navios foram equiparados a fragatas, recebendo o prefixo F nos seus números de amura. O Afonso de Albuquerque foi destruído em combate com forças navais da União Indiana, em 18 de Dezembro de 1961, ao largo de Mormugão, durante a invasão do Estado Português da Índia. Em 1967, o Bartolomeu Dias foi transformado em navio depósito e rebatizado como São Cristovão, sendo, mais tarde, abatido ao serviço. A classe Afonso de Albuquerque foi substituída, na Marinha Portuguesa, pela classe João Belo. https://pt.wikipedia.org/wiki/Classe_Afonso_de_Albuquerque

de oficial da Legião de Honra com que foi agraciado pelo Governo Francês

Esteve na Escola Naval de 1 de junho a 9 de novembro de 1938.

Por portaria de 26 de julho de 1938, nomeado Presidente do Júri para os concursos de professores da Escola Naval.

Em 1 de agosto de 1938 inicia uma licença disciplinar de 30 dias que interrompe a 24 do mesmo mês.

Por portaria de 2 de setembro de 1938, exonerado do cargo de Director da Escola de Educação Física da Armada.

Em 17 de setembro de 1938, nomeado nos termos do artigo 9º da portaria nº 9.051, para fazer parte como presidente da Comissão Técnica de Educação Física.

Em 6 de outubro de 1938 encontra-se no Estado-maior Naval.

Por portaria de 1 de novembro de 1938, exonerado do cargo de 1º Comandante da Escola Naval.

Adjunto na Superintendência dos Serviços da Armada de 9 a 22 de novembro de 1938.

Por portaria de 12 de novembro de 1938, nomeado para exercer os cargos de Comandante Superior dos Navios Estacionados no Porto de Lisboa e Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória.

Em 12 de novembro de 1938, exonerado de Presidente da Comissão Técnica de Educação Física.

De 22 de novembro de 1938 a 18 de setembro de 1939, embarcado na Fragata D. Fernando.

Em 28 de novembro de 1938, foi instrutor do Curso Complementar da Escola de Artilharia Naval, de 24 de julho de 1915 a 23 de fevereiro de 1916.

Reentra na mesma licença disciplinar atrás referida em 26 de dezembro de 1938 a 1 de janeiro de 1939.

Comandante da Fragata D. Fernando e Glória¹³⁸ enquanto Comandante das Forças

¹³⁸ A *D. Fernando* foi o último navio de guerra inteiramente à vela da Marinha Portuguesa. Foi construída em Damão, na Índia Portuguesa, sob a supervisão do engenheiro construtor naval Gil José da Conceição, por uma equipa de operários indianos e portugueses, liderados pelo mouro Yadó Semogi. Na sua construção foi usada madeira de teca de Nagar-Aveli. Depois do lançamento ao mar, em 22 de outubro de 1843, o navio foi rebocado para Goa onde foi aparelhado. O navio foi baptizado em homenagem ao Casal Real Português, o rei-consorte D. Fernando II e a Rainha D. Maria II, cujo nome próprio era Maria da Glória. O “Glória” do seu nome também se referia à sua santa protetora, Nossa Senhora da Glória, de especial devoção entre os Goeses. O navio estava armado com 50 bocas de fogo, com 28 na bateria e 22 no convés. A sua viagem inaugural, de Goa a Lisboa, decorreu entre 2 de fevereiro e 4 de julho de 1845. A *D. Fernando* navegou

Navais no Tejo de 22 de novembro de 1938 a 18 de setembro de 1939.



Figura nº47: Fragata D. Fernando e Glória.

1939 – Ano em que faz 59 anos, em 18 de abril de 1939, nomeado para fazer parte da Comissão nomeada para rever os regulamentos dos uniformes dos oficiais, sargentos e praças da Armada, e propor as alterações aconselhadas pela experiência. Em 17 de junho de 1939 considerado habilitado com o curso complementar Naval de Guerra. Ano lectivo 1938-39.

durante 33 anos, percorrendo cerca de 100 000 milhas, correspondentes a, quase, cinco voltas ao mundo. Foi empregue no transporte de tropas, colonos e degredados para Angola, Índia e Moçambique. Participou em operações navais de guerra no Ultramar Português. Apoiou a expedição de Silva Porto de ligação terrestre entre Benguela em Angola e a costa de Moçambique. Em setembro de 1865 a D. Fernando substituiu a nau Vasco da Gama como Escola de Artilharia Naval, fazendo viagens de instrução até 1878. Nesse ano, fez a sua última missão no mar, realizando uma viagem de instrução de guarda-marinhas aos Açores. Nessa viagem, ainda conseguiu salvar a tripulação da barca americana Laurence Boston que se tinha incendiado. A partir daí passou a estar sempre fundeada no Tejo. Em 1938 deixou de servir de Escola Prática de Artilharia Naval, passando a ser utilizada como navio-chefe das Forças Navais no Tejo. Em 1940 cessou o seu uso pela Marinha Portuguesa, sendo a fragata transformada em Obra Social da Fragata D. Fernando, uma instituição social que se destinava a albergar e a dar instrução e treino de marinharia a rapazes oriundos de famílias pobres. Em 1963, um violento incêndio destruiu uma grande parte do navio, ficando abandonado no Tejo. Entre 1992 e 1997 a fragata foi recuperada pela Marinha Portuguesa, recorrendo ao Arsenal do Alfeite e aos estaleiros Rio-Marine de Aveiro. O navio esteve exposto na Expo 98. Desde então é um navio museu da Marinha Portuguesa, estando actualmente, desde 1 de Março de 2008, em doca seca, em Cacilhas - Almada, onde tem vindo a receber trabalhos de manutenção.

De 20 de julho a 19 de agosto de 1939 tira uma licença disciplinar de 30 dias.

Por portaria de 13 de setembro de 1939, exonerado dos cargos de Comandante Superior dos Navios Estacionados o Porto de Lisboa e Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória.

Superintendência dos Serviços da Armada de 18 a 27 de setembro de 1939.

Por portaria de 22 de setembro de 1939, nomeado para exercer o cargo de Director do Serviço de Abastecimentos.

É Director do Serviço de Abastecimentos de 27 de setembro de 1939 a 28 de maio de 1940.

Em 23 de novembro de 1939, diferido o requerimento em que pede autorização para aceitar e usar o grau de Comendador da Ordem Real da Estrela da Romênia¹³⁹, com que foi agraciado pelo Governo Romeno.

Em 29 de novembro de 1939 concluiu as provas para Contra-Almirante¹⁴⁰, ficando apurado.

¹³⁹ A **Ordem Real da Coroa** da Romênia é uma Ordem de cavalaria criada em 14 de março de 1881 pelo Rei Carlos I da Romênia em comemoração pelo estabelecimento do Reino da Romênia. Era agraciada como uma ordem de estado até o fim da monarquia romena em 1947. Foi reestabelecida em 2011 como uma Ordem Dinástica.

¹⁴⁰ **Contra-almirante** é um posto de ofícia, nas forças navais de vários países. Normalmente, corresponde ao primeiro posto permanente de oficial general sendo imediatamente inferior a vice-almirante. A designação “contra-almirante” tem origem no facto de, antigamente, o navio-chefe do almirante de uma frota, normalmente se posicionar no meio da formação naval. O navio do segundo comandante da frota (o vice-almirante) posicionava-se na vanguarda da formação e o do terceiro comandante (o contra-almirante) na retaguarda. Quando a formação tinha que reverter a direção de deslocação - passando a deslocar-se na direção contrária ou “contra-direção” - o contra-almirante passava a liderar a vanguarda da frota. Por essa razão, nos países de língua Inglesa, o posto é denominado “*rear-admiral*” (literalmente “almirante da retaguarda”). Na Marinha Portuguesa, a patente de contra-almirante corresponde ao primeiro posto permanente de oficial general, equivalente ao de maior-general no Exército e na Força Aérea. Existe um posto inferior, o de comodoro, mas é apenas uma patente temporária atribuída aos capitães de mar e guerra durante o exercício de determinadas funções de comando. O posto de contra-almirante tem origem no posto de chefe de esquadra, criado em 1789, imediatamente superior ao de chefe de divisão e inferior ao de tenente-general (depois denominado “vice-almirante”). Em 1892 o posto passou a denominar-se “contra-almirante”. Em 1953, foi introduzida a patente de comodoro, como primeiro posto permanente de oficial general, passando o contra-almirante a ser o segundo. Em 1977 foi extinto o posto de comodoro, voltando o contra-almirante a ser o primeiro posto de oficial general. Atualmente, o posto de contra-almirante continua a ser o primeiro posto permanente de oficial general, já que o posto de comodoro - reintroduzido em 1999 e imediatamente inferior - é apenas uma patente temporária.

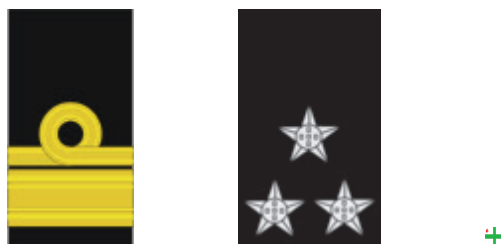


Figura nº48: Distintivo de manga, distintivo de ombro (antes de 1977) e bandeira de comando de Contra-Almirante.



Figura nº49 – Insignia da Ordem Real da Estrela da Romênia¹⁴¹

Em 29 de novembro de 1939, satisfaz as condições especiais de promoção desde 22 de novembro de 1939.

Em 20 de dezembro de 1939, nomeado presidente da 3ª Junta de Inspeção de Recrutamento dos Mancebos destinados ao Serviço da Armada que reunirá no Quartel do Corpo de Marinheiros no Alfeite, nos dias 2 a 6 de janeiro de 1940.

Sem efeito a sua nomeação para presidente da 3ª Junta de Inspeção de Recrutamento.

1940 – Em 23 de janeiro de 1940 foi inscrito subscritor da Caixa Geral de Aposentações com o nº 11.

Em 13 de fevereiro de 1940 declarou não desejar as honras fúnebres a que possa ter direito por ocasião do seu falecimento (mandado averbar por sua Ex^a o Supe-¹⁴¹ de cunho religioso, o modelo de 1881 é uma Cruz de Malta em vermelho esmaltado de oito pontas, contornada de ouro e branco. O medalhão no meio da cruz mostra a coroa real em contraste com um fundo vermelho escuro. O medalhão é rodeado por uma borda em branco-gelocom a inscrição *PRIN NOI INSINE* (*Por nós*) e a data de fundação da ordem, 14 de março de 1881. No verso do medalhão consta a data do estatuto bem como os anos 1866 (referendum), 1877 (Independência romena), 1881 (proclamação de Carlos I como Rei da Romênia).

rintendente em seu despacho de 13 de fevereiro de 1940 (processo 20 – 730 – 940). Em 19 de junho de 1940, em obediência à directiva V das que regulam o funcionamento do Conselho Superior da Armada como Conselho Superior de Promoções, satisfaz às condições gerais e especiais de promoção, exceptuando a de aptidão física e que, portanto, é candidato à promoção ao posto imediato na vacatura aberta pela passagem à situação de reserva, em 15 do corrente, do contra-almirante João Baptista de Barros¹⁴².

De 5 de agosto a 4 de setembro de 1940 tira uma licença disciplinar de 30 dias. Em 4 de setembro de 1940 reassumiu as funções de Director do Serviço de Abastecimentos.

¹⁴² Nasceu em Bragança, em 15.6.1875. Assentou praça em 1893 e chegou a contra almirante da Marinha, em 1937. Foi adjunto da Direcção do Material de Guerra de Marinha e Secretário da Comissão Técnica de Artilharia Naval (1921). Chefe do Estado Maior da Flotilha Ligeira (1923/27). Chefe da Repartição de Meteorologia (1928). Chefe da 2.ª secção do E. M. Naval (1929); Comandante da Escola Naval (1937). Superintendente dos Serviços da Armada e Presidente da Junta de Revisão (1941). Vogal do Conselho Superior de Disciplina da Armada (1941). Participou na Grande Guerra e também prestou serviço no Bailundo (Angola), em 1902. Foi autor do livro: Reportório da Legislação da Armada (1896-1942). Foi sócio do Grémio de Instrução Liberal do Campo de Ourique e do Instituto de Socorros a Náufragos. Recebeu inúmeras condecorações e louvores. In i volume do Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses, coordenado por Barroso da Fonte, Editora Cidade Berço, Guimarães. <http://www.dodouropress.pt/index.asp?idedicao=66&idseccao=554&id=2168&action=noticia>

III - EPILOGO

Francisco Luiz Rebello nasceu em 6 de novembro de 1880 e morreu em 6 de fevereiro de 1968, com 88 anos. Inicia a sua carreira militar em 6 de novembro de 1897, com 17 anos, ao assentar praça na Companhia de Alunos da Escola do Exército. Em 4 de dezembro do mesmo ano é promovido a aspirante de Marinha e transferido para o serviço da Armada onde estará até aos 60 anos de idade.

Durante o seu percurso profissional na Marinha teve relações de amizade e profissionais com vultos relevantes da sociedade da época: Vice-Almirante Aníbal de Sousa Dias, Sacadura Cabral¹⁴³, Capitão-de-mar-e-guerra Augusto Goulart de Medeiros¹⁴⁴, Governador Civil do Funchal, Capitão-de-mar-e-guerra Bobella da Mota, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Governador do distrito de Diu, Capitão-de-mar-e-guerra Laroche Semedo, Capitão-de-Fragata D. Carlos de Sousa Coutinho, 6º Conde de Linhares, Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Branco¹⁴⁵, Adido Naval em Londres, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1930-1932), Capitão-de-mar-e-guerra Henrique Correia da Silva¹⁴⁶, Conde de Paço d' Arcos, Governador de Macau, Ministro do Ultramar, Eduardo Nogueira de Lemos, Médico e Oficial de Marinha, Governador de São Tomé e Príncipe (1920/1921), Capitão-Tenente João Frederico Júdice de Vasconcellos¹⁴⁷, Governador do Distrito de Benguela, Angola (1910-1911), Capitão-de-mar-e-guerra José Afonso Valentim Pedroso de Lima, Ajudante de Campo do Marechal Carmona, Capitão-Tenente José Carlos da Maia, Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1911), Ministro da Marinha (1918), Ministro das Colónias (1919), Governador de Macau (1914), Capitão-de-mar-e-guerra José Eduardo de Carvalho Crato¹⁴⁸, Ministro das Colónias (1921), Adido Naval em Paris, Capitão do Porto de São Tomé, Capitão-de-mar-e-guerra José Luis Teixeira Marinho, Governador da Guiné (1919), Primeiro-Tenente Jaime da Fonseca Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1929), Capitão-de-mar-e-guerra Antonio de Andrade Pissarra e Gouveia¹⁴⁹, Vice-Almirante Jaime Maria da Graça Afreixo, Ministro da Marinha, entre muitos outros.

¹⁴³ Aviador mundialmente conhecido, era tio-avô do político drº Paulo Portas.

¹⁴⁴ Era avô do drº Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1970), e do Maestro António Vitorino de Almeida, logo, conseqüentemente, bisavô das actrizes Maria de Medeiros e Inês de Medeiros.

¹⁴⁵ Foi avô do drº Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa (16º).

¹⁴⁶ Pai do escritor Joaquim Paço d' Arcos.

¹⁴⁷ Fundador da Companhia Rádio Marconi.

¹⁴⁸ O seu pai, António Xavier Crato era tio-bisavô do ex-Ministro da Educação Nuno Crato

¹⁴⁹ Tio avô de Teresa Patrício Gouveia, Ministra dos Negócios Estrangeiros e de seu irmão, António Patrício Gouveia, Chefe de Gabinete de Sá Carneiro, e que também morreu em Camarate.



Figura nº50 – Francisco Luiz Rebello, terceiro a contar da direita, a ser recebido pelo Presidente Carmona.

Francisco Luiz Rebello desempenhou, entre outras, as funções de Provedor do Asilo D. Pedro V, Director do Observatório Joao Capelo, Chefe do Estado Maior das Forças Navais de Angola (1923), Juiz Efectivo do Tribunal Militar de Marinha, Comandante da Estação Naval do Extremo Oriente (1937/1938), Comandante das Forças Navais no Tejo (1938/1939) e Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória.

Foi agraciado com, entre outras, as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata da Classe de Comportamento Exemplar (1913), Medalha de Ouro Comemorativa das Campanhas do Exército Português (1919), grau de comendador da Ordem Militar de Avis (1919), Medalha da Vitoria (1920), Medalha da Filantropia e Caridade (1923), Medalha de Prata de Filantropia e Caridade do Instituto de Socorros a Náufragos (1934), Medalha “Coronation Mediel” (agraciado pelo Governo Inglês pela ocasião da coroação do Rei Jorge VI, pai da actual Rainha, em que Francisco Luiz Rebello representou Portugal), Oficial da Legião de Honra (agraciado pelo Governo Francês em 1938), grau de Comendador da Ordem Real da Estrela da Roménia (agraciado pelo Governo Romeno em 1939).

Uma página inédita de memórias

O REI DE INGLATERRA GAGUEJOU e não conseguiu concluir a frase amável para Portugal...

Um artigo de MAURICIO DE OLIVEIRA

Quando o soberano recebeu um carregamento dos condeiros, estrepitosos

Ao contrário do que se costuma dizer, não foi o rei de Inglaterra a quem se deu o nome de "Rei Gaguejo". Foi o rei de Portugal, D. João I, quem recebeu o apelido de "Rei Gaguejo" por causa de uma gagueira que lhe acometia quando estava a falar. Este facto é referido no livro "O Rei Gaguejo" de Francisco Luiz Rebello, publicado pela editora "Afronta".

Rebello narra a história da gagueira do rei português, desde a infância até à morte. Segundo o autor, a gagueira começou a manifestar-se quando o rei tinha apenas dois anos de idade. Apesar de ter sido tratado por vários médicos, a gagueira não melhorou e tornou-se uma característica marcante da sua personalidade.

Rebello também aborda a vida política e militar do rei, destacando o seu papel na fundação do Reino de Portugal e na sua expansão para o sul e para o leste. O autor descreve a coragem e a determinação do rei, apesar da sua condição física.

Uma das partes mais interessantes do livro é a descrição da recepção do rei por D. João VI de Portugal em 1808. Segundo Rebello, o rei português ficou muito satisfeito com a recepção e fez várias perguntas sobre a situação política de Portugal. No entanto, quando chegou a hora de fazer uma declaração amável sobre o estado do país, o rei de Inglaterra gaguejou e não conseguiu concluir a frase.

Este episódio é considerado uma das páginas inéditas de memórias de Francisco Luiz Rebello, que oferece uma visão única da história portuguesa.

Foi inventado o "plástico para todos os usos"

A invenção do plástico, um material que revolucionou a indústria e a vida quotidiana, é o tema central deste artigo. O autor descreve o processo de descoberta do plástico por parte do químico alemão Heinrich Wegmann em 1869.

Segundo o autor, Wegmann estava a experimentar diferentes tipos de resinas quando descobriu que uma mistura de resina de colofónia e óxido de zinco, quando aquecida, formava um material sólido e durável. Este material foi inicialmente usado para fazer bolas de futebol, mas logo se tornou popular para uma variedade de outros usos.

O artigo destaca a importância do plástico na indústria moderna, desde a construção civil até à medicina e ao transporte. Também menciona os desafios ambientais associados ao plástico, como a poluição e o desperdício, e discute as alternativas sustentáveis para o futuro.

Quando se conhecem os segredos da natureza, a natureza não se dá por vencida.

Figura nº51 – Francisco Luiz Rebello a ser recebido pelo Rei de Inglaterra Jorge VI.

A ficha militar de Francisco Luiz Rebello, em poder do autor deste trabalho, dá como terminada a sua carreira, abruptamente, em 1940, com 60 anos.

Reza a lenda familiar que lhe foi encomendado, por um membro do Governo, um relatório sobre o estado da Marinha portuguesa e que o resultado final não foi do agrado de quem tinha feito a encomenda, e que lhe terá sido pedido para “melhorar” o referido relatório, o que Francisco Luiz Rebello recusou. Consequentemente foi-lhe sugerido que se reformasse, o que ele fez.

Francisco Luiz Rebello viveu durante 88 anos e passou quase metade da sua vida, cerca de 43 anos, na Marinha. Este trabalho tem a intenção de dar a conhecer este percurso profissional



Figura nº52 – Francisco Luiz Rebello e sua mulher D. Virginia Luisa Montanha. Fotografia com a sua assinatura por cima.

ANEXO GENEALÓGICO
da sua descendência

1. **FRANCISCO LUÍS REBELLO** (n. 1880), cc **Virgínia Luísa Montanha**. Filhos:
 - 1.1. **Maria Helena Montanha Rebello** (n. 1907), cc **João de Sousa Machado**. Filhos:
 - 1.1.1. **Francisco José Rebello de Sousa Machado** (n. 1923), cc **Maria Gabriela Campelo de Andrade Bandeira de Lima**. Filhos:
 - 1.1.1.1. **Maria do Rosário Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1952). Casou duas vezes: I. cc **António Carlos Guerra Raposo de Magalhães**, S.g., II. Cc **Vasco Navarro da Graça Moura**. Filhas do 2.º casamento:
 - 1.1.1.1.1. **Maria Teresa de Sousa Machado da Graça Moura** (n. 1988).
 - 1.1.1.1.2. **Joana de Sousa Machado da Graça Moura** (n. 1992).
 - 1.1.1.2. **João Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1953). Casou três vezes: I. cc **D. Maria Isabel de Mello Pereira Coutinho** (dos marqueses de Soydos), II. cc **Elizabeth Regune Lopes**, III. cc **Carla Lamounier**. Filho do 1.º casamento:
 - 1.1.1.2.1. **João Pereira Coutinho de Sousa Machado** cc **Ana Luísa Pinto de Figueiredo**. Filha:
 - 1.1.1.2.1.1. **Ana Sofia de Sousa Machado**.
Filho do 2.º casamento:
 - 1.1.1.2.2. **Rodrigo Lopes de Sousa Machado** (n. 1983).
Filhos do 3.º casamento:
 - 1.1.1.2.3. **Francisco Lamounier de Sousa Machado** (n. 1995).
 - 1.1.1.2.4. **António Lamounier de Sousa Machado** (n. 1996).
 - 1.1.1.3. **Francisco José Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1955), cc **Adeir Teixeira da Gama**. Filhos:
 - 1.1.1.3.1. **João Manuel Teixeira da Gama de Sousa Machado** (n. 1994).
 - 1.1.1.3.2. **Filipe Teixeira da Gama de Sousa Machado** (n. 1999).
Teve ainda uma filha, sendo solteiro
 - 1.1.1.3.3. **Aldeane de Sousa Machado** (n. 1991).
 - 1.1.1.4. **José Gabriel Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1956), cc **Maria da Nazaré Carvalho Monteiro Tojal**. S.g.
Teve uma filha
 - 1.1.1.4.1. **Sara de Sousa Machado** (n. 2004).
 - 1.1.1.5. **Maria Helena Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1957), cc **Carlos Maria Aliu Presas**. Filhos:
 - 1.1.1.5.1. **Marta de Sousa Machado Presas** (n. 1983).
 - 1.1.1.5.2. **Tomás de Sousa Machado Presas** (n. 1984).

- 1.1.1.5.3. **Mariana de Sousa Machado Presas** (n. 1989).
- 1.1.1.6. **Maria Cristina Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1959), cc **Pedro Huguenin Henriques**. Filhos:
 - 1.1.1.6.1. **Carolina Sousa Machado Henriques** (n. 1985). Teve uma filha de **Paulo Ferreira Pinto**:
 - 1.1.1.6.1.1. **Catarina Henriques Ferreira Pinto** (n. 2004).
 - 1.1.1.6.2. **Bernardo Sousa Machado Henriques** (n. 1987).
 - 1.1.1.7. **Maria Gabriela Bandeira de Lima de Sousa Machado** (n. 1961), cc **Nuno de Carvalho e Costa**. Filhos:
 - 1.1.1.7.1. **Vicente Sousa Machado de Carvalho e Costa** (n. 1994).
 - 1.1.1.7.2. **Maria Sousa Machado de Carvalho e Costa** (n. 1991).
- Francisco Jose Rebello de Sousa Machado** teve ainda um filho, sendo solteiro, de **Maria Inácia Fernandes Homem**:
 - 1.1.1.8. **Francisco Luís Fernandes Homem de Sousa Machado** (n. 1950).
- 1.1.2. **Maria da Conceição Rebello de Sousa Machado** (n. 1925), cc **João Miguel de Sande de Castro Sottomayor de Azevedo e Bourbon Aires de Campos**, 4.º conde do Ameal. Filhos:
 - 1.1.2.1. **Maria Benedita de Sousa Machado Aires de Campos** (n. 1960), cc **António Theotónio Pereira de Sampaio e Melo**. Filhos:
 - 1.1.2.1.1. **Lopo Aires de Campos de Sampaio e Melo** (n. 1985).
 - 1.1.2.1.2. **Lourenço Aires de Campos de Sampaio e Melo** (n. 1987).
 - 1.1.2.1.3. **Benedita Aires de Campos de Sampaio e Melo** (n. 1989).
 - 1.1.2.1.4. **Mariana Aires de Campos de Sampaio e Melo** (n. 1992).
 - 1.1.2.2. **João Miguel de Sousa Machado Aires de Campos**, 5.º Conde do Ameal (n. 1961), cc **Thereza Margarida Bastos de Moraes Sarmiento Ramalho**. Filho:
 - 1.1.2.2.1. **João Maria Ramalho Sottomayor Aires de Campos**, (n. 1989).
 - 1.1.2.3. **Pedro Francisco de Sousa Machado Aires de Campos** (n. 1964), cc **Helcyene Rita Machado Paços**. S.g.
 - 1.1.2.4. **Gonçalo de Sousa Machado Aires de Campos** (n. 1972).
- 1.1.3. **Maria Margarida Rebello de Sousa Machado** (n. 1934), **José Francisco de Barros Rodrigues**. Filho:
 - 1.1.3.1. **João Ricardo Sousa Machado de Barros Rodrigues**, cc **Vera Ribeiro da Silva Viana**. Filhos:
 - 1.1.3.1.1. **Rodrigo Viana de Barros Rodrigues**.
 - 1.1.3.1.2. **Martim Viana de Barros Rodrigues**.
 - 1.1.3.1.3. **Rita Viana de Barros Rodrigues**.
- 1.1.4. **Maria João Rebello de Sousa Machado** (n. 1938), cc **D. Lourenço António Gorjão de Almeida** (dos condes de Oliveira dos Arcos).

Filhos:

- 1.1.4.1. **D. Lourenço de Sousa Machado de Almeida** (n. 1962), cc **Maria da Piedade de Almeida e Vasconcelos Pinto Coelho**. Filhos:
 - 1.1.4.1.1. **D. Maria Pinto Coelho de Almeida e Silva** (n. 1986), cc **Francisco de Mendonça Ferreira Pinto**. Filhos:
 - 1.1.4.1.1.1. **Luis de Almeida e Silva Ferreira Pinto** (n. 2013).
 - 1.1.4.1.1.2. **Maria da Piedade de Almeida e Silva Ferreira Pinto** (n. 2015).
 - 1.1.4.1.1.3. **Isabel de Almeida e Silva Ferreira Pinto** (n. 2017).
 - 1.1.4.1.2. **D. Lourenço Pinto Coelho de Almeida e Silva** (n. 1994), cc **Maria Helena Pessoa Jorge Pessoa Vaz**.
 - 1.1.4.1.3. **D. Isabel Pinto Coelho de Almeida e Silva**, gémea com o anterior.
 - 1.1.4.2. **D. João de Sousa Machado de Almeida** (n. 1965), cc **Maria Isabel de Azevedo Coutinho Teixeira da Costa**. Filhos:
 - 1.1.4.2.1. **D. Maria João Teixeira da Costa de Almeida** (n. 2001).
 - 1.1.4.2.2. **D. José Teixeira da Costa de Almeida** (n. 2003).
 - 1.1.4.2.3. **D. Joana Teixeira da Costa de Almeida** (n. 2008).
 - 1.1.4.3. **D. António de Sousa Machado de Almeida** (n. 1967). Casou três vezes: I. **D. Joana de Antas Pinto de Bragança** (dos duques de Lafões), II. **Mariana Galindo Roquette Correia da Silva** (dos condes de Paço d' Arcos), III. **D. Maria del Carmen José Rafaela de Olazábal y Cunha Reis** (dos condes de Arbelaiz). Filho do 1.º casamento:
 - 1.1.4.3.1. **D. Lourenço de Bragança de Almeida e Silva** (n. 1988), cc **Ines Larcher Goncalves Rosa**.
Filhos do 2.º casamento:
 - 1.1.4.3.2. **D. Maria del Cármen Correia da Silva de Almeida** (n. 1999).
 - 1.1.4.3.3. **D. Francisco Correia da Silva de Almeida**, gémeo com a anterior.
 - 1.1.4.3.4. **D. Vitória Correia da Silva de Almeida** (n. 2003).
Filha do 3.º casamento:
 - 1.1.4.3.5. **D. Teresa de Olazábal de Almeida**.
 - 1.1.4.4. **D. Helena de Sousa Machado de Almeida** (n. 1970), cc José Filipe Lupi Ravara Bello. Filhos:
 - 1.1.4.4.1. **João Pinheiro de Almeida Bello** (n. 1995).
 - 1.1.4.4.2. **Helena de Almeida Bello** (n. 1999).
 - 1.1.4.4.3. **Leonor Maria de Almeida Bello** (n. 2004).
- 1.2. **Maria Luísa Montanha Rebello** (n. 1908), cc **Eduardo Coutinho de Oliveira Mota da Costa e Sousa Lambin**. Filhos:
- 1.2.1. **Ana Margarida Rebello de Sousa Lambin** (n. 1939).
 - 1.2.2. **Maria Teresa Rebello de Sousa Lambin** (n. 1941), cc **José de Almeida Abrantes**. Filha:

- 1.2.2.1. **Ana Isabel Lambin Abrantes** (n. 1974), cc **André Alexandre Alves Lopes Peres de Sousa**.
 - 1.2.3. **Maria Eduarda Rebello de Sousa Lambin** (n. 1944), cc **Armando Vítor de Carvalho Martins**. Filhos:
 - 1.2.3.1. **Sofia Lambin Martins** (n. 1972), cc **Alexandre Carlos Faria Batista Antunes**. Filhos:
 - 1.2.3.1.1. **João Martins Antunes** (n. 2000).
 - 1.2.3.1.2. **Rita Martins Antunes** (n. 2005).
 - 1.2.3.2. **Bárbara Lambin Martins** (n. 1976), cc **Nuno Miguel Pereira de Sousa**. Filhos:
 - 1.2.3.2.1. **André Martins Sousa**, (n. 2003).
 - 1.2.3.2.2. **Miguel Martins Sousa** (n. 2006).
 - 1.2.4. **Maria Helena Rebello de Sousa Lambin** (n. 1946), cc **João Luís e Silva Martins Adão**. Filhos:
 - 1.2.4.1. **Helena Maria Rebello Lambin Martins Adão** (n. 1975).
 - 1.2.4.2. **Marta Lambin Martins Adão** (n. 1977), cc **Vasco Miguel Cepeda Lopes**. Filha:
 - 1.2.4.2.1. **Sara Lambin Adão Lopes** (n. 2008).
 - 1.2.5. **Luís Francisco Rebello de Sousa Lambin** (n. 1948), cc **Maria da Conceição Santos**. Filhos:
 - 1.2.5.1. **Tiago João Lambin** (n. 1973), cc **Sónia Rosa**.
 - 1.2.5.2. **Joana Lambin** (n. 1979), cc **Bruno Nini**. Filha:
 - 1.2.5.2.1. **Leonor Lambin Nini** (n. 2006).
 - 1.2.6. **Joaquim Duarte Rebello de Sousa Lambin** (n. 1950), cc **Maria de Fátima dos Santos Silva**. Filhos:
 - 1.2.6.1. **Miguel Silva Sousa Lambin** (n. 1973), cc **Paula Grazina Gonçalves**. Filha:
 - 1.2.6.1.1. **Matilde Grazina Gonçalves Lambin** (n. 2004).
 - 1.2.6.2. **Inês Silva Sousa Lambin** (n. 1979), cc **José Bruno Santos**. Filho:
 - 1.2.6.2.1. **Duarte Lambin Santos** (n. 2008).
 - 1.2.6.3. **Diogo Silva Sousa Lambin** (n. 1985).
- 1.3. **Maria Manuela Montanha Rebello** (n. 1909), cc **António Gonçalves Coimbra**. S.g.
 - 1.4. **Gabriel Augusto Montanha Rebello** (n. 1913), cc **Maria Amélia Leão Diniz**. Filhos:
 - 1.4.1. **Francisco Alberto Diniz Montanha Rebello** (n. 1939), cc **Maria Isabel Grave de Sanches Osório**. Filhos:
 - 1.4.1.1. **Francisco de Sanches Osório Montanha Rebello** (n. 1963), cc **Te-**

resa do Carmo de Saldanha Ferreira Pinto Basto. Filhos:

- 1.4.1.1.1. **Francisco do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** (n. 1992).
- 1.4.1.1.2. **Margarida do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** (n. 1994).
- 1.4.1.1.3. **Isabel do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** (n. 1997).
- 1.4.1.1.4. **Teresa do Carmo Pinto Basto Montanha Rebello** (n. 2001).
- 1.4.1.2. **Tiago de Sanches Osório Montanha Rebello** (n. 1964), Casou duas vezes: I. cc **D. Teresa Maria Ribeiro Ferreira de Lancastre** (dos condes da Guarda), II. cc **Joana Borges Cardoso**, S.g. Filhos do primeiro casamento:
 - 1.4.1.2.1. **Maria Margarida de Lancastre Montanha Rebello** (n. 1995).
 - 1.4.1.2.2. **Maria de Lancastre Montanha Rebello** (n. 1998).
 - 1.4.1.2.3. **Lourenço de Lancastre Montanha Rebello** (n. 2001).
 - 1.4.1.2.4. **Teresa Maria de Lancastre Montanha Rebello** (n. 2006).
- 1.4.1.3. **Bruno de Sanches Osório Montanha Rebello** (n. 1969).
- 1.4.1.4. **Isabel de Sanches Osório Montanha Rebello** (n. 1971), cc **Francisco Rodo Pereira Coutinho Leotte Tavares** (dos Viscondes da Quinta de São Tomé). Filho:
 - 1.4.1.4.1. **Francisco Montanha Rebello Leotte Tavares** (n. 2006).
- 1.4.2. **Luís Augusto Diniz Montanha Rebello** (n. 1941). Casou duas vezes: I. c **Maria da Graça Cantinho de Brito**, II. c **Veronita Aparecida de Albuquerque do Rego**.
Filhos do 1.º Casamento:
 - 1.4.2.1. **Luís Miguel Salles de Brito Montanha Rebello** (n. 1969), cc **Cristina Alexandra de Sousa Matos**. Filhos:
 - 1.4.2.1.1. **Catarina de Sousa Matos Montanha Rebello** (n. 2003).
 - 1.4.2.1.2. **Guilherme de Sousa Matos Montanha Rebello**.
 - 1.4.2.2. **Ana Rita Salles de Brito Montanha Rebello** (n. 1978).
Filhos do 2.º casamento:
 - 1.4.2.3. **Gabriel de Albuquerque do Rego Montanha Rebello** (n. 1986).
 - 1.4.2.4. **Gonçalo de Albuquerque do Rego Montanha Rebello** (n. 1990).
 - 1.4.2.5. **Maria Gabriela de Albuquerque do Rego Montanha Rebello** (n. 1992).

DIRETORIA (1993-1995):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Roberto Machado de Carvalho

» 2º Vice-Presidente
José Sebastião Witter

» 1º Secretário
Arthur Nogueira Campos

» 2º Secretário
José Fernando Cedeño de Barros

» 1º Tesoureiro
Manoel Valente Barbas

» 2º Tesoureiro
Sérgio Weber

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Renato Báez
Wanderley dos Santos
Eduardo Raggio Vicentini

Membros Suplentes:

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
Reginaldo Moreira de Miranda
Delio Freire dos Santos

DIRETORIA (BIÊNIO 1995-1997):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Roberto Machado de Carvalho

» 2º Vice-Presidente
Carlos Alberto da Silveira Isoldi

» 1º Secretário
Arthur Nogueira Campos

» 2º Secretário
Rodnei Brunete da Cruz

» 1º Tesoureiro
Manoel Valente Barbas

» 2º Tesoureiro
Sérgio Weber

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Eduardo Dias Roxo Nobre
Wanderley dos Santos
Eduardo Raggio Vicentini

Membros Suplentes:

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
José Fernando Cedeño de Barros
Maria do Carmo Mendes de Andrade e
Souza

DIRETORIA (BIÊNIO 1997-1999):

- » Presidente
Arthur Nogueira Campos
- » 1º Vice-Presidente
Manoel Valente Barbas
- » 2º Vice-Presidente
Roberto Machado de Carvalho
- » 1º Secretário
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas
- » 2º Secretário
Maria de Lourdes da Silva Ramos
- » 1º Tesoureiro
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
- » 2º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Carlos Alberto da Silveira Isoldi
José Fernando Cedeño de Barros
Eduardo Raggio Vicentini

Membros Suplentes:

Eduardo Dias Roxo Nobre
Helvécio Vasconcelos de Castro Coelho
Newton de Lacerda Figueiredo Santos

DIRETORIA (BIÊNIO 1999-2001):

- » Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas
- » 1º Vice-Presidente
Roberto Machado de Carvalho
- » 2º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre
- » 1º Secretário
Arthur Nogueira Campos
- » 2º Secretário
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
- » 1º Tesoureiro
Manoel Valente Barbas
- » 2º Tesoureiro
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Carlos Alberto da Silveira Isoldi
Cid Guimarães
Eduardo Raggio Vicentini

Membros Suplentes:

Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho
Helvécio Vasconcelos de Castro Coelho
Marcelo Florence Lustosa

DIRETORIA (BIÊNIO 2001-2003):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 2º Vice-Presidente
Carlos Alberto da Silveira Isoldi

» 1º Secretário
Sérgio Weber

» 2º Secretário
Arthur Nogueira Campos

» 1º Tesoureiro
Manoel Valente Barbas

» 2º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho
Cid Guimarães
Helvécio Vasconcelos de Castro Coelho

Membros Suplentes:

Roberto Machado de Carvalho
Marcelo Florence Lustosa
Maria Celina Exner Godoy Isoldi

DIRETORIA (BIÊNIO 2003-2005):

» Presidente
Roberto Machado de Carvalho

» 1º Vice-Presidente
Manoel Valente Barbas

» 2º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 1º Secretário
Sérgio Weber

» 2º Secretário
Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber

» 1º Tesoureiro
Maria Celina Exner Godoy Isoldi

» 2º Tesoureiro
Maria Isabel da Silva Ramos

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

José Fernando Cedeño de Barros
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas
Charles de Freitas

Membros Suplentes:

Nelson Vieira Barreiro
Roberto Ribeiro de Luca
Rodnei Brunete da Cruz

DIRETORIA (BIÊNIO 2005-2007):

- » Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas
- » 1º Vice-Presidente
Manoel Valente Barbas
- » 2º Vice-Presidente
Arthur Nogueira Campos
- » 1º Secretário
Sérgio Weber
- » 2º Secretário
Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber
- » 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz
- » 2º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Eduardo Dias Roxo Nobre
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
Jacques Roberto Galvão Bresciani

Membros Suplentes:

Maria Isabel da Silva Ramos
Roberto Machado de Carvalho
Roberto Ribeiro De Luca

DIRETORIA (BIÊNIO 2007-2009):

- » Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas
- » 1º Vice-Presidente
Arthur Nogueira Campos
- » 2º Vice-Presidente
Manoel Valente Barbas
- » 1º Secretário
Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber
- » 2º Secretário
Sérgio Weber
- » 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz
- » 2º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Eduardo Dias Roxo Nobre
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
Jacques Roberto Galvão Bresciani

Membros Suplentes:

Maria Isabel da Silva Ramos
Roberto Machado de Carvalho
Leandro Antônio de Almeida

DIRETORIA (BIÊNIO 2010-2011):

» Presidente
Sérgio Weber

» 1º Vice-Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 2º Vice-Presidente
Manoel Valente Barbas

» 1º Secretário
Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber

» 2º Secretário
Maria Aparecida Almeida Dias de Souza

» 1º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» 2º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» Comissão Fiscal:
Membros Efetivos:

Ariana Lopes Vieira
Arthur Nogueira Campos
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
Membros Suplentes:

Maria Inês Olaran Mugica
Marcelo Florence Lustosa
Leandro Antônio de Almeida

DIRETORIA (BIÊNIO 2012-2013):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Rodrigo A. Rossi Falconi

» 2º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 1º Secretário
Maria Isabel da Silva Ramos

» 2º Secretário
Vera Helena Bressan Zveibil

» 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» 2º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» Comissão Fiscal:
Membros Efetivos:

Ariana Lopes Vieira
José Milton Negrão Silva
Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
Membros Suplentes:

Manoel Valente Barbas
Marcelo Florence Lustosa
Wilma Saraiva Satto

DIRETORIA (BIÊNIO 2014-2015):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Caio César Tourinho Marques

» 2º Vice-Presidente
João Eduardo Monteiro Gomes

» 1º Secretário
Maria Isabel da Silva Ramos

» 2º Secretário
Manoel Valente Barbas

» 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» 2º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» Comissão Fiscal:
Membros Efetivos:

Maria Aparecida Ribeiro de Almeida
José Milton Negrão Silva
Vera Helena Bressan Zveibil

Membros Suplentes:

Washington Marcondes-Ferreira Neto
Wilma Saraiva Satto
Rodrigo A. Rossi Falconi
Eduardo Dias Roxo Nobre

DIRETORIA (BIÊNIO 2016-2017):

» Presidente
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» 1º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 2º Vice-Presidente
Marco Polo Teixeira Dutra Phenece Silva

» 1º Secretário
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 2º Secretário
Maria Isabel da Silva Ramos

» 1º Tesoureiro
José Milton Negrão Silva

» 2º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» Comissão Fiscal:
Membros Efetivos:

Maria Aparecida Ribeiro de Almeida
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
Gilberto Abreu Sodré Carvalho

Membros Suplentes:

Fábio De Genaro Castro
João Eduardo Monteiro Gomes
Vera Helena Bressan Zveibil

DIRETORIA (BIÊNIO 2018-2019):

» Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 1º Vice-Presidente
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» 2º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 1º Secretário
Priscilla Scott Bueno

» 2º Secretário
Maria Isabel da Silva Ramos

» 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» 2º Tesoureiro
José Milton Negrão Silva

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Maria Aparecida Almeida Dias de Souza
Maria Celina Exner Godoy Isoldi
Gilberto Abreu Sodré Carvalho

Membros Suplentes:

Marco Polo Teixeira Dutra Phenece Silva
Cícero Caldas Neto
Gustavo Almeida Magalhães de Lemos

DIRETORIA (BIÊNIO 2020-2021):

» Presidente
Carlos Alberto Da Silveira Isoldi Filho

» 1º Vice-Presidente
Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

» 2º Vice-Presidente
Eduardo Dias Roxo Nobre

» 1º Secretário
Stanley Savoretti de Souza

» 2º Secretário
Gustavo Almeida Magalhães de Lemos

» 1º Tesoureiro
Rodnei Brunete da Cruz

» 2º Tesoureiro
Aguinaldo Ribeiro da Cunha Filho

» Comissão Fiscal:

Membros Efetivos:

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho
José Fernando Cedeño de Barros
Luiz Gustavo de Sillos

Membros Suplentes:

Paulo Roberto Paranhos da Silva
Sergio Weber
Sílvia Rita do Prado Mendes Buttros

